

MARIA ROSA CARBONARI

POPULAÇÃO, FRONTEIRA E FAMÍLIA
A região de Río Cuarto no período colonial tardio

Tese apresentada ao curso de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do grau de doutor. Área de concentração: História Moderna e Contemporânea.

Orientadora: Prof^a. Dr.^a. ANA MARIA DOS SANTOS

Niterói

2001

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

MARIA ROSA CARBONARI

POPULAÇÃO, FRONTEIRA E FAMÍLIA
A região de Río Cuarto no período colonial tardio

Tese apresentada ao curso de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do grau de doutor. Área de concentração: História Moderna e Contemporânea.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr.^a Ana Maria dos Santos - Orientadora
Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Ciro Flamarion S. Cardoso
Universidade Federal Fluminense

Prof^a. Dr.^a. Vânia Leite Frões
Universidade Federal Fluminense

Prf^a. Dr.^a Susana Ofelia Bandieri
Universidad Nacional del Comahue

Prof. Dr. Luiz Felipe Viel Moreira
Universidade Estadual de Maringá

Niterói

2001

*A mis abuelos, Romeo Heredia, María Ernestina Britos, Juan Constantino Carbonari,
Rosa Frattari y a mi padre Carlos José Carbonari, que ya no están, porque decidieron
habitar estas tierras... y a mi madre y a Manuel.*

AGRADECIMENTOS

Ao Ruso, companheiro da vida e das aventuras acadêmicas, pelo estímulo, apoio contínuo e muitas coisas mais....

A Ana Maria, minha orientadora, pela compreensão e paciência no desenrolar do trabalho, pelas sugestões, correções críticas e comentários e pela responsabilidade, seriedade e compromisso.

A minha amiga Alzira e sua família pela contenção afetiva no decorrer de meu estadia carioca.

Às instituições CAPES, Universidade Federal Fluminense e Universidad Nacional de Rio Cuarto, pela oportunidade e apoio que me deram no trânsito desta etapa acadêmica.

Carbonari, María Rosa

POPULAÇÃO, FRONTEIRA E FAMÍLIA.
A região de Río Cuarto no período colonial tardio /
María Rosa Carbonari. – Niterói: 2001 -01-26

241 p., 28 cm.

Tese (Doutorado em História) – Universidade
Federal Fluminense, 2001.

Bibliografia: p. 206-221

RESUMO

Esta pesquisa é uma contribuição à História Hispano-americana do período colonial tardio a partir do estudo de uma região rural e fronteira de fins do século XVIII ao início do século XIX. Soma-se, assim, aos debates historiográficos que procuram conhecer e discutir as relações específicas do mundo colonial, neste caso, população, povoamento e família, em espaços não estudados anteriormente

Nesse sentido, estuda-se a região de Río Cuarto, um dos espaços mais austrais da Governança do Tucumán, e, portanto, do Império colonial na América. Mostra-se como este se originou a partir de uma *merced* abarcando dois ambientes geomorfológicos diferenciados, a serra e a planície.

Embora até o século XVIII a serra estivesse mais integrada ao espaço econômico colonial (fornecimento ao centro mineiro), com as Reformas Bourbonicas a planície passou a ter importância específica por ser via de comunicação entre o Buenos Aires e Chile. Iniciava-se, neste espaço, um plano estratégico de povoamento (fundação de vilas) e proteção (construção de baluartes defensivos) que levaria a região a passar de espaço marginal a um espaço de fronteira

O período abordado compreende os anos de 1778 a 1813, marco dado por dois censos que permitem identificar a população que habitava a região e suas principais características demográficas e, com auxílio de outras fontes, reconhecer a radiografia de uma sociedade rural e fronteira, analisar as famílias que a habitavam e os outros grupos sociais.

ABSTRACT

This research is a contribution to the hispanic-american history of the late colonial period. Through the study of a rural frontier area from the late XVIII Century to the beginning of the XIX, it is added to the hystoriographic debates that endeavours to know and discuss the specific colonial world relations such as: population, colonization and family, in areas which have not been studied beforehand.

The zone in study here is the Rio Cuarto area, one of the southernmost places of the Toucan Government and therefore, the colonial empire. A “Merced” that created it included two geomorphologically differentiated landscapes: the mountain and the plain.

Even though until the XVIII Century the mountain was much more economically integrated (producing for the mining sector), with the Borbonic reforms the plain started to develop an importance of its own as a communication channel between Buenos Aires and Chile. A strategic colonization plan (with the creation of villages) was started as well as a protection plan (with defensive bastion constructions). This would transform the area from a marginal one into a frontier.

The study embraces the period from 1778 to 1813, a framework given by two censuses that allow the population that lived in the area and its principal demographic characteristics to be identified. Meanwhile with the help of other sources, the families in the area and other social groups of this frontier and rural society are being studied.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
PRIMEIRO CAPÍTULO	
ASPECTOS HISTORIOGRAFICOS E CONCEITUAIS.....	18
1. UMA QUESTÃO HISTORIOGRÁFICA PARA O ESTUDO DA REGIÃO DO RÍO CUARTO.....	19
2. Historiografia Colonial Hispano-americana.....	20
2.1. Historiografia Rural do Rio da Prata Colonial.....	21
2.2. Historiografia colonial cordobesa.....	23
2.3. Historiografia colonial da região de “Río Cuarto”.....	27
3. UMA QUESTÃO CONCEITUAL.....	29
3.1. Estudo do particular e os paradigmas teóricos: História Regional e Micro-história.....	29
3.2. A noção de camponês.....	31
3.3. A conceituação de família	33
3.3.1. As famílias da elite rural regional	39
3.4. O conceito de fronteira e sua construção histórica.....	40
3.4.1. A noção de fronteira através do tempo.....	40
3.4.2. A fronteira político-militar.....	41
3.4.3. A fronteira Econômico-social.....	45
3.4.4. A fronteira cultural e o novo olhar antropológico.....	48
3.4.5. Fronteira. Relações entre a historiografia e a geografia.....	54
3.4.5.1. As relações poder-espaço.....	56
3.5. Alguns comentários sobre a noção de fronteira.....	57
4. REFLEXÃO HISTORIOGRÁFICA E CONCEITUAL.....	58
SEGUNDO CAPÍTULO	
A POPULAÇÃO DE RIO CUARTO NO PERÍODO DO REFORMISMO BORBÔNICO.....	60
1. A REGIÃO DO RIO CUARTO NO ESPAÇO COLONIAL.....	61
2. LOCALIZAÇÃO DA REGIÃO DE RÍO CUARTO.....	64
2.1. A população do Vice-reino ao término do século de XVIII.....	66
2.2. A população da jurisdição de Córdoba.....	69
3: A CONFORMAÇÃO DOS ESPAÇOS: O CENSO EM RIO CUARTO.....	72
3.1 Distribuição espacial e população em Río Cuarto.....	75
3.1.1. Estrutura Populacional.....	75
3.1.2. A Composição Étnica.....	79

3.1.3. Condição Jurídica.....	81
3.2. As atividades econômicas.....	82
4. A FORMAÇÃO DA PROPRIEDADE EM RIO CUARTO.....	84
4.1. Apropriação do território e os povos indígenas em Río Cuarto.....	87
4.2. Relações conflituosas.....	89
4.3. A exploração dos recursos.....	91
4.3.1. As vaquerias.....	91
4.3.2. A produção agrícola e a pecuária.....	93
5. OS GRUPOS SOCIO-ÉTNICOS EM FINS DO SÉCULO XVIII NA REGIÃO DO RIO CUARTO.....	96
5.1. A família. A casa e o domicílio ou “fogo”.....	96
5.2. Composição familiar e espaço.....	97
5.3. População e Espaço.....	101

TERCEIRO CAPÍTULO

DE ESPAÇO MARGINAL A ESPAÇO DE FRONTEIRA

A CONSTRUÇÃO DA FRONTEIRA SUL.....	104
1. OS PRIMORDIOS.....	106
1.1. A ocupação inicial na região de Río Cuarto.....	106
1.2. Caminho e circulação.....	109
1.3. Problemas de controle espacial e relações de fronteira.....	114
2. O REFORMISMO DE FRONTEIRA.....	116
2.1. Razão estratégica da Reforma Bourbonica: apropriação e defesa do espaço..	118
2.2. A construção da fronteira sul sob o olhar do poder.....	120
2.3. Povoamento:.....	124
2.4. A construção da ordem urbana.....	129
2.5. A Vila de La Concepción.....	130
2.6. A Vila de La Carlota	132
2.7. Apropriação da natureza e intercâmbios.....	134
3. A REGIÃO.....	135
3.1. As vilas de fronteira, engrenagem de comunicações.....	138
3.2. A construção de pactos.....	139
3.7. Sociedade fronteiriça.....	140

QUARTO CAPÍTULO

POPULAÇÃO, ATIVIDADES ECONÔMICAS E FAMILIAS.....	143
1. A NOVA TRAJETÓRIA.....	144
2. A POPULAÇÃO DE RIO CUARTO, CARACTERÍSTICAS DEMOGRÁFICAS E ATIVIDADES ECONÔMICAS.....	145
2.1. Estrutura populacional.....	147
2.2. Espaço e população.....	149
2.3. Condição étnica.....	150
2.4. Condição jurídica.....	152
2.5. Incremento populacional.....	153
2.6. As atividades econômicas nos finais do século XVIII e inícios do XIX.....	154

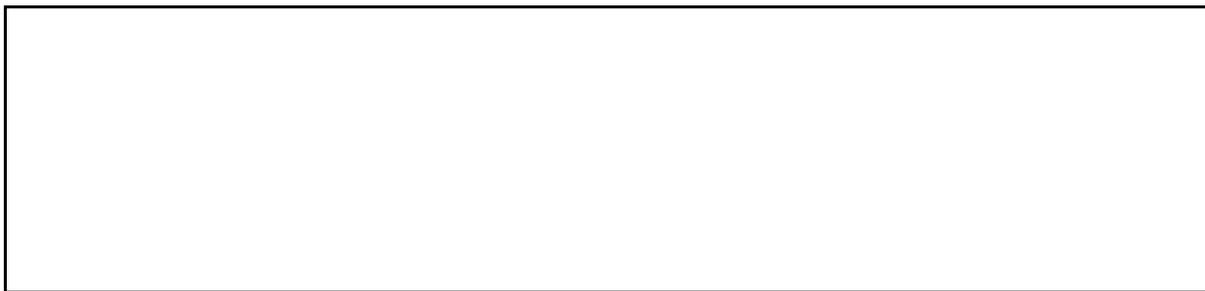
3. RADIOGRAFIA DE UMA SOCIEDADE RURAL E FRONTEIRIÇA.....	162
3.1 As Famílias da elite regional.....	162
3.1.1. Famílias descendentes de Conquistadores.....	164
3.1.2. Descendentes de espanhóis que chegaram a Córdoba no século XVII e princípios do XVIII.....	175
3.2. As outras famílias.....	183
CONCLUSÕES.....	199
BIBLIOGRAFIA.....	206
ANEXOS.....	222
Anexo I.....	222
Anexo II.....	223
Anexo III.....	224
Anexo IV.....	225
Anexo V: Figura 6. Jurisdição política do Vice-reino do Río de la Plata.....	226
Anexo VI: Codificação dada ao censo de 1778.....	227
Anexo III: Codificação dado ao censo de 1813.....	233
GLOSSÁRIO DE TERMOS.....	238

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Distribuição da população do Vice-reino do Rio da Prata em 1778.....	68
Tabela 2: Distribuição geográfica da população da jurisdição de Córdoba em 1778	70
Tabela 3: Correspondência entre divisão do censo de 1778 e divisão atual.....	74
Tabela 4: Distribuição por sexo e setor geográfico da população da região.....	76
Tabela 5: Distribuição geográfica da população na serra e na planície	76
Tabela 6: Estado civil dos habitantes.....	79
Tabela 7: Distribuição da população por grupo étnico, setor e sexo.....	80
Tabela 8: Distribuição absoluta e relativa da população livre e escrava.....	82
Tabela 9: Tipos de fogos distribuídos pelos setores.....	97
Tabela 10: Distribuição absoluta e relativa das unidades censais (U.C.) com relação a presença, ausência de escravos e setores geográficos.....	99
Tabela 11: Fogos distribuídos por setores com relação à propriedade de escravos.....	99
Tabela 12: Quantidade de escravos por fogos em cada setor.....	100
Tabela 13: Distribuição da população de Córdoba segundo o Censo de 1813.....	146
Tabela 14: Distribuição da população segundo sexo e jurisdições.....	148
Tabela 15: Correspondência de setores de 1778 com as jurisdições de 1813 e quantidade de habitantes.....	150
Tabela 16: Características étnicas da população da região do Río Cuarto segundo o censo de 1813.....	150
Tabela 17: Comparação dos porcentagem entre os censos de 1778 e 1813.....	151
Tabela 18: Relação entre população livre e escrava segundo o censo de 1813 para cada jurisdição.....	152
Tabela 19: População livre e escrava nos censos de 1778 e 1813.....	152
Tabela 20: Atividades majoritárias masculinas.....	157
Tabela 21: Atividades majoritárias femininas.....	159
Tabela 22: Relação entre Famílias da elite e setores na região do Río Cuarto a fins do século XVIII.....	164

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Fig.1: Mapa do Espaço físico-geográfico em que está inserida a região do Río Cuarto.....	6
Gráfico 1: Distribuição geográfica da população do Vice-reino do Río da Prata.....	69
Fig. 2: Mapa da Jurisdição aproximada dos partidos de Córdoba Segundo o Censo de 1778.....	72
Fig. 3: Mapa da Subdivisão do Curato de Río Cuarto por setores segundo consta no cadastramento do censo.....	74
Gráfico 2: Distribuição da população por setores.....	77
Gráfico 3: Pirâmide de População da região do Río Cuarto em 1778.....	78
Gráfico 4: Distribuição da população por setores de acordo à condição étnica.....	81
Fig. 4: Croqui dos caminhos coloniais	111
Fig. 5: Mapa da Linha de fortins e limite do Vice-reino do Río de La Plata.....	120
Gráfico 5: Pirâmide de População da região do Río Cuarto em 1813.....	148
Fig. 6: Jurisdição política do Vice-reino do Río de la Plata.....	226



GLOSSÁRIO DE TERMOS

Agregado: pessoa que sendo parente ou não do dono da casa mora e trabalha com um grupo familiar; em troca recebe comida e habitação.

Alcaide provincial da Santa Hermandad: cargo do *Cabildo* cuja missão era atender os delitos que se cometiam nos despovoados e estava facultado para nomear quadrilhas encarregadas da vigilância de justiça e polícia na campanha..

Aucas: nome com o que se conhecia aos indígenas da grande *família araucana*. Em seu idioma *auca* significa *alçado, rebelde*. Posteriormente formaram o conglomerado geralmente conhecido com o nome de *pampas*.

Araucanización de las Pampas: o termo “*araucanização*” utiliza-se geralmente para designar tanto a difusão de influências e elementos culturais de origem chileno que foram incorporados pela população da região, como o assentamento dos grupos na região. O processo teria começado no século XVII e culminaria a meados do XIX.

Bayeta: tecido basto de lã que se fazia em quase todas as regiões americanas onde abundavam os lanares. Segundo o Dicionário da Real Academia de 1726-39 tratava-se de uma teia de lã (tecida) “froixa e rala” com um ancho de duas varas e de variado uso entre as que se destacavam as confecções de hábitos religiosos e mantilhas. Segundo Arcondo em Córdoba constituía junto ao lenço os dois principais tecidos de consumo difundida entre a população de índios negros e mestiços.

Cabildo: conselho municipal que lhe competia o governo local, semelhante aos Senados de Câmara portugueses. Eles estavam compostos por um o dos magistrados e um grupo de conselheiros (*alcaldes e regidores* para as colônias espanholas, como juizes ordinários e vereadores para as portuguesas)

Crioulo: diz-se, geralmente, do indivíduo branco, nascido nas colônias européias. Em Hispano-américa, identificam-se assim às pessoas nascidas nas colônias más de linhagem ibérico.

“*Ciudad de los Cesares*”: legendária cidade originada a partir da viagem do Capitão Francisco de César em 1529 que percorrendo o rio *Carcaranha* e *Calamuchita* chegou às serras Comechingones onde índios informaram-lhe de uma cidade fabulosa que se estendia além das montanhas.

Conchavo: tem-se usado a palavra *conchavo* para denominar um contrato de locação de serviços –geralmente trabalhos rurais ou domésticos- e realizado entre o peão (*conchavado*) e o patrão.

Cautivos-as: eram homens, mulheres ou crianças que os índios seqüestravam durante um *malón* e levavam consigo a morar nos *toldos*. Os cativos preferidos eram mulheres e crianças que ficavam em relação de dependência com o grupo vencedor. As crianças poderiam ser colocadas ao serviço pessoal dos índios. As mulheres, produto do butim de guerra, poderiam ser convertidas em parceira dos principais chefes da organização, o *cacique* – que era o que maior autoridade tinha-, ou os *capitanejos* –de menor jerarquia -, daí que ficavam a expensas deles; no dizer de Mandrini, seus filhos, ao parecer, integravam-se facilmente à sociedade indígena. Por outra parte, as *cautivas* eram valoradas também porque as convertiam em objeto de troca ou negociação com a sociedade “cristã”. Em sua maioria, eram habitantes da fronteira: esposas, mães, filhas ou filhos, irmãs ou irmãos, integrantes das famílias de lavradores, de fazendeiros, de peões, afeitados ao trabalho das chácaras e das estâncias fronteiriças ou de soldados de os fortes e fortins.

Cordellate: tecido do país, de lã e muito rústica. Utilizava-se geralmente para vestir aos criados. Era um tecido delgado de lã que fazia uma trama e era utilizado para a confeição da roupa interior.

Curato: Divisão administrativa eclesiástica geralmente a cargo de um cura.

Damero: construção do espaço urbano em forma de quadricular a semelhança de um tabuleiro de damas o xadrez.. Muitas cidades de América espanhola foram construídas assim como um grelhado com ruas que se interceptam em ângulos de 90 graus denominada “*manzana*” que podiam ser em forma quadrada ou ortogonal

Desierto: com este nome foram conhecidas as planícies sem limites, que se estendiam além das fronteiras. A expressão, utilizada já no século XVIII, se fez popular no século XIX para designar ao território indígena da pampa. Aproximadamente compreendia uma região que se estendia até a linha de fronteira –que descrevia uma ampla curva através das atuais províncias argentinas de Buenos Aires, Santa Fe, Córdoba, San Luis e Mendoza-.

Efeitos de Castilla: também denominados produtos de Castela, nome genérico para as mercancias de origem de Europa para a época colonial, posteriormente denominaram-se “efeitos de ultramar”.

Efeitos da terra: também “roupa da terra” ou “produtos da terra”, chamavam-se assim em toda a colônia Americana, às diversas mercadorias produto das atividades econômicas locais. Tinha vezes a função de moeda.

Ejido: na colônia espanhola era o campo ou terra que está à saída do centro urbano. Não lavra-se e é comum a todos os vizinhos. Vem da palavra latina *exitus*, que significa saída. Segundo a ordenança de Felipe II de 1523, “*Los exidos sean en tan competente distancia, que si creciere la población, siempre quede bastante espacio para que la gente se pueda recrear, y salir los ganados sin hacer daño.*”

Encomienda: consistia na entrega de índios aos conquistadores em recompensa de seus méritos e serviços ao Rei. Os “*encomenderos*” deviam residir na jurisdição, ter casa povoada,

manter cavalo, estar armado para a defesa do território e proporcionar o adoutrinamento católico. Em contrapartida, os índios estavam obrigados a dar sua força de trabalho ou pagar tributo em espécies.

Estancia: na terminologia medieval espanhola chamava-se assim tanto às terras agrícolas, *estancias de pão levar*, como às de pecuária, estâncias de gado maior e menor. No Vice-reino do Rio da Prata, foram, fundamentalmente, terras destinadas à cria de gado. A ***Estancia colonial*** caracterizava-se pela diversificação da pecuária. A maioria destes estabelecimentos eram de pequenas ou medianas dimensões –para as condições da época- e baseavam-se no trabalho do núcleo doméstico embora em número variável e geralmente reduzido de escravos, peões e/ou *agregados*.

Frezadas/Frazadas: consistia em uma peça têxtil de lã que se tecia nos vales de Córdoba e de San Luis com tear a pá

Fortes e fortins: eram fortificações estabelecidas no interior do vice-reino que tinham a missão principal de defesa da fronteira, tanto das que os separavam dos domínios portugueses como das que constituíam o limite da zona colonizada pelos espanhóis e da zona em domínio de grupos índios. Estes, situados em forma escalonada na linha de fronteira, constituíam uma espécie de refúgio de tropas que deviam vigiar extenso de terreno, em atenção, especialmente, a que os índios verificavam suas invasões de preferência por lugares intermédios entre dos fortins, para obter maior vantagem na surpresa do *malón*.

Gado cimarrón: no Rio da Prata, geralmente se chama assim gado *salvagem*, silvestre o também denominado “*chúcaro*”.

Hispano-crioulos: grupo de espanhóis, junto às seus descendentes crioulos nascidos nas colônias americanas, que na prática denominavam-se conjuntamente de espanhóis.

Jueces de pedáneo: Juizes de cada distrito. Era uma das funções concedidas pelo *Cabildo*.

Maestre de Campo: cargo militar, era o oficial de grado superior na milícia, que manda certo número de tropas.

Malón: irrupção ou ataque inesperado de índios. O termo *malón* não era indígena senão que deriva da ancestral costume espanhola da “*maloca*”, baseada na destruição dos povoados

Mercedes de tierra: prêmio e retribuições do Rei, por méritos de serviços prestados á coroa, aos conquistadores, fundadores de cidades, seus descendentes e primeiros povoadores.

Milícias: conjunto de forças compostas pelos vizinhos da cidade e campanha que alternavam suas ocupações com as obrigações militares. O *cabildo* tinha a seu cargo a organização e provedoria das milícias e assumia o mando da mesma. Para os vizinhos e moradores a defesa do município era uma das primeiras obrigações.

Pampa: deriva da língua quíchua, significa “campo raso”, e refere-se a qualquer das planícies de América meridional carentes de árvores. Segundo Gainard, uma planície infinita, angustiante e herbácea, tal é a primeira impressão que produz a “pampa”.

Pardos: faz parte de uma classificação socio-étnica, que se utilizou na América espanhola. Com este termo identificou-se, em princípio e em forma genérica, aos indivíduos que tinham mistura em sua ascendência, pelo cor da pele, com o preto, embora tinha sido em mais de uma geração. Por não ser muito categórica, teve certa amplitude em sua aplicação. A vezes utilizava-se o conceito para mencionar pessoas de raça misturada e outras como sinônimo de preto.

Partidos: Divisões administrativas menores dentro das jurisdições civil da cidade. Seus limites não estavam bem definidos. Avezes denominava-se indistintamente curato ou partido. Mas, também, dentro de um curato identificavam-se partidos como unidades que deram origem às *pedanias*: distritos ainda mas pequenos pertencentes a uma determinada localidade.

Ranqueles: parcialidade índia, “gente del pajonal”, ou “gente del carrizal”.

Reducciones de indios: concentração de população índia em assentamentos organizados por ordens religiosas, em territórios cedidos pela coroa ou por particulares, destinados a catequizar índios através do que se chamou “missões”. Os missioneiros propagavam a civilização cristã em espaços fronteiriços, zonas distantes e de litúgio em América colonial. Os Jesuítas e os Franciscanos conformaram as ordens mais importantes.

Regidores: cargo desempenhados pelos vizinhos no *Cabildo* que cumpria o ofício de conselheiros. Nas vilas tinha que ter como máximo seis e eram escolhidos entre os vizinhos.

“*Tierra adentro*”: denominava-se assim ao território sob domínio índio.

Trapalanda: vem do termo Trapala que significa embuste ou engano. Também ilusão, quimera.

Tolderia: era o assentamento onde moravam os índios de “*tierra adentro*”. Seu nome deriva do aplicado à tipo de residência característica na região da pampa, o *toldo*. O *toldo* estava construído de estacas de madeira e couro, primeiro de guanaco, e posteriormente de potro.

Sargento Maior: cargo militar. Era chefe superior a os capitães, exercia as funções de fiscal e intervinha em todos os ramos econômicos e na distribuição dos caudais. Também como oficial estava encarregado de a instrução e disciplina do Regimento.

“*Suerte de Estancia*”: com esta expressão fazia-se referencia á uma extensão aproximadamente de 1800 etárias em princípio dedicada em forma exclusiva á cria de gado

Vaquerías: no Rio da Prata era a caça organizada de *gado cimarrón* especialmente para despojar-lhe o couro e o sebo com propósito comercial.

LISTA DE ABREVIATURAS

Ac. Cap.	Actas Capitulares del Cabildo de la Villa de la Concepción de Río Cuarto
A.G.I.	Archivo General de Indias
A.G.N.	Archivo General de la Nación
A.H.C.R.C.	Archivo Histórico de la Catedral de Río Cuarto
A.H.M.R.C.	Archivo Histórico de la Municipalidad de Río Cuarto
A.H.P.C.	Archivo Histórico de la Provincia de Córdoba
A.M.C.	Archivo Municipal de Córdoba
I.E.A.	Instituto de Estudios Americanistas (hoy Centro de Investigaciones de la Facultad de Filosofía y Humanidades de la Universidad Nacional de Córdoba: CIFFyF).
ed.	edição
Exp.	Expediente
f.	folio
Leg.	Legajo
r.	reverso
v.	verso

INTRODUÇÃO

Quem viaja de a cidade de Río Cuarto (localizada a 250 km ao sul de Córdoba e 600 km ao oeste Buenos Aires), em direção a qualquer das aldeias serranas das proximidades, surpreender-se-á com uma paisagem contrastante à incomensurabilidade da planície da pampa. Este espaço rural, hoje lugar privilegiado para aqueles que procuram passar umas férias tranqüilas, foi nos tempos da colonização espanhola onde assentaram-se as *estâncias* produtivas da região vinculadas ao mercado colonial. Razão pela qual este território era o mais povoado. Mas, os câmbios produzidos no transcurso do século XIX com um constante “olhar” em direção ao progresso e à ocupação das terras do sul para a produção agropecuária, desestimularam estes lugares a favor de uma planície que abria outras possibilidades para a Argentina agroexportadora. Isto completava-se com a chegada a estas terras dos migrantes que ocuparam a pampa e que praticamente não tiveram ligação com os habitantes da serra. Talvez, por isso, não foi necessário relacionar estes dois âmbitos. Um pertencia a um passado mais remoto que não tinha muito a ver com o passado recente da ferrovia, da imigração e do telégrafo. Outro emergia com a vila da Conceção e incorporava-se na Argentina Moderna para ganhar seu título de “cidade”, olhando cada vez mais para frente e estabelecendo um corte com seu passado colonial.

Por isso, nada é mais grato que indagar sobre a região que se mora, procurar entender a sua historicidade e chegar a explicá-la. Mas, antes de iniciar esta pesquisa, muitas vezes a dúvida acerca da viabilidade da mesma transformava-se, ao mesmo tempo, num grande desafio. A falta de pesquisas científicas históricas que procurassem questionar ou problematizar alguns aspectos deste espaço, a diferença de outros espaços regionais, foi –num princípio– um grande obstáculo. Havia um campo novo a pesquisar mas, então vinha a pergunta base: por onde começar? Como obsessão de todo historiador decidi iniciar pelos origens, mas lembrando bem que estes por si mesmos não bastam, são só um começo

para percorrer o caminho. Foi assim que mergulhei em suas primeiras crônicas e relatos e estes me levaram ao período Colonial Tardio, momento em que este espaço começa a adquirir relativa importância no contexto colonial e por tanto maiores registros documentais.

Considerarei, assim, que essa análise me possibilitaria dar uma perspectiva temporal mais profunda para a compreensão da região. A escolha do período, então, não foi só uma questão de recorte temporal, na mesma estava presente uma concepção de História que procurava captar e compreender os homens e mulheres no tempo da “*longe duree*” . Também significava mostrar que esta história, como outras do país, não tinha surgido a partir das linhas férreas, da chamada “conquista do deserto”, do avanço e fim da fronteira, da migração ultramarina, isto é, a partir da modernidade do século XIX – embora, sim a partir desta época, a história acelera-se. Pelo contrário, existia uma história (“*regestae*”) na região de longa data que era preciso construir (“*rerum gestarum*”) e que somente tinha captado a atenção de uma historiografia religiosa e militar, e muito esporadicamente de historiadores profissionais. A História Colonial Hispano-americana, a História do Vice-reino do Rio da Prata e também História de Córdoba Colonial foram neste andar, então, referências fundamentais.

Mas, no transcurso das leituras realizadas observei também que a produção colonial hispano-americana tinha centrado suas pesquisas nos grandes centros nevrálgicos de “Nova Espanha” e de “Peru ” e que a historiografia pratense o fazia somente em direção das duas franjas do rio da Prata, isto é Buenos Aires e a Banda Oriental. Por outro lado, percebi que a produção cordobesa colonial conservava um olhar muito mais direcionado ao norte, isto é, ao que se chama o “espaço peruano”. O sul da jurisdição cordobesa, a região de Río Cuarto, então, era tratada como um problema de fronteira a se resolver.

Na realidade, no contexto de produção acadêmica, comecei a pesquisar um espaço que se podia compreender como a periferia da própria periferia. Isto é, desde fins do século XVI pertenceu à divisão administrativa do governo do Tucumán, dependente do Vice-reino do Peru; a partir de 1778 passou ao Vice-reino do Rio da Prata, integrando desde 1783, o governo da Intendência de Córdoba do Tucumán. Mas em toda a época colonial, e até bem

avançado o século XIX, foi o espaço limiar mais austral do Império Espanhol e em América e depois do governo independente. Em todo este período formou parte da “fronteira interna”. Mais além, era “terra adentro”, o espaço que os hispanos-crioulos não puderam impor sobre os indígenas até fins do século XIX, fechando assim a etapa fronteiriça na região.

Este espaço, também era periférico na produção acadêmica, isto é, vazio de conteúdos históricos o qual oferecia uma oportunidade até agora não explorada pelos esforços de conhecimentos existentes.

Comecei pelo documento que considerei que me poderia dar um mapeamento geral do espaço: O recenseamento de 1778. Perguntas como: Que dados, além dos quantitativos, oferecia esta fonte? Que rol tinha este espaço, embora periférico, no contexto inter-regional colonial? e Que tipo de fronteira se construía? Que função ele tinha? Estas indagações, iniciais, então, foram alguns dos interrogantes que me colocavam em função de levar adiante a pesquisa sobre a historia regional da época colonial na região de Río Cuarto. Mas estas e outras perguntas que me faziam no andamento do trabalho íam adquirindo respostas na medida que relacionava, o material analisado com outros estudos realizados no mundo colonial.

Foi assim que em primeira instância sistematizei os trabalhos isolados de certa qualidade que me permitiram aproximar ao estado da questão historiográfica da região. Por outro lado, também procurei pesquisas realizadas desde outras regiões que me poderiam apontar linhas, idéias e dicas para serem indagadas no decorrer da pesquisa.

Nesse caminhar os estudos realizados desde o espaço bonaerense, é dizer da campanha ou do âmbito rural da jurisdição de Buenos Aires, foram as que me proporcionaram as primeiras perguntas para aprofundar na região de Río Cuarto. Autores que se têm identificado com o “relançamento historiográfico colonial” foram por mais sugestivos nessa tarefa, o que se poderá observar nas constantes citações, referências e apoios teóricos no percorrido desta tese. Foi num princípio a compilação de Garavaglia e Moreno (1993), a revisão historiográfica de Fradkin (1993) e, no andamento da pesquisa,

os trabalhos de Gelman (1998) e de Garavaglia (1999), os que se constituíram em guia e suporte constante. Garavaglia, por exemplo, que tem pesquisado na campanha bonaerense no mesmo período que me ocupa, fala da carência de estudos de mediana qualidade dedicados a espaços que sofreram uma evolução semelhante à campanha bonaerense¹, como ser o sul de Córdoba. Nesse sentido, esta pesquisa não somente vem a preencher a carência considerada por este autor, senão que permitirá em instâncias posteriores cotejar trabalhos que se vêm desenvolvendo em outras áreas coloniais.

Mas também, cabe assinalar que se bem a historiografia bonaerense, fundamentalmente a partir dos autores citados, foi a que marcam as linhas teóricas deste trabalho, há muitos outros elementos que fogem da mesma e aproximam-se aos trabalhos dados pela historiografía cordobesa. Por isso, a originalidade desta está em procurar compreender este espaço a partir de correntes historiográficas de tradições diferentes. Nesse sentido, as pesquisas realizadas por Arcondo (1993) e Punta (1997) foram leituras necessárias e úteis, embora as problemáticas colocadas pelo “relançamento historiográfico colonial bonaerense” e seus diferentes polêmicas levantadas para o mundo rural colonial sugeriram as hipóteses a indagar e somar novos conhecimentos aos debates acadêmicos sobre este período histórico .

Em síntese, com a pesquisa que realizei, e ora apresento nesta tese, pretendo contribuir com um aporte ao conhecimento histórico da região de Río Cuarto, espaço liminar do Império Espanhol da América, espaço de circulação entre eixos importantes da economia colonial e espaço de confronto com grupos étnicos diferentes da civilização ocidental. O período escolhido foi fins do século XVIII e começos do XIX, momento que é o início de uma longa transição na economia colonial

O objetivo principal do trabalho foi a reconstrução do cenário regional a partir do estudo da população rural fronteiriça numa conjuntura específica de reajuste econômico produzido pelas Reformas Bourbônicas, período em que a região começa a adquirir importância relativa no contexto colonial.

¹ Nesse sentido Garavaglia expressa-se “*es necesario señalar la falta casi total de estudios de mediana calidad nos impedirá ocuparnos de las áreas cercanas a la campaña bonaerense que sufrieron una evolución similar durante este mismo período –como el caso de Santa Fe, Entre Río y el sur de Córdoba*” (1999: 37).

Dentro dessa proposta, desde um olhar macro, procuro compreender o impacto das Reformas Bourbonicas, particularmente nas últimas décadas de dominação colonial e início da etapa independente. Desde um olhar micro, no entanto, resgato o papel da região de Río Cuarto no ordenamento da estrutura do espaço colonial, isto é, da nova espacialidade do vice-reino ao final do século XVIII. Igualmente, identifico as características da população em relação a suas atividades econômicas e vínculos que se estabeleceram com o mercado interno colonial (espaço peruano), e sua reestruturação a partir do reformismo na fronteira e suas conseqüências (espaço pratense).

A região, enquanto “espaço aberto” que varia no tempo, conformou-se a partir da articulação do próprio território com os diferentes grupos sociais que a ocuparam e que conformaram um ambiente social particular rural com alguns ilhas de núcleos urbanos. A mesma reconhece-se como uma franja de articulação entre a área serrana e a planície. Estes sub-espacos, talvez por suas características geográficas diversas (montanha e planície), estavam habitados por grupos étnicos diferenciados (denominou-se genericamente de índios Comechingones e índios Pampas) e com modos de vida que implicavam usos distintos da natureza, conformando assim ecossistemas denominados “Complexo Cultural “Comechingón” e “Complexo ecuestre”².

Esses ecossistemas passaram pela ação dos espanhóis, desde inícios do século XVI, a conformar uma região administrada pelo governo colonial primeiro e pelo governo provincial depois, chamando-se indistintamente *curato* e *partido* de Río Cuarto. Região composta por serras, vales, arroios e planícies, a sua delimitação no decorrer dos séculos XVII e XVIII pode-se identificar deste modo: No oeste a Serra de Charava que é o prolongamento do sistema orográfico central (Serra de Comechingones), para o leste a união dos rios Calamochita e Choncancharagua (rio Cuarto) que dão origem ao rio Carcaraña, para o norte o rio Ctalamochita (o rio Tercero) e para o sul o rio Popopis (o rio

² D’Andrea e Nores identificam aos grupos comechingones e Sanavirones que moravam na serra de “Complexo Comechingón” (D’ANDREA, Ulices y Nores. Primer Análisis de un interrogante histórico “El problema Sanabirón-Comechingón. Em *Quarto Río*. Revista da Junta Municipal de Historia. Año 1 N° 1. Dic. 1996: 16), por outro lado Martinez Sarasola denomina de “Complexo Ecuestre” a os habitantes da planície sobretudo a partir do século XVIII com a “araucanização” das pampas (MARTINEZ SARASOLA. *Nuestros paisanos los indios*. Emecé. Buenos Aires. 1998:126). Também para os Pampas pode se consultar GRENÓN, Pedro. *Los pampas y la frontera del sur*. Córdoba. (1924); e para os comechingones a SERRANO, Antonio. *Los comechingones*. Córdoba. (1945).

Quinto). Porém, até meados do século XIX, culturalmente o rio Choncancharagua foi o limite entre a Civilização e os chamados campos do infiel ou “terra adentro”. Geograficamente esta área a localizamos entre os paralelos 65 e 63 de longitude oeste e os meridianos 32 e 34 de latitude sul e abarca uma extensão aproximada de 15.000 Km² (Ver mapa a seguir).

Fig. 1 Mapa do espaço físico-geográfico em que está inserida a região de Río Cuarto



Fonte: Elaboração a base do C-D Rom Atlas Encarte 99.

Esta demarcação, não determinante, constituiu-se em princípio numa tarefa metodológica aproximada porque este território foi-se metamorfoseando no curso do tempo pela interação sociedade-espaço. Simultaneamente, parte desta região foi constituindo, mais tarde, um subsistema dentro do sistema da região pampeana.

Desde a chegada dos espanhóis a área foi ocupada, como em outras regiões, pela procura de ouro, porém quando foi-se estruturando a economia colonial, começou-se a desenvolver uma produção incipiente de provisão à área central potosina ao mesmo tempo que uma economia de subsistência para a população que foi a povoar a região. Ficou, então, desde o século XVII, como espaço marginal, embora de avançada de alguns espanhóis sobre grupos étnicos que não puderam ser subjugados. Por sua vez era um espaço que formava parte da comunicação inter-regional de Córdoba e Buenos Aires com Cuyo e Chile.

Para fins do século XVIII as Reformas Bourbonicas foram lentamente afetando a área. Isto se deu tanto com a criação do vice-reino (1776) como com a instalação do Comércio Livre (1778) destinado a favorecer as mudanças que haviam-se produzido no contexto econômico internacional, particularmente com a abertura do porto de Buenos Aires e a internação de produtos ultramarinos.

Nesse marco pretendo mostrar que a região de Río Cuarto deixou de ser marginal e começou a se constituir em fronteira a fins do século XVIII. Também, com a inversão na orientação econômica do espaço peruano ao atlântico, a região, embora continuasse ligada à área andina, iniciou uma nova articulação. A serra, na bacia superior do Rio Cuarto -a mais povoada-, foi a mais prejudicada na acomodação colonial. Contudo a bacia inferior -a planície-, onde somente existiram posições de avanço, levaria maiores benefícios, mas já no decorrer do século XIX

As primeiras indicações nesta nova relação da região para o Atlântico surgiram no mesmo período espanhol, articulado às novas demandas do capital comercial e do padrão de acumulação originária. Nessa orientação era básica a defesa da fronteira, com a criação de vilas na linha imaginária ao longo do rio Cuarto para manter a comunicação de Buenos Aires com o Reino de Chile.

Quando no final do século XVIII a estrutura econômica colonial orientada em direção ao norte - da qual dependia - entrava em crise, uma paulatina reestruturação do espaço colonial afetaria de modo direto esta região. Antes desse “desajuste inter-regional” colonial, as regiões que conformaram em 1776 o Vice-reinado do Río da Prata (Tucumán,

Buenos Aires e Paraguay) deviam organizar as suas economias para satisfazer os requerimentos do Potosí. Nessa conjuntura, começava-se a beneficiar ao litoral e esse “*desajuste*”, no dizer de Halperín Donghi, *era el momento inicial de un proceso irreversible que a lo largo del siglo XIX iba a... propiciar la ascensión de la Argentina litoral.*”(1972: 15)³.

Dentro desse contexto, a região de Río Cuarto integrava a campanha da jurisdição da cidade de Córdoba pertencente a área de governo de Tucumán. Nessa conjuntura, os vizinhos cordobeses assumem uma atitude “*dual e contraditória*”, pois se bem eram dependentes do norte mineiro para a colocação de sua produção, beneficiavam-se com a abertura do comercio via atlântico ante a vantagem de compras de produtos a menor preço. Por isso, a economia colonial cordobesa passou, assim, a ter uma dupla sujeição: continuou dependendo da venda de sua produção ao Alto Peru, mas deixou de se prover de mercadoria trazidas pelo norte através de Panamá.

Esta situação, no princípio, afetou diretamente os produtores e comerciantes cordobeses, mas depois também toda a sociedade - cidade e campanha - na medida em que a mão-de-obra é liberada porque as atividades econômicas começam a ser menos lucrativas. Isto paulatinamente produz um movimento migratório da população do norte em direção ao litoral e ao sul.

Como a região andina, no século XVIII, arrisca Halperín Donghi, “*la sierra cordobesa [era].. una tierra de emigración, [en la que se han].. de encontrar a sus hijos en toda la campaña de Buenos Aires, en sus pueblos carreteros pero también en sus centros agrícolas*” (1972: 15). Entretanto, poder-se-ia perguntar: como era a região de Río Cuarto, espaço de transição entre serra e pampa cordobesa, setor mais meridional do interior e confim de império espanhol em América? Como se colocava dentro do território colonial rioplatense ?

³ É importante salientar que este trabalho tem sido considerado como o iniciador do cambio historiográfico. Nesse sentido Garavaglia e Moreno afirmam “desde que Tulio Halperín Donghi escribiera su importante, famoso y legendario libro *Revolución y Guerra*... .. no se había generado em nuestro medio una renovación ... de tan profundas proyecciones” (Subliniado do autor Garavaglia e Moreno, 1993: 8)

Ao final do século XVIII na economia peruana iniciou-se um processo de desarticulação e incipiente reordenação dos espaços regionais. Nesse marco, a região de “*Río Cuarto*” adquire importância relativa no contexto inter-regional. Isto estaria relacionado mais à necessidade de controle do espaço como via de circulação devido ao novo ordenamento territorial, do que à apropriação do espaço para a produção. Além disso, é provável que as terras de “Río Cuarto”, nesta conjuntura, participaram de um duplo movimento; quer dizer, terras de emigração na serra e terras de acolhida de população na planície. Assim como por seu parcial vínculo ao espaço peruano, fundamentalmente da serra, facilitaria a sua orientação ao Atlântico sem maiores dificuldades, reconhecendo uma marca específica na região: ser nexos comunicacionais entre regiões coloniais e fronteira com a população indígena.

Neste sentido, quatro enunciados atravessam o estudo realizado e estão presentes em todos os capítulos trabalhados.

- 1. A região de Río Cuarto conforma uma franja de articulação entre serra e planície o que faz a diferença no reparto de terra, povoamento, conformação de lares e tipo de fronteira.**
- 2. A região de Río Cuarto adquire relativa importância no contexto inter-regional pela necessidade do controle territorial por ser via de comunicação, mais que por apropriação do espaço para a produção.**
- 3. A região da fronteira sul -a região de Río Cuarto- conformou-se como um espaço político por seu valor estratégico de comunicação inter-regional e pela necessidade de expandir o Estado Bourbônico. Este Estado constitui uma fronteira, onde uma minoria hispano-crioula ficava com o controle do lugar e construía suas próprias relações de poder, à margem do poder central.**
- 4. Na fronteira, junto a existência de famílias de elites herdeiras dos primeiros conquistadores e fundadores, havia pequenos e médios produtores assim como famílias camponesas livres que vagavam onde os meios de subsistência –a terra- ainda eram livres.**

Para poder dar sustento a estas afirmações que procuro centrar a partir da própria realidade da região, começo pelo que se considera, apesar de seu caráter de limitações de

registro, uma das melhores vias de entrada ao espaço a indagar: os censos de 1778 e de 1813.

Porém, para a efetivação do trabalho, tomei particularmente em consideração a renovação historiográfica colonial rio-platense que se tem produzido desde a metade da década dos 80 no que concerne fundamentalmente a estudos sobre o mundo rural colonial. Para este período existem distintas pesquisas pontuais com base em fontes sobre espaços fronteiriços que deram uma orientação ao estudo que foi realizado. Existem pesquisas que fazem referência a distintas temáticas, a dizer, a mão-de-obra, produção cerealífera ou de gado, produção têxtil, questão da fronteira e conformação da propriedade colonial. Estas, entre outras, serviram como marco de referência fundamental.

Da mesma maneira, a implementação da Reforma Bourbônica tem sido estudada até 1960, de um ponto de vista macro e sob um caráter modernizador e otimista, no dizer de Guimerá⁴: desde uma perspectiva da história imperial. Por isso, entre a pesquisa do geral e o particular, para a explicação, considera-se importante salientar que as crises de paradigmas, ou crises dos modelos explicativos macro-sociais que foram colocados em distintos âmbitos acadêmicos, têm repercutido também nas abordagens históricas. Nesse sentido, o trabalho indaga o Reformismo Bourbônico mas desde uma perspectiva concreta; isto é, como o Reformismo afetou uma região rural e fronteiriça da velha economia colonial

Nessa perspectiva, a História Regional, fortemente desenvolvida nas décadas dos 50 até 70, o que coincide com a segunda geração do *Annales*, tinha estabelecido uma relação muito intensa entre História e Geografia. A partir de análises monográficas comparativas de estudos regionais -onde tanto o espaço como o tempo eram fatores explicativos -, avançou-se na construção de modelos explicativos globais. Muitos dos trabalhos que se desenvolveram dentro desta linha de pesquisa e fundamentalmente com a metodologia comparativa procuraram observar o particular como um exemplo da totalidade, do modelo global. Nesse sentido, foi que este modelo explicativo começou a ser

⁴ A visão historiográfica herdeira da tradição enciclopedista e liberal no dizer de Agustín Guimerá, *valoraba positivamente el reformismo borbónico, a quien se le confería un carácter modernizador em materia administrativa, militar, fiscal, económica y social.* (Guimerá, 1996: 11)

questionado. No entanto, o “retorno” ao particular, não necessariamente implica abandonar a perspectiva global.

Por isso, a abordagem deste trabalho parte do estudo de um espaço mas dentro do contexto do mundo colonial, que explica como se ordenava uma sociedade em um certo contexto sócio-econômico. Sociedade, onde os sujeitos agem e fazem dentro de uma estrutura que os condiciona sem que eles necessariamente sejam conscientes disto.

Ao longo da bibliografia levantada e dos documentos consultados foi necessário o esclarecimento de alguns conceitos. A respeito do espaço, foi preciso tratar o termo fronteira. Para poder caracterizar a população no espaço de fronteira, a princípio tomou-se o termo de **fogo** para identificar as unidades do recenseamento. Posteriormente o de unidades domésticas ou grupos familiares, o que levou a discutir sobre o termo **família**, sua própria historiografia e a contribuição da demografia histórica assim como também o reconhecimento de termos como o de família, de elite e família camponesa.

Nesse sentido, o trabalho começa com uma síntese historiográfica geral que permite colocar a região no marco das Reformas Bourbonicas, e logo apresenta os enfoques tradicionais e a renovação ou “relançamento historiográfico”, correntes que foram o acicate para o estudo dos grupos domésticos da fronteira através do recenseamento.

Foi assim que os censos levantados na região em 1778 e 1813 facilitaram um primeiro olhar quantitativo que logo foi completado com fontes qualitativas já que o objetivo foi observar -em uma redução da escala - os elementos que estão presentes dentro desta conjuntura específica.

Nessa direção uma fonte como é o censo permitiu num primeiro momento fazer uma pesquisa serial mas também, num segundo momento, abandonar o anonimato dos casos para recuperar a nomeação dos atores. Assim, a análise que se realiza está baseada nos nomes das pessoas que são contidos, suas atividades econômicas, sua participação social e política. O que interessa, então, são os indivíduos concretos para descobrir o enredo a partir do qual é possível obter um esboço gráfico das relações sociais em que esses sujeitos estão integrados. Quer dizer, reconstruir a rede de relações que aquele

agrupamento social forma, sem esquecer do contexto no qual leva sentido esta especificidade de ser sociedade fronteira e nexos comunicacionais.

Procuro, portanto, resgatar o particular em inter-relação dialética com o geral mas baseado em um método de microanálise de aproximação, porque a análise centra-se num espaço singular para descobrir um processo social complexo e banindo a convicção de que é possível achar no local o modelo, ou que o espaço reduzido é a prova do modelo geral.

Por isso, os fundos documentais consultados possibilitaram reconstruir o cenário regional. Em um **primeiro momento** busquei mapear a região através do Censo de 1778 ordenado por Carlos III que pretendia conhecer o número de habitantes que tinha seus domínios. Neste caso, está o espaço da região que foi chamada Partido de Río Cuarto e os lugares e paragem nela contidos. A lista nominativa do censo de 1778 possui uma interessante riqueza informativa e oferece uma visão global do estado da população nessa data. Os dados consignados foram:

a) Os lugares, “pagos” ou “caseríos” (tem-se de reconhecer que esta é uma população rural. Além disso, é necessário salientar que o processo de ocupação tem sido conformado seguindo o curso das águas disponíveis); b) os nomes de pessoas; c) o chefe da família; d) a população por idade e sexo; e) às vezes a condição sócio-étnica; f) composição familiar: o número de crianças, “agregados” e condição dos mesmos; g) às vezes a origem ou procedência; h) tamanho da unidade familiar (como indicador indireto do ponto de vista econômico pode-se dizer um conjunto de pessoas que moram na mesma unidade de exploração e dependem de um chefe de família); i) a distribuição da população na região: densidade de população das quatro sub-regiões; j) outras características do censo: o uso da partícula dom, graus militares, menção a atividades desenvolvidas. (O Censo de 1778 não explícita a atividade econômica, então, não permite obter de um modo direto a estrutura das ocupações econômicas).

O recenseamento fez-se sobre a base de uma distribuição de quatro setores (Tegua, Río Arriba, Río Abajo e Río Cuarto), constituindo uma lista nominativa, não sempre completa com os seguintes dados: lugar, pago ou “caseríos”, nome do chefe do lar, seus filhos e outros dependentes, (parentes, agregados, escravos) algumas vezes a condição

étnica e esporadicamente a procedência; não se explicita a atividade econômica. A análise do padrão de 1778 constituiu uma boa base para o reconhecimento da região.

Embora a ordem censal não represente a ordem espacial concreta, é possível perceber, com a repetição de sobrenomes, que as famílias localizadas na proximidades mantinham vínculos de parentesco. O cotejo com outras fontes permitiu observar claramente a relação que existia nos fogos entre proximidade espacial e redes de parentesco, permitindo reconhecer o fenômeno de horizontalidade de redes familiares localizadas contiguamente. Para poder identificar estes grupos familiares denominei-as unidades censais e estas foram numeradas permitindo, posteriormente, realizar alguns acompanhamentos nas trajetórias pessoais e familiares.

Num **segundo momento** analisei o censo registrado em 1813 ordenado pelo Governo Independente que também pretendia conhecer o estado da população das Províncias do antigo Vice-reino. Esta fonte permite fundamentalmente completar o estudo do espaço social da época a partir da conformação da linha de *Fronteira Sul*, com a instalação de dois pequenos centros urbanos: a vila de *La Concepción del Río Cuarto* e a vila “La Carlota” .

O censo de 1813, por sua parte, está ordenado pela jurisdição que corresponde a os centros urbanos: Vila La Concepción e Vila La Carlota. O cadastramento foi realizado sobre a base de uma planilha previamente elaborada. A mesma consignou em colunas: a) nome e sobrenome das pessoas; b) “pátria” ou procedência dos inscritos, (segundo o lugar de nascimento, não de residência); c) idade; d) estado civil; e) profissão; f) classe e g) condição de livre ou escravo.

Não foram estabelecidas delimitações geográficas de cada povoado. Por isso no padrão censal aparecem consignados em forma contínua todos os habitantes.

A análise deste censo permitiu identificar a população, suas características, sexo, a condição étnico-social, a origem e principalmente profissões ou atividades econômicas. Então, analisei os mesmos dados obtidos para o censo de 1778 junto às profissões e procedência.

Embora estes dois censos apresentem certas especificidades, por quanto foram cadastrados com objetivos diferentes e respondendo a governos distintos, apresentam dados que podemos conferir com outras fontes com a intenção de estudar a população da região de Río Cuarto⁵.

Em um **terceiro momento**, busquei completar a informação obtida com outros tipos de fontes, nesse caso fontes qualitativas (sucessões, medições, testamentos etc.). Assim, identifica-se o perfil socio-econômico da população rural a partir dos dois censos com o objetivo de detectar semelhanças e diferenças e poder deduzir as transformações que se operaram no centro da região em questão. A consulta a alguns testamentos da época destes sujeitos, por outro lado, permitiu reconhecer de forma mais sensível e de modo mais particular as mudanças na economia regional.

Logo, foram comparados os dois registros, embora ofereçam algumas diferenças, em relação às seguintes variáveis demográficas: estrutura populacional por sexo e por idade, condição legal e étnica. O cadastramento de 1778 permite reconhecer melhor a relação entre espaço e população e identificar a composição familiar, porém não identifica atividades econômicas. O de 1813 põe uma confusão entre o lugar de procedência e o de residência, além disso, resulta mais difícil identificar a composição familiar. No entanto, inclui as atividades econômicas. Por isto, estas duas fontes seriadas oferecem maior riqueza se são tratadas como fontes complementares quando, como neste caso, procuro conhecer a região de Río Cuarto desse período.

Quanto à informação quantificável, os registros de 1778 e de 1813⁶ foram ordenados em uma base de dados⁷. Do censo de 1778 obteve-se seguinte informação: a) estrutura da população por sexo (F/M); b) idade; c) etnia (branco, índio, pardo, negro, mulato); d) estado civil (solteiro, casado, viúvo); e) condição jurídica (livre ou escravo); f)

⁵ Realizei uma transcrição paleográfica e base de dados correspondente tanto ao Censo de 1778 quanto o de 1813, localizados no Archivo Histórico de Córdoba. O material se encontra registrado no CD-Rom adjunto para sua consulta.

⁶ . Archivo Historico Provincia de Córdoba (A.H.P.C.). Série Governo: Censo do *Partido* de Río Cuarto. 1778. Caja N° 18. Carpeta 7 e Censo 1813. Ciudad y Campaña. Tomo I.

⁷ Nestes casos utilizei o programa Excel como planilha de cálculo.

lugar (Tegua, Río Arriba, Río abajo e Río Cuarto)⁸; e g) composição familiar. Do censo de 1813 obteve-se a : a) estrutura da população por sexo (F/M), b); idade; c) procedência e/ou residência; d) estado civil (solteiro, casado, viuvo), e) classe ou condição étnica (branco, índio, pardo, negro, mulato); f) condição jurídica (livre ou escravo); e g) profissão ou ofício. O processamento dos dados permitiu elaborar quadros estatísticos referentes à população da região.

No aspecto qualitativo, através de outras fontes não seriadas busquei identificar os nomes e fazer um acompanhamento dos indivíduos referidos no censo e completar os registros e observar as estratégias das famílias da região.

Estrutura-se o trabalho em quatro capítulos: No primeiro refere-se à questão historiográfica e conceitual; o segundo introduz a região de Río Cuarto a fins do século XVIII, tendo como fonte principal o censo de 1778; o terceiro trabalho fundamentalmente a questão fronteiriça; e o quarto o espaço regional do inícios do século XIX, a partir do registro de 1813, em que se identificam as atividades econômicas e as famílias.

O **primeiro capítulo** tem o objetivo de pontuar alguns aspectos focalizados pela historiografia que contribuiu para este trabalho. O mesmo está constituído de duas partes. Na primeira faz-se uma sistematização do estado da historiografia colonial americana, bonaerense (refere-se à historiografia da região de Buenos Aires), cordobesa e riocuartense no momento de levar adiante a pesquisa, reconhecendo as colaborações principais no que respeita à história rural do mundo colonial em função da problemática a desenvolver. Na segunda parte, procurou-se aproximar a entendimentos conceituais que são considerados fundamentais no decorrer da pesquisa tais como região, camponês e família, que possibilitem aportar enfoques para o estudo do espaço e povoamento da região de Río Cuarto. A respeito do conceito fronteira se faz um tratamento especial, já que o mesmo praticamente atravessa toda a pesquisa.

No **segundo capítulo** começa com uma breve referência à questão historiográfica aprofundada no capítulo anterior, desta vez articulada à problemática a desenvolver.

⁸ Mantive a nomenclatura que os próprios executores do cadastramento dão-lhe, identificando assim os quatro setores que compõem a região de Río Cuarto.

Localizada a região de Río Cuarto no contexto espacial do período colonial coloca-se a principal problemática a resolver: como era a população da região deste espaço na crise do “reajuste bourbônico”?

Para seu tratamento, percorre-se, em primeiro lugar a localização específica da região e posteriormente, apresentam-se dados a partir de referências demográficas da população do Vice-reino do Río da Prata e depois da jurisdição de Córdoba. Logo, a partir da análise do censo de 1778, se introduz a região de Río Cuarto. Aqui, identificam-se os distintos espaços que conformam a região através do primeiro mapeamento populacional. Através de quadros estatísticos exploram-se os dados que esta fonte serial permite obter. Estes dados quantitativos se complementam, num quarto ponto, com outras pesquisas realizadas, documentação editada e não editada, tanto nesta região ou em outras na medida que possibilitem obter maior entendimento da região no período.

Coloca-se, também, a questão sócio-étnica no período o que permite introduzir o tema das migrações internas, abrindo a possibilidade de achar neste espaço a existência de famílias camponesas crioulas migrantes na conjuntura de transição. A composição familiar permite completar este estudo pois possibilita identificar a relação que existe entre grupos familiares e os sub-espacos, mostrando uma certa relação entre espaço e população.

O **terceiro capítulo** trata particularmente o período inter-censal, quer dizer, de 1778 a 1813. Nesse período se dá a conformação de um espaço político que, por seu valor estratégico de comunicação inter-regional e pelas necessidades de expandir o Estado Bourbônico, leva adiante a construção da fronteira sul. É o período em que a região que era marginal no espaço peruano passa a ser região de fronteira no espaço do Prata. Sobre esta região procura-se impor a soberania do Estado colonial. Este capítulo compõe-se de três partes. Na primeira apresenta o Reformismo Bourbônico e a atenção dada às fronteiras. Na segunda parte mostra-se como a região de Río Cuarto foi afetada pelo “reajuste bourbônico” com o fortalecimento da fronteira, a fundação de duas vilas e o povoamento fronteiriço. Assim também, se analisam questões relacionadas com os grupos étnicos ainda não submetidos. E completando o quadro, observa-se a necessidade de proteção da via de circulação. Em um terceiro ponto caracterizo a especificidade da fronteira de Río Cuarto.

Aqui pretendo discutir a relativa importância que adquire a região de Río Cuarto no contexto inter-regional, dada a necessidade do controle territorial. Finalmente, se apresenta a região da fronteira como um espaço de controle para o Estado colonial, mas também onde se estabelecem relações sociais de poder que ficam à margem do poder central. Isto leva a descobrir a especificidade fronteiriça de Río Cuarto.

O **quarto capítulo** divide-se em duas partes. Na primeira, a partir do registro do censo de 1813, apresento dados quantitativos em comparação com o censo de 1778. Analisam-se, então, as atividades econômicas em relação ao registro do censo junto a outras fontes qualitativas da região. Na segunda parte, procuro abranger a composição de povoadores da sociedade rural fronteiriça: as famílias de fazendeiros e sua vinculação com os cargos políticos no novo centro urbano, assim como as trajetórias e algumas estratégias de vida na fronteira. Acerca das outras famílias, encontram-se algumas pistas para colocar suas principais estratégias de sobrevivência. Situação esta que não seria afetada ante a mudança do quadro político de inícios do século XIX.

Nas **conclusões**, finalmente, integram-se os distintos pontos desenvolvidos no decorrer dos capítulos para identificar o cenário regional de uma sociedade rural fronteiriça numa conjuntura específica de reajuste econômico produzido pelas Reformas Bourbônicas, período em que a região adquire importância relativa no contexto inter-regional ao se constituir em fronteira e ser povoada. Situação esta que não se modifica no início do período independente.

PRIMEIRO CAPÍTULO

ASPECTOS HISTORIOGRÁFICOS E CONCEITUAIS

Fazer um estudo de um espaço particular e com uma temática específica, neste caso história rural colonial, implicou levar adiante uma análise historiográfica para conhecer o estado da questão e a base de partida da pesquisa. Também, foi necessário discutir certos conceitos-chaves que estão presentes na pesquisa, como região, camponês e família. Considerei, particularmente, a importância do termo fronteira por sua flexibilidade e por ser este um conceito que praticamente atravessa toda a pesquisa. Assim as várias dimensões de fronteira (política, econômico-social, cultural e geográfica) podem-se identificar na própria região sob estudo no mesmo período colonial.

Cabe aclarar que, num dado momento, tive dúvidas se manteria este capítulo como tal, já que a maioria dos conceitos aqui tratados se fazem presentes no corpo deste trabalho. No entanto, considerei melhor mantê-lo na sua integridade pois não só aclara a constituição de conceitos fundamentais como fronteira e família, por exemplo, mas sobretudo, possibilita uma melhor compreensão da própria construção do objeto central desta pesquisa.

Neste capítulo, então, discutirei os principais apoios bibliográficos e pesquisas que foram o ponto inicial de onde surgiram as problemáticas a serem estudadas para a região de Río Cuarto. Para ter um referencial conceitual explícito, em primeiro lugar, algumas noções de região e história regional através de uma aproximação teórica que privilegia o espaço -o cenário específico- onde desenvolvi a pesquisa, continuo com algumas discussões sobre região, a noção de camponês -em relação à aplicabilidade do mesmo no período colonial- e o conceito de fronteira. Também, dado o tipo de fonte trabalhada -censo nominal onde mostra a composição familiar-, incluo indagações sobre o termo família e sua relação com a

Demografia Histórica. O capítulo, então será dividido em duas partes. Na primeira, trabalharei a questão historiográfica e na segunda a questão conceitual como referentes de apoio da pesquisa.

Como em toda pesquisa faz-se necessário partir de um estudo historiográfico, que vise conhecer o estado da questão e principais debates antes de iniciar o trabalho em si. Para a região de Río Cuarto não se tem ainda um estudo sistemático da produção histórica, por isso, foi necessário percorrer diferentes fundos de bibliotecas procurando material que, embora publicado, não resultaram acessível face ao caráter limitado e/ou esgotado da edição. Estes trabalhos locais têm uma abordagem bastante restrita, na medida que se circunscrevem ao estudo particular de Río Cuarto. Assim, a investigação foi completada com aportes de leituras dadas desde perspectivas mais macro, bem como de temáticas específicas que possibilitaram acrescentar alguns problemáticas semelhantes para o estudo em particular.

1. UMA QUESTÃO HISTORIOGRÁFICA PARA O ESTUDO DA REGIÃO DE RÍO CUARTO.

O estudo em particular levou a uma sistematização da produção historiográfica fundamentalmente do século XVIII. Período conhecido pelo nome Colonial-Tardio – ou também de tardo colonial- sobretudo a partir do Reformismo Bourbônico¹ que se diferencia dos séculos XVI e XVII vinculado ao velho sistema colonial.

Sobre história rural colonial foram reconhecidas quatro linhas historiográficas: 1) a história rural colonial hispano-americana; 2) a história rural colonial rio-platense; 3) a história colonial cordobesa e 4) a riocuartense propriamente dita. A seguir realizarei uma breve síntese destes principais referentes.

¹ O Reformismo Bourbônico será analisado no capítulo III.

2. HISTORIOGRAFIA COLONIAL HISPANO-AMERICANA

A história do mundo rural hispano-americano foi, durante décadas, praticamente dominada pelos estudos da grande propriedade. Até 1950, aproximadamente -no dizer de Raúl Fradkin (1993)-, a forma dominante da historiografia rural era a análise de tipo jurídico sobre o regime da posse da terra, onde elementos institucionais e legislativos levaram à conformação do latifúndio. Neste enfoque praticamente as variantes regionais não estavam contempladas

O livro de François Chevalier *La formación de los latifundios en México* (1952), sob a influência dos Annales, foi o primeiro estudo sistemático do tema e suas conclusões transformaram-se num modelo explicativo que orientaram pesquisas posteriores sobre a formação do sistema de fazenda latifundista. Foi assim que se iniciou, sob uma abordagem econômico e estrutural, estudos monográficos procurando demonstrar a aplicação do modelo. Também surgiram estudos sobre a questão agrária e camponesa.

Esta última problemática levou historiadores a indagar o que sucedia além da fazenda e sobretudo, pesquisar as formas e capacidades de resistência camponesa. Este enfoque se vinculou com a antropologia, pois a história indígena ficou relacionada com a história camponesa como mostrou o trabalho de Karem Spaldin *De indio a campesino* (1983), e o estudo historiográfico realizado por Halperín Donghi (1985).

Os modelos teóricos historiográficos mais influentes nas décadas de 1960 e de 1970 foram o de Witold Kula com seu livro *Teoría económica del sistema feudal* escrito em 1974, para orientar sobre a análise da *hacienda* (fazenda), e a recuperação da proposta do russo Alexander Chayanov surgido nos anos 20, para o estudo dos camponeses, em *Organización de la unidad campesina* (Chayanov, 1974).

Assim, as discussões teóricas, sobre a história colonial da América Latina, centravam-se sobretudo nos modos de produção e a transição ao capitalismo. O texto de Juan Carlos

Chiaramonte, *Formas de Economía y Sociedad en Hispanoamérica* (1982) e a compilação de Carlos Sempat Assadourian, *Modos de producción en la América Latina* (1979), refletem o pensamento da época.

Seguindo Raúl Fradkin, dois problemas colocavam-se por então: O desenvolvimento dos estudos monográficos comparativos com base no modelo teórico pre-estabelecido e a relação entre o caso particular e as condições gerais colocadas. Estas problemáticas levariam, posteriormente, a uma mudança no enfoque dos estudos agrários coloniais. Nos mesmos, sem deixar o referente macro, começaram-se a analisar situações regionais. Produto desta nova preocupação seria o reconhecimento da importância do mercado interior colonial e da primazia do capital comercial. Esta nova abordagem seria iniciada basicamente por Carlos Sempat Assadourian com seu livro *El sistema de la economía colonial* (1982), e por Juan Carlos Garavaglia com seu texto *Mercado interno y economía colonial* (1983). Assim, “a história econômica passou do sistema global e do comércio exterior ao estudo regional e aos mercados interiores” (Fradkin, 1993: 12, 13).

Esta nova dimensão resgata a variedade de situações regionais, propõe a interação entre a cidade e o campo, dar maior centralidade explicativa ao mercado interior, sem que por isso deixe de reconhecer a importância do mercado externo.

Desta maneira, as atuais produções orientam-se mais para pesquisas empíricas, o que faz mais difícil a síntese e a generalização. Porém, dão maior atenção às especificidades dos processos históricos regionais e -em contraposição aos enfoques estruturais- aos sujeitos sociais e as lógicas que guiam seu acionar.

2.1 HISTORIOGRAFIA RURAL DO RIO DA PRATA COLONIAL

A relação da historiografia do Rio da Prata com a historiografia hispano-americana foi, em palavras de Raúl Fradkin, “tardia e parcial”. A História rural argentina estava dominada também pelo estudo do regime da posse da terra. Na década de 1970 destaca-se o livro de

Horacio Gilberti *História Económica de la ganadería argentina*, que brinda uma periodização para o estudo da evolução rural na Argentina. No texto de Gilberti, impregnado num pensamento progressista, percebia-se que a origem do latifúndio pecuário e da classe proprietária “pampeana” estava relacionada ao sistema institucional de acesso e posse da terra.

Por isso, a história rural colonial rio-platense elaborada, sobretudo até a década de 1970, tinha deixado fixada a imagem de uma pampa sem estruturas familiares. Como se fosse uma planície habitada por “gaúchos” a cavalo e de estâncias, tal como aparecia desde fins do século XIX no dizer de Garavaglia e Moreno (1993: 9). Estas construções idealizadas eram produtos de trabalhos que se centravam quase exclusivamente no estudo do gado e da estância latifundista.

O denominado “relançamento” da história colonial rio-platense desde meados da década de 1980, junto à renovação dos estudos rurais, começou a dar um olhar muito mais complexo e heterogêneo sobre o mundo rural pampeano. Perspectiva historiográfica esta que se vincula também com as novas colocações teóricas e trabalhos empíricos realizados para o mundo colonial.

Esta renovação historiográfica identifica em Halperin Donghi, e seu livro *Revolução y Guerra* (1972), o iniciador de um novo enfoque com uma grande variedade de alternativas e sugestões para o tratamento da história rural.

Entre as novas problemáticas abordadas para a época colonial se podem citar: a polêmica referida à utilização da mão-de-obra rural e os motivos da instabilidade laboral – discussão apresentada pelos autores Carlos Mayo, Jorge Gelman e Samuel Amaral. Mayo (1987) dava maior importância à oferta de trabalho e ao comportamento dos trabalhadores, afirmando que “há gaúchos porque há terra disponível, quando esta tem sido totalmente apropriada, somente existem peões”. Amaral (1987) já atribuía o problema à demanda dos estabelecimentos rurais. Gelman (1987) porém coloca que o problema estava relacionado às

dificultadas para recrutar mão-de-obra rural no campo, dado que o peão tinha outras “alternativas de trabalho”, isto é, maior pagamento em outras estâncias ou acesso direto à terra.

Junto a Gelman, Juan Carlos Garavaglia (1987, 1989) coloca, a partir do reconhecimento do significado produção cerealeira, pecuária ou de sistemas mistos e da produção têxtil (Garavaglia e Wentzel, 1989), a hipótese da existência de um campesinato livre na campanha colonial.

Di Stefano (199:118), diz que uns dos aportes mais novos desta historiografía foi o ter considerado *a la mayor parte de los habitantes de la campaña como campesinos ocupados en las pesadas tareas de la agricultura y la ganadería*,²

Estas investigações foram acompanhadas sobre de estudos da população rural, migrações no espaço rio-pratense (Moreno, 1993 ; Mateo, 1993), e também sobre o acesso à terra em áreas de fronteira (Banzato e Quinteros, 1992), entre outros.

A maior parte destes trabalhos, no entanto, têm como cenário prioritário regiões e/ou micro-regiões do espaço “bonaerense” (Garavaglia, 1999) e também sobre a Banda Oriental (Gelman, 1998).

2.2 HISTORIOGRAFÍA COLONIAL CORDOBESA

A respeito da historiografia colonial referente à Cordoba, encontra-se com bastante produção, mas esta parece não ter um diálogo fluido com a historiografia “bonaerense”, sobretudo no que se refere a história rural colonial. Embora seja preciso reconhecer alguns antecedentes historiográficos gerais.

² Com o conceito de camponês, refere-se a pequenos produtores da colônia que desenvolviam tarefas agropecuárias procurando maximizar o trabalho da família (Di Stefano, 1991). Nesta linha de pesquisa, que insiste na importância da mobilidade da população rural e da difusão do trabalho livre, pode-se encontrar de forma implícita o modelo de Chayanov (ver sobretudo a Gelman, 1998).

Sem pretender fazer uma enumeração exaustiva, é necessário reconhecer nas histórias políticas -consideradas hoje “tradicionais”- os aspectos fundamentais da história de Córdoba, região no qual “*Río Cuarto*” se localiza. É preciso mencionar Ignacio Garzón com sua *Crónica de Córdoba* (1899), Torre Revello com a biografia elaborada sobre o primeiro Governador Intendente de Córdoba denominada *El Marqués de Sobre Monte* (1946), Ferrari Rueda sobre a cronologia cordobesa com sua *Historia de Córdoba* (1968) e, o já clássico manual de Efraim U. Bischoff intitulado, *Historia de Córdoba* (1977).

No campo da renovação historiográfica econômico social, é necessário salientar o trabalho de Ceferino Garzón Maceda (1968), que abriu uma nova linha de pesquisa entre os historiadores cordobeses e que seria posteriormente continuada por Assadourian (1973), Arcondo (1993), Palomeque (1989) e Punta (1997).

Garzón Maceda no seu artigo “*Economía del Tucumán, economía natural y economía monetaria. Siglos XVI-XVIII*” (1968), procurou mostrar a coexistência de uma economia natural e outra monetária na região do Tucumán, Cuyo e Rio da Prata nos séculos XVI, XVII e XVIII, com suas conexões junto a regiões do Brasil, Chile e Perú. Assadourian no trabalho *Potosí y el crecimiento económico de Córdoba en los siglos XVI y XVII* (1973), mostrava como era necessário estudar o interior do próprio “espaço peruano” e reconhecer: 1) relações inter-regionais; 2) funções que tinham Potosí e Lima como pólos de crescimento interno; 3) níveis de desenvolvimento e especialização econômica das distintas regiões; 4) intensidade e vias dos intercâmbios comerciais; 5) circulação monetária; 6) fluxos migratórios; e 7) tendência geral e flutuações regionais. Assadourian (1983) mostrou, de forma parcial e localizada, algumas destas colocações através dos movimentos da produção mercantil de Córdoba, considerando que a economia cordobesa estava condicionada pelos efeitos que resultavam dos movimentos do complexo mineiro do Potosí e Palomeque (1989) trabalho especificamente à questão da circulação do mercado interior.

Arcondo, em *El ocaso de una sociedad estamental* (1993), estudou os preços da região de Córdoba a partir de documentação jesuítica colonial, procurando se aproximar do

funcionamento real de uma economia estamental no decorrer de um prolongado período marcado por crise no século XVIII. Em seu artigo *“Los precios en una economía en transición. Córdoba durante el siglo XVIII”* (1973), coloca a situação de Córdoba como uma economia dual e complementar entre Potosí e Buenos Aires.

Dentro da mesma linha de abordagem, Inés Punta (1997) indagou sobre a economia e sociedade de Córdoba na segunda metade do século XVIII, procurando compreender o impacto das reformas borbônicas nas últimas décadas de domínio colonial, as flutuações da produção mineira, sua influência na região e o incremento do comércio de Córdoba com o porto de Buenos Aires. Apoiada num importante suporte documental, a autora conclui que as reformas borbônicas significaram aumento nas arrecadações fiscais e diversificação nas atividades comerciais tradicionais, mas não incrementou-se a produção local. As arrecadações continuavam sendo ineficientes para o controle do contrabando, e os magros ingressos dos impostos foram empregados para a manutenção da fronteira. Por outra parte, embora a política modernizada do Reformismo Bourbonico fosse acompanhada com intentos de controle sobre a população -tanto urbana como rural-, os intentos de regulamentar a mão-de-obra não deram resultados, pela forte mobilidade geográfica da população nesse período.

Nenhum destes autores, porém, trabalha a questão rural e fronteiriça, fazendo comentários secundários e superficiais, já que não é a intenção dos mesmos. Arcondo, por exemplo, diz :

“Las fértiles tierras del sur de la jurisdicción de Córdoba permanecieron en muchos casos desocupadas y sin cultivar. Las mercedes otorgadas en estas regiones y en distintas épocas, ya sea por su extensión o por ubicarse en zonas de frontera, no fueron reivindicadas por los herederos, sino cuando por una serie de circunstancias, se valorizaron a fines del siglo XIX” (1993: 35).

Por sua parte Inés Punta somente descreve a política do Reformismo e o controle da mão-de-obra na campanha, bem como fundações de vilas. Na sua conclusão afirma :

“Ni siquiera el objetivo de Sobremonde de ampliar el territorio corriendo la frontera hacia el sur respondía a una necesidad efectiva de

incrementar el espacio productivo. No había tampoco en esa frontera una disputa por las tierras con los indígenas que pudieran justificar esos nuevos poblamientos y sólo quedaba el viejo modelo hispánico, aún vigente, de ir sentando mojones para garantizar la posesión del territorio”. (1997 : 263).

Qualquer destas duas afirmações poderá ser reconsiderada, a partir de um enfoque que trabalhe a própria região fronteira, assim como sua população rural, a disponibilidade de terras, as possibilidades de acesso a terra, a condição da mão-de-obra rural. Isto poderá se realizar seguindo as dispersas e heterogêneas fontes que se têm para a época.

Por outro lado, a Demografia Histórica fez importantes contribuições para o estudo da população cordobesa. Nesse sentido, Dora Celton (1992, 1996) indagou acerca da jurisdição de Córdoba -*Ciudad y campaña a fines del siglo XVIII*- a partir do Censo de 1778 e outros documentos quantitativos e qualitativos, os quais lhe possibilitaram mostrar o crescimento da população e o complexo processo de mestiçagem iniciado. Estas pesquisas que indicam o incremento do preconceito racial na época, complementam o já clássico estudo de Emiliano Endrek sobre *El mestizaje en Córdoba* (1966).

Estes trabalhos analisam a situação da população cordobesa, seu crescimento e os problemas de mestiçagem, e são um grande referente para a pesquisa que realizei. Porém é preciso salientar que, ao estudar Córdoba e ao se preocupar com a sua articulação com o “espaço peruano” e com o “espaço rio-platense” num marco de crise e reajuste econômico produzido pelas Reformas Bourbonicas, a região do rio Cuarto, espaço marginal e periférico nessa ligação, fica praticamente diluída.

A historiografia colonial bonaerense produzida, sobretudo rural e fronteira, abre um leque de possibilidades para aprofundar tanto questões teóricas como necessidades de corroboração empírica. A esta, soma-se a historiografia colonial cordobesa desenvolvida, que embora não tenha percorrido as temáticas anteriores é uma leitura necessária, pois o espaço sob estudo encontra-se incluído em seu marco espacial, quer dizer na sua jurisdição. Finalmente, a própria produção historiográfica riocuartense, ainda que mantenha um viés

localista e não tenha colocações teóricas, dá os dados básicos para a problemática indagada na região de “*Río Cuarto*” a fins do século XVIII. Portanto é fundamental ter um levantamento historiográfico da mesma.

2.3 HISTORIOGRAFÍA COLONIAL DA REGIÃO DE “RÍO CUARTO”

É justamente dentro do movimento de renovação historiográfica -anteriormente mencionado- que estudei a região de “*Río Cuarto*”, reconhecendo obviamente seus próprios antecedentes.

Nesse sentido, foi com Pedro Grenón com seu livro *Los Pampas y la frontera del sur* (1924) e posteriormente Juan B. Fassi (1931, 1935, 1947) -através da Revista *El Heraldo de Reducción*- que se inaugurou a historiografia colonial “riocuartense”. Estes trabalhos tinham uma forte influência da corrente do cristianismo preocupada em mostrar o avanço da evangelização nas margens da “civilização”.

Nos meados do século XX, dois livros têm merecidos destaques: o acadêmico Alfredo Vitulo em sua *Historia de Río Cuarto* (1947) traça uma evolução política-cronológica do principal centro urbano constituído na região, a vila de “La Concepción del Río Cuarto”, desde suas origens até fins do século XIX, imbricado na filosofia progressista da história local. O tenente-coronel Anibal Montes em seu livro *La Historia Antigua de Río Cuarto* (1953), mostra como a história do “*Río Cuarto*” se confunde com a história da “*merced*” dos descendentes de Jerónimo Luis de Cabrera - fundador da cidade de Córdoba. Assim, esta é tratada como a história do grande “latifúndio” dos Cabrera no qual se observa somente o processo de ocupação legal da terra.

Na década de 70, se somariam as várias contribuições através de pesquisas empíricas de Carlos Mayol Laferrere (1973, 1977, 1981). Por outro lado, o livro de Víctor Barrionovo Imposti (1986) condensa dados documentais e bibliográficos existentes até a década de 1980, no que se refere a história colonial da região. Estes trabalhos são uma grande

colaboração enquanto localização de documentação pertinente, porém carecem de marcos teóricos de referência.

Na linha demográfica, cabe mencionar a pesquisa de Adriana Fourcade (1986, 1991) sobre o crescimento populacional da “*vila-fortim*”, e a pesquisa de Susana Gutiérrez (1995, 1997) relacionando população e atividades produtivas. Também temos o trabalho de Olga Bonet e Zulma Larrea (1991), referente às atividades de um comerciante de campanha na jurisdição da vila da Concepción. Este concentra-se fundamentalmente, pelo tipo de fonte trabalhada, na esfera da circulação. Finalmente é preciso mencionar a síntese explicativa de Susana Gutiérrez no texto *Ocupación y conformación espacial del sur de Córdoba* (1993), que proporciona uma interessante e sugestiva periodização sobre o processo de ocupação das terras na região desde o período pre-colombiano até o século XX.

Estes últimos trabalhos – Gutierrez, Fourcade, Saino e Larrea- podem ser considerados como os iniciadores de uma nova linha de pesquisa dentro da historiografia regional riocuartense que foge do tratamento político e jurídico anteriormente desenvolvido.

Do exposto nesta primeira parte podemos perceber que as produções históricas hispano-americanas da época colonial ainda têm uma preocupação com o mundo rural e praticamente não têm desenvolvido trabalhos sobre espaços periféricos, fronteiriços e marginais, de pouca densidade populacional.

A irrupção da “renovação historiográfica rio-pratense”, desde meados da década de 1980, tem colocado como alvo próprio de pesquisa questões do mundo rural que fizeram mudar a imagem tradicional da história argentina, produzindo uma verdadeira “revolução historiográfica”. Essas pesquisas, porém, ficaram mais concentradas no próprio espaço “bonaerense”. Espaço este que de periférico, para o mundo colonial, passou a ser o principal protagonista na historiografia argentina do século XIX.

Já a historiografia cordobesa da colônia trata de mostrar seu equilíbrio entre Buenos Aires e Potosí, e seu papel mediador entre os pólos de atração. Mas a crise do período colonial tardio levaria inevitavelmente a sua articulação com Buenos Aires e o Atlântico.

Finalmente, a produção colonial local pode mostrar, em princípio, que a região de Río Cuarto parece ter uma funcionalidade específica no contexto inter-regional. Região de transição entre serra e planície, é periférica e marginal no “espaço peruano”, posto que é área de articulação colonial entre Buenos Aires, Cuyo, Chile e Córdoba, é também zona de conflito inter-étnico. A fins do período colonial, a região parece adquirir certa importância na Córdoba colonial, ao passar a ser fronteira “interior”. No entanto, não tem a força própria e necessária que possibilite, o avanço fronteiriço, como se deu na província de Buenos Aires.

3. UMA QUESTÃO CONCEITUAL

Para o tratamento do tema específico da região de Río Cuarto, julguei necessário apresentar algumas considerações gerais sobre os conceitos que estarão presente no desenvolvimento da tese. Estes são: região, camponês, fronteira e família.

3.1 ESTUDO DO PARTICULAR E OS PARADIGMAS TEORICOS: HISTÓRIA REGIONAL E MICRO-HISTÓRIA

A Enciclopédia Einaudi (1986) tem um de seus verbetes dedicado especificamente ao conceito de região: identifica este termo com a tradição da Geografia Humana, basicamente no que se refere a paisagens, povoamento e migrações, Mas as discussões das diferentes dimensões teóricas nas quais poderia ser abordado o conceito -realidade do espaço e sua vinculação com o tempo-, permite identificar as principais linhas teóricas da geografia: Determinismo Ambiental, Possibilismo, A Nova Geografia e a Geografia Crítica. Nesta aproximação, autores como Lobato Correa (1986), Milton Santos (1986), Correia de Andrade (1994) -desde a perspectiva geográfica-, Ciro Cardoso (1982), Susana Bandieri

(1993, 1996), e Eric Van Young (1987) -desde a histórica-, discutem o conceito e dão seu ponto de vista.

Em princípio, a noção de região apresenta-se com um enfoque associado à descrição, ao estudo do concreto, à individualidade dos lugares. Depois passa para uma perspectiva mais abstrata na identificação de regiões “homogêneas” e de regiões “polarizadas ou funcionais”, esta última caracterizada “pela existência de fluxos e de relações de dominação, de organização ou de complementaridade” (Van Young: 1987).

Este enfoque permitiu identificar o espaço em estudo como uma região marginal dentro do “espaço peruano”, no dizer de Assadourian (1983), ou dentro do “mercado interno colonial”, nas palavras de Garavaglia (1983). Seus limites são flexíveis pois esta começa e termina onde inicia e finaliza sua explicação, no entendimento de De Jong (1987). Por isso, a região não é um espaço definido a priori; esta se apresenta como um “sistema aberto”, como afirma Bandieri (1995), e recebe múltiplas influências e varia seu *hinterland*, dependendo do período a pesquisar.

É necessário lembrar, no entanto, que a crise do Paradigma da “explicação” colocado por Laurence Stone (1978) afetou também, entre outras coisas, aos estudos históricos espaciais. O vínculo da História com a Geografia foi substituído por um diálogo mais fluido entre a História e a Antropologia, dando o surgimento da micro-história, reconhecida como uma prática essencialmente historiográfica com referências teóricas múltiplas e ecléticas, no dizer de Giovanni Levi (1993). Esta nova abordagem teve repercussões nos estudos particulares – enquanto que baseado na análise relacional em escala pequena, procura reconstruir a densa rede de relações que formam o conjunto social. Desta maneira, cada comunidade torna-se em objeto de pesquisa como uma realidade complexa, em que se pode descobrir problemáticas novas ao reduzir a escala de observação que um olhar estrutural impedia registrar.

Nesta perspectiva de análise, a procura de confrontação do modelo com o concreto, do geral com o particular, pode conduzir mudanças sobre interpretações já consolidadas, propor novas interrogações ou mesmo achar novas respostas para velhas perguntas. Esta linha de abordagem permite a aproximação da pesquisa sobre a região de Río Cuarto no final do século XVIII, como um modelo “flexível” constituído *a priori*, que funciona como hipótese e como guia de trabalho, porém aberto a prováveis mudanças no decorrer da investigação. Isto é, sem pretender que o caso particular de estudo seja um exemplo do modelo aprioristicamente constituído, nem pretender resgatar uma singularidade que foge de normas pré-estabelecidas desconectada de seu contexto que lhe dá suporte.

3.2 A NOÇÃO DE CAMPONÊS

A pesquisa que até aqui desenvolvi busca também discutir sobre a existência de mão-de-obra livre, de um campesinato, ou de famílias crioulas camponesas num espaço peculiar de fronteira. Porém, um dos termos que têm ocasionado bastantes discussões é o termo camponês. Este carrega uma alta densidade teórica que fez impossível abordá-la sem fazer alguma referência, embora resumida, à historicidade da mesma.

Fontana (1997) diz que a voz camponesa é artificial, nova e sem raízes. No século XVIII recebe uma adjetivação negativa, sinônimo de *rústico* e de *vilão*. Foi no transcurso do século XX que reaparece, com uma valoração positiva, como protagonista de movimentos revolucionários que tem como objetivo a liberação social da história contemporânea na luta contra a opressão colonial. Estes trabalhos estiveram desenvolvidos dentro da sociologia rural, e estavam preocupados em dar uma definição de camponês que fosse aplicável a distintas situações particulares. Na década de 80, no entanto, Shanin (1980) reconhecia a impossibilidade de uma única definição assim como a heterogeneidade e a necessidade de se localizar o camponês em um contexto social e histórico, e tratá-lo como sujeito da história.

Em termos gerais, o estudo do camponês tem variado no decorrer do tempo. Marroni (1998) identifica as seguintes linhas: 1) O pensamento romântico defensor dos valores tradicionais do campo; 2) O olhar dos ilustrados que os apresentam como rústicos

campestres atrasados e resistentes ao câmbio; 3) Um certo marxismo que os mostra como resíduos da sociedade capitalista destinados a serem destruídos por esta, através do processo de proletarização; 4) O modelo populista agrarista que interpreta o camponês com uma lógica diferente do capitalismo, com sua racionalidade específica, no entendimento de Chayanov; e 5) por último, como dominados pelas sociedades e submetidos ao poder hegemônico segundo indica Eric Wolf (1976).

Esta última corrente intelectual coloca o problema entre o camponês e o poder (os proprietários da terra, os funcionários e os agentes que atuam para submeter as sociedades camponesas). As elites apropriam-se do excedente da produção criando sobre o camponês, formas de dominação econômica, política e cultural. Ao mesmo tempo, caracteriza o sistema camponês como uma forma de exploração dos recursos naturais através de uma tecnologia simples, mais adaptada ao meio ambiente com aproveitamento da energia natural e do meio.

Na América Latina, a partir da década de 1970, começou-se a indagar sobre formas e capacidades de resistência camponesa. Os modelos teóricos mais influentes foram os de Witold Kula e Alexander Chayanov. As pesquisas históricas tinham a matriz na chamada “História Econômica-social” da segunda geração dos *Annals*, com uma perspectiva economicista generalizante e abstrata, e dominavam os trabalhos de casos, seriais e quantitativos. No dizer de Fradkin, na historiografia deu-se dois movimentos: 1) Abertura em relação a fontes primárias e surgimento de técnicas quantitativas; e 2) Aumento de discussões teóricas sob um enfoque histórico estrutural em que adquire centralidade a explicação da forma de transição ao capitalismo. Os livros de Assadourian (1979) e de Chiaramonte (1982) são expressões dessa época.

Os enfoques pós-setenta avançam e priorizam mais as pesquisas empíricas sobre grupos camponeses de distintas regiões do que as discussões dadas nas décadas anteriores, sem que por isso esteja presente o arcabouço teórico e ideológico que norteia a pesquisa.

Nessa direção encontram-se os trabalhos de Gelman e Garavaglia³ mencionados anteriormente.

Seguindo tal linha de raciocínio, tendo em conta esta breve síntese da noção e suas implicações, entende-se o conceito de camponês num sentido amplo, quer dizer, ele é um habitante do mundo rural que tem algum tipo de usufruto sobre a terra (seja como proprietário, em arrendamento, como “*agregado*”, ou de ocupação de fato) ; vive sob uma economia de subsistência em colaboração familiar, com vinculação ocasional a um mercado local; pode, em algumas ocasiões, recorrer a mão-de-obra adicional, contar com agregados, e em outras, vender sua força de trabalho a outro produtor – quer dizer “*conchavarse*”, cobrindo mão-de-obra estacionária necessária para algumas atividades específicas do campo.

3.3 A CONCEITUAÇÃO DE FAMÍLIA

Por muito tempo procurou-se uma definição de família que fosse universal. Porém, posteriormente, considerou-se sua impossibilidade, já que o termo contém mudanças históricas. Ao estabelecer-se uma única definição da família, esta opção opaca a diversidade das experiências familiares mudando as diferenças no tempo e as singularidades no espaço em qualquer tempo e lugar em particular. Hoje reconhece-se que o conceito de família é uma elaboração ideológica e social, e que qualquer tentativa de defini-la como uma instituição delimitada, com características universais, fracassará.

Sobre os estudos historiográficos sobre a Família, Anderson (1998) distingue três aproximações: a demográfica, a dos sentimentos; e a da economia doméstica, sendo que cada um tem realizado aportes para a compreensão da vida familiar no passado. Reher (1996), por sua vez identifica os estudos sobre a família dentro de linhas disciplinares: a demográfica, a económico-sociológica, a antropológica e a genealógica.

³ Num trabalho de Garavaglia (1987) expressa “*Hemos preferido aquí, no perdernos en discusiones acerca de que es un campesino. Mucha tinta ha corrido últimamente sobre este tema y sólo queremos que el*

A demografia histórica tinha utilizado abordagens abrangentes de explicação e modelos teóricos para a conceituação de família. Nessa linha é importante os aportes de Laslett para identificar tipos de família. A crise dos postulados teóricos que se sustentavam na elaboração dos modelos macros também repercutiu nos estudos demográficos. Apareceu então a necessidade de completar as pesquisas quantitativas com fontes qualitativas, dando passo a uma nova forma de estudos sobre a família ainda que se reconheça alguns antecedentes específicos.

Para o estudo da família na época colonial, a mesma foi definida em termos de contribuição produtiva e vinculação à casa. Desta maneira, empregados que moravam e trabalhavam na casa, mas não tinham parentesco sanguíneo, eram em geral tratados como membros da família, pois eles compartilhavam o trabalho no domicílio e estavam sujeitos à autoridade do chefe da morada, porque dependiam dele (Dicionário Ciências Sociais, 1986). Compreendia os que viviam sob um mesmo teto e compartilhavam o mesmo fogo.

As unidades familiares no mundo colonial dentro de âmbitos rurais fronteiriços constituíam-se também em objetos de estudos. Estas podem ser compreendidas por pequenos proprietários de campos e camponeses conformando unidades autônomas com redes próprias de comunicação, escalas de valores e padrões próprios de comportamento. As divisões culturais internas entre estes grupos sociais que compartilhem o mesmo horizonte cultural não têm que ser tão categóricas.

Em muitas regiões, a posse da propriedade transmissível afeta fundamentalmente as estruturas familiares e os arranjos matrimoniais entre proprietários, impossibilitando o acesso de outros grupos sociais. A história das famílias, geralmente da elite, permite identificar como se dão estes processos.

Os estudos das **unidades familiares** da época colonial no mundo hispânico têm como uma de suas principais fontes as listas nominativas presentes nos censos. Nestes, os

sobrenomes dos habitantes encontram-se agrupados em domicílios e, no dizer de Peter Laslett, os indivíduos acham-se agrupados respondendo a três imperativos:

1. Segundo durmam sob o mesmo teto - (critério espacial) distribuição geográfica
2. Segundo compartilham certo número de atividades - (critério econômico-social) funcionais
3. Segundo vínculo de parentesco - (critério afetivo, de aliança) familiar

Laslett distingue entre família e grupo familiar, dado que a família não qualifica ao grupo familiar. É a palavra domicílio ou “*fogo*” a que designa melhor ao grupo familiar pela pertença ao lugar de residência. O termo família tem um sentido mais amplo que domicílio, dado que a rede familiar difunde-se por vários domicílios com base no parentesco. Por isso, o conceito família é mais complexo que a separação das unidades censais das listas nominativas, podendo ocorrer que um domicílio agrupe várias famílias ou agrupe a indivíduos sem relação de parentesco. Muitos dos estudos da composição familiar na época colonial tem por suporte as listas nominativas censais onde os sobrenomes dos habitantes encontram-se agrupados pelas casas, sendo que estas designam ao mesmo tempo o domicílio e a composição familiar.

A “casa” é o lugar de contenção das unidades familiares e outros dependentes; isto é, a residência que adotam os que vivem sob o mesmo teto, dado tanto por relação de parentesco como de cooperação (seja por dependência ou proteção) e solidariedade.

Para analisar as unidades censais registradas na região de “*Río Cuarto*”, utilizou-se o termo *fogo*, porque é mais adequado que o de família, no sentido de poder reconhecer sua composição. Nos fogos ou domicílios moravam outros membros além da família consanguínea (agregados, criados, escravos e até órfãos) que poderiam ter uma relação econômica, quer dizer, poderiam atuar como criados domésticos ou peões do campo.

Os padrões possibilitam identificar os tipos de domicílios constituídos na região nos fins do século XVIII, dado que o fogo é o espaço social no qual se desenvolvem funções de produção, consumo, reprodução e socialização.

O censo de população da época colonial de 1778, do mesmo modo que outras listas nominativas, inclui como membros do domicílio: o marido (localizado em primeiro lugar e sendo geralmente o chefe da casa), a mulher e os filhos. Logo, os que habitam com eles, parentes tanto sejam diretos (por sangue), como indiretos (por aliança) e os domésticos. Estão excluídos os familiares, como os filhos e parentes que podem habitar às vezes muito perto -e serem reconhecidos geralmente pelos sobrenomes-, mas que no olhar do censista não são considerados como residentes do mesmo.

A maioria dos estudos consultados que abordam a família colonial usam a tipologia de Peter Laslett (1972) que identifica domicílio simples, domicílio estendido e domicílio múltiplo (por exemplo Garavaglia 1993 : 171). Esta taxinomia continua sendo utilizada embora receba críticas. Moreno e Mateo, referem-se as “questionadas mas ilustrativas categorias do *Cambridge Group* de P. Laslett” (1997 : 47). Judith Farberman diz que “o questionado modelo de Laslett domina os estudos sobre estruturas familiares nas sociedades pré-industriais européias e na maior parte dos trabalhos que se têm escrito para a área de latino-americana colonial” (1997 : 17). Celton (1993) por sua parte trabalha com a tipologia de domicílio tomada da CELADE (Centro latino-americano de Demografia) identificando em seu estudo da população em Córdoba os seguintes tipos de domicílios: unipessoal, nuclear, estendido e composto (Lira, Felipe. 1976).

Estes trabalhos têm contribuído para se ter uma idéia aproximada dos tipos de classificações existentes em relação ao estudo particular que venho realizando. O conhecimento da estrutura demográfica de uma região possibilita observar o papel da família na mesma e as estratégias de ação da mesma. Por exemplo, quando há escassez de terras as famílias extensas são mais comuns, em troca, quando não existem restrições de terras as famílias nucleares ou simples predominam (Metcalf, 1994).

O mapeamento populacional da região de “*Río Cuarto*” (censo 1778) será o registro de partida para poder identificar dados sobre as estruturas dos domicílios e poder reconhecer numa região rural e de fronteira, “nas margens da onda”, as famílias – camponesas e de elite.

Assim, para os demógrafos, a família conjugal tem interessado porque facilita as reconstruções familiares e permite conhecer a reprodução demográfica da sociedade; para os sociólogos, as pesquisas sobre tipos de fogos, consideram-se básicas para a compreensão das famílias que moravam, comiam e trabalhavam juntas. Para os antropólogos, o grupo de parentesco, permite identificar a transmissão do patrimônio familiar e na utilização de certos comportamentos de sobrevivência. Os genealogistas reconhecem no decorrer do tempo os êxitos, os fracassos e as estratégias empregadas. (Reher, 1996: 28, 29).

García González (1995) considera que a historiografia sobre família ingressa atualmente num momento em que o denominador comum poderia estar dado pela interdisciplinariedade e o cruzamento de distintas fontes que supere perspectivas estreita da família funcional e estrutural. Coloca a necessidade de compreender e explicar os mecanismos de estruturação e funcionamento em relação à realidade socio-econômica. Para este autor uma das práticas metodológicas prioritárias seria o estabelecimento de genealogias sociais, por quanto permitem apreciar as redes de relações e os mecanismos de permanência e câmbio do sistema social (1995: 333). Por quanto é necessário o “*estudio de la red social, las relaciones de parentesco, residencia y vecindad; estrategias matrimoniales y sistemas de herencia; el papel de los vínculos de amistad y solidaridad y en definitiva, todo el universo de sociabilidad en el que se inserta el individuo*” (1995: 334). Dado que em sociedades onde o vínculo de consangüinidade era entendido tanto “doadora de identidade” como “causa de exclusão”, o mesmo é o nexos das relaciones sociais. (1995: 336). Assim a família é uma continuidade simbólica que se perpetua através duma rede de relações que transmite em senhas de identidade e que nas primeiras gerações determina as novas formações familiares com certas pautas matrimoniais que permitem manter o patrimônio.

Para Latinoamérica, Sargiotto (1991) expressa que o estudo da família representa um novo campo dentro da historiografía. Nesse sentido, a análise da família de elite, se bem que tenha sua origem na produção das genealogias, a partir dos setenta focalizou-se na estreita relação entre o tipo de família e o controle das estruturas políticas e econômicas. Desde então, a família de elite tem sido entendida “*como un actor social colectivo formado por una familia extendida que desarrollaba estrategias en lo político, lo económico, lo social y lo ideológico* (1991: 4).

A família, no período colonial exerceu importância fundamental no funcionamento das atividades econômicas e nas relações sociais e políticas. Foi da família ou para ela, e não necessariamente a consanguínea, que todos os aspectos da vida cotidiana, pública ou privada convergiam ou originavam-se. A família conferia aos homens estabilidade ou movimento, além de influir no status e na classificação social. Pouco referia-se ao indivíduo enquanto figura isolada, sua identificação era sempre em relação a um grupo mais amplo. O termo apareceu ligado a elementos que foram mais além dos limites de consanguinidade, onde misturavam-se a co-habitação, o parentesco que incluía relaciones rituais e as alianças políticas. (Castro Faría, 1997)

Para a história das vinculações familiares em distintas regiões do Prata, Socolow e Moutoukias têm-se transformado em referenciais, sobretudo quando estudam-se as redes parentais em relação com o poder⁴.

A região de Río Cuarto, apenas tem sido marcada pelas pesquisas sobre outros espaços coloniais e pelas aproximações historiográficas européias. Há vários estudos genealógicos dos descendentes dos conquistadores (Lascano Colodrero, 1936; Moyano Aliaga, 2000), assim como os dos primeiros povoadores da Vila de La Concepción de Río Cuarto. (Mayol Laferrere, 1975, 1976, 1979, 1980, 1981) . Estes estudos junto a outros

⁴ Isto observa-se no Simpósio “Parentesco y poder en América” organizado por N. Areces, D. Barrera y S. Mata en Neuquén para las VII Jornadas Interescuelas/Departamento de Historia. Comanhue, 1999. Também no artículo *Familia, Parientes y clientes de una provincia criolla*. Historia de la Vida privada en la Argentina de Beatriz Bragoni Taurus, 1999.

trabalhos, dentro da vertente francesa (Fourcade, 1991) e outros marcados pela metodologia de Peter Laslett realizados na fronteira bonaerense, funcionam como referenciais na procura de construir a História da Família na região de Río Cuarto.

Dos mesmos pode-se considerar que: os estudos genealógicos, vinculados a determinadas famílias deixavam de lado a maioria das famílias residentes nestes povoados; que a abordagem demográfica, com a intenção de conhecer a estrutura e dinâmica populacional, a reconstrução familiar é tratada de forma homogênea e não permite identificar as características dos distintos tipos de família. Finalmente, a abordagem demográfica, proposta pela Escola de Cambridge, permite identificar os distintos grupos de lares em relação com os distintos sub-espacos que conformam a região de Río Cuarto na época colonial⁵; embora estes, baseados unicamente na composição dos fogos, cortam arbitrariamente as relações familiares. O estudo das redes de parentesco e alianças transcende o censo, dado que a complexidade familiar é dificilmente observável se analisamos somente aqueles que “compartilham o mesmo fogo”.

Em síntese, os estudos genealógicos têm um enfoque por gerações, diacrônico, embora restringido às famílias de “prosápia”; a linha demográfica francesa procura mostrar a reprodução demográfica, o ciclo vital (nascimento, matrimônio e morte), próxima a uma perspectiva estruturalista mas não permite reconhecer as diferenças entre os grupos sociais; a corrente demográfica da Escola de Cambridge possibilita identificar a composição dos “fogos” mas fica numa abordagem sincrônica e estática (o censo é somente um instante na vida dos indivíduos). Já os estudos dos vínculos de parentesco dá uma melhor aproximação à família embora também é limitado a os grupos que deixaram seus próprios registros.

⁵ Reher expressa que *Pese a las críticas y dudas que se plantearon acerca de la metodología de Laslett, muchos historiadores siguen de los postulados originales de Laslett utilizando el hogar como fuente esencial de datos sobre la familia y aplicando algún tipo de esquema clasificatoria de las estructuras de hogar* (1996: 17-18)

3.3.1. AS FAMÍLIAS DA ELITE RURAL REGIONAL

A partir destes antecedentes, complementados com outras pesquisas e fontes, permitiu reconhecer a existência de “famílias de elite”: surgidas, a maioria, de descendentes de conquistadores (Século XVI) e primeiros povoadores (Século XVII y XVIII). Estas vinculavam-se em diverso graus ao sistema socio-econômico e político do mundo colonial, fundamentalmente cordobés.

Para o estudo da elite da época colonial tem-se tomado o conceito de elite entendido como grupo que concentrou “prestígio, poder e riqueza”⁶. Embora, salvando as distâncias do que eram as grandes elites coloniais, aqui, no espaço marginal, estava-se frente a um grupo de relativa autonomia para tomar decisões por si mesmo. Por isso, para a região, este conceito deve-se tomar de forma ampla e aberta. A maioria destas famílias possuíam prestígio, por ter escudo de armas, além de conservar o uso da partícula “dom” que somente podiam utilizá-lo aqueles que o tinham por herança familiar, algumas tinham certo poder militar, todas eram proprietários de terras (seja por herança ou porque a tinham adquirido por compra ou por vínculos de parentesco) e de escravos; embora, sobretudo, procuravam se afiançar economicamente num novo espaço que começava a ter importância no contexto inter-regional do final do século XVIII.

3.4 O CONCEITO DE FRONTEIRA E SUA CONSTRUÇÃO HISTÓRICA.

A noção de fronteira foi variando no tempo tanto quanto as concepções teóricas subjacentes da história. De uma dimensão político-militar unida à ocupação territorial que acompanhou a história política passou a um enfoque sócio-econômico, onde foi entendida como uma área de terras livres em contínuo recesso junto ao avanço da colonização. Porém, estas posições mantiveram em comum um fundamento legitimador expansionista. Mais tarde,

⁶ Esta explicação do termo, tomada de Peter Burke. *Veneçia y Amsterdam, Estudios sobre la élites del siglo XVII* (1996: 32) é utilizada em pesquisas que analisam as relações parentais a fins ao final século XVIII, por exemplo Cristina del Valle (1997) e Griselda Tarragó (1999), entre outros.

dentro de novas perspectivas historiográficas, fez-se ênfase em uma dimensão cultural, que mostra os espaços de fronteira composto por horizontes distintos nos que se procura analisar as relações inter-étnicas.

Deste modo, fronteira, conceito surgido da própria geografia, adquiriu no decorrer do século XX uma dimensão desterritorializada. Assim, diferentes aportes historiográficos deram ao conceito seu enfoque para aquela “situação de borda”. Aqui, mostram-se perspectivas historiográficas diferentes sobre o conceito.

3.4.1 A NOÇÃO DE FRONTEIRA ATRAVÉS DO TEMPO

A expressão, surgida para explicar a ocupação de um território de um centro hegemônico, normalmente fez referência a uma condição e expectativa de situação temporária. Por isso, fronteira remete a um certo espaço considerado provisório. O avanço ou deslizamento fronteiro fizeram então perder toda a referência com aquele lugar singular, para ser aplicado a outro espaço ou perder seu caráter explicativo, devido a um suposto fim da fronteira. Por isso, o que caracteriza a noção de fronteira é o seu caráter de transição e seu dinamismo.

Porém, diferentes teorias desde meados do século XIX têm captado o conceito e têm pretendido explicar desde um determinado olhar teórico. As mudanças de paradigmas na historiografia do século XX foram aportando ao conceito novos ingredientes, que levaram ao abandono da perspectiva política militar para captar a fronteira desde uma dimensão econômica-social primeiro e cultural posteriormente.

3.4.2 A FRONTEIRA POLÍTICO-MILITAR

Foi sobretudo desde a formação dos Estados que se começou a gestar uma teoria de Fronteira dada desde a Geografia, e que também foi aproveitada pela própria disciplina histórica.

Ao término do século de XIX, Friedrich Ratzel formula uma concepção geográfica de fronteira que se correspondia com a legitimação do Estado. Este autor foi formado no espírito prussiano que lutava para a consolidação da unidade alemã, defendendo idéias ligadas ao estabelecimento de um espaço vital, e analisou problemas relacionados à instabilidade das fronteiras políticas e o acesso aos oceanos (Correia de Andrade, 1994: 19). Postulava que a fronteira estava constituída por inumeráveis pontos nos quais se sustenta um movimento que é próprio de cada ser vivo. Deste modo, a fronteira é basicamente móvel (Zientara, 1989: 306). Não é uma área de detenção definitiva, mas uma pausa diante da falta de condições vitais necessárias, ou frente à resistência de outro movimento em sentido contrário. É de avanço, se assim o permitem as condições vitais, ou caso contrário de retrocesso. Para isto a mobilidade é o caráter intrínseco ao conceito de fronteira, embora algumas sociedades tentem fixar seus próprios limites definitivamente.

As fronteiras, então, apontam até onde estende-se a ação da soberania territorial. Por isso, importa que estas sejam fixadas com precisão, de forma que não exista dúvida alguma sobre o lugar onde termina o poder de um Estado e começa a autoridade de outro.

Deste modo, com base em um critério de objetividade e certo suporte da geografia determinista – quer dizer, pela qual a natureza determina o meio –, as fronteiras deveriam cumprir a função de conter dentro de seus limites um todo homogêneo. Para isto foram procurados acidentes naturais que possibilitassem ratificar aquela função. Os “confins naturais”, por ser os considerados seguros, foram sempre compreendidos como último objetivo de fronteira. Então, a Geopolítica atribuiu aos fatores geográficos uma função decisiva na construção do território. Mais tarde, também foram admitidos os limites convencionais entre Estados vizinhos, sendo identificadas as fronteiras físicas ou naturais e as convencionais ou artificiais. Foi compreendido, então, o conceito de fronteira como linha imaginária que separa dois espaços submetidos a ordens jurídicas diferentes e determinando o âmbito espacial de validade do mesmo, como também o extremo ou limite de um Estado, Reino ou país.

Daquela perspectiva, já no século XV foi definida a fronteira como linha ou termo que parte e divide os reinos por estar um *fronteiro*, quer dizer, na frente do outro. E o limite era o termo que indicava o confim das possessões. Embora etimologicamente o conceito de fronteira derive do antigo latim *fronteria*, ou *frontaria*, que indicava a parte do território localizada em *fronte*, quer dizer na frente (Zientara, 1989), na avançada, fronteira e limites foram usados indistintamente.

Para Lucena Giraldo (1996), apesar da aproximação dos conceitos, há uma diferença fundamental. Fronteira agüenta uma visão espacial do território, é o espaço periférico e leva implícito a alienação do centro. Limite implica uma demarcação de linha (linha “imaginária”), é uma separação de jurisdições, marca o fim de um domínio e o começo de outro.

Por isso, a fronteira pode ser limítrofe ou fronteira interior. Na primeira reconhece-se mutuamente as soberanias dos dois domínios, Reino ou Estados adjacentes. Na segunda não há um reconhecimento de outro domínio, além do controlado pelo centro. Assim, o limite requer deslinde e cartografia; a fronteira interior impulsiona à colonização, ocupação e povoamento, para integrar o território ao domínio em questão⁷.

Porém, os dicionários definem o termo como a extremidade de um Estado, país ou Reino, e também utiliza-se como separação ou divisão. “Linha imaginária” que separa duas regiões distintas, embora isto seja somente abstração política que não tem existência real mais que no mapa geográfico. Por isso, Pierre Vilar falou, faz quase duas décadas, “*frontera es actualmente una palabra, y un hecho, perfectamente definido desde el ponto de vista jurídico (...). Las fronteras políticas (...) son consecuencia de tratados (...) producto de la historia que no se hace completamente por acaso*” (1982: 148).

Para compreender essas fronteiras políticas, Vilar destacava a necessidade de incorporar a dimensão histórica, dado que as zonas de fronteira são consciência de um

⁷ Parafraseando a Mellafe, se poderia dizer que este tipo de fronteira é entendida como “um espaço geográfico (...) no qual os processos (...) de estruturação institucional (...) não se tem integrado ainda a um

confronto de *longa duração* entre dois mundos humanos, com diferenças quanto ao nível e ao tipo de civilização: o *limes* antigo entre o mundo romano e o mundo bárbaro, as *marcas* de *fronteiras* entre cristãos e o mundo muçulmano. A transformação da marca em fronteira havia-se dado quando começam a se estabelecer os reinos, e a fronteira surgia como consciência do grupo de um território comum criado pela exigência de sua defesa militar.

Todos os impérios tiveram suas fronteiras e essas deviam ser fortificadas. A consolidação dos limites de um determinado grupo significou a mudança da política ofensiva, de avançada, à política defensiva, de proteção, respeito a sua fronteira.

Do ponto de vista político, o conceito perde seu aspecto móvel e dinâmico para tornar-se – no militar – como uma linha fortificada estática e defensiva (fronteira da exclusão). Deste modo, se rende, pelo menos momentaneamente, para uma concepção mais expansionista e testemunha o medo ao inimigo externo (Zientara, 1989:312).

Naquele sentido, esta estabilização da fronteira leva também a criar um sentimento de estabilidade na população que habita o lugar, ao contrário de uma fronteira móvel na qual o futuro é apresentado incerto e faz desenvolver um espírito mais combativo.

Nos fins do século XV, por exemplo, foram distribuídos entre dois impérios, Espanha e Portugal, as terras do Novo Mundo (Tratado de Tordesillas, 1494). Estas potências pactuaram limites aproximados para o controle de seus domínios, mas para os habitantes do lugar não foram reconhecidos nenhum direito sobre os territórios. Naquele contexto, alguns grupos que habitaram este espaço social não admitiram ficar sob o domínio espanhol, e isto levou a se demarcar fronteiras interiores. Deste modo dois espaços regionais chave surgiram no que mais tarde conformará o território argentino: a região da Montanha e a região da Planície, e duas paisagens transitórias que são o Litoral Mesopotâmico e o Extremo Sul (Martinez Zarazola, 1992: 42).

continuo normal, embora estão em caminho de formação (...)”. *Fronteira Agraria: el caso del Virreynato peruano en el siglo XVI*. Citado por José Mateo (1993). Tradução minha.

Foi assim que também na organização do espaço americano houve tanto fronteiras-limites quanto fronteiras interiores. Nas fronteiras-limites foram construídas fortificações que tinham a função de defesa e separação dos domínios portugueses. Nas fronteiras interiores, foi procurando avançar ao não reconhecer o domínio dos outros. No atual território argentino chegaram três correntes de colonização: do leste (desde o Atlântico), do Norte (desde o Peru) e do Oeste (desde Chile).

Antes de finalizar o século XVI os espanhóis tinham conseguido se assentar nas regiões da Montanha e do Litoral, mas não na planície. No dizer de Martinez Sarasola: “a planície fica como propriedade das culturas originárias na tarefa de defesa que ainda durará três séculos mais contra os próprios espanhóis da Colônia, os Vice-Reis e (mais tarde) o Estado argentino, que finalmente produzirá a derrota dos bastiões indígenas e por conseguinte a incorporação à geografia do país em formação” (Martinez Sarasola, 1992: 99).

É o caso da região de Río Cuarto entre fins do século XVI até fins do século XIX. Ali, a fortificação iniciada a meados do século XVIII na denominada “linha de fortins na Fronteira Sul” testemunha a incapacidade do projeto imperial de ampliar seu controle territorial frente a um adversário que se o impede. A fronteira, então, pode ter um limite, embora não duradoura, somente é uma fredda frente a resistência de outro movimento em direção contrária. Foi esta pausa que transformou a fronteira móvel em transitoriamente estática, e que deu uma característica à região de Río Cuarto de ser fronteira por quase três séculos na sua história. Não foi uma “barreira natural” senão a resistência de grupos que habitavam mais além do território ocupado, na denominada “fronteira adentro”. Diferentes estudos destacam a dimensão política-militar da então chamada fronteira interior (ver Mayol Laferrère, 1977; Lobos, 1979)⁸.

3.4.3 FRONTEIRA ECONÔMICO-SOCIAL

⁸ É importante destacar que a fronteira sul de Córdoba no Río Cuarto, surgida a fins do século XVIII, se manteve praticamente estática no transcurso do século XIX - recém em 1869 houve uma expansão

No século XIX, junto à noção de fronteira política, surge uma nova compreensão para explicar a fronteira que mantém, deste modo, o sustento dinâmico do conceito. A perspectiva econômica é então o que contribui, o critério de mobilidade.

Para Turner, por exemplo, a fronteira significa movimento. No caso norte-americano, da costa do Atlântico para o Pacífico. Movimento que ajuda a explicar a formação da personalidade do povo: independência política, econômica e social, atento ao espírito individualista da época⁹.

A definição dada por Frederick J. Turner, então, pode ser considerada como a primeira que abandona uma visão político-militar quando a concebe como área de terras livres - ou em disponibilidade - em contínuo avanço da colonização¹⁰.

Em tal direção e no dizer de Hebe Clemente, o argumento teórico da tese turneriana sustentou uma ordem de idéias político-expansionistas (1968: 8), embora suas convicções, por outro lado, se tornaram referências, eixos de sugestões e guias de investigações para estudos de fronteira¹¹.

fronteira em direção ao rio Quinto -, entanto a fronteira bonaerense teve durante o XIX um deslocamento constante por parte da população hispano-crioula.

⁹ “*The Frontier in American History*” (O significado da fronteira na historia americana) de Frederick Jackson Turner, foi exposto em 1893.

¹⁰ Segundo Patrícia Cerda Pincheira “... esta tese, o contínuo avanço dos colonos sobre as terras aparentemente baldias do oeste (*free lands*), haveria tido um rol crucial em o desenvolvimento do sistema democrático norte-americano e haveria sido um fator determinante na formação do caráter nacional. Com Turner, a fronteira transformou-se em mito” (1988-89: 47).

¹¹ Walter Prescott Webb, por exemplo, tentou aplicar a tese turneriana a outros espaços. Canadá, Austrália, África do Sul e Nueva Zelândia haveriam começado com um “leste civilizado” e um oeste “não colonizado”, sendo que o processo colonizador tem efeitos importantes sobre o que se expande. O mesmo modelo foi utilizado por Paul L. Mackendrick para explicar a fronteira do Império Romano. Também Angus Mackay colocava que o avanço da colonização cristã em direção ao sul, em retrocesso contínuo da fronteira, configurou o desenvolvimento histórico espanhol, quando já não teria fronteira se haveria culminado esta formação histórica. Herbert E. Bolton levou a aplicar a tese turneriana para América Latina colocando primeiro a existência de uma história em comum das duas Américas. Posteriormente considerou a fronteira hispano-americana como um território não livre, senão povoado por índios; observou que os missionários atuaram como pioneiros na civilização. No sentido boltoniano, a fronteira corresponde a uma região com uma organização social particular a partir das instituições que ali estabelecem: presídios, milícias, missionários, colonos- fazendeiros, etc. Este tema é desenvolvido por extenso por Patricia Cerda Pincheira, (1988-89). Estes trabalhos compartilhavam uma mesma preocupação.

A partir daquela tese se estabeleceu, então, uma distinção entre fronteira como conceito geográfico-político e outro que se referiu a um processo ocupacional de terras para conquistar e ou colonizar. A fronteira é compreendida, então, como uma franja extrema de uma região de baixo povoamento ou colonização que avança para áreas mais despovoadas, sob a tutela e o incentivo do Estado¹²

Este enfoque também ativou os estudos sobre movimentos de população, fundamentalmente para a fronteira, dado que esta é apresentada como fator de atração. É afirmado assim que conceitos como ocupação do chão e povoamento são os que dinamizam a fronteira econômica.

Neste marco, as áreas fronteiriças são consideradas também “por antonomásia” como áreas receptoras, áreas de atração de população (Mateo, 1993: 128) e “válvula de escape” de toda problemática social. Começa-se, então, a empregar o termo para se referir àquelas franjas pioneiras que separam a territórios colonizados dos que ainda não o conformam¹³.

Silvio Zabala¹⁴ argumentou que existiram em Hispano-américa dois tipos de fronteiras: uma de fase fronteiriça “curta” frente a grupos indígenas sedentários embora rapidamente reduzidos, e outra fase de fronteira “larga” frente a índios nômades que resistiram mais tempo à invasão européia. Foi nesta última que se desenvolveu uma larga vida fronteiriça.

O caso da fronteira de Río Cuarto pode ilustrar a contenção destas duas fases. De características sócio-geográficas diferentes, este espaço se constituiu como uma franja de articulação entre serra e planície pampeana nos confins do domínio colonial. O mesmo tinha

Sustentados na comparação, pretendiam encontrar semelhanças e diferenças entre fronteiras como assim também, propor fronteiras tipo.

¹² Isto também dependerá das condições que originaram a fronteira, se colocando diferenças no processo expansionista norte-americano ou latino-americano. Mesmo assim, observam-se diferenças também dentro das próprias regiões fronteiriças.

¹³ Esta acepção pode tomar corpo –no dizer de Méndez e Moreno- em “países jovens”. São as franjas pioneiras que representam a fronteira interna (1984: 59).

¹⁴ Silvio Zabala. *Las fronteras en Hispanoamérica*, Revista de la Universidad de Yucatán 18 (1976) Referencia comentada por P. Cerda Pincheira (1988-1989: 49)

sido habitat de grupos indígenas denominados genericamente de *Comechingones* e índios *Pampas*, com modos de vidas diferenciados que implicavam usos distintos da natureza, e que se identificam em espaços diferentes e não precisamente articulados.

Isto deixou uma marca na conformação do espaço social posterior. A cultura *comechingón*, de características sedentárias e habitantes da serra, foi mais propensa a ser “reduzida” e assim se transformou mão-de-obra para a produção da zona. A “Nação Pampa”, habitante da planície e posteriormente da Pampa araucanizada, em troca, tratará de se manter independente do domínio espanhol. Estas particularidades vêm-se refletidas na conformação da fronteira. Deste modo, o levantamento de fortes, fortins e de duas vilas foi acompanhada do desenvolvimento demográfico e incentivo à colonização nas áreas rurais da região.

Através da política de povoamento, quer dizer, do estabelecimento de “povoados formais” com o reparto de terras para seu assentamento, reforça-se a autoridade espanhola na região e submete-se esse espaço a suas leis e a seu sistema de valores, ampliando o espaço colonial de domínio efetivo. A fundação de pequenos núcleos urbanos no espaço fronteiriço no final do século XVIII (vila Nuestra Señora de la Concepción e a Vila de La Carlota) mudariam, então, a paisagem da região. Não foram agrupamentos espontâneos, senão construídos. Essas vilas, núcleos expansivos do sistema colonizador, serviam de defesa contra o índio, assim como eram centro político, social, econômico e religioso, e uma escala nas comunicações do incipiente mercado inter-regional (Fourcade: 1991).

Enrique Barba (1997), que estudou a fronteira da jurisdição de Buenos Aires entre os séculos XVII e XVIII, afirma que se deu um paralelismo na fronteira bonaerense, quase necessário, entre expansão pecuária e ocupação de maiores áreas territoriais por parte do branco. Para este autor, cada período de incremento da pecuária correspondia a outro de avanço da fronteira.

Mas aqui é preciso fazer uma distinção entre a fronteira bonaerense da época colonial que posteriormente se confunde com o avanço da fronteira nacional, e a fronteira sul da jurisdição cordobesa da mesma época. O avanço de fronteiras sucessivas ou a mobilidade da fronteira é mais apropriada para Buenos Aires, dado que em Córdoba a fronteira permanece quase na mesma linha desde fins do século XVIII até fins do século XIX. No avanço da chamada “fronteira interior” ou adiantamento fronteiro pode-se observar esta apreciação.

3.4.4. A FRONTEIRA CULTURAL E O NOVO OLHAR ANTROPOLÓGICO

A historiadora argentina Hebe Clementi tem estudado a fronteira incorporando à tese turneriana alguns componentes historicistas para compreender sua dinâmica na América. Para esta autora, o conceito de fronteira deve ser considerado sob a perspectiva histórica, como “um espaço em interação”; interação que produz conflitos cuja solução obedece a um processo complexo (Clementi, 1987: 13).

Nessa direção, toda história pode se ordenar como uma história de fronteiras, dado que sempre tem existido um centro que inicia seu deslizamento¹⁵. Desta perspectiva, o núcleo histórico que concerne ao americano tem sua raiz na cultura ocidental e cristã, que em tempos modernos reinicia o “empurre para fora” e passará a América. O povo imbuído dos princípios da cultura ocidental e cristã, aparece como o protetor e difusor dos valores de sua cultura, como destruidor das culturas que encontra a seu passo, e como criador de novas instituições que dão lugar a situações novas.

Na procura de ampliar fronteiras, há uma atitude de “conquista, de império, de força, de superioridade”. A gesta americana seria num princípio a procura de “uma fronteira imediata a Europa que logo perde ante o imenso espaço americano que lhe impõe suas próprias respostas criando infinitas fronteiras peculiares” (Clementi. 1987: 15, 16 y 18).

Para Clementi, a história de América é a “história de uma fronteira”, e observa que muitas vezes “o índio passa a ser um relato episódico, uma circunstância inesperada, um obstáculo a vencer na empresa primordial que é a apropriação da fronteira” (Clementi, 1987: 46).

Em síntese, as posições geográfico-político-militar e econômico-social, mantiveram em comum um fundamento expansionista legitimador da imposição de um modo de vida que se autoconsiderava “superior”. Clementi, ao propor a incorporação do mundo americano à esfera histórica introduz ao índio, ao outro cultural, desde uma perspectiva de integração; quer dizer, desde um entendimento centrado no mundo ocidental ainda que não se distancie de uma perspectiva etnocêntrica.

A viragem antropológica, fundamentalmente a partir de Claude Lévi-Strauss, permitiu questionar as teorias do evolucionismo cultural e significou, em certa maneira, o “fim das barreiras etnocêntricas”. Outras culturas, então, foram apresentadas com suas riquezas culturais e com suas próprias diferenças (Ferreira Neto, 1997: 322).

As revisões historiográficas sob um processo de descentralização dos estudos históricos, por certo carregadas de “relativismo cultural”, levaram implícito a revisão do conceito de fronteira e a observação de seu caráter etno-centrista, euro-centrista e dominador, como legitimador da imposição política, econômica social e cultural de uma sociedade sobre outra. Isto permitiu considerar que a noção de fronteira móvel implicava a contínua ampliação do espaço conhecido, produzindo e reproduzindo de forma ampliada o espaço ocidentalizado que se pretendeu impor.

O novo olhar procura, portanto, transformar a fronteira periférica na centralidade explicativa de um modo de vida particular que escapa ao próprio centro hegemônico. A fronteira “mais que político-militar, é cultural” (Martinez Sarasola, 1992: 132)¹⁶, se dirá.

¹⁵ Na mesma direção Umberto Eco em *A linha e o Labirinto: as estruturas do pensamento Latino* expressa “A mentalidade latina vive obsidiada pela fronteira (1989: 26)

¹⁶ Todorov considera a fronteira como uma zona liminar que separa a “nós” dos “outros”; uma forma de confrontação com a “alteridade cultural” (1987). Uma fronteira constitui-se quando culturas diferentes entram em interação; na mesma se está frente ao problema da unidade e diversidade do humano (1991).

Zona cinza em que se misturam atores dos distintos mundos enfrentados e as vezes não tanto, onde os controles do centro distendem-se. Assim, mais que analisar uma relação de controle dos espaços ou controle da produção, procura-se observar que existe uma relação entre homens que habitam um espaço onde cruzam-se “horizontes culturais” díspares.

A fronteira tem um papel “ambíguo”. Separa, embora também une. Espaço bifronte, ou seja, com duas frentes de horizontes diferentes mas que se dá um complexo intercâmbio étnico-cultural no qual a simplificação dual tradicional de confrontação entre “civilizados-cristãos”/ “bárbaros–infiéis” não alcança explicar.

Para Saignes (1989), a historiografia da fronteira colonial latino-americana se reduz a uma confrontação entre dois adversários monolíticos: o branco ou pioneiro por uma parte, e o índio “bravo” pela outra. Estudos mais recentes revelaram que na própria fronteira existiram interesses muito mais heterogêneos que o dualismo branco-espanhol versus índio. Assim, desta nova perspectiva abrem-se novos estudos sobre a fronteira. Mostram-se novos aspectos que revelam a multiplicidade de relações que existiram entre os dois setores em pugna, deixando claro que a guerra embora fosse o aspecto mais visível do conflito inter-étnico, não foi o único.

A Fronteira condensa várias perspectivas. Expressar algumas das possibilidades mais além de um quadro político e econômico social permite ampliar a noção de fronteira para uma perspectiva multi-dimensional. Nesse marco considerar somente a fronteira administrativa seria estar à margem dos progressos das ciências sociais. O “mundo fronteiriço” é, no dizer de Rodríguez e Rodríguez, um “mundo complexo (...) capaz de gerar situações singulares de convivência social, violenta as vezes, mas pacíficas também em outras. Um mundo em que o estilo de vida cobra uma dimensão especial”. (Villalobos Rodríguez e Rodríguez, 1985, citado por Susana Bandieri, 1995: 6)

Nesse sentido, a frente de expansão da teoria de fronteira turneriana deixa de ter centralidade explicativa para interpretar a fronteira como um cenário altamente conflitivo. Para Souza Martins, a fronteira é um cenário de intolerância, ambição e morte... ponto limite

de territórios que se redefinem continuamente (1997: 11-12). Para este autor, a figura central da realidade social da fronteira não é o chamado *pioneiro* senão a *vitima*. Na fronteira o outro é degradado para viabilizar a existência de quem o domina e explora.

Sob uma dimensão sociológica e antropológica, este autor sugere uma interpretação bem diferente à proposta por Turner para explicar a frente de expansão¹⁷. Para ele, os estudos sobre fronteira têm privilegiado a ideologia do pioneiro em sua personalidade, no suposto herói da conquista de terras novas. Concepção que deixou de lado o essencial, o aspecto trágico da fronteira que se expressa na mortal conflitividade que a caracteriza no desencontro de etnias e no radical conflito de grupos contrapostos pela divergência de interesses econômicos. Longe de ser o território do novo e da inovação, a fronteira revela-se, nestes estudos, como um território trágico.

Os aspectos mais dramáticos da expansão da fronteira, tanto de um lado – o lado “civilizado” – como do outro – o da “barbárie”, – manifestam-se no cativo das pessoas. Através das práticas de cativo é onde melhor define-se a singularidade da situação de fronteira.

Foram os etnólogos que sugeriram o problema étnico na frente de expansão e têm considerado a situação da fronteira como lugar social de alteridade, de confrontação e de conflito. Eles incluíram o “outro lado”, a frente de expansão como um elemento de referência. Embora, no dizer, de Souza Martins, etnólogos e cronistas somente têm-se interessado pelos raptados mais que pela prática do rapto, pelo cativo ou cativa mais que pelo cativo (1997: 36).

O cativo define o caráter propriamente trágico da fronteira, é a alternativa frente à morte da vítima, tanto para o lado cristã como indígena. O cativo ou a cativa é o que não foi

¹⁷ Para Souza Martins “o caso da frente de expansão brasileira como provavelmente o caso de outros países, não correspondeu à idílica suposição de que a fronteira é o lugar de concepções e práticas democráticas de autogestão e liberdade, na medida em que o homem de fronteira estaria menos sujeito às pressões da Lei e o do Estado, e mais sujeito à própria iniciativa na defesa de sua pessoa, de sua família e de seus bens” (1997: 39)

morto em ataque frontal, mas que outras pessoas sim o foram, frequentemente membros de sua família, embora o rapto se configure como uma espécie de morte cultural e social.

Nesse sentido, as fronteiras são zonas intermediárias, zonas cinzas entre as áreas já asseguradas pelo domínio central e as de população que ainda está mais além – e que pode manter-se com certa autonomia. Espaço de tensão e conflito, onde os cruzamentos de um ou outro lado dão lugar a movimentos de população, a intercâmbios de recursos econômicos e em determinadas situações também ao conflito extremo.

Deste modo, o confronto dual entre os grupos deixa de ter centralidade explicativa primordial para observar uma relação de larga duração de uma “área de fricção inter-étnica”. Fontes dispersas dentro de uma nova visão historiográfica colonial têm permitido resgatar e ilustrar trajetórias individuais e coletivas de casos de “mestiços fronteiriços”, como figuras-chaves para o entendimento de homens que carregam uma dupla identidade: os chamados “aindiados”, os “renegados”, os “fugitivos” e também os “cativos/as”, que vão a ter uma funcionalidade específica na conexão entre estes dois mundos. Estes casos têm sido estudados para a fronteira bonaerense por Mayo (1998), Villar y Jiménez (1997), Socolow (1987), e também na fronteira andina por Saignes (1989). Assim, desde uma perspectiva metodológica, talvez a melhor maneira de focar esta fricção é através da análise de trajetórias de vidas individuais – as que basicamente têm ficado registradas.

Para o Río Cuarto, o caráter trágico, o conflito de morar em dois mundos, pode se compreender através de um pedaço da história de uma das vítimas da fronteira, Francisca Bengolea. No começo do século XIX diz *“Cautiva q.^e fue de estos indios fronterizos en tierna edad y criada con el cacique Currigtipay...”* solicita *“q.^e se me proporcionare el poder sacar a mis dos hijos q.^e tuve en los indios”*. Dois meses depois as autoridades coloniais consideravam *“hallo difícil el rescate que se solicita a cauza de no ser sus hijos cautibos, como expone, sino tenidos de un indio con quien estuvo casada en los toldos, cauza que motibará la maior recistencia y costo”*. Francisca Bengolea, sobrinha do Comandante do Forte morto pelos índios em uma invasão de 1775, tinha sido levada em cativeiro e teve com o herdeiro do cacique dois filhos. Participou num tratado de paz entre

espanhóis e índios, *“por haver ido yo distraida en traje de hombre a topar al casiq.^e Chaquelen quando vino a dar la paz y haver pasado a la capital en calidad de interpreta para el tratado de dha paz”*¹⁸

Em este registro pode-se observar que nestas vidas se deram estratégias de ações diversas, seja por opção própria ou por outras razões que levaram a experiências talvez não escolhidas. De qualquer maneira foram vidas vividas na dobra entre dois mundos antagônicos.

Observada assim, a fronteira é um espaço social permeável ao extremo, no que convivem visões de mundos diferentes, impossíveis talvez de conciliar e de admitir-se mutuamente. Refúgio para os marginais, castigo para os vagos, esperança para os atrevidos. Para a fronteira de Río Cuarto, no entanto, eram expulsos os elementos indesejáveis: *“los muchos ociosos y malébolos... se conduzcan a la frontera del Sauce”*¹⁹. A povoar a fronteira eram enviadas as famílias consideradas perniciosas²⁰. Na fronteira incorporava-se população índia de mais além da fronteira: *“india infiel de adentro”, “sacada de los Ynfielos, christianada”, “Tránsita, india de tierra adentro infiel, aprende a rezar, para cristianarse”*.²¹

3. 4.5. FRONTEIRA: RELAÇÕES ENTRE A HISTORIOGRAFIA E A GEOGRAFIA

A Historiografia da fronteira política-militar foi o suporte básico na história dos Estados-nacionais fundamentalmente em sua fase de legitimação. A renovação historiográfica - fundamentalmente na França e que logo estendeu-se a todos os rincões do globo -, caracterizou-se pela rejeição à história política, diplomática e militar, com a procura da centralidade explicativa de uma história total a partir de um enfoque econômico-social, tanto

¹⁸ A.H.P.C. Francisca. Bengolea ao Virrey Sobre Monte, La Carlota. 1.1.1805. Tribunales. Escribanía 4 Ano 1805, Leg. 25 exp. 10

¹⁹ A.M.C. Act. Cap. Libro 35 (3-II-1775) Citado por Punta (1997: 216)

²⁰ I.E.A. Dcto. Nro 6.045, citado por Punta (1997: 222-223)

²¹ A.H.P.C. Serie Governo Caja 18. Carpeta 7 Censo 1778. Que se corresponde a seguinte numeração dada às casas N° 435, 468, 498

desde a perspectiva dos *Annales* como da historiografia marxista²². A fronteira como “espaço vazio” a ser colonizado estava presente nestas abordagens²³.

Pode se dizer que ficavam relegados como eixos de pesquisa tudo aquilo que tivesse vinculação com a formação política dos Estados. Obviamente o tema da conformação de fronteiras e limites, básico no reconhecimento da territorialidade do espaço social do Estado-nação, era deixado por outros estudos sobre o crescimento econômico-social desde uma perspectiva funcionalista, ou pela análise do conflito social desde a ótica marxista. O modelo braudeliano, por exemplo, desintegrava as fronteiras nacionais sob um novo eixo explicativo que era o Mediterrâneo (Devoto 1991).

A crise do paradigma de explicação, a dispersão do centro de interesse, a procura de novo norte, levaram à perda de qualquer referência a um horizonte único. Os modelos foram acusados de reducionistas e estatizantes, e uma série de “retornos renovados” apresentaram-se para sair do modelo cientificista estruturante do conhecimento histórico (Stone, 1978).

O “retorno” da história política sugere o diálogo disciplinar fundamentalmente com a ciência política, embora também com a sociologia e a antropologia. Nesse marco, a fronteira como espaço limite da soberania territorial do controle político dos Estados poderá já não ter mais relevância frente à organização dos mega-estados ou conformação dos grandes blocos regionais. Um novo panorama, então, irrompe e dá lugar a outras leituras sobre essa noção de espacialidade.

Por outro lado, o surgimento da “micro-história” e o descentramento da historiografia européia tem levado também a propor uma inversão de perspectiva para o estudo da fronteira em que, “ao contrário da *demarche* tradicional do historiador – do centro para a periferia

²² É possível acompanhar este percurso com livros como *La renovación historiográfica francesa* de Peter Burke (1993), *Pensar la Historia* de Le Goff (1991) e mais recentemente *La ciencia histórica en el siglo XX. Tendencias Actuales* de Georg. G. Iggers (1998)

²³ Ciro F. S. Cardoso (1981) colocava na transição de América Latina ao capitalismo a seguinte tipologia: reformas liberais, abolição da escravidão e “colonização de áreas vazias” fazendo referência explícita, em este último caso, aos espaços ainda não integrados ao capitalismo.

(Sahalins, 1989)²⁴ –, pretende-se recorrer a história do ponto de vista da população localizada na fronteira, ou seja, favorecer a apreciação da história vivida na periferia” (Lask, 1999).

Assim, a organização dos espaços - em cada período histórico - coloca um novo entendimento para a fronteira e para as relações fronteiriças. Se a historiografia sobre fronteira ampliou o panorama para o entendimento do espaço econômico e logo para a questão inter-étnica, estudar a fronteira desde sua própria dinâmica interna é reconhecer a questão do poder que está presente em sua mesma constituição, e também qual suporte geográfico é fundamental para a compreensão.

Desta perspectiva, a região de Río Cuarto é um exemplo de um espaço construído desde o poder, mas que adquire identidade própria mostrando sua singularidade. Como espaço concreto não continha demarcações naturais próprias. Estas foram impostas pela necessidade de domínio que desenhou uma política de integração através da construção de uma fronteira. Traçar, marcar ou reforçar a fronteira, foi um ato de poder político que transformou esse pedaço de terra em um espaço regulamentado e integrado ao domínio do território colonial. Seu povoamento foi uma estratégia de afirmação na região do direito espanhol sobre uma periferia ameaçadora.

Assim, a região de Río Cuarto, integrando primeiro a Fronteira Sul da Jurisdição de Tucumán do Vice-reino do Peru (1573-1783), e depois a Intendência de Córdoba do Tucumán (1783-1810), constituiu-se em fronteira política no final do século XVIII. Nela não tinham tanto que ver as condições geográficas do espaço nem os grupos sociais que a tinham habitado anteriormente, não existia tampouco um interesse econômico vinculado diretamente à produção. Foi em princípio uma questão estratégica de controle da circulação: ser um “trânsito preciso” entre Buenos Aires e o Reino de Chile.

²⁴ *Boundaries; The making of France and Spain in the Pyrenees*, University of California Press, Berkeley, Los Angeles, Oxford (Great Britain), 1989, citado por Tomke Lask (1999)

Desta perspectiva, pode-se reconhecer que o espaço regional do sul de Córdoba no final do século XVIII tinha de apoio uma borda fronteira. Esta fronteira - base de uma pirâmide cuja vértice estava em Córdoba - era suporte extremo do funcionamento da economia e sociedade hispano-crioula. Era um mundo rural salpicado de fortes e fortins junto a dois pequenos núcleos urbanos. Condicionada pelos fatores da natureza, serra e rios, essa sociedade estava conectada com os centros urbanos de Buenos Aires, Mendoza e Córdoba. O **caminho das carretas e das pampas**, linha de defesa e base de uma pirâmide era o trajeto que unia Buenos Aires a Mendoza; o **Caminho Real**, era o que avançava desde Buenos Aires em direção a Córdoba, seguindo depois para Potosi; e o **caminho da Costa**, desde Córdoba baixava ao sul costeando as serras comechingones até o ponto mais baixo das mesmas para poder cruzar para Mendoza.

A Geografia da paisagem veio a fundir-se com a geografia do “perigo”, e impunha o traçado de determinados caminhos. Estes, embora nem sempre fossem os mesmos, funcionavam como eixos articuladores de uma sociedade colonial regional.

3.4.5.1 AS RELAÇÕES PODER-ESPAÇO

A inter-relação entre poder-espaço, então, que deu origem à denominada “geografia da dominação”, ultrapassa o estrito marco da geografia política convencional para inserir-se como objetivo de uma ciência social integradora.

Nesta relação, a variável espacial tende a ser considerada como objeto manipulado desde o poder para ser adaptado a seus interesses. Desse modo, a geografia da dominação analisa em que medida, e através de que mecanismos, o poder condiciona a estrutura e o desenvolvimento espacial de uma área determinada.

Assim, o espaço é o marco da dialética de poder que condiciona de certo modo seu funcionamento, originando respostas diversas sobre sua atuação. Nesta nova perspectiva,

então, a geografia política²⁵ inclui, como âmbito de investigação, a atuação dos grupos de poder em relação aos interesses dominantes e da ideologia que lhes dá suporte através de estratégias concretas, em diferentes níveis ou escalas. (Méndez y Molinero, 1984: 36).

Nesse marco, as fronteiras representam muito mais que uma mera divisão. “A fronteira é um instrumento geográfico de diferenciação e em consequência, de organização do espaço”²⁶. Em qualquer caso, as linhas divisórias dos Estados ou regiões são o resultado da história criada pelo homem, e por tanto sujeitas a variações. Embora criadas desde o poder assumem uma identidade própria, a de ser fronteira.

3.5 ALGUNS COMENTÁRIOS SOBRE A NOÇÃO DE FRONTEIRA

Ao começar a estudar a região de Río Cuarto como fronteira colonial, foi preciso indagar sobre o conceito de fronteira. Igualmente à noção de região, esta não tem uma identidade própria e exclusiva. Nesse sentido, os marcos historiográficos tinham uma definição apropriada: “extremidade de um estado, país ou reino”, “área de terras livres em contínuo recesso”, “limite exterior da onda”, “espaço de interação”, “zona cinza”, “confronto de horizontes culturais dissimiles”, “instrumento geográfico do poder de diferenciação”.

²⁵ Embora identifiquem-se precedentes da geografia política na antiga Grecia, foi na Alemanha em fins do século XIX que se considerou o surgimento da moderna geografia política. O ponto de partida foi a *Anthropogeographie* (1882-1891) de Federick Ratzel. Considerou-se que esta obra oferecia uma justificativa teórica à política de expansão de fins do século XIX. Por isto, desde fins da Segunda Guerra Mundial, pretendeu-se liberar de todo enfoque ideológico, caindo a geografia política em desprestígio. Na década de 70, incorpora-se um novo enfoque que vai reivindicar a dimensão ideológica de todo conhecimento científico, rejeitando o apoliticismo e a pretensão de objetividade, tanto do discurso vidaliano como mais tarde do neopositivista. Postulou-se assim uma recuperação da dimensão política na explicação do espaço, dotando-o de uma perspectiva mais ampla. Embora, na metade da década dos oitenta Méndez e Molinero (1984) dizia que a geografia política ocupava “um lugar periférico entre o conjunto das disciplinas geográficas.... Esta marginalidade se reflete (...) em seu desenvolvimento teórico, inferior ao da geografia econômica, urbana, etc.” Considerava-se que essa situação contrastava com a importância e prestígio que tinha adquirido no passado. Para aprofundar o trajeto do pensamento geográfico consultaram-se Moraes (1986), Santos (1986, 1994), e Correia de Andrade (1987, 1994). Para a Geografia Política, Méndez e Molinero (1986).

Embora em todos os casos fronteira é periferia, é especificamente uma região periférica. A historiografia centrada no político incorporou o tema fronteira como o espaço limite até onde devia exercer sua soberania. Na historiografia econômico-social, o movimento fronteiriço era a base para o povoamento, e a incorporação de terras para a produção – quer dizer, para o crescimento econômico. A chamada “Nova História Cultural”, permite deixar atrás a dimensão dinâmica do termo vinculado a interesses de um centro hegemônico, para se ocupar dos próprios processos marginais - causas de “fronteira” - como objeto de estudo, ainda que esta corra o risco de ficar restrita em uma dimensão antropológica que desconsidere a questão do poder que está presente em todo espaço que foi - em alguns momento de sua trajetória histórica - fronteira.

A fronteira de Río Cuarto, permite pesquisar estas distintas dimensões. Mas politicamente no mundo colonial desde a chegada dos espanhóis, fim do século XVI até meados do século XVIII, a região foi marginal do espaço peruano. Somente a partir de então começa a ser região de fronteira do espaço prateense, porque o reajuste econômico pretendeu também nesse lugar exercer a sua soberania.

4. REFLEXÃO HISTORIOGRÁFICA E CONCEITUAL

O percorrido historiográfico desta pesquisa por um lado, juntamente com um olhar atento a conceitos chaves por outro, permite fechar este capítulo fazendo uma síntese dos itens abordados que estarão presentes de forma implícita nos capítulos seguintes.

Na questão historiográfica, consultaram-se autores referentes tanto a historiografia rural em geral como sobre a historiografía colonial (americana e bonaerense). Também, em forma mais específica, se fez um percorrido sobre a historiografía cordobesa, assim como a de Río Cuarto.

²⁶ Guichonnet, P. y Raffestin C. 1974: 9, em *Géographie des frontières* P.U.F. Paris, citado por Mendez e

A respeito da questão conceitual, abordaram-se conceitos chaves que permitiram dar suporte à discussão teórica para o tratamento do corpo documental. Nesse sentido foram apresentados conceitos como história regional, história local e microhistória, o conceito de camponês e o conceito de família. O conceito fronteira, teve um tratamento especial; este é fundamental já que cada dimensão do mesmo procura compreender, a partir de distintos olhares complementares, a um determinado espaço fronteiro.

No próximo capítulo, então, a partir de uma das fontes principais, entrar-se-á na problemática de uma história rural e fronteira da época colonial com base nos antecedentes historiográficos apresentados.

SEGUNDO CAPÍTULO

A POPULAÇÃO DE RIO CUARTO NO PERÍODO DO REFORMISMO BORBÔNICO

O denominado “relançamento” da história colonial rio-pratense –sobretudo para o período denominado colonial tardio¹- começou a oferecer um olhar heterogêneo sobre o mundo rural pampeano. Deste modo, marcou uma diferença com a historiografia colonial do Rio da Prata construída até a década de 70 de nosso século. Esta renovação considerou àquela historiografia como o resultado de trabalhos que estavam centrados quase exclusivamente no estudo do gado e da estância latifundista e que deixaram arraigada a imagem de uma pampa sem estruturas familiares (Fradkin, 1993: 16), como se fosse uma planície incomensurável habitada somente por gaúchos a cavalo e conformada de estâncias, da mesma maneira que apareceram em fins do século XIX (Garavaglia e Moreno, 1993: 9).

Entre os novos problemas assinalados, como já se advertiu no capítulo anterior, destacam-se: a controvérsia sobre a utilização da mão-de-obra rural (Mayo, 1987; Gelman, 1987; Amaral, 1987); a questão sobre a produção de grão, pecuária ou sistemas misturados (Garavaglia, 1987, 1989; 1999; Gelman, 1987, 1989, 1998) a produção têxtil (Garavaglia e Wentzel, 1989); os estudos de ocupação do solo na fronteira (Banzato e Quintero, 1992); as relações inter-étnicas (Ratto, 1998); assim como também os estudos de população em áreas fronteiriças (Mateo, 1993)².

¹ Como tem-se explicado no capítulo anterior, os textos de Garavaglia (1993) e Fradkin (1993) foram considerados fundamentais.

² Também no Brasil há uma renovação historiográfica colonial. Para María Yedda Leite Linhares, as “Pesquisas têm revelado uma realidade bem diversa das idealizações sobre a forma de ocupação da terra, através do instituto jurídico da sesmaria”. E mais adiante diz “os trabalhos ... como os que se desenvolveram na linha da pesquisa agrária no Rio de Janeiro, nos últimos 15 anos, tiveram por objetivo revelar a *face oculta da lua* ao enfatizarem os aspectos da pequena lavoura, voltada para a produção de alimentos -inclusive a pecuária- e a caracterização dos sistemas agrários, suas mudanças e seus limites no tempo” (1997 : 134-136).

A maioria destas pesquisas, no entanto, têm como cenário prioritário micro-regiões ou regiões do espaço *pampeano* de Buenos Aires. Porém estas motivaram também o estudo da região de Río Cuarto³, reconhecendo suas próprias particularidades no contexto colonial do Rio da Prata.

Dentro deste movimento de renovação, então, começou-se a analisar esta região partindo de seus próprios antecedentes historiográficos, das contribuições novas da historiografia colonial de Buenos Aires e do diálogo com a produção historiográfica colonial cordobesa (sobretudo Assadourian: 1983; Arcondo: 1973, 1993; Punta: 1995, 98; Celton: 1993,1996). Assim, desde o início da década dos 90 iniciaram-se tarefas de investigação na região de Río Cuarto a fins do século XVIII (Carbonari: 1995, 1998; Baggini, 1999; Hurtado, 1997; Wagner, 1997a, 1997b).⁴

A partir desses aportes, neste capítulo procuro fazer uma aproximação à região de Río Cuarto a partir da análise de um documento que oferece o primeiro mapeamento populacional da área: o registro do censo de 1778. Da minuciosa análise do mesmo, foram identificadas micro-regiões específicas, procurando-se obter dados referentes a estrutura populacional, composição étnica, condição jurídica e composição familiar.

Estes dados, comparados com outras investigações e documentação da época, como também com outras contribuições teóricas sobre o mundo rural, permitiram colocar a existência da “família camponesa *hispano-crioula*” na região, em uma fase de modernização incipiente ou de começo de uma transição entre a velha economia colonial orientada ao centro mineiro de Potosí e o litoral *bonaerense*⁵.

1. A REGIÃO DO RIO CUARTO NO ESPAÇO COLONIAL

Os finais do século XVIII foram o momento em que, pelo Reformismo Bourbonico, o espaço de Río Cuarto começou a adquirir uma importância relativa no contexto inter-

³ Este item foi desenvolvido no capítulo anterior no ponto 2.2.4. Historiografia colonial da região de “Río Cuarto”.

⁴ As contribuições principais foram explicitadas no capítulo anterior.

⁵ Tema que será desenvolvido no capítulo III.

regional. A velha estrutura econômica colonial orientada para o norte, da que se dependia entrava em crise obrigando a uma reestruturação gradual do espaço colonial rio-pratense.

Se até o século XVIII, as distintas regiões (Tucumán, Buenos Aires e Paraguai) organizaram as suas economias para satisfazer a exigência de Potosí⁶, esta nova articulação começou a beneficiar o litoral, e aquele “desajuste” – como assinalou-se anteriormente, seguindo a Halperín Donghi – não era mais que o momento inicial de um processo irreversível que ao longo do século XIX *‘iba a (...) propiciar (...) el ascenso de la Argentina del litoral’* (Halperín Donghi, 1972: 15)

Para Aníbal Arondo, naquela articulação, Córdoba assumiu uma atitude “dual e contraditória”(1973:8). Embora dependesse do norte mineiro para colocar a sua produção, pediram a abertura do comércio para o Atlântico diante da vantagem de comprar produtos de ultramar a preço menor. Deste modo, a economia colonial cordobesa que até então estava unida só ao norte mineiro, passou a ter uma dupla sujeição, quer dizer, continuou dependendo da venda de mulas mas deixou de ser provida de mercadorias importadas via Panamá pela vantagem que oferece a compra de mercadorias introduzidas desde Buenos Aires. Mas neste débil equilíbrio terminou, finalmente, por se inclinar para o litoral Atlântico⁷.

Esta situação afetou, em princípio, diretamente os produtores e comerciantes, quer dizer, os grupos de certo poder econômico na cidade de Córdoba. Mas posteriormente terá um efeito para a sociedade inteira, na medida que a força de trabalho ocupada nas atividades econômicas -que começam a ser menos rentáveis- ficou liberada. Esta pauperização paulatinamente produz um movimento migratório da população do norte em direção ao litoral e o sul.

⁶ A extração de prata, em especial do cerro de Potosí, foi a atividade econômica dominante durante toda a época colonial e a que produz uma importante transformação nas economias de subsistência surgidas ao seu redor. Esta atividade possibilitou a integração de outras regiões ao espaço econômico que abarcava o que hoje é Equador, Peru, Bolívia, Paraguai, parte de Chile e parte da Argentina. Este mercado interno por sua vez estava conectado, através do comércio legal, ao sistema de monopólio espanhol mas também ao comércio de contrabando praticado por espanhóis e crioulos residentes na região, além de comerciantes portugueses, franceses e ingleses que se dedicavam, à trata de escravos. (Gutiérrez, 1977)

Desde o começo, o espaço agrário cordobês caracterizou-se pela variedade de sua produção agropecuária. Teve chácaras, estâncias com criação de gado ovino, vacuno, eqüino e muar junto a produtos de horta, trigo, milho e vinha. No século XVI desenvolveu-se a manufatura têxtil que cobria a demanda de telas para os trabalhadores indígenas e mestiços do Alto Peru. Agrupados em “*obrajes*”, a mão-de-obra índia de Córdoba produz “frazadas, sayal, bayetas, paños, cordellates, lienzos”, tanto para exportação como para consumo regional. O algodão era obtido de Santiago del Estero e a lã das estâncias cordobesas onde dava-se a cria de grande quantidade de ovelhas, entre as que se encontrava a Estância de Río Cuarto. A redução da mão-de-obra indígena, a diminuição da “*encomienda*”, assim como a concorrência de outras regiões levou ao fim dos “*obrajes têxtil*”. Isto implicou uma reorientação para satisfazer outro aspecto do pólo mineiro: o gado muar que passou a ser a atividade econômica fundamental no século XVII. Ao redor da produção muar cria-se uma economia que produz ingressos a criadores, invernadores, intermediários, arrieiros, capatazes, peões, maestros de postas, entre outros⁸.

Esta crise, significou, por uma parte, o aumento da pressão da aristocracia proprietária hispano-crioula sobre a mão-de-obra semi-servil – índios e mestiços – para obter mais rendimento. E, por outra, a que grande quantidade de famílias humildes pertencentes às chamadas *castas*⁹ misturadas (mestiços, mulatos, pardos) emigrassem procurando melhores condições em Buenos Aires e na região de Cuyo, como o expressa Ferrero (1999: 36)

Nesse contexto, tem-se considerado a serra cordobesa terra de emigração – no dizer de Halperín Donghi – (1972:21). Mas poder-se-ia perguntar, como era a região de Río Cuarto, espaço de transição entre a serra e a planície cordobesa, setor mais meridional do império espanhol na América? Como este ía se conectando na reestruturação do espaço colonial rio-pratense?

Os trabalhos levados a cabo sobre população rural pelos padrões censais de fins do século XVIII e começo do XIX - sobretudo na região rural do Buenos Aires – têm

⁷ Segundo Arcondo, para Córdoba, “*Buenos Aires y Lima aparecieron, entonces, como dos puntas de una cuerda imaginaria cuya tensión se encargaron ellas mismas de mantener durante un siglo y medio....*” (1993: 74)

⁸ Ver Assadouriam (1982) e para século XVIII Arcondo (1993). Uma boa síntese em Ferrero, 1999: 17 a 20).

permitido mostrar a estrutura da população por idade e por sexo, a composição da estrutura familiar, as ocupações e os movimentos migratórios. A partir deste antecedente historiográfico¹⁰, procurou-se então pesquisar as características da população do espaço sul da campanha cordobesa a fins do século XVIII através do levantamento de dados do censo de 1778¹¹.

2. LOCALIZAÇÃO DA REGIÃO DE RÍO DE CUARTO

A área focalizada para este estudo é o chamado “Curato” ou Partido de Río Cuarto. Em fins do século XVI, era conhecidos com o nome de Río Cuarto o limite meridional do Governo de Tucumán, do Vice-reino do Peru. Esta referência foi feita ao território atravessado pelo quarto rio que cruzou a jurisdição de Córdoba desde seus tributários (rios Las Barrancas, San Bartolomé, Las Tapias e Piedra Blanca), nas serras Comechingones Sul, até a drenagem nos chamados “banhados” do Saladillo, fazendo um percurso de aproximadamente 200 quilômetros (Ver Mapa do Espaço físico-geográfico em que está inserida a região do Río Cuarto¹²). Ao mesmo tempo, este espaço foi a última separação da divisão administrativa eclesiástica de Córdoba¹³.

Na metade do século XVIII, o Curato de Río Cuarto abarcava aproximadamente o sul da atual província de Córdoba¹⁴. A Paróquia de La Concepción¹⁵ foi sede do curato até

⁹ O termo *casta* aqui é utilizado como uma construção da própria época

¹⁰ No dizer de Garavaglia e Moreno “Uma pampa constituída por vários ecossistemas, alguns mais cerealíferos que outros em sua potencialidade natural, camponeses que praticam a agricultura, pastores, brancos, mestiços, índios e negros, migrantes do interior, famílias nucleares e extensas, grupos domésticos e agregados, peões e escravos foram parte de uma realidade mais rica, complexa e plena de matizes jamais pensados” (1993: 9)

¹¹ A considerar pela Demografia Histórica, este censo pertence ao período proto-estatístico. Cardoso e Brignoli (Ver ao respeito 1984: 105 a 110).

¹² Fig. 1 página 6.

¹³ A medida que a ocupação do território avança com os espanhóis, a igreja acompanha o processo que cria divisões administrativas menores para seu controle. Em 1607 foram criados por Córdoba os “curatos” de “Cidade e Anexos” e “Dois Rios”. Em 1672 estes se separam e são formados os Curatos de “Río Segundo, Río Tercero e Anexos”. No curso do século XVIII este último é dividido em Río Tercero e Río Cuarto, e Anexos em 1731. E em 1749 se dividem criando o Río Tercero Arriba, Río Tercero Abajo, Calamuchita e Río Cuarto. Existiu um projeto de subdividir o Curato de Río Cuarto ao começar o século XIX, que não foi efetivado (Fassi, 1935). Na base da divisão dos curatos mais tarde foram reconhecidas as divisões administrativas civis. No relativo à divisão civil depois da fundação da Vila de Concepción e da Vila de Carlota, a demarcação entre ambas marcará a separação entre o os departamentos de Río Cuarto e o que posteriormente será o de Juárez Celman.

¹⁴ Consideravam-se seus limites: ao norte o curato de Calamuchita, que por linha reta imaginária desde a jurisdição de San Luis passava pela capela de San Antonio del Cano -lugar correspondente a Calamuchita-,

o ano 1772, quando se trasladou a “La Esquina”¹⁶. Mais ao sul não existia um limite fixo – limitava com os índios pampas ou se perdia no interior. Dois fortes, Punta de Sauce e Santa Catalina¹⁷, aproximadamente a vinte e duas léguas de distância entre si, eram as posições mais avançadas da chamada fronteira “interior”. Este espaço, localizado entre os paralelos 65 e 63 de longitude oeste, e os meridianos 32 e 34 de latitude sul, como já expressou-se, foi variando sua extensão abarcando aproximadamente uma extensão de 15.000 km².

Nesse espaço o leito do rio Cuarto o Chocancharava possui toda sua área de nascente na serra, com uma bacia hidrográfica superior às 150.000 has. O rio é de regime pluvial (atualmente seu caudal é de 4,6 m³ seg com meio estival de 20 m/seg y um máximo hasta 1.200 m³/ seg).

Existem na região dois grandes ambientes geomorfológicos contrastantes: a serra e a planície. Ao noroeste a serra *Comechingones* é uma filha geológica com orientação norte-sul definida por uma escarpa muito abrupta no oeste (limite de San Luis) e uma pendente suave em direção ao leste. Outra falha menor é a serra Las Peñas. A serra Comechingones e Las Peñas correm paralelas e encontram-se atravessadas por vales irrigados por rios e arroios que dão lugar a solos ricos e aptos para o cultivo. Ao sudeste as serras declinam até transformar-se em planície numa faixa de 3 a 5 km que rodeia a serra denominada o Pedemonte. O regime térmico caracteriza-se por invernos rigorosos e verões medianamente quentes. A temperatura média é de 16,5 ° C., o clima é sub-úmido com estação invernal seca, o regime de precipitações com chuvas médias é 900 mm. A altura na serra sobre o nível do mar varia entre 600 e 2.000 m e na planície possui um gradiente de altitude entre 600 e 200 m sobre o nível de mar.

seguindo o lugar da Dormida de La Avestruz cruzando a capela de Las Peñas, e de ali com o curato do Río Tercero por meio de uma linha de oeste a leste que passava pelo lugarejo do Zanjón até o Saladillo.

¹⁵ Espaço onde posteriormente edificar-se-ia a Vila de La Concepción.

¹⁶ Eram Vice paróquias a Capela do Rosário de Tegua construída na estância do Sargento Maior José Arias Montiel, a de San Javier (La Esquina), a Capela de Nuestra Señora de Las Mercedes construída pelo Sargento Mayor Francisco de Oyola, e a Capela de San José na margem sul do rio Curato a três léguas e meias da sede (da que dependia também os Oratório do Tambo, de Freytes e Balmaceda, de San Bartolo, dos Echenique, do Rosário em Piedra Blanca, Concepción de Las Peñas, de Las Barrancas, Saucecito, Las Achiras e Santa Bárbara). Contava também com uma redução de índios “de nação pampas” atendidos pelos Padres Franciscanos, fundada em 1751 no lugar chamado de Reducción del Espinillo o San Francisco de Asís del Río Cuarto (Barrionuevo Imposti: 1986, 39).

¹⁷ Este Forte secundário foi habilitado recém em 1778 (Mayol Laferrere, 1977: 16).

Este espaço, na época colonial, estava ocupado por postos e chácaras separados por distâncias enormes. As populações localizavam-se nas margens de correntes de água – rios e arroios - nos vales sul das serras pampeanas e estavam constituídas por algumas famílias – que talvez tenham sido levadas para esses lugares de gramas e de água pelo interesse de adquirir gado ou de acrescentar o que já tinham¹⁸. Aqui a capela da Estancia na vera do rio provavelmente funcionava como elemento aglutinador de população rural e os povoadores iam-se localizando nas cercanias dessas unidades. Estas – no dizer de Garavaglia –, com freqüência, localizam-se no caminho.¹⁹

Esta área, na época já formava parte das estradas terrestres de conexão com o resto do território hispano colonial. Por isso, a região estava favorecida pelo tráfico comercial entre Buenos Aires e Chile, especialmente depois da criação do Vice-reino (1776) e do estabelecimento do regulamento de Comércio Livre (1778). Dessa maneira, o controle daquele espaço tinha uma importância estratégica para o reajustamento administrativo bourbônico²⁰.

2.1 A POPULAÇÃO DO VICE-REINO AO TÉRMINO DO SÉCULO XVIII

A renovação historiográfica geral, assim como a colonial rio-pratense que se mencionara em páginas anteriores, tem possibilitado abrir novos debates acerca de colocações teórica-metodológicas para o estudo do mundo rural, bem como retomar fontes já trabalhadas sob as quais colocam-se novas questões. Por isso, no caso que nos ocupa é preciso aclarar que a análise pormenorizada do censo, fonte principal de estudo deste capítulo, dista muito de ser um estudo a partir da demografia histórica no sentido meramente estatístico; somente tem-se a intenção de obter o primeiro mapeamento populacional do espaço sob estudo no qual colocaram-se algumas questões a problematizar. Mas, em princípio, é necessário ter uma relação com a população do Vice-reino do Ríó da Prata desse momento.

¹⁸ Mons. Bustos. Poblaciones de la frontera de Ríó Cuarto. S/f. mecanografiado. No Arquivo do Seminário Mayor “Jesús Buen Pastor” de Ríó Cuarto. Colección Archivo Monseñor Juan Bautista Fassi. Caixa Nro 1.

¹⁹ Garavaglia (1999: 47-48)

²⁰ Tema que se desenvolverá no próximo capítulo.

No curso da segunda a metade do século XVIII foi intensificado o interesse da coroa para reforçar o poder do Estado em toda Hispano-américa, respondendo às idéias do Absolutismo Ilustrado. Interessava ao Estado, então, saber as possibilidades econômicas e de recursos das colônias, uma vez que procurava conhecer com “*puntualidad y certeza el número de vassallos, biem como los habitantes que habían en todos sus bastos domínios...*”²¹

Para se ter uma idéia aproximada da população hispano-americana, calcula-se que em 1800 havia cerca de 13, 5 milhões de habitantes. Em Nova Espanha (México) se tem calculado 6 milhões (44 %), existindo em alguns distritos uma densidade relativamente elevada, como por exemplo Guanajuato que contava com 36 habitantes por km². Antilhas e a Capitania Geral de Venezuela reuniam 800.000 habitantes (6 %) cada uma, concentrada a maioria em Cuba e ao redor de Caracas. Na América Central uma população de 1.110.000 de habitantes (8 %), de Chiapas ao Panamá, com a Guatemala tendo a ocupação mais intensa. Nos Andes, da costa de Nova Granada ao altiplano do Peru concentrava 3,5 milhões (26 %). A região sul, isto é, Chile e Río da Prata, incluída a Banda Oriental (Uruguai), concentrava-se 1.300.000 habitantes, cerca de 10 % do total da população hispano-americana, e onde o vale central de Chile era o mais densamente povoado²².

A população do Vice-reino do Rio da Prata em 1778 era, segundo cálculos de Comadrán Ruiz, de 186.526 habitantes²³, e destes que cerca de 63% residia nos meios rurais. A jurisdição de Córdoba tinha a maior concentração de população (21,58%), seguida de Buenos Aires (19,90%). Em Córdoba, era mais habitada a campanha (81.89%), ao contrário de Buenos Aires onde a distribuição de percentual era de 65,16% na cidade frente a 34,84% residente na campanha²⁴.

²¹ A.H.P.C. Governo, Tomo 6 1776-1780 Folio 269 Citado por Celton y Endrek, 1984: 98).

²² Estes dados foram extraídos de Nicolás Sanchez Albornoz (1990: 37-38).

²³ Comadrán Ruiz proporciona esta cifra mas não está incluída a Banda Oriental (1969: 80). Garavaglia fala, para 1778, que o total da população do Vice-reino era de 230.000 habitantes sem contar a população indígena da área chaqueña e pampeana-patagónica, mas este autor não menciona a fonte de onde extrai os dados (1999:42).

²⁴ Este dado também é notado por Garavaglia, quem sustenta que a campanha de Córdoba é a mais povoada pelos espanhóis de todas as jurisdições, superando completamente Buenos Aires que é sua seguidora imediata (1986:55).

Tabela N ° 1: Distribuição da População do Vice-reino do Rio da Prata em 1778

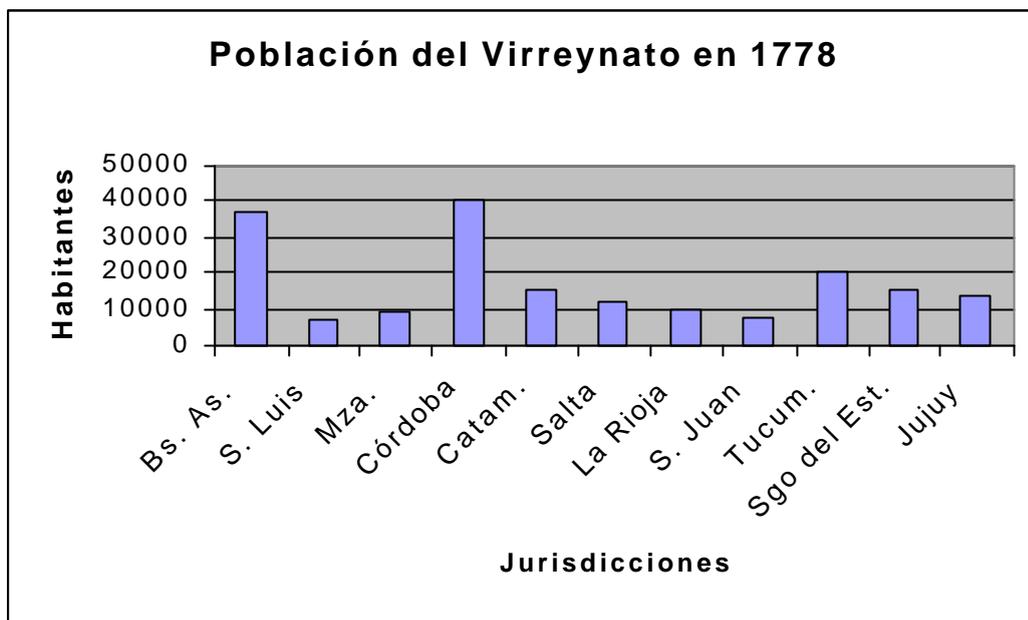
Jurisdicção de	Total	Porcentagem
Buenos Aires	37.130	19,90 %
San Luis	6.956	3,73 %
Mendoza	8.769	4,70 %
Córdoba	40.203	21,58 %
Catamarca	15.315	8,22 %
Salta	11.565	6,21 %
La Rioja	9.723	5,22 %
San Juan	7.695	4,13 %
Tucumán	20.104	10,80 %
Santiago del Estero	15.456	8,30 %
Jujuy	13.619	7,30 %
Total	186.535	100 %

Fonte: Censo 1778. Elaboração própria a base dos dados proporcionados por Comadram Ruiz (1969).

A exceção de Buenos Aires, a maior parte da população do vice-reino concentrava-se no norte -ou interior- do território, o qual tinha maior vinculação com o mundo andino. Para Garavaglia (1999), com uma extensão igual ao dobro da superfície da Intendência de Puebla na Nova Espanha, este espaço estava seis vezes menos densamente povoado, embora as densidades relativas fossem distintas entre o interior, onde havia maior densidade populacional em relação a Buenos Aires que representava o litoral.

Embora com pouca densidade relativa, Córdoba concentra a maioria da população, seguida de Buenos Aires. Porém, agregadas as 10 jurisdições que representam o interior, observa-se o pouco povoamento para Buenos Aires que representa o litoral. O gráfico que segue mostra a distribuição geográfica da população segundo os dados trabalhados:

Gráfico 1: Distribuição Geográfica da população do Vice-reinado do Rio da Prata



Fonte: Elaboração própria a partir do Censo de 1778

2.2 A POPULAÇÃO DA JURISDIÇÃO DE CÓRDOBA

O censo de 1778 foi o primeiro levantado em Córdoba, e registrou 43.511 habitantes. Esta jurisdição era composta naquele tempo por onze partidos ou curatos. Um correspondia à cidade e os dez restantes à campanha. A região noroeste rural da serra era a mais povoada; já a região de Río Cuarto congregava 8,5% do total populacional²⁵. Celton (1996) dividiu o território em três regiões: Noroeste, Central e Sudeste. Tomando os mesmos dados proporcionados por Celton, preferiu-se fazer outra agrupação. O quadro que se segue tem em conta as características geográficas e de população em relação à ocupação do espaço:

²⁵ Trabalha-se aqui a partir dos resultados obtidos por Celton (1992, 1996). Embora, mais contemporaneamente, Arcondo tem confeccionado uma base de dados na qual dá uma cifra de 44.506 habitantes.

Tabela N° 2: Distribuição geográfica da população da Jurisdição de Córdoba em 1778

Região	Partido ou Curato	Total	Porcentagem
NOROESTE E	Río Seco	3370	7,7
	Tulumba	3133	7,2
	Ischillín	2369	5,4
	Subtotal	30760	70,7
CENTRAL	Punilla	3865	8,9
	Traslasierra	5907	13,6
	Calamuchita	3688	8,7
	Córdoba	7320	16,8
	Anexos	1108	2,6
	Subtotal	12751	29,3
	TOTAL	43511	100

Fonte: Censo de 1778. Dados proporcionados por Celton (1996)²⁶

Na região noroeste e central, com exceção do “partido” de Río Seco, localizado no que se considerava fronteira leste com o índio, os demais estavam mais vinculados à economia colonial. Traslasierra, Punilla e Ischilín, localizados na serra, era onde mais havia assentamentos de povos índios tributários²⁷ com terra comunal. Enquanto que em Tulumba, Anexos de Córdoba e Calamuchita, regiões de vales, estavam localizados os estabelecimentos produtivos e as estâncias jesuíticas: Santa Catalina, La Candelaria, Jesús

²⁶ Celton, (1996: 27). Os dados proporcionados por Dora Celton diferem substancialmente dos de Comadrán Ruiz. Segundo este último, e como mencionara-se anteriormente, Córdoba contava com uma população total de 40.203 habitantes. Celton contabilizou 43.511. Recentemente Arcondo (1998) calculou em 44.506 habitantes para a jurisdição de Córdoba.

²⁷ Em 1705 havia 24 povos indios recenseados e 20 em 1733 (Beltramini, 1978)

Maria, Casa Caroya (Tulumba), Alta Gracia²⁸ (Anexos de Córdoba) e São Ignacio (Calamuchita).

Os partidos da planície, localizados no sudeste -Río Primero, Río Segundo, Río Tercero e Río Cuarto-, compartilhavam o fato de estar localizados em espaços com disputas territoriais em relação aos índios “abispones” e “mocovies” ao leste, e índios pampas araucanizados ao sul – pelo que o espaço foi se modificando em função dos contatos bélicos ou pacíficos. Entretanto as bacias dos rios Segundo e Tercero, junto aos vales de Punilla e Calamuchita, e em menor medida as regiões próximas a Río Primeiro (que figura como Río de Córdoba) e Río Cuarto, eram as principais zonas de criação mular.

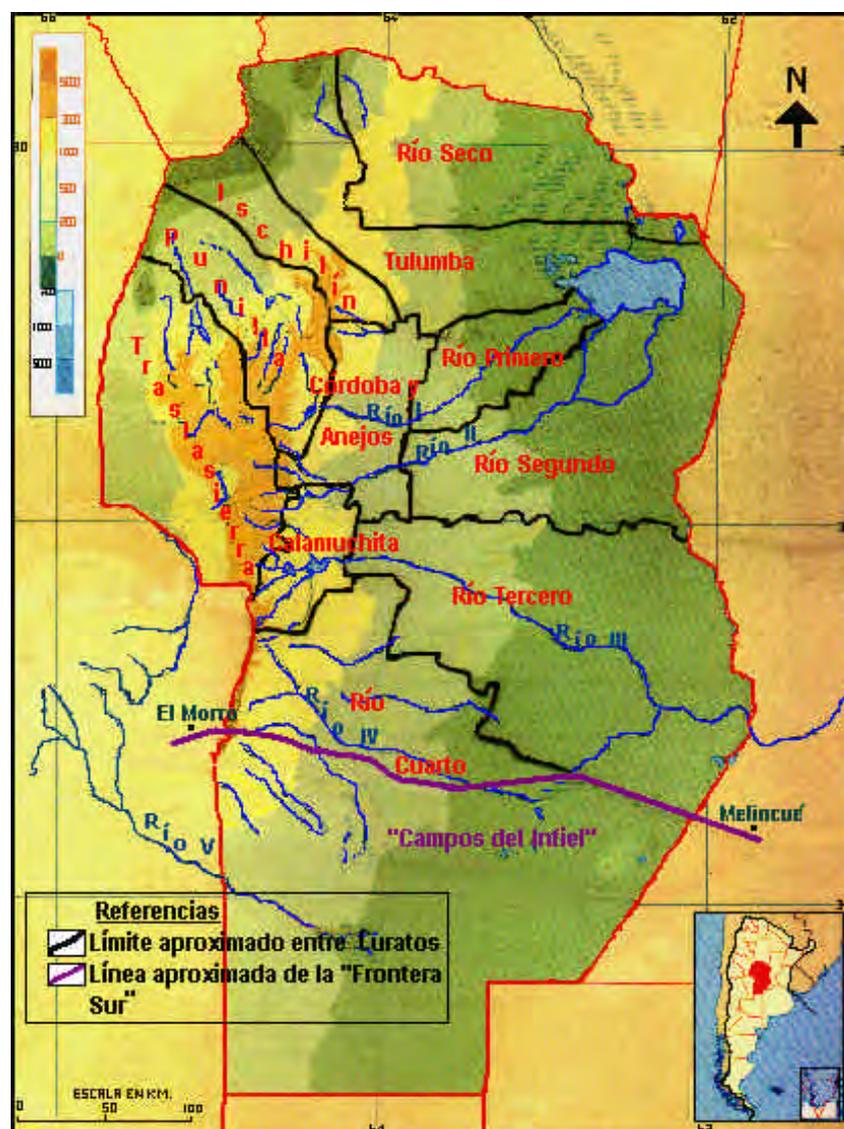
No entanto, se faz necessário considerar a extensão dos espaços geográficos dos “partidos” em relação à população. Embora a extensão da área do noroeste fosse menor, estava mais densamente povoado em relação ao sudoeste, que ainda não estava ocupado de forma efetiva em relação ao que conformará posteriormente o território cordobés.

Assim, em fins do século XVIII, Córdoba reproduz em redução de escala a situação populacional de hispano-américa, ao concentrar a maioria da população na região da serra (fundamentalmente os partidos de Traslasierra, Punilla e Ischilín) frente às áreas de planície.

Esta situação se pode observar no seguinte mapa:

²⁸ A estância de Jesús Maria no século XVII era importante por sua produção vinícola. Contava com três vinhas, campos semeados com trigo, milho, legumes e frutas, como também contava com um moinho de trigo, e tinha a seu encargo a manutenção do Colégio de São Carlos (Celton e Endrek, 1984: 111).

Fig. 2: Mapa das jurisdições aproximadas dos *partidos* de Córdoba segundo o Censo de 1778.



Fonte: elaboração própria com base ao mapa atual da província de Córdoba.

3. A CONFORMAÇÃO DOS ESPAÇOS: O CENSO EM RIO CUARTO

Para cumprir com as disposições do Vice-reino, o curato de Río Cuarto foi subdividido pelo governo colonial em quatro setores, que foram censados cada um deles por um vizinho diferente da jurisdição de Córdoba. O setor centro-norte, -denominado *Partido de Tegua*- conteve 9 aldeias e refere-se basicamente a um espaço das serras chamada Las Peñas, cruzadas por pequenos fluxos de água, arroio Tegua, El Barrial e Chucul. O setor

oeste -denominado de *río cuarto arriba* - menciona 5 lugares, e geograficamente corresponde-se às serras Comechingones Sul, onde se localiza os tributários do rio Cuarto (ríos Piedra Blanca, Las Cañitas, Las Tapias, San Bartolomé e de Las Barrancas) e o curso nascente e superior do mesmo. O setor centro-sul -chamado de *rio cuarto abajo* -, faz referência a uma área de transição entre montanha e planície, quer dizer, planície em declive junto aos arroios de Achiras, Santa Catalina e Sampacho. Aqui é localizado o curso médio do rio, e estendia-se da sede da Paróquia de Río Cuarto²⁹ em direção ao Forte e Prisão de Santa Catalina (de norte para sul), e desde o lugarejo La Esquina até Redução, onde havia uma redução de índios Pampas no lugar denominado Espinillo (de oeste a leste). E, por ultimo, o setor sul-leste, denominado de *Río Cuarto*, que somou segundo o censista 18 lugares mais o Forte e a Prisão de Punta del Sauce. Este setor, que estava na planície, correspondia ao curso inferior localizado a em espaço considerado de fronteira aberta. Os setores do sul, centro-sul e sul-leste, não tinham limites fixos, era o espaço de interação com os chamados indios pampas³⁰. As terras do Río Cuarto corresponderam à *merced* dos Cabrera³¹ que por hipoteca, herança, venda e arrendamento, no curso do século XVIII foram fracionando-se, junto à concessão de nova *merced* na fronteira do rio Cuarto³².

²⁹ Neste setor, sede do Curato do Río Cuarto, na visita em 1786 do Governador Intendente de Córdoba foi escolhida a criação da Vila de La Concepción, primeiro núcleo urbano da região. Tema que se desenvolverá no próximo capítulo.

³⁰ Esta divisão de espaços estava praticamente conformado no século XVII se tomamos em consideração que no ano de 1617, quando se realizou uma visita oficial aos índios de encomenda para cumprir com as “Ordenanças de Alfaro”, registrou-se a “Visita à Estância de Río Cuarto, *San Esteban de Bolón*, (setor Río Abajo) Estância de *Las Peñas* (setor Partido Tegua), Estancia de *San Bartolomé de la Sierra*, *Estancia del Tambo* (Setor Río Arriba) - do General Don Luis de Cabrera, neto do fundador de Córdoba - e a *Reducción Nueva*, (setor partido Río Cuarto) dos Caciques e índios nelas contidos (Escribanía 1, Exp. 1, 53, e. 2. F. 225) Citado por Grenón, 1924.

³¹ A *merced* dos Cabrera teve sua origem em 1580 (três anos depois da fundação de Córdoba), e foi em mérito ao conquistador Dom Gonzalo Martel de Cabrera, filho do fundador de Córdoba (Mayol Laferrere, 1981: 2). Por Real Cédula se lhe outorgou o direito de propriedade sobre as terras de Chocancharava (nome como os antigos documentos designam à atual região do Río Cuarto). Este tema se desenvolverá más extensamente no próximo capítulo

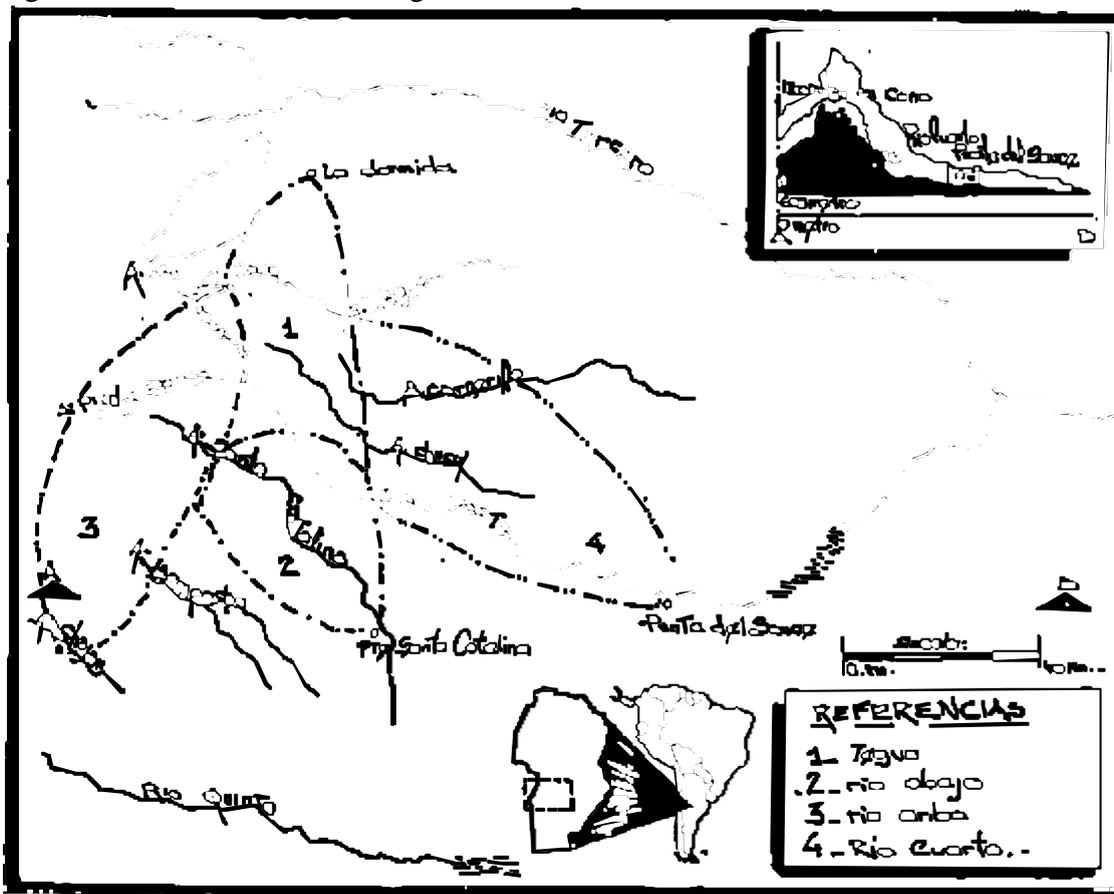
³² Este tema o tratam Montes (1954); Mayol Laferrere (1981), Barrionuevo Imposti (1986) e Baggini (1997). Mais adiante será explicado mais detalhadamente.

Tabela N° 3: Correspondência entre divisão do censo de 1778 (espaço de acordo com documentação), e *pedanias* e departamentos formados no século XIX³³

Setor	Espaço s/documento ³⁴	Pedanias desde 1888	Departamentos desde 1888
Norte	“Partido de Tegua”	Tegua e Peñas	Río Cuarto
Centro	“Río Cuarto abajo”	Río Cuarto	Río Cuarto
Oeste	“Río Cuarto arriba”	Achiras, San Bartolomé,	Río Cuarto
Sureste	“Partido de Río Cuarto”	Chucul, Reducción e La Carlota.	Juarez Celman

Fonte: Censo 1778 e distribuição departamental posterior segundo a Lei 1.100 04/08/1888

Fig. 3: Subdivisão do Curato segundo consta no recenseamento censal de 1778



Fonte: Elaboração própria

³³ Dado extraído de Albarracin (1889). Por Lei 1.100 04/08/1888 se subdivide o até então Departamento de Río Cuarto em três: o de Río Cuarto, o de Juárez Celman e o de General Roca.

³⁴ Aqui se transcreve os setores segundo são mencionados na fonte. Daqui em adiante: Tegua, Río Arriba, Río Abajo e Río Cuarto.

3.1 DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL E POPULAÇÃO EM RÍO CUARTO

No final do século XVIII a maioria da população concentrava-se em áreas vinculadas à economia colonial. A mudança do eixo econômico em direção ao Atlântico levou também a um traslado da população. Assim, no transcurso do século XIX há um movimento migratório desde o Tucumán e parte de Cuyo para o litoral. A análise do censo de 1778 para a região do Río Cuarto permitiu observar a particularidade deste espaço. A seguir apresento os dados obtidos do mesmo.

3.1.1 ESTRUTURA POPULACIONAL

Os registros do censo³⁵ foram ordenados em uma base de dados³⁶ que permitiu obter a informação seguinte: estrutura da população: sexo; etnia: espanhol (ou branco), índio, pardo³⁷, negro, mulato; estado civil: solteiro, casado, viúvo, e condição jurídica: livre ou escravo. Lugar: Tegua, Rio Arriba, Rio Abajo e Rio Cuarto³⁸. A População total computada na região foi de 3.714 habitantes³⁹. Esta cifra total deve-se ter como aproximativa, assim como a distribuição por idades pela habitual tendência ao arredondamento em números terminados em zero e cinco. Esta aproximação dá uma população distribuída em sexo e geograficamente do seguinte modo:

³⁵ Censo do Partido de Río Cuarto. 1778. A.H.P.C. Série Governo. Anos 1604-1816. Caixas N° 1 a 50. Caixa 18. Pasta 7.

³⁶ Utilizou-se o programa Excel como planilha de cálculo. O processamento foi realizado conjuntamente com Beatriz Angelini e Jorge González. Os resultados extraídos foram apresentados no “III Taller Internacional sobre Problemas teóricos y prácticos de la Historia Regional y Local”. Cuba. 1998. Cabe ressaltar que Anibal Arcondo também fez uma base de dados sobre toda a jurisdição de Córdoba, para uso dos pesquisadores, e que foi publicada a inícios de 1998 quando já tínhamos a de elaboração própria.

³⁷ Aqui estão incluídos os grupos que terminaram, no dizer de Endrek, por ser englobados sob a designação geral de “pardos”, talvez porque a diferença fosse no tom bronzeado da pele ... ou porque as cruzas eram já tão complicadas que em muitos casos não havia como chamar-lhes (Endrek, 1966:27). Faz necessário aclarar que a denominação de mestiços aproxima-se mais à miscigenação com o índio, e a denominação de pardo à miscigenação com o preto (Arcondo, 1995: 26,27). Embora estas nomeações não sejam nítidas, dependiam muito da apreciação do comissionado.

³⁸ Tem-se mantido a nomeação que os próprios executores do recenseamento dão-lhe, identificando assim os quatro setores que compõem a região do Río Cuarto.

³⁹ Dos dados extraídos do processamento realizado (3.714) tem uma leve diferença com os resultados obtidos por Dora Celton (1992, 1996), mencionados anteriormente, que fala de 3.688 habitantes para a região, e

Tabela N ° 4: Distribuição por sexo e setor geográfico da população da região de Río Cuarto de acordo com o censo de 1778

Setor	População			Porcentagem		
	Sexo		Total	Sexo		Total
	H	M	Absol.	H	M	Em %
Tegua	333	304	637	52.2 %	47,8 %	17.1 %
Río Abajo	445	452	897	49.6 %	50,4 %	24.2 %
Río Arriba	663	678	1341	49.4 %	50,6 %	36.1 %
Río Cuarto	436	403	839	52 %	48 %	22.6 %
Total	1877	1837	3714	50,5 %	49,5 %	100 %

Fonte: elaboração própria com base no registro do censo de 1778.

A relação entre espaço e população era semelhante à do resto da população da jurisdição de Córdoba, a maioria concentrava-se na área serrana (Río Arriba e Tegua). Isto relaciona-se com o fato de que as atividades econômicas principais do período colonial – a cria de gado muar e de ovino – foram feitas naquela área⁴⁰. A densidade populacional na área era de 0.28⁴¹ por km², muito mais baixa que em outras regiões do Vice-reino, pelo que permite inferir que se esta em presença de um território pouco povoado .

Tabela N° 5: Distribuição geográfica da população na serra e na planície

Distribuição pela serra e pela planície	Total absoluto	Total relativo
Serra : Oeste e Centro-norte. Comechingones Sul e Las Peñas (Setores Tegua e Río Arriba)	1.978	53,3
Planície Centro-sul e Sudeste. Planície pampeana cordobesa (Setores Río Abajo e Río Cuarto)	1.736	46,7
Total	3.714	100

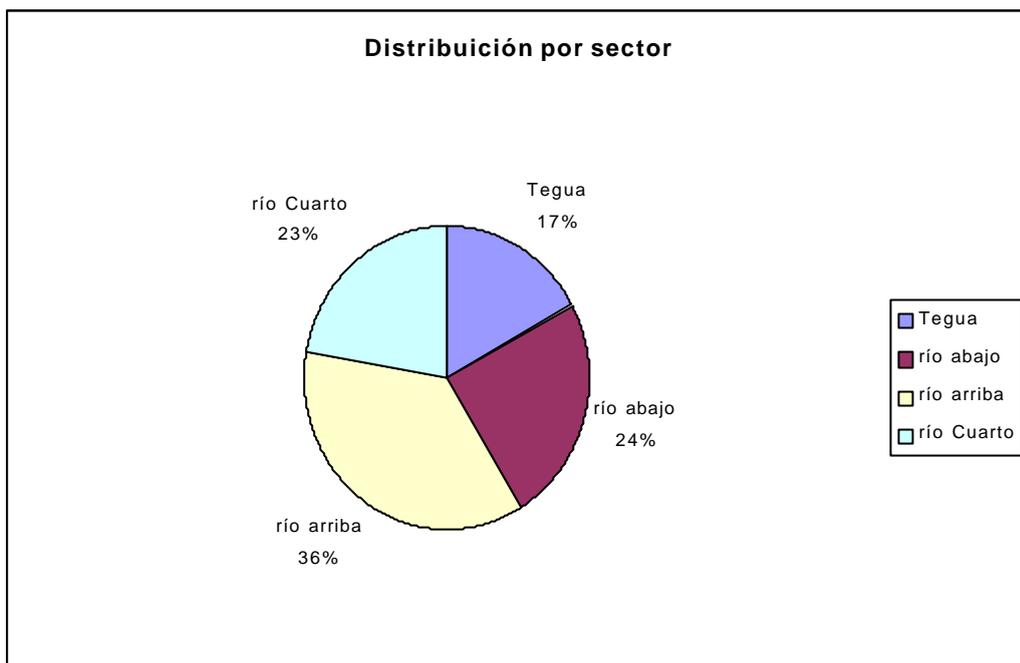
Fonte: Elaboração própria com base aos dados do Censo 1778

No gráfico a seguir, fica visível a concentração em Río Arriba, parte da região serrana:

aproxima-se mais aos resultados levantados por Barrionuevo Imposti (1986: 46), quem sustenta a existência de 3.701 habitantes na região.

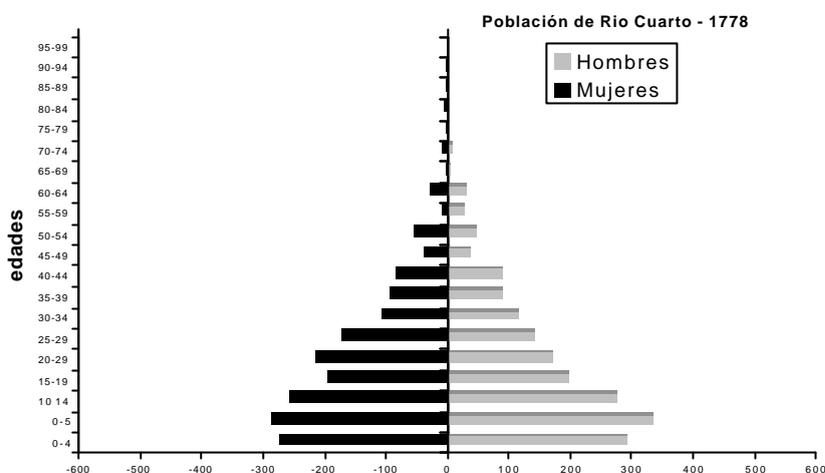
⁴⁰ Assadourian, (1983) e para a região Wagner (1997a e 1997b).

⁴¹ No Vice-reinado, a área rural estudada da governação de Buenos Aires recostada sobre o Río da Prata entre Santa Fé e o Partido de Magdalena, para meados do século XVIII, tinha uma densidade de 0.4 habitantes por km² (Moreno, 1993: 25).

Gráfico 2: Distribuição da população por setores

Fonte: Elaboração própria com base ao dados do Censo 1778

Em 1778, a população localizada na zona do Río Cuarto apresenta uma relação entre sexos bastante equilibrada para a toda a região (50,5% de homens e 49,5% de mulheres). A pirâmide mostra uma população de característica jovem, embora com certo estreitamento na base em ambos os sexos. Celton conjectura que pudesse ser por: omissão, por parte do comissionado, dos menores de cinco anos, por certa diminuição da natalidade por mortalidade infantil alta, ou por questões de fronteira. Mas, a meu ver, isto afetaria mais ao setor de Río Cuarto onde se localiza o forte Punta del Sauce. A estrutura da população por idade e por sexo mostra características bastante equilibradas, considerando que se trata de uma área rural fronteiriça.

Gráfico 3: Pirâmide da População da região do Río Cuarto em 1778⁴²

Fonte: Elaboração própria com base aos dados do Censo 1778

O gráfico anterior poderia se ampliar com respeito ao estado civil da população. Por exemplo, pode-se observar, através do quadro a seguir, que se está em presença aproximadamente de uma terceira parte da população registrada como casada (27 % dos homens e o 28 % das mulheres). Entretanto, há uma proporção maior de mulheres viúvas que homens, em uma relação de 3 a 1. No grupo de 30 a 39 anos é significativo que se encontre a maior proporção de mulheres viúvas, embora não possa se inferir que seus cônjuges haviam morrido na fronteira, visto que não existem informações se eles pertenciam ao mesmo grupo de idade ou seriam mais velhos. Esta interpretação poderia ser plausível de acordo com os dados a seguir: há uma mesma quantidade de homens solteiros e casados no grupo de 20 a 30, mas essa relação modifica-se substancialmente nos grupos de idade seguintes (com aumento significativo de casados), o qual poderia indicar que os homens casaram-se sendo já maduros. Analisando posteriormente a relação entre mulheres solteiras e casadas observa-se uma relação contrária com respeito à observada para os homens, já que a proporção de casadas jovens (entre 20 e 29 anos) supera amplamente a de homens.

⁴² Do total de 1877 homens, em 8 casos desconhece-se a idade.

Tabela N ° 6: Estado civil dos habitantes

Grupos de idade	HOMENS					MULHERES				
	Solteiros	Casados	Viúvos	s/dado	Total	Solteiras	Casadas	Viúvas	s/dado	total
00-09	625	-	-	-	625	558	-	-	-	558
10-19	455	17	-	-	472	414	38	1	-	453
20-29	155	152	4	3	314	128	243	15	-	386
30-39	38	159	10	1	208	32	132	39	-	203
40-49	14	100	12	-	126	16	78	26	3	123
50-59	14	54	7	1	76	12	24	26	2	64
60-69	8	21	4	1	34	12	7	9	1	29
70-...	1	6	7	-	14	7	-	13	1	21
s/dado	3	4	-	1	8	-	-	-	-	-
Total	1313	513	44	7	1877	1179	522	129	7	1837

Fonte: Elaboração própria com base aos dados do censo 1778

3.1.2. A COMPOSIÇÃO ÉTNICA

Em relação à Jurisdição total de Córdoba, desde inícios do século XVIII houve um aumento dos registrados como espanhóis o que foi acompanhado com os primeiros indícios de preconceito “racial”⁴³. Para 1760 calcula-se que havia 23,6 % de espanhóis e 76,4 % de *castas*⁴⁴, mas para 1778 há um aumento significativo da população registrada como espanhóis, sendo 39,4 % espanhóis e 60,6 de *castas* %⁴⁵.

Para a região de Río Cuarto, em particular, segundo os dados obtidos pelo registro (ver Tabela N ° 7), do ponto de vista étnico havia quase 36% de população espanhola (ou considerada como tal)⁴⁶, 53% de população de “cor” ou *castas*, composta por índios⁴⁷,

⁴³ Quiçá perante o preconceito racial muitos registraram-se como brancos ou espanhóis.

⁴⁴ O padrão original, segundo Morner, da sociedade de *castas* estava integrada no início por espanhóis e índios (no primeiro grupo incluem-se espanhóis peninsulares, crioulos e mestiços legítimos), posteriormente incluem-se os escravos pretos. Mas no decorrer do século XVIII aumentou a população mista, produto do cruzamento entre os grupos, o que resultava difícil fazer uma classificação taxativa das misturas produzidas.

⁴⁵ Sobre um informe do *Cabildo* do 14 de janeiro de 1760 da população da “*Ciudad y anexos de curatos rectorales*” Dados tomados de Endrek (1966: 11-13). Mais contemporaneamente segundo os dados proporcionados por Arcondo, a soma de brancos e espanhóis da um porcentagem de 34,6 % para a jurisdição de Córdoba.

⁴⁶ Os padrões do recenseamento, assim como os documentos da época, denominam de espanhóis a seus descendentes em América, quer dizer crioulos, pelo qual seria mais correto falar de hispano-crioulos. Salvo exceções não há praticamente espanhóis. Mas este termo produziria confusão com os outros grupos aos quais alguns autores denominam de *castas* e outros população de *cor* o que significa que inclui diferentes matizes como faz Moreno (1993: 26)

⁴⁷ Lembre-se que aqui se menciona somente ao índio recenseado, isto é, que está incluído sob o regime colonial.

negros, mestiços, “pardos”⁴⁸ e mulatos, e 11% dos quais a condição étnica é ignorada. Porém esta composição varia de acordo com os setores registrados ⁴⁹.

Tabela N ° 7: Distribuição da população por grupo étnico, setor e sexo

Setor	Total	Espanhóis				De castas				Ignorada			
		H	M	T	%	H	M	T	%	H	M	T	%
Tegua	637	155	132	287	45	154	139	293	46	24	33	57	9
Río Abajo	897	220	225	445	49.6	272	178	350	39	53	49	102	11.4
Río Arriba	1341	201	187	388	29	396	416	812	60.5	66	75	141	10.5
Río Cuarto	839	168	133	301	35.9	218	227	445	53.1	50	43	93	11
Total	3714	744	677	1421	38.3	1040	960	1900	51.1	193	200	393	10.6

Fonte: Elaboração própria com base aos dados do Censo 1778

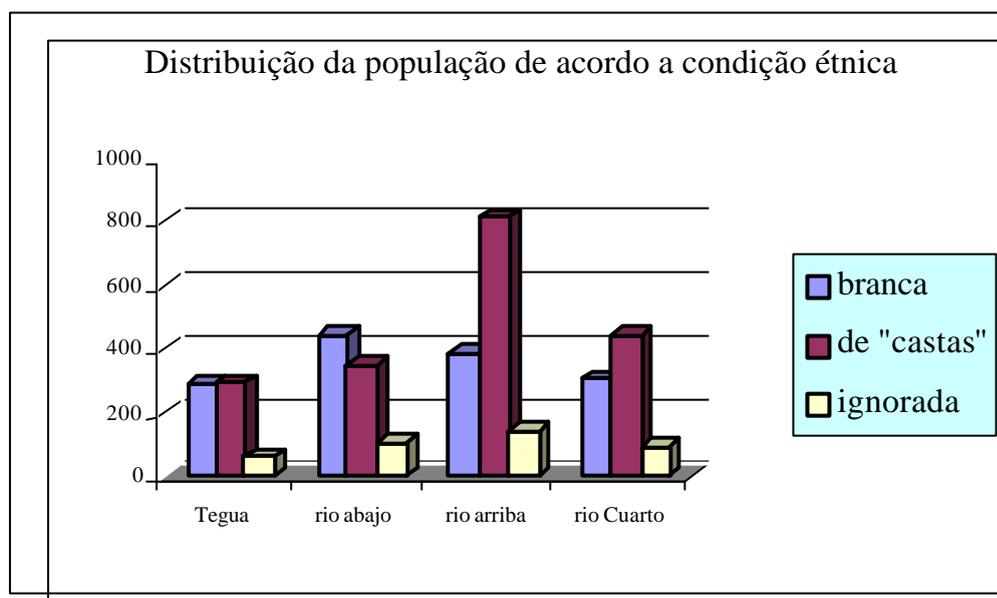
Comparando esta área com outra região rural de fronteira, como o caso do corredor sobre o Río da Prata percebe-se um equilíbrio entre população branca e a de “cor”. Para o corredor bonaerense registra-se uma maioria de habitantes brancos (84%), o que faz supor que, por ser Río Cuarto, uma área de fronteira existe um escasso controle por parte do poder administrador, escondendo ainda situações de mestiçagem.

A distribuição dos grupos étnicos (ver gráfico N° 4) por setores revela que em Tegua há um equilíbrio entre população espanhola e de *castas*. Em Río Abajo - onde está o Forte de Santa Catalina - há leve maioria de população espanhola. No Río Cuarto, pelo contrário, a relação inverte-se a favor da população de “cor”, principalmente a identificada como “pardos” ou mulatos. Estes grupos, considerados em conjunto – dado que fica difícil identificar o critério de diferenciação e a subjetividade do censista – são localizados mais na planície, quer dizer, em Río Abajo e Río Cuarto, conformando talvez o pequeno contingente dos soldados tanto do Forte de Santa Catalina quanto do Forte de Punta del Sauce. No Río Arriba é onde mais se apresenta uma diferenciação entre os setores, e consigna uma proporção maior das *castas*. Ali está localizada a maioria da população mestiça e índia, embora a menção para mestiços seja bastante escassa (não era uma

⁴⁸ Respeito ao conceito “pardos”, ver a nota N ° 34.

categoria muito usada pelos censistas). Por último, os poucos negros que são mencionados estão localizados mais em Tegua e Río Arriba. Embora esta composição variasse segundo os setores recenseados e os comissionados, nas zonas serranas havia mais equilíbrio entre a população considerada branca e de *castas*, embora, na planície, houvesse uma leve maioria de população branca, quer dizer, descendentes de espanhóis. Os pardos, considerados juntos aos “mulatos”, localizam-se mais na planície.

Gráfico 4: Distribuição da população por setores de acordo à condição étnica



Fonte: Elaboração própria com base aos dados do Censo 1778

O aumento considerável das *castas*, mestiços em geral, chegou a que se constituíssem na metade da população. Considerados de origem ilegítima determinou que a sociedade os marginalizara, mas a ameaça que representava seu aumento demográfico incrementou a rejeição dos espanhóis e agudizou as restrições e o preconceito racial.

3.1.3. CONDIÇÃO JURÍDICA

Quanto à condição jurídica de livre e escravo, observa-se através da Tabela N° 8 que a escravidão na região representava um 8% do total. Em Tegua é onde proporcionalmente há existência de uma maior quantidade de escravos (15%), seguido

⁴⁹ Incorpora-se no anexo II os critérios que se utilizaram para a confecção da planilha de cálculo.

logo por Rio Abajo (9%). É provável que a escravidão nestes lugarejos esteja mais relacionada ao serviço doméstico que à atividade econômica, sendo que 54 % dos escravos corresponde a mulheres e 46 % aos homens. Em todos os setores geográficos há um predomínio de mulheres escravas, sendo em Río Arriba onde mais aumenta-se esta diferença. Um dado significativo é que embora haja mulheres escravas, isto contrasta com a população total que registra mais homens que mulheres. Em comparação à região rural fronteiriça *bonaerense*, os valores se aproximam na escassa porcentagem da presença da escravatura, que ali corresponde a 6.5 %⁵⁰.

Tabela N ° 8: Distribuição absoluta e relativa da população livre e escrava na região de Río Cuarto, por setores geográficos e por sexo

População por		População absoluta						Porcentagem					
Setor geográfico		Livres			Escravos			Livres			Escravos		
Setor	Total	Total	Sexo		Total	Sexo		Total	Sexo		Total	Sexo	
			H	M		H	M		H	M		H	M
Tegua	636	542	282	260	95	44	51	85 %	44.2	40.8	15 %	6.9	8.1
R. Abajo	897	817	403	414	80	38	42	91 %	44.9	46.1	9 %	4.3	4.7
R. Arriba	1314	1260	615	645	81	33	48	94 %	45.9	48.1	6 %	2.4	3.6
R. Cuarto	839	797	416	381	42	22	20	95 %	49.6	45.5	5 %	2.6	2.4
Total	3714	3416	1716	1700	298	137	161	92 %	46.2	45.8	8%	3.7	4.3

Fonte: Elaboração própria com base aos dados do Censo 1778.

3.2 AS ATIVIDADES ECONÔMICAS

Os trabalhos desenvolvidos para a campanha bonaerense, usando os censos como fonte, permitem ver além da estrutura da população, outros dados sobre a composição familiar e as atividades econômicas. A situação difere para o estudo da campanha sul de Córdoba em fins do século XVIII. O censo de 1778⁵¹ não registra as ocupações, e só de modo não sistemático e esporádico faz referência à origem da população.

⁵⁰ No corredor do Río da Prata, entre o partido de Magdalena e limite com Santa Fe, de uma população de 4664 pessoas somente 303 eram escravos; mas diferentemente, neste espaço a maioria era formada por homens (Moreno, 1993:31).

⁵¹ O recenseamento de 1778 é um censo nominal onde registra-se, em cada unidade censal, a “casa”, o chefe de família, sua mulher, filhos e demais dependentes.

A presença da mão-de-obra escrava⁵² como força de trabalho é um indicador de riqueza material de uma minoria⁵³. Como a terra tinha pouco valor neste período⁵⁴, estar-se-ia na presença de uma população rural de relativo peso econômico no contexto inter-regional. Mas é necessário perguntar-se: quais eram as principais ocupações da população na campanha sul de Córdoba ao término do século XVIII?

O censo faz referência à “agregados”⁵⁵, casos de “conchavados” e “vagabundos” (que poderiam ser migrantes livres, sem ocupação estável em relação de dependência)⁵⁶, só fazendo menção em dois casos a comerciantes: um em Tegua, “*comerc^{te} n^{ral} de hilanda*”, e outro no Rio Abajo, “*de ocupação com mercadorias*”. Mas eles poderiam ser hóspedes transitórios. Também nomeia aos que ajudaram ao serviço religioso, como o Clérigo Presbítero em Tegua, o vigário do “Partido” em Rio Arriba e o Capelão da Prisão de Punta del Sauce. Da mesma forma assim sucede para as ocupações vinculadas às atividades militares de fronteira (capitão e soldados).

Registram-se, então, as tarefas que pudessem aparecer como uma exceção nesta região (o comércio), ou que completam uma função importante dentro da estrutura de poder da época – tanto militares como religiosas. Para o resto da população, quer dizer, sua ampla maioria, só se tem os nomes.

A que atividades se dedicam os residentes nesta região do domínio espanhol considerada como limite na América? O que produziam? Como abastecia-se a população? Que tipo de exploração agrícola existiu? Quantos eram os proprietários de terras? Qual era a extensão dessas propriedades? É possível falar de famílias rurais como unidades produtivas nesta região? Estas perguntas só terão respostas na medida em que se possa

⁵² A escravatura deve ser considerada como uma condição sócio-jurídica de dependência e não uma ocupação (Garavaglia, 1989: 225).

⁵³ Ver tabela N° 12 mais adiante, de 510 Unidades Censais somente 3 contam com mais de três escravos.

⁵⁴ Os preços variam de acordo à extensão do terreno, mas a meados do século XVIII com uma longitude de légua e média eram de 100 e 300 \$; entanto o preço de um escravo oscilava entre 300 e 500 \$ (Baggini, 1999: 63)

⁵⁵ Garavaglia (1994) define o agregado como “ pessoa que não sendo parente do dono da casa, mora e trabalha com um grupo familiar determinado em troca da comida e a habitação (também arrimado)”.

⁵⁶ Na metade do século XVIII a extinção das “encomiendas”, por seu escasso valor como criadora de excedente e a insignificância da escravatura na região, levaram como alternativa de produção ao uso de mão-de-obra rural “livre”. Mas esta aparecia como escassa, daí as autoridades coloniais ditarem “*bandos*” (proclamas) que castigavam a vagabundagem, os vícios e obrigavam a população livre a buscar formas de dependência – quer dizer, de se “conchavar”. Este tema será mais desenvolvido no capítulo IV.

comparar este estudo com outras fontes da época, e aprofundar a análise da história rural da região de Río Cuarto ao término do século XVIII.

Os estudos realizados permitem, porém, ter uma visão geral e um ponto de partida para aprofundar. Trata-se de reconhecer alguns antecedentes históricos prévios para a realização do censo: ocupação do lugar, sujeição indígena, produção na região, grupos sócio-étnicos que a conformam. Estes antecedentes facilitam para entender melhor as unidades do censo registradas em 1778, quer dizer, a composição familiar e a relação dela com as atividades econômicas.

4. A FORMAÇÃO DA PROPRIEDADE EM RÍO CUARTO

Embora ainda não se tenha nenhuma pesquisa que contemple este aspecto sobre toda a região para este período, os trabalhos específicos até agora desenvolvidos permitem obter uma idéia aproximada, dando certas sugestões e pistas que necessariamente deverão ser aprofundadas.

Este território que tinha pertencido por *merced* à família Cabrera, alcançou sua máxima extensão ao término do século XVII⁵⁷. Durante aquele tempo as estâncias, como também outros domínios da região, começaram a ser vendidas, como o caso de “Tegua”, e distribuídas entre os descendentes, como a Estância de “San Bartolomé da Sierra”, em rio Arriba. A Estância de Río Cuarto, dada a seus descendentes em 1679, abraçou desde o Tambo até San Bernardo, com oito léguas. Quem herdou a Estância recebeu também a hipoteca sobre a mesma. Esta, ao não ser paga, passa às mãos do Mosteiro de Sena,

⁵⁷ Em 1681, o Geral Jerónimo Luis de Cabrera III (4º descendente do fundador de Córdoba) obteve amparo de uma nova “Merced”, pelo que ampliaria suas propriedades, ficando em posse legal das terras de Río Cuarto: 10 léguas ao norte; ao sul até o rio Quinto, 28 léguas aproximadamente; ao leste até as serras de San Bartolomé, 15 léguas mais ou menos; e ao leste, até Melincué. Correndo de leste para oeste, desde Melincué até as serras, jurisdição da Punta, com “*todas las aguadas, montes y pastos que tienen todas las dichas terras y con todas sus entradas y salidas, derecho y servidumbres cuantas han y haber*”. (Barrionuevo Imposti, 1986 : 23). Tem-se calculado que a referida “merced” formava um retângulo de 59 léguas de largo de oeste à leste, por 38 léguas de ancho, de norte à sul, dando aproximadamente 2.242 léguas. Demasiada extensão concedida a um particular, tendo em conta que as leis de “título 12, libro 4” da *Recopilación de Índia* proibiam as doações de terra de tais dimensões. (Legizamón. 1883 :54).

instituição que começa a por à venda estas terras do Río Cuarto em meados do século XVIII⁵⁸.

Neste setor de *Río Abajo*⁵⁹ (centro-sul), Mayol Laferrere (1981) analisou 26 escrituras de venda de terra entre o Tambo e o Río Cuarto, das quais são localizada 23 na faixa sul do rio Cuarto. Com respeito à extensão, sustenta que a compra maior era excepcionalmente de 3 $\frac{3}{4}$ de légua. De acordo com os cálculos deste autor 12 propriedades não chegam à meia légua, enquanto 11 ultrapassam essa medida. O lote menor era de 300 varas (250 m de frente), continuando alguns de meio quarto de légua. O parcelamento maior aconteceu na faixa sul⁶⁰.

Dos compradores, 15 tinham o título de Dom (deviam se tratar de espanhóis); entre os 7 restantes que se tornaram proprietários está Luis Cabrera, “pardo libre”, e o mulato Mateo Cabral. O que indica que outros grupos étnicos tinham possibilidades de acesso à propriedade da terra. Na avaliação de Mayol Laferrere, 68% das terras estavam em mãos da classe dirigente e 32% das classes “populares”, o que leva a sustentar que a propriedade rural na região de Río Abajo, em meados do século XVIII, não era uma possibilidade exclusiva de setores com posse.

Río Arriba, no setor oeste, em inícios do século XVIII, foi dividido entre os herdeiros em três partes: San Bartolomé, Las Tapias e Piedra Blanca. E a fins do século novamente se subdivide. Aproximadamente para a época do levantamento do censo, a estância de San Bartolomé tinha uma largura de 4 léguas, com 4.000 metros de norte a sul, e Las Tapias com largura de uma légua e 1000 metros⁶¹.

O sul das serras, dos lugarejos de Lajas e Achiras até a do Morro, herdade dos Cabrera, também passou ao poder do convento de Santa Catalina, que as arrendou a 12

⁵⁸ O valor da terra, a meados do século XVIII, estava estipulada em 200 pesos prata corrente a légua. Posteriormente, em 1758, observa-se um aumento do 20 %. Entretanto, Mayol Laferrère nota uma transação importante, dado que se revende a estância principal de Río Cuarto a 1.166 pesos a légua, considerando as melhorias realizadas.

⁵⁹ Este estudo faz referência ao setor Río Abajo, por ser este espaço o que dá origem ao povoado de La Concepción del Río Cuarto (1786), posteriormente transformado em Vila (1797).

⁶⁰ Zona que Sobre Monte escolheria, mais tarde, para fundar o povoado.

⁶¹ Estes dados foram obtidos de D’Andrea, Ulises e Beatriz Nores (1996).

pesos a légua pelo transcurso de dois anos⁶². No século XVIII, parte destas terras foram vendidas a D. José Antônio Ortiz, e as terras de Achiras ao clérigo presbítero cordobês José Rosa de Córdoba, quem posteriormente as fracionou e vendeu a vários compradores. Em 1770, este sacerdote vende a Joseph Gavino de Aguirre “*una suerte de tierras... sobre el arroyo de Las Achiras y camino carril para el reino de Chile*”, que ficavam à par do anterior comprador, Juan Diaz⁶³.

Nenhum destes nomes figura na lista do censo, ou pelo menos estava no momento de se realizar o recenseamento. Mas no domicílio de *Jphe Antônio Ortiz*, morava o *mulato Visente*, com sua mulher *índia*, e com seus quatro filhos. Coabitam na mesma casa uma mulata livre de 60 anos, e três índios de 10, 12 e 14 anos. Este dado poderia indicar a existência de proprietários ausenteados, assim como a existência de famílias que moravam e trabalhavam para estes proprietários realizando as tarefas do campo.

Com relação às terras de *Río Cuarto* (setor sul-este), no ano 1757 foi concedida ao Comandante D. Miguel Arrascaeta, que fora Mestre de Campo do Forte Punta del Sauce desde 1755, uma *merced*. Esta abarcou as terras desde Punta del Sauce até Melincué, pela parte leste e sudeste, onde finaliza a jurisdição de Córdoba, com 6 léguas ao Sul do Caminho Real que ía de Mendoza a Buenos Aires, e pela parte norte de onde corre o Saladillo até as terras de Ruy Díaz⁶⁴

No que se refere a *Tegua* (setor centro-norte), a fins do século XVII Jerónimo Luis de Cabrera vende a Miguel Fenández Montiel uma *suerte de terra* que tinha como centro o lugarejo chamada “El Tala”. Esta formava parte da *merced* do Sauce, e compreendia a extensão das Serras das Peñas, extremidade sul da Serra Chica de Córdoba, onde instalaria uma estância. A meados do século XVIII o governador fez nova *merced* a seu descendente Sgto My José Arias Montiel. Esta nova “merced” localizava-se no arroio de Tegua

⁶² Gutiérrez, Miguel Angel (1996: 42).

⁶³ A.H.P.C. Escribanía Reg. 1. Protocolos. Tomo 153. Ano 1770 fs. 142 v. a 146 r.

⁶⁴ Aproximadamente 700.000 hectares (Barrionuevo Imposti, 1986 : 45). Esta *merced* tinha por limite a Melincué, território que tinha sido outorgado à Jerónimo Luis de Cabrera III em 1681, pelo qual a nova “merced” se sobreporia às terras já outorgadas pela Coroa. Arrascaeta faz referência no pedido que fez o ao governo que são terras vazias: “... *todas las referidas tierras que llevo pedidas, fronterizas y holladas de dichos enemigos sin que jamás desde la fundação de esta dicha ciudad hayan sido pobladas*” (*Merced* outorgada a Arrascaeta. Ano 1757 Documento XLIII Publicado em Caceres, 1881 : 177). Isto mostraria que não se chegou à condição de posse por parte dos Cabrera.

abaixo, e lugarejo nomeado La Esquina, dormida dos carreteiros e de viajantes dos caminhos que íam para a cidade de Santa Fé. Tomava como centro La Esquina e arroio, uma légua de terra a cada rumo”.⁶⁵ Estas terras logo foram subdivididas entre os descendentes.

Destas terras, pode-se inferir que havia a fins do século XVIII em *Río Arriba* uma certa repartição das mesmas entre os descendentes dos Cabrera; em *Tegua*, um desprendimento da posse por venda primeiro e repartição entre herdeiros do comprador depois; em *Río Abajo* - dada a hipoteca da mesma e traspasso ao Convento de Santa Catalina -, um maior fracionamento com arrendamento primeiro e venda depois (este parcelamento possibilitaria maior povoamento à região com acesso à propriedade da terra de famílias que não tinham pertencido à estirpe dos conquistadores); e, por último, as terras de *Río Cuarto* (as terras verdadeiramente fronteiriças), que são cedidas em nova “merced” a um lustro da construção do forte de *Punta del Sauce*, o que indicaria o interesse da Coroa por ocupar e colonizar as terras vazias na fronteira (ver mapa 3 Subdivisão do Curato por setores segundo consta no recenseamento de 1778).

4.1 APROPRIAÇÃO DO TERRITÓRIO E OS POVOS INDÍGENAS EM RIO CUARTO

A apropriação do território por parte dos espanhóis implicou a submissão dos povos índios que o habitavam –ainda que de parcialidades diferentes-, ao regime de *encomienda*⁶⁶. Os chamados *Comechingones*, que moravam na serra grande de Córdoba até seu extremo sul, se diferenciavam dos indígenas das planícies, qualificados com o nome de índios *Pampas*⁶⁷. Os serranos, embora oferecessem resistência inicial, foram submetidos. Os *pampas*, em sua maioria, não puderam ser reduzidos e marcaram o limite ao avanço “civilizador”⁶⁸ – embora a inícios do século XVII grande parte deles fossem

⁶⁵ A.H.P.C. Tribunales. Escribania. 1: 1742. Leg. 22. Exp.23. Citado por Mayol Laferre (1976: 309).

⁶⁶ A par da chamada conquista do território de Río Cuarto, que data do mesmo ano da fundação de Córdoba em 1573, os povos indígenas submetidos foram recenseados e distribuídos em *encomienda* entre os expedicionários.

⁶⁷ No dizer de Aníbal Montes “Os comechingones, o mais propriamente, os camiares, eram índios serranos que se diferenciavam em usos e costumes dos indígenas das grandes planícies mais ao sul. A estos últimos se os qualificou já desde os primeiros tempos da conquista como “índios pampas”, aludindo à designação desse território plano, inóspito para o espanhol, que também chamaram Trapalanda de la Sal” (1958: 20).

⁶⁸ No ano 1611 se encontra –no dizer de Montes- a primeira menção de guerra de índios pampas contra espanhóis, segundo um testemunho “*siendo como son los más belicosos indios que se conocen en estas provincias*” (A.H.P.C. Exp. 5 Leg. 105- Escribania 1ª). Citado por Montes, p.37. Para um estudo das características e costumes destas etnias, ver Nores y D’Andrea (s/f).

capturados nas imediações do rio Quarto e reduzidos pelos encomenderos em suas estâncias dos rios Tercero e Cuarto⁶⁹.

Amparados pelo regime da “Encomienda” a fins do século XVI na região “*los vezinos y moradores della, desde su población, se an sustentado y sustentan de lo que labran y benefician los indios*”⁷⁰. O encomendero contratava a um “poblero” (ou capataz) para controlar a produção no lugar. Antônio de Ochoa Sívori, tinha

*“a cargo los indios e repartimientos del rrío Quarto... los quales se obliga a rrecojerlos y hacer que se ocupen y travajen en todas las cosas lícitas y combinientes y en que deben y pueden y estan en costumbre ocuparse y trabajar como indios encomendados así en sementeras como guardas de ganado, hilar y tejer y sacar miel procurando con su industria y solicitud el orden y mejor comodo guarda e aumento de todo lo susodicho... y pagará realmente al susodicho (Ochoa) la quarta parte de todo aquello que hiziere beneficiar y se beneficiare por los dichos indios del dicho rrío quarta así de lienzo como rropa costales, aparejos, sogas, miel, cera, sayal y otras cosas que dieren de aprovechamiento y así mesmo a de haber la quarta parte de todo el multiplico de los ganados mayores y menores que ay al presente en el dicho rrío quarto.. y de la lana a de hereder la quarta parte como todo lo demás”*⁷¹

Esta citação, embora extensa, permite reconhecer as atividades realizadas nestas terras pelos índios reduzidos na região de Río Cuarto em fins do século XVI e inícios do XVII. Quanto à quantidade da população de índios “encomendados”, no ano 1617, quando ordenada pelo Governador de Tucumán se fez a visita aos índios em San Estaban de Bolón do Río Cuarto (*Río Abajo*), foram recenseados 23 índios já dominados, bem como outros 44 recentemente reduzidos junto a seus familiares⁷². Com relação aos índios das Estâncias de Las Peñas (*Tegua*), do Tambo e de San Bartolomé de la Sierra (*rrío Arriba*), só se

⁶⁹ Foram agrupados os índios “encomendados” no lugarejo denominado “El Espinillo”, para que ali no dizer de Fassi, “habitassem os que abraçassem o cristianismo, e fossem reduzidos à vida civilizada”. Estas terras foram doadas publicamente em 1689 “*por ser terras de Pueblos de Indios Pampas*”. Em 1691 se estabeleceu a redução de “El Espinillo”. Primeiro a cargo dos jesuítas, e na metade do século XVIII, dos Franciscanos. A missão manteve-se até fins de 1778 (1933: 14, 15 y 16).

⁷⁰ Expressado por dona Ana Gomez, viúva de González a inícios do século XVII, em pleito contra Avila y Zarate por retirar os índios pampas da “encomienda” de seu marido, de Río Cuarto ao Río Tercero.

⁷¹ A.H.P.C. Tribunales. Escribanía de Protocolos. Contrato do Escribano Juan Nieto, apoderado del Capitán Pedro Luis de Cabrera ao 10.3.1597. Publicado por A. Montes e também por Barrionuevo Imposti, (1986:16). O sublinhado é de minha autoria.

⁷² A.H.P.C. Escribanía 1. Leg. 53 exp. 2 (f. 225).

recensearam 19 índios, alguns casados e com filhos ⁷³. Por este documento conhece-se algumas das atividades dos índios pampas reduzidos na zona do Río Tercero, dado

“...que en este tiempo algunos de ellos han salido algunas vexes a coxer yeguas cimarronas y potros para su Encomendero y ellos doman potros de los que coxen y su Encomendero en pago dello les a repartido cordellate y sayal y sombreros y camisetas y les haze buen tratamiento”⁷⁴

Pode-se observar que a quantidade de índios “encomendados” na região era mais bem escassa, praticamente não se fazendo menção sobre o setor de Río Cuarto ou espaço de fronteira por onde percorriam os “Pampas”. Estes não estavam sujeitos à “encomienda”, pois transitavam pela fronteira e eram considerados a fins do século XVII “*gentio pernicioso Y muy dañino porque nunca sean querido reducir a poblacion.... como Várbaros andan vagando por las pampas... sustentándose de lo que hallan por lo campos Y rovan...*” ⁷⁵.

4.2. RELAÇÕES CONFLITUOSAS

A existência de gado selvagem livre, ao mesmo tempo que possibilitava a ampliação da Merced dos Cabrera, convertia-se em uma riqueza apreciável e disputável. Isto iria paulatinamente gerar um conflito, tanto entre os espanhóis (pertencentes a jurisdições distintas) pelo direito a vaquear⁷⁶ como entre os que disputavam sua comercialização: espanhóis e índios “não reduzidos”. Isto implicaria uma luta que mais do que pela posse das terras, era pelo controle e apropriação do gado que se criava livremente. Assim vai-se construindo um espaço de fricção onde sujeitos sociais diferenciados (“cristãos” e índios”), em função da exploração deste recurso, aliam-se ou enfrentam-se. Não existe, então, o reconhecimento legítimo de um nem do outro sobre a posse deste “capital”, o que implicava também a não existência de laços definidos de dependência e

⁷³ A pouca quantidade de índios censados nestas estâncias, quase todos muito jovens e sem nenhum cacique, fazem supor que a maioria teria sido trasladada recentemente à Estância de Costasacate nas proximidades do Río Segundo, do mesmo proprietário, pois ali anotaram-se índios que trabalhavam nesse lugar desde 1615. A estrutura dos povos indígenas coloniais à raiz da “encomenda” foi agrupada ou desagregada pelos “encomenderos”, indiferente às aglomerações originárias.

⁷⁴ Citado por Anibal Montes (1953 : 24).

⁷⁵ A.H.P.C. Tribunal. Criminal 1681 Leg. 1 Exp. 4. “Causa seguida pelo Cap. Dom José de Cabrera y Velasco...”.

⁷⁶ O historiador Anibal Monte menciona o surgimento de “*cuatrerros cristianos*”, que transitavam pelo caminho sul que passava por Melincué e dirigia-se à cidade de San Luis de la Punta. (Montes, 1953:32)

domínio total sobre a mão-de-obra indígena nestes confins, sobretudo em *Río Abajo* e *Río Cuarto*.

A fins do século XVII, no entanto, reconhece-se que os índios pampas negociavam com os “aucaes”. Ao parecer, os pampas davam aos índios chilenos “*muchos millares de bacas y gran cantidad de caballos y yeguas, con los que pueden mantener la guerra... y ellos le pagan con esclavos que compran a diferentes naciones indias y los venden*”⁷⁷. Nos inícios do século XVIII um episódio de confronto entre estes grupos indígenas na fronteira do Río Cuarto, se observa como uma ameaça para a zona⁷⁸.

Assim, desde meados do século XVIII iniciaram-se as fortificações da fronteira para proteger o caminho contra as pressões indígenas e contra o “roubo” das fazendas⁷⁹. A fins da década de 60 e início da de 70 do século XVIII, então, é quando ficam registrados os maiores confrontos entre “cristãos” e “índios” da época colonial⁸⁰. Três anos antes de ser efetuado o censo, por exemplo, uma “invasão”⁸¹ indígena atacou Punta del Sauce e provocou grandes perdas. Com isto difundiu-se o temor na zona do Río Cuarto e esta começou a ser despovoada. A raiz destes episódios ordenava-se aos habitantes que “*hagan*

⁷⁷ Ver “Causa Seguida por el Capitán Don José de Cabrera y Velasco contra os Índios Pampas por Ataques y Amenazas a su Integridad Física, por Robos Reiterados y Ayudar a los indios que Hacían la Guerra en Chile” 1681. Em Revista del Archivo Histórico de Córdoba. Enero a Abril de 1944. Por outra parte, aquí encontra-se um dos “circuitos” da economia indígena postulado por Mandrini, denominado “do gado” que se “vincula ao movimento de gado em grande escala para o Chile, abarcando todo o conjunto de atividades vinculadas com tal circulação e os intercâmbios derivados da mesma” Para este autor, “seu funcionamento parece involucrar, direta ou indiretamente a todo o mundo indígena e apoiava-se na apropriação de gado -principalmente em estâncias da fronteira e, a vezes, não somente de fronteira- e seu posterior traslado para Chile, mercado normal desses gados”. (Tradução própria) (Mandrini, 1986: 13)

⁷⁸ Ao parecer os pampas tinham matado alguns homens do grupo dos *aucaes* que levou a estes a perseguir e penetrar em território sob controle espanhol, para “*vengar las muertes que hicieron en campaña los indios pampas a los caciques de su nación y que estos expresados pampas se han retraído a nuestras terras...*” A.H.P.C. Escribanía 1 Leg. 256 Exp. 5 Citado por Monte (1953:42)

⁷⁹ Forte Principal ou Comandancia de Punta del Sauce (1752) (depois La Carlota) no centro da linha e fortes secundários o de Santa Catalina (1778) cobrindo a extrema direita, e o de Las Tunas (1779), protegendo a extrema esquerda. Neste último foi construído por petição do vice-rei Juan José Vértiz y Salcedo para proteção do comércio (Mayol Laferrère, 1977)

⁸⁰ Ao respeito ver Barrionuevo Imposti (1986: 42 y 43) e Grenón (1924 : 41 a 68). Aparentemente o conflito se agudiza quando o estoque de gado selvagem começa a decair. Frente a tal disputa, a sociedade “cristã” decide recorrer à cria do gado, enquanto que os indígenas resolvem atacar os povoados fronteiriços em procura desse gado agudizando o conflito inter-étnico. Em Informação de méritos do Comandante da Fronteira, Maestre de Campo Miguel de Arrascaeta do ano 1762 (A.H.P.C. Tribunal. Escr. 2 Leg. 31. Exp. 10) os índios não haviam atacado a fronteira e tinha-se dado um aumento de famílias nos povoados. Embora Miguel de Arrascaeta em setembro de 1767 foi morto pelos índios aucas que assaltaram o Forte. A.G.N. Contaduría Sala 13. 11-8-2. Citado por Mayol Laferrère (1977: 7). Ver também A.H.P.C. Tribunales. Escribanía 3 Año 1767. Leg 25. Exp. 8 , citado por Barrionuevo Imposti (1986: 42).

fuertes para o resguardo de sus familias”⁸² com a intenção de evitar o abandono da fronteira. Posteriormente, o período de maior calma foi o que se estendeu desde fins da época colonial até as primeiras décadas do século XIX (1796 a 1821)⁸³.

4.3. A EXPLORAÇÃO DOS RECURSOS

A produção historiográfica riocuartense construiu uma história local preocupada com a marcha da “civilização” contra a “barbárie”⁸⁴, de uma história política e urbana, com muito pouca referência ao mundo rural, sobretudo os estabelecimentos produtivos da região -as estâncias-, e suas vinculações econômicas ou não, com outras regiões. Também tem dado preferência a uma história que prioriza a questão da posse legal sobre as terras e fundamentalmente sobre o grande latifúndio dos Cabrera⁸⁵.

Recentemente, tratando de estudar as atividades econômicas a fins do período colonial tardio, tem-se reconhecido na região uma diferença entre o tipo de exploração da estância da velha economia colonial e da estância diversificada a fins do século XVIII⁸⁶.

4.3.1. AS VAQUERÍAS

As unidades econômicas da velha economia colonial baseavam-se no aproveitamento do gado selvagem existente, desde inícios do século XVII até meados do século XVIII, através das *vaquerías*⁸⁷.

No início do século XVII têm-se as primeiras notícias do gado selvagem em Córdoba quando o *cabildo* de Córdoba menciona a existência de *vaquerías* ao sul da

⁸¹ Quer dizer os índios assaltavam, roubavam fazenda e logo retiravam-se. Os espanhóis realizavam entradas punitivas para castigar ao inimigo “infiel”.

⁸² A.H.P.C. Tribunales Escribanía 3. Ano 1795. Leg. 25. Exp. 8. Citado por Barrionuevo Imposti (1986: 45)

⁸³ Isto é, desde o tratado de Paz formalizado em Córdoba em novembro de 1796 entre Sobre Monte e o Cacique Trecglen até as primeiras décadas da independência (Mayol Laferrère, 1977)

⁸⁴ Ver Carbonari, (1995)

⁸⁵ Ver sobretudo Anibal Montes (1953)

⁸⁶ Ver Wagner (1997: 42 a 47)

⁸⁷ Estas eram expedições organizadas para a caça de gado bovino com o objeto de extrair o couro, o sebo e a gordura (Garavaglia y Fradkin, 1992).

cidade em 1602⁸⁸. A meados do século coloca-se um pleito entre as cidades de Córdoba e de Buenos Aires pelo direito exclusivo de vaquear sobre estas terras.

A fins do século XVII o Capitão Joseph de Cabrera y Velazco, proprietário de “*Las haciendas, Y posesiones, quetenia En el rio quartto*”, explícita este fato ao comentar uma prática que parecia habitual. “...*Saliendo yo a baquear bacas Simarronas de Las alçadas de dho mi Padre...*”⁸⁹. Já em 1685 se tinha outorgado uma licença para retirar vinte mil vacas das pampas da província do Tucumán. O General Cabrera, entanto, opôs em defesa de seu direito às vacas selvagem argumentando, embora em forma de exagero, a escassez do gado selvagem na zona; “*será cosa lastimosa que un forastero saque las dichas vacas quitando esta utilidad a las religiones y pobres que hay muchos que en sus Estancias no tienen una vaca y están pereciendo pues la carne es el único sustento en esta tierra...*”⁹⁰.

Embora seja importante destacar os distintos espaços pois a região não conformava um mesmo ecossistema, a *vaquería* somente era uma prática de fronteira. No caso de Tegua, por exemplo, desde fins do século XVII “povoou-se uma estância se dedicando principalmente à cria de mulas”⁹¹, o que faz supor que este setor estava bem articulado à economia colonial potosina, como assim as estâncias localizadas nas serras, isto é no “Río Arriba”.

Na metade do século XVIII tinha-se produzido, junto a uma colonização da região, o surgimento de uma nova forma de exploração do gado, pelo que a estância da época colonial tardia caracterizou-se como uma unidade de produção dedicada à cria de gado diversificado⁹². Esta orienta-se ao mercado recorrendo a mão-de-obra que se obtinha pela compra de escravos ou através de contrato do peão rural ou “conchavado”.

⁸⁸ Coni (1930: 11)

⁸⁹ A.H.P.C. Criminal. 1681. Exp. 4. “*Causa seguida por el Cap. Don José de Cabrera y Velasco contra los índios pampas por ataques y amenazas a su integridad física, por robos reiterados y por ayudar a los índios que hacían la guerra en Chile*”. Editado por Revista del Archivo Histórico de Córdoba Año 1 N° 1. Janeiro a abril 1944.

⁹⁰ Citado por Anibal Montes (1953: 33)

⁹¹ Como o tem expressado Mayol Laferrre (1976)

⁹² Wagner 1997

Os produtores, muitos deles herdeiros dos primeiros conquistadores, não eram nessa época um setor social homogêneo. Pode se dizer que não contavam com um total controle dos meios de produção, embora pudessem ser proprietários ou arrendatários mas haveriam desenvolvido estratégias de produção sobre estas terras o que lhes permitiria em alguns casos contar com mão-de-obra dependente.

4.3.2 A PRODUÇÃO AGRÍCOLA E A PECUÁRIA

Desde inícios do século XVII (1617) conhece-se a existência das seguintes unidades produtivas neste espaço: “*la chacara de San Esteban de Bolón do Rio Cuarto*”, as estâncias de “*Las Peñas*”, “*el Tambo*” e “*San Bartolomé de la Sierra*”, todas pertencentes a Jerónimo Luis de Cabrera II (neto do fundador de Córdoba)⁹³. Na metade desse século, hipotecadas parte destas terras ao Mosteiro de Santa Catalina de Sena⁹⁴, registram-se alguns dados em relação à produção destes estabelecimentos. Na Estância San Bartolomé, por exemplo, contava-se com 1000 éguas para a cria de mulas e 50.000 vacas na campanha e na serra. No Posto do Tambo havia casas, currais, 100 vacas e 100 ovelhas e na Estância do Río Cuarto, casa de moradia e currais, “*un molino con sus adherentes e tierras de pan llevar*”, o que sugere uma modesta atividade agrícola para a produção de farinha no lugar⁹⁵.

Para estas tarefas, logicamente, devia-se contar com certa mão-de-obra: “...o número de trabalhadores em cada estância dependia da extensão e a existência de gado nesta. Pelo geral a mão-de-obra o das estâncias compunha-se de um mordomo e de 2 até 20 peões mestiços, índios e escravos. A maior estância de Córdoba, a do Río Cuarto, ocupava entre 1672 e 1683 uma média anual de 22 peões (máximo 26 em 1677 e mínimo 18 em 1683) calculando os que se matricularam entre escravos e índios para servir na mesma”⁹⁶.

⁹³ Também contava com as estâncias de San Lorenzo de Licsín em Río de los Sauces e San Francisco el Cano (mas estas estariam localizadas na região de Calamuchita)

⁹⁴ Instituição que dispunha de metal em abundância na época. Jerónimo Luis de Cabrera II endivida-se com a ambição de continuar sua conquista dos “*Césares*” na direção ao sul, empresa que fracassaria. Para levar adiante pediu e obteve licença do Vice-rei de Esquilache, “*me haga merced de la nueva conquista y población que comúnmente se llama de los Zesares, a la parte del sur, hacia la banda del estrecho de Magallanes y desde otra banda de la Cordillera de Chile de sus bertientes que confina con la costa y Campo de Buenos Aires*”. (citado por Barrinuevo Imposti, p. 17)

⁹⁵ Mayol Laferrere (1981)

⁹⁶ Citado por Assadourian (1983: 48) dando as seguintes referências Archivo Judicial de Córdoba, legajo 175 f.214 e ss. Comenta também este autor sobre as referências de fontes nas “*quais indica-se que aos mordomos*

Já em 1679, a “Estancia do Río Cuarto” incluía as vivendas principais assim como “*la Iglesia con todos sus hornamentos..., el molino con todas sus herramientas ...el rodezno nuevo e el perchel del trigo levantado de tapias*”⁹⁷

Com relação à exploração das terras do *Río Abajo*, fracionadas na metade do século XVIII, 90 % dos casos daqueles pioneiros eram moradores todo o ano de sua propriedade, desenvolvendo uma atividade de tipo familiar com escasso aporte de mão-de-obra alheia ao lar”⁹⁸. No referente às atividades que se realizavam nestas terras conta-se, a um ano do recenseamento, com um inventário de uma estância da região em o que se consignava o seguinte:

7 cuartos medianos de menor a mayor, con sus paredes de adobe crudo, techo de varazón, caña y torta, blanqueado y renovado,
1 ramada con sus paredes, asimismo de adobe, que sirve de cocina
1 corral con su transcorral grande de palizada
1 chiquero de buen tamaño de palo a pique
8 bueyes mansos
6 vacas lecheras
150 yeguas de vientre
2 mulas mansas
26 mulas chúcaras
50 potrillos que va a año
30 potrillos de 2 años para arriba
25 caballos mansos
70 ovejas
20 cabras
tres arados buenos, con dos reja
Tres yugos, dos rameros y tres coyundas
*Dieciséis sacas de trigo colorado*⁹⁹

O inventário mostra a atividade diversificada entre a produção de agricultura e de gado. Na mesma está presente os utensílios para a lavoura como três arados de duas grades, o jugo, que era uma peça de madeira que prende os bois pelo pescoço e os liga ao

e peões estava-lhes permitido ter suas próprias manadas de égua reprodutoras nas estâncias onde assistem; também ha constância de ventas miúdas feitas por índios” (1983 : 46) (tradução própria). Esta fonte foi consultada pela autora no A.H.P.C. Escribanía 1. Año 1692, Leg. 175, exp. 6 f. 214 e ss caratulado “Dn Francisco Benegas contra la testamentaria de Dn Gerónimo Luis de Cabrera por quantidade de pesos”

⁹⁷ A.H.P.C. Escribanía de Protocolos del Escribano Fco. de Olea, ano 1697, p. 112 y seguinte. Citado por Montes (1958: 36)

⁹⁸ Mayol Laferrére (1981).

⁹⁹ A.H.P.C. Tribunales, Escribanía, 1. 1777, leg 388, exp. 6. Em Mayol Laferrére (1981).

carro, ou ao arado; a conjunta, que era uma tira macia de couro com que se prende o boi ao jugo pela base dos chifres. Estes instrumentos, como o arado, eram difundidos em todo o vice-reinado como expressa Garavaglia, (1999: 187) e sua simplicidade poderia se relacionar ao fato destas terras serem ricas com regime de chuva abundante, o que mostra a produção trigo com a existência de 16 sacolas de trigo *colorado*¹⁰⁰. Também era um estabelecimento de cria muar, dado que este se relaciona ao estoque de gado equino, fundamentalmente ao mencionar 150 éguas ventre. Mas o que se evidencia é uma relativa diversificação da produção de gado: bois, vacas leiteiras, éguas, potrilhos, mulas, ovelhas e cabras. A propriedade dos bois marcavam a vida produtiva da campanha, tanto seja para o transporte na construção de carretas como para as tarefas agrícolas de arar a terra e a presença de ovinos marca a utilização doméstica da lã e também do couro. Segundo Sobre Monte com o couro da ovelha e cabras fazem-se bons *“tapeados”* e *“cordovanes”*¹⁰¹ Também a existência de cercos, o chamado *corral*, era importante para que a fazenda não mesclara-se com a de os vizinhos. Estes cercados eram utilizados para marcar ao gado, chamada *a yerra*, e a castração dos animais.

Este inventário, praticamente não difere dos 400 analisados por Garavaglia para a campanha *bonaerense* entre 1754 e 1815 no que observa o patrimônio produtivo. Pelo qual poder-se-ia concluir com suas palavras que *“cuidar ganado y arar la tierra se nos aparecen así como actividades más complementarias que contraditórias”* (Garavaglia, 1999: 181).

Para a região do Río Cuarto, entre 1799 e 1813 existem 16 inventários. A análise dos mesmos, neste período, mostra a existência de uma produção de gado bastante diversificada de ovinos e bovinos primeiramente, seguem os equinos, os muares e, por último, os caprinos. Em relação a produção agrícola não há registro de informação¹⁰². Esta ausencia de dados pode significar uma tendência na região a fins do século XVIII e inícios do XIX à produção de gado.

¹⁰⁰ Segundo Garavaglia havia a fins do século XVIII e inícios do XIX distintas variedades de tipos de trigo: o comum, o chamado “de Chile” por seu parentesco com o *candial* (espécie que dá a farinha branca), e o “colorado” que se conhecia em outras áreas de América hispânica com o nome de *“bermejo”*.

¹⁰¹ Sobre Monte “Informe de 1787” Em *Revista de Buenos Aires* (1865: 568)

¹⁰² A.H.M.R.C. Documentos del Extinguido Cabildo. Serie Juzgado. Años 1799 a 1813. Cajas 6 a 18. Ver também Wagner (1997: 48)

5. OS GRUPOS SÓCIO-ÉTNICOS A FINS DO SÉCULO XVIII NA REGIÃO DO RÍO CUARTO

O dualismo “índio e espanhol” do início da “conquista e colonização” do território, junto ao aporte africano -por compra de escravos por parte de alguns produtores-, carregou a estes confins a fusão de grupos étnicos. Por sua vez, somou-se também a esse processo o aporte da população mestiça de outras regiões, dado que no decorrer do século XVIII, por decadência do sistema de encomenda -instituição que até então regulamentava as formas de trabalho-, deram-se migrações livres e espontâneas da população em procura de trabalho.

Na conjuntura de transição no século XVIII, tinha praticamente desaparecido o sistema de encomenda -surgido desde a conquista- como mecanismo regulador das relações de produção. Assim vão-se constituindo outras relações de dependência, mais livres que as anteriores, o que se poderia acompanhar com uma certa mobilidade espacial de população em busca de seu sustento econômico que deslocava as famílias.

5.1. A FAMÍLIA, A CASA E O DOMICÍLIO OU “FOGO”

O estudo da composição familiar na época colonial tem por suporte as listas nominativas censais onde os sobrenomes dos habitantes encontram-se agrupados por casas, sendo que estas designam ao mesmo tempo a vivenda e a composição familiar.

A “casa” é o lugar de contenção das unidades familiares e outros dependentes; isto é, a residência que adotam aqueles que moram sob o mesmo teto, dado por relação de parentesco ou não, em cooperação (seja por dependência ou proteção) e solidariedade.

Para analisar as unidades censais registradas em Río Cuarto, utilizou-se o termo “fogo”, por considerá-lo mais restrito que o de família, no sentido de poder reconhecer sua composição. Nos fogos conviviam outros membros que eram alheios à família consanguínea -agregados, criados, escravos e até órfãs - e pareciam sempre ter uma relação econômica, quer dizer poderiam atuar como criados domésticos ou peões do campo.

O domicílio era um espaço social em que se desenvolviam as funções de produção, consumo, reprodução e socialização. Portanto, a análise dos mesmos, através dos padrões ou censos, tem possibilitado identificar os tipos de fogos constituídos na região a fins do século XVIII.

Da totalidade de unidades censais anotadas (510), não todas registram-se como casas. Alguns agrupamentos de pessoas são identificados como de *vagamundos* –isto é que não têm residência e não estão anexados a nenhuma outra-, também registram-se 19 ranchos (embora compostos geralmente por fogos simples) um seguido do outro em *Reducción de las Pampas do Río Cuarto* e, por último, está o Presídio de *Punta del Sauce*. A exceção deste presídio, e dois dos agrupamentos de indivíduos masculinos um de “*Vagamundos y de malas propiedades*” localizado na Punta do Sauce composto por cinco pessoas e outro de “*Bagamundos Naturales de Punta*” de San Luis no Río Arriba, integrado por três indivíduos, ao resto podem se considerar fogos para fins de análise, quer dizer, 507 unidades¹⁰³.

Tabela N ° 9: Tipo de fogos distribuídos pelos setores

Setor	Fogos	Simples		Extensos		Compostos	
	Total	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%
Tegua	57	20	35.1	5	8.8	32	56.1
Río Abajo	156	118	75.7	4	2.5	34	21.7
Río Arriba	171	97	56.7	30	17.6	44	25.7
Río Cuarto	123	55	44.7	17	13.9	51	41.5
Total	507	290	57.2	56	11	161	31.8

Fonte: Elaboração própria com base ao censo 1778

5.2. COMPOSIÇÃO FAMILIAR E ESPAÇO

Como visto no quadro 9 acima, a maioria dos fogos identificados foram aqueles integrados pelas famílias nucleares ou indivíduos solitários, isto é, fogos simples (57.2 %).

¹⁰³ Cabe-se aclarar que se estaria, assim, em presença de uma população de “fato”, quer dizer um recenseamento que define como membros do fogo àquelas pessoas que estavam alojadas no domicílio no momento de executar o recenseamento. Foram possivelmente incluídos, dentro do lar, alguns transitórios. Outros integrantes do lar, por estar ausentes ao momento do recenseamento, ficaram excluídos.

Seguem depois os fogos compostos (31.8 %) formados por famílias nucleares, ou um chefe do fogo junto a parentes e outros dependentes. Em menor proporção registram-se os fogos extensos (11 %) conformados pelas famílias nucleares, ou um chefe de fogo convivendo na mesma unidade unicamente com parentes¹⁰⁴. Na distribuição espacial, *Tegua* conta com uma maioria de fogos compostos enquanto a maioria de fogos simples estão em espaços fronteiriços, quer dizer *Río Abajo* y *Río Cuarto*, de incipiente colonização, onde aparentemente não teria problemas com respeito à ocupação da terra, independente do acesso legal à mesma.

A presença de escravos nas unidades censais é considerada também como um indicador da riqueza destes fogos. Como poderá se observar na Tabela N ° 10, em *Tegua* quase a metade dos fogos contavam com escravos, enquanto em *Río Arriba* a proporção diminui consideravelmente a 14 %. Isto permite apreciar que há uma diferenciação entre os dois setores serranos, sendo *Tegua* de menor população índia e de *castas* fazendo com que os proprietários produtores equilibrassem com a compra de escravos. Na planície, enquanto, em *Río Abajo* no espaço de recente povoamento conta com 14 %, em *Río Cuarto*, na fronteira do *Punta del Sauce*, somente com 10 % . Mas em termos gerais, os fogos contavam com pouca participação de mão-de-obra escrava.

¹⁰⁴ A respeito da tipologia de Peter Laslett se fez referência no capítulo anterior ponto 3.3 A conceituação da família. Neste trabalho procurou-se agrupar tendo em conta as duas primeiras categorias dadas por Laslett: simples, estendido e a proposta pela CELADE. O fogo **simples** inclui ao adulto responsável, chefe do domicílio e a companheira, ou solitário ou viúva, mais os filhos solteiros (geralmente entendida como família *nuclear*); o fogo **extenso** (ou estendido) compreende a família nuclear e outros parentes, seja por laço de sangue o por aliança; o fogo **composto** integra a família nuclear, os parentes e outras pessoas que não têm relação de parentesco com o chefe de família mas sim relação de dependência, como são os criados e demais conchavados. Esta última categoria tomada de Lira (1976, 20) difere de domicílio *composto* proposto por Laslett dado que este se compõe quando várias famílias conjugais estão agrupadas. Na classificação aqui proposta no fogo simples reconhece-se ao grupo básico familiar, no extenso incorporam-se os parentes dependentes e no composto todos os dependentes do chefe de lar, permitindo assim identificar, nesta última, os criados e demais dependentes da casa.

Tabela N ° 10: Distribuição absoluta e relativa das unidades censais (U.C.) com relação a presença, ausência de escravo e setores geográficos

Setores	Fogos com Escravos		Fogos sem Escravos		L. de Escr.	Outros Agrup	Total U.C.
	Total	%	total	%			
Tegua	25	43.9	32	56.1	-	-	57
R. Abajo	34	23	122	77	-	-	156
R. Arriba	24	14	146	86	1	1	172
R. Cuarto	13	10.5	109	88.52	1	2	125
Total	96	19.5	409	80.5	2	3	510

Fonte: Censo 1778

Embora discriminando por tipos de fogos, como pode se observar na seguinte Tabela, são os fogos compostos em Tegua e os de Río Abajo os que tinham maior número de escravos.

Tabela N ° 11: Fogos distribuídos por setores com relação à propriedade de escravos

Fogos	Simples : 288		Extensos : 57		Compostos : 162		Totais
	C/escravos	s/escravos	c/escravos	S/escravos	c/escravos	S/escravos	
Tegua	3	17	-	5	22	10	57
R. Abajo	20	96	2	3	12	23	156
R. Arriba	8	88	1	29	15	29	170
R. Cuarto	2	51	-	17	11	41	122
Total	33	252	3	54	60	103	505

Fonte: Censo 1778. Não consideram-se os 2 fogos cuja cabeceira de família são de um escravo que estaria dentro dos fogos simples.

Na relação dada por composição de fogos e existência de escravos observa-se que em *Tegua* é onde localizam-se mais em lares compostos (38.5 %). Isto é, onde os escravos estão mais integrados como dependentes de famílias. Tendo em conta os dependentes a cargo destas unidades familiares. Isto mostra que aqui está localizado o maior poder econômico da região. A presença de escravos em fogos simples como em *Río Abajo*, sem existir outros grupos de dependentes poder-se-ia estar associado à existência de escravos de famílias com pequeno controle dos meios de produção que se ajudavam com a compra de um escravo ou este poderia estar relacionado com tarefas domésticas do lar.

Tabela N ° 12: Quantidade de escravos por fogos em cada setor.

Setor	Fogos	c/1	c/2	c/3	c/4	c/5	c/6	c/7	c/8	Mais de 8
Tegua	25	7	5	3	4	1	1	1	2	1 c /19
R. Abajo	34	19	3	6	2	1	2	-	-	1 c/12
R. Arriba	24	7	4	5	2	3	1	-	1	1 c/13
R. Cuarto	13	4	4	-	1	2	-	2	-	-
Total	96	37	16	14	9	7	4	3	3	3

Fonte Censo 1778. Nos casos com mais de 8 escravos se deve reconhecer a idade dos mesmos para ter uma idéia mais aproximada do aporte de mão-de-obra escrava.

Da totalidade dos fogos, como pode-se observar na Tabela N ° 12, identificaram-se somente cinco com presença de mais de 8 escravos (1.5 %), chegando uns a contar com 19 escravos. Estes dados surgem como indicador de um certo poder econômico de poucas famílias na região que se bem poderiam ter certa influência na vida econômica e social da região, não equiparar-se-iam com a elite colonial cordobesa. Os fogos que não tinham escravos (80 %) e os que somente possuíam um (7%) dependiam da mão-de-obra familiar e da disposição de terras baldias para sua manutenção.

Por outra parte, é necessário considerar que o total de escravos não necessariamente estava em condição de trabalhar. É importante ter em conta nesse caso a idade dos mesmos. Por exemplo, a casa do Maestre de Campo Dom Andres de Arguello chefe do domicílio contava com 19 escravos: 7 tinham entre 19 e 10 anos, os 12 restantes tinham entre 3 e 11 anos, os que pouco aportavam à economia do lar. Pelo colocado, na maioria dos fogos simples, localizados em *Río Abajo*, é onde há maior freqüência de um escravo por fogo (20 sobre 33) (Tabela N ° 11).

É, precisamente no setor de *Río Cuarto* na fronteira onde existe a menor proporção de casas que têm escravos. Neste espaço tinha-se uma maioria de fogos simples sem escravos o que se relaciona com ser área de recente colonização de famílias nucleares sem dependentes.

O estudo realizado, então, permite reconhecer que a região sul do Império Colonial a fins do século XVIII estava povoada por unidades familiares rurais. Como colocamos

anteriormente, o Río Cuarto participava nesta conjuntura de um duplo movimento, isto é, era terra de emigração na serra e terra receptora de população na planície.

Assim, na documentação analisada no setor da serra onde ainda concentrava-se a maior população, identificaram-se quatro casos de chefes de fogos ausentes (“*índio ausente de su casa por mucho tiempo*” “*mulato ausente muchos anos*”), o que indica a saída destes em busca de trabalho. Por outra parte, registram-se 5 casos de migrantes de diferentes lugares, de Santa Fe, de Catamarca, Ischilín -al norte de Córdoba-, de Buenos Aires e de San Luis, e 6 famílias vagabundas de Punta de San Luis. A existência de um total de 8 famílias de vagabundos (4,6% das unidades censadas) mais os vagabundos agregados a outros fogos, poder-se-ia indicar que embora este espaço não estivesse afetado diretamente pela crise peruana, pelo menos, sofria parte de suas conseqüências.

Na planície pampeana do sul de Córdoba, onde se localiza o Forte Punta del Sauce registra-se o maior aporte migratório, com 27 casos: 4 de Buenos Aires, 4 espanhóis, 7 lusitanos, 5 paraguaios, 4 santiaguinhos e dois correntinos. (3.2 %). Deve-se recordar que para esta data o Forte tinha sido arrasado por uma recente “invasão” indígena pelo que outras fontes falam de um despovoamento no lugar.

5.3. POPULAÇÃO E ESPAÇO

A informação obtida até aqui, expressa que a região do Río Cuarto, através das características de sua população, não se constituía em um espaço social homogêneo. De características sócio-geográficas diferentes, este espaço constituía uma franja de articulação entre serra e planície pampeana nos confins do domínio colonial.

O mesmo tinha sido habitat de grupos indígenas denominados genericamente de Comechingones e Índios Pampas. Estes tinham modos de vida diferenciados que implicavam usos distintos da natureza, se identificando em espaços diferentes e não precisamente articulados. Isto deixará sua marca na conformação do espaço social posterior. A cultura *comechingona* de características sedentárias, composta pelos índios da serra, foi mais propensa a ser *reduzida* transformando-se em mão-de-obra para a produção

da zona. A *Nação Pampa*¹⁰⁵, composta pelos índios da planície, e posterior a *Pampa araucanizada*, pelo contrário, tratará de se manter independente do domínio espanhol. Estas particularidades estão refletidas nos recenseamentos utilizados e nas características da população estudada.

Em termos de integração, o setor *Tegua*, de menor proporção de população em relação aos outros setores (17,1 %) e com maior porcentagem de população escrava (15 %), socialmente mais hierarquizada (21 % dos chefes de fogos utilizam a partícula *dom*), pareceria ser o setor mais integrado ao domínio colonial, com maioria de fogos compostos (32%) e integrado por famílias com mais quantidade de parentes e agregados sendo que o 43.9 % dos casos possuíam escravos¹⁰⁶.

O *Río Abajo*, no entanto, apresenta-se como o setor que detinha maior proporção de população branca registrada (49.6 %), seguindo-se a *Tegua* quanto à população escrava (9 %). A sociedade parecia apresentar-se como mais homogênea com exceção de alguns casos comparáveis com *Tegua* (só dois casos de chefe de fogos fazem uso do qualificativo de *dom*). Aqui registram-se os soldados do recém criado Forte de Santa Catalina.

O setor de *Río Arriba*, no entanto, concentra a maior quantidade de população (36.1%). Aqui registra-se a maior frequência de vagabundos: solitários, agregados ou formando parte de grupos de famílias *bagamundas*.

Dado que a proporção de escravos (6 %) ali é menor, e pelas características étnicas presentes -é onde registra-se a menor porcentagem de população de *castas* (60.5 %)-, tratar-se-ia de uma população com maior quantidade de famílias de índios e mestiços livres. O tipo de fogos mais freqüente no setor são os simples (56.7 %) e poucos fogos possuem escravos (18%).

¹⁰⁵ Na época entendia-se por nação de índios, o conjunto das tribos de uma mesma língua ou de línguas próximas, residentes em lugares vizinhos. “De los Índios Salvajes” Em Félix de Azara. Aclaração de Lorente Medina ao Texto Concolorcorvo “El lazarillo de los ciegos caminantes”.(1980 : cita 47 pag. 95)

¹⁰⁶ Neste setor foi construída uma capela particular destinada a manter o culto entre os fiéis. Pelo inventário realizado em 1696 observa-se que a ornamentação era própria de vizinhos que possuíam um certo poder econômico. Ver Mayol Laferrére (1976).

Finalmente, o *Partido de Río Cuarto* (*Reducción dos índios pampas e Punta del Sauce*) conformava a área mais marginal controlada pelo domínio colonial. Trata-se de uma população relativamente homogênea desde uma leitura econômico-social. Sobre à característica étnica da população, os pardos e mulatos têm maior proporção. Aqui é onde mais registra-se o aporte migrante, pelo que faz supor que se esta realmente em presença da fronteira do Río Cuarto¹⁰⁷

Também, na fronteira pode-se reconhecer a diferença quanto ao tipo de grupo indígena presente. Ao passo que na serra são índios já reduzidos ou “naturais” e inclusive muitos deles já mestiçados com outros grupos étnicos, na planície registram-se alguns casos femininos de recente incorporação como: “*india infiel de adentro*”, “*sacada de los Ynfieles christianada...*”, “*Tránsita, india de tierra adentro infiel, aprende a rezar, para cristianarse*”. Também registram-se casos de vagabundos. Por último, não se deve deixar de mencionar que *Punta del Sauce* é o povoado que maior concentração populacional tem em toda a região do Río Cuarto, com seus quase 400 povoadores. Dado este que não pode se comparar com o setor rio Abajo pois aqui esta incluída e a população de um vasto território sem discriminar os lugarejos¹⁰⁸.

Em síntese, reconhecer a população rural e fronteira a fins do século XVIII foi a intenção deste capítulo. No trabalho até aqui realizado, pode identificar a relação entre espaço geográfico e população, mas também reconheci a importância que tem o termo fronteira, fundamentalmente em seu sentido político. A seguir, então, no próximo capítulo, avançarei no período inter-censal entre 1778-1813. Neste período, pela política implementada do Reformismo Bourbônico, sobretudo no que respeita à valorização de territórios marginais -ou também chamado reformismo de fronteira-, a região de Río Cuarto vai adquirindo interesse precisamente por ser ponto estratégico, *transito preciso* inter-regional, basicamente, entre Buenos Aires e Chile.

¹⁰⁷ As fronteiras, desde o ponto de vista da população, apresentam-se como áreas de promessa, fator de atração, por isso a migração e fronteira são dois conceitos que estão intrinsecamente vinculados (ver Mateo, 1993: 125 a 128). Ver também capítulo primeiro.

¹⁰⁸ É necessário considerar que um tratamento comparativo entre os distintos setores somente permite obter aproximações, dado que os recenseadores tiveram critérios diferenciados para a realização deste recenseamento.

TERCEIRO CAPÍTULO
DE ESPAÇO MARGINAL A ESPAÇO DE FRONTEIRA.
A CONSTRUÇÃO DA FRONTEIRA SUL

Desde que os espanhóis vislumbraram estas terras, eles tiveram a mesma preocupação da conquista e da colonização de outros espaços marginais (século XVI), quer dizer, o problema da ocupação da região que permitisse o controle do espaço, tanto para a circulação como para a proteção contra as tribos não submetidas. Isto levaria a um espaço marginal que se constituiria num espaço de fronteira política-militar (século XVIII).

Neste capítulo trata-se desta problemática em duas partes. Na primeira se apresenta os primórdios, analisando a ocupação inicial, os caminhos de circulação e a disputa pelo controle do espaço. Isto como modo de descrever o processo pelo qual parte da região sob estudo, se conforma num espaço fortificado¹. Na segunda, detêm-se em mostrar –a partir da marca que lhe imprime o Reformismo Bourbônico-, a construção da fronteira político-militar sob a mirada particular de quem exerce o poder: o Governador-Intendente de Córdoba.

Discutir-se-á como a região de Río Cuarto adquire relativa importância no contexto inter-regional devido à necessidade do controle territorial por parte do novo governo do vice-reino. O material consultado para a primeira parte consiste em documentação existente no Arquivo Histórico de Córdoba, distintas pesquisas realizadas apresentadas em artigos e livros específicos que tratam sobre o tema. Para a reconstrução das vias de circulação foi muito importante relatos de viajantes. No que tange à segunda parte foram utilizados fundamentalmente os distintos informes que Sobre Monte, deixou a respeito da fronteira sul.

Importa aclarar que antes da implementação do Reformismo Bourbônico, o território hispano-americano estava dividido em dois Vice-reinos: o de México (Nueva Espanha) criado em 1535 com sua capital na cidade de México, e o de Peru (Nova Castela) criado em 1542 com sua capital em Lima. Dependendo deste último, o atual território argentino compreendia três grandes distritos: o Governo de Chile, criado em 1548, que além de Chile, abarcava a região de Cuyo (integrando as jurisdições das cidades de Mendoza, San Juan, San Luis e La Rioja), o Governo de Tucumán, criada em 1563, estendida sobre Jujuy, Salta, Tucumán, Catamarca, Santiago del Estero, Córdoba e La Rioja (esta última separada de Chile) e o Governo do Río de La Plata, criado em 1569 que abrangia Paraguay, Santa Fe, Chaco e Buenos Aires. Estas unidades careciam de limites definidos e a vezes ocasionava conflitos entre distintas jurisdições. Neste ordenamento territorial, a região de Río Cuarto estava incluída na jurisdição da cidade de Córdoba a uma distância de 50 léguas da mesma, dentro do Governo de Tucumán do vice-reino de Peru.

A reforma administrativa do século XVIII baseada em princípios de centralização e especialização, levou a um reordenamento territorial do espaço. Produto do mesmo deu-se a criação do Vice-reino do Río de La Plata em 1776 que compreendia as províncias de Buenos Aires, Paraguay, Tucumán, Potosí, Santa Cruz de La Sierra e Charcas, assim como as jurisdições de Mendoza e San Juan que tinham dependido até então de Chile, com a capital na cidade de Buenos Aires que vinha adquirindo autonomia em relação a Lima pelas distintas medidas adotadas o qual implicaria uma rivalidade entre ambas.

No interior do Vice-reino do Río de La Plata, a partir de 1782 implementou-se o regime de Intendências que reestruturou o sistema administrativo colonial com o objetivo de dar maior capacidade executiva e funções melhor delimitadas sobre territórios menos extensos e, desta maneira -no dizer de Assadouriam-, poder chegar efetivamente a todas as regiões do domínio espanhol (1972: 293). (Ver a jurisdição do vice-reino no anexo V)

O Governo de Tucumán foi dividida em duas intendências. Salta do Tucumán e Córdoba do Tucumán. Esta, abrangeu a jurisdição de Córdoba, ficando a cidade como capital, La Rioja, mas a região de Cuyo (Mendoza, San Juan e San Luis) antes dependente

¹ Em no capítulo anterior se fez referencia que a região contemplava um espaço de serra e outro de planície, conformando este último o espaço verdadeiramente fronteiro.

do Governo de Chile. O primeiro Governador-Intendente², o Marquês de Sobre Monte teve um papel de grande importância na revalorização da fronteira sul.

1. OS PRIMÓRDIOS

Antes de expor as implicações do reformismo Bourbonico na região, faz-se uma breve apresentação dos inícios da ocupação da região de Río Cuarto que esteve inserida no mesmo processo de ocupação da América.

1.1 A OCUPAÇÃO INICIAL NA REGIÃO DE RÍO CUARTO

A ocupação (invasão) desta região pelos espanhóis que poder-se-ia localizar nos confins do domínio incaico, não escapou ao móvel econômico da conquista; quer dizer, ao interesse da procura de ouro. Isto deixa uma marca no processo ocupacional do território por este grupo.

Nesse sentido a historiografia específica³ mantém o discurso fundacional em relação ao que os próprios espanhóis buscaram achar: a Cidade dos Césares⁴ ou a “Trapalanda” originada na corrente de colonização do leste, embora fosse a corrente do norte que se ocupariam estas terras. No dizer de Imaz

² Os intendentes, no dizer de Lynch, eram instrumentos de controle social, enviados pelo governo imperial para recuperar América (1980: 15).

³ Pode-se consultar entre outros a Vitulo (1947:41); Montes (1953:3-11); Barrionuevo Imposti (1986:12-17).

⁴ Em 1529 um grupo de expedicionários chegaram à região. Esta expedição tem sua origem entre os naufragos do descobrimento do Rio de La Plata. Navegantes que chegam posteriormente encontram-se com este grupo que lhe informa sobre a existência de grandes riquezas, avivando a imaginação dos expedicionários que estavam obcecados pela procura do ouro. Desta maneira, surge o rumor do Império do *Rei Branco*, a *serra do Prata* e o *lago onde dormia o sol*. A nave, então, começa a internar-se pelo rio Paraná e no cruzamento com o rio Carcaña levanta-se o Forte Sancti Spiritus em 1528 (considerada a primeira população espanhola em território Argentino). O rio Carcaraña se forma pela união dos rios Tercero (Calamuchita) e Cuarto (Chocancharagua) que nascem nas serras comechingones de Córdoba, pelo que no ano seguinte, o Capitão Francisco César é enviado a explorar em direção oeste por onde os índios remontavam o rio até as serras. Os expedicionários chegaram assim até a serras de Córdoba e de San Luis. Desde então surgiu a lenda de que se tinham encontrados índios que possuíam ouro e prata o que deu origem ao mito de “Los Césares” (em referência ao próprio Capitão Francisco César) cidade fabulosa em riquezas, também conhecida com o nome “Trapalanda”. Cronistas como Cieza de León em 1550 e Bibar em 1558 tem deixado registro desta expedição. Ver Assadourian, (1972: 22) D’Andrea (1998: 80 a 85). Por outro lado, Anibal Monte diz *‘llevada por “los Césares la noticia de las auríferas riquezas al Paraná, se extendió posteriormente hacia el Paraguay y hacia España. Y fue tanta la fantasía y la ilusión que esta noticias de los Césares despertara entre los conquistadores españoles, que durante siglos rodarán por tierras argentinas las lentas caravanas de aventureros y soldados, en pos de esta tan persistente ilusión* (Montes, 1953: 5)

“...Trapalanda era a versão regional, do grande mito que encorajou a conquista. Em muitos outros pontos de América hispânica, Trapalandas de nomes diferentes, mas de característica semelhante, seriam os incentivos do avanço. A do Rio Cuarto só poderia compensar aos conquistadores com o sal do chão; e por ser a única coisa economicamente útil que acharam os soldados eles terminaram denominando à região inteira: Trapalanda da Sal”⁵.

Depois da fundação de Córdoba, em 1573, se organiza uma expedição em procura do descobrimento dos Césares. Mas somente, como reconhece o Capitão Tejada, *“fue causa en esta jornada para que se descubriese el camino de Chile”⁶*

Por aquela procura de ouro e porque estava no caminho do Chile, estas terras foram adquirindo importância, a população índia que se logra dominar foi reduzida a *encomienda*, embora na planície verifique-se a impossibilidade de serem reduzidos.

A apropriação deste espaço, então, se iniciou como outros da jurisdição de Córdoba, apoiados por encomendas de índios da região e outorgando-se as terras em *mercedes*. De acordo com as leis impostas pela Espanha, a Coroa tinha o domínio das terras americanas que só poderiam se tornar domínio particular através de uma graça, (*“merced”* ou *Real Gracia*) que, segundo a Recompilação de 1680, deveria beneficiar prioritariamente a conquistadores assim como aos primeiros residentes e aos descendentes destes.

O primeiro que se instalou no Río Cuarto foi Pedro Luis de Cabrera, filho do fundador de Córdoba, que tinha a encomenda dos índios de Río Cuarto. Posteriormente seu sobrinho, Jerónimo Luis de Cabrera II –neto do fundador-, ficava como dono das terras e proprietário da encomenda. Porém, a mesma situação de fronteira, e a pouca existência de mão-de-obra submetida pelos espanhóis, além da confrontação com os nativos, eram fatores que não permitiam réditos como em outros espaços coloniais.

No dizer de Alvaro Jara⁷, o elemento dinâmico da expansão foi provocado pela inversão dos particulares nas empresas conquistadoras que procuravam a rápida

⁵ Imaz, José L. (1965:19). Tradução própria.

⁶ Foja de Servicios del Capitán Tejada. A.H.P.C. Tribunales. Escribanía 2. Año 1690, Leg 8. Exp. 7 Real Cédula del 17-5-1627. Citado por Barrionuevo Imposti (1986: 13)

recuperação do capital invertido. Por isso, o ritmo, o avanço no sentido geográfico, esteve determinado pelo maior ou menor êxito das empresas, na medida em que a ocupação dos territórios ricos permitia a formação de novas fortunas e possibilitava, com isto, novos movimentos de avanço ou suas paradas. Jerónimo Luis de Cabrera II, que a inícios do século XVII herda as terras de Río Cuarto, realizou uma expedição aos Cesares (1622)⁸, participou na guerra contra os índios Calchaquíes (1631-33) e foi Governador do Tucumán (1660). Esgotado os recursos próprios, solicita um empréstimo ao Mosteiro de Santa Catalina e hipoteca parte de sus propriedades de Río Cuarto em 1641. Como outros militares “vitoriosos” recebeu prêmios em retribuição de seu esforço e inversão privada na conquista⁹, mas não teve interesse na produção agrícola, o que levaria à ruína de seus herdeiros¹⁰. Parte das mesmas terras hipotecadas passaram para o Mosteiro que, por falta de elementos jurídicos, não pôde levar a cabo as transferências de terras, pelo que procedeu a seu arrendamento¹¹.

No Río Abajo, nas imediações da paróquia de Río Cuarto, deu-se duas fases de arrendamento distintas. A primeira de 1727 a 1750, denominada de ocupação “incipiente”, foi o primeiro povoamento favorecido por um elemento comum à área marginal. A fronteira na região leste no rio Tercero da jurisdição de Córdoba estava afetada pelos conflitos com os grupos indígenas chamados “abispones”. Estes conduziram, logo, ao

⁷ Jara, Alvaro. *Ocupación de la tierra, poblamiento y frontera* (1973: 3)

⁸ Jerónimo Luis de Cabrera (II) projetou uma nova expedição à cidade dos Césares ou Trapalanda. Solicitou (e obteve licença do Virrey Esquilache) “me haga merced de la nueva conquista y población que comunmente se llama de los zésares, a la parte del sur, hacia la banda del estrecho de Magallanes y desta otra banda de la Cordillera de Chile de su bertiente que confina con la costa y campos de Buenos Aires”. Isto levou a gastar fortuna e comprometer a herança e a endividamento para aportar gente e equipamento para levar a cabo a expedição. Esta iniciou-se em 1622 e terminou em um grande fracasso. Ver “*Ilusión y desengaño de la trapalanda*” (Barrionuevo Imposti, 1986: 17).

⁹ Em 1633 o Governador Jerónimo Luis de Cabrera (II) pede que se “*le haga merced de las dichas tierras por cuanto en todas ellas y sus aguadas tienen mucho ganado vacuno retirado y alzado por la ausencia que ha hecho en mas tiempo de dos años en la pacificación allanamiento y conquista de los indios reveldes de Ésta Provincia y atención de los dichos servicios que ha hecho a su Magestad tan considerable al reparo de ésta Provincia y a los muchos de sus padres y antepasados...*”. (Barrionuevo Imposti, 1986: 22)

¹⁰ Jerónimo Luis de Cabrera III (IV geração) obteve nova confirmação e ampliação da propriedade em 1681 mas anos depois (1689) começaria a venda e distribuição entre seus filhos que também herdaram a hipoteca. Em 1727 se faz a “*cesión verbal*” a favor do Mosteiro e posteriormente o traspasso definitivo.

¹¹ Quem primeiro trabalhou documentalmente este tema foi Mayol Laferrère (1981), posteriormente Baggini fala que entre 1727 y 1761 se deu lugar a um incipiente povoamento em que a propriedade da terra de mãos privadas passou à Igreja. Esta primeiro a arrendou e logo as vendeu. Da consulta dos Registros Notariales N° 1 entre os anos 1727 a 1793 e Registro Notarial N° 2, ano 1750 a 1799 identificou 76 escrituras públicas referidas a distintas operações de terra na região, em que no ano 1751 e 52 há um incremento das operações (Baggini, 1999: 61-62)

despovoamento dessa área e à migração em direção ao Río Cuarto¹². Por outra parte, a segunda fase de 1751 a 1761, chamada de ocupação “arraigada”¹³, fecharia o período, dado que o Mosteiro coloca à venda estas terras que considera “baldias e improdutivas” e começa o assentamento de população.

Os trabalhos consultados de história da cidade de Río Cuarto colocam que daí em diante haveria o aumento da população espanhola na área; mas, ao mesmo tempo, consideram que a incerteza fronteiriça, fundamentalmente para o espaço da planície, não permitiu durante o século XVII e parte do XVIII um enraizamento definitivo desta população. A fricção com a população indígena se não estava explícita estava latente entre os habitantes da região no século XVIII e a atividade produtiva escassa, o que não ajudava a consolidar a ocupação daquele espaço durante aquele período.

1.2 CAMINHO E CIRCULAÇÃO

Desde que se descobriu o caminho para o Chile a fins do século XVI e inícios do século XVII, os espanhóis penetram apenas na planície com intenção de unir Córdoba com o Rio da Prata. No começo do século XVII, quando se procura especificar os limites entre Buenos Aires e Córdoba¹⁴, tomou-se conhecimento de que já passava um caminho de Buenos Aires para Mendoza. Esta estrada “das pampas”, chamada depois também de Fronteira, vinha de Pergamino (jurisdição de Buenos Aires), passava por Melincué (jurisdição de Santa Fe) e de lá atravessava o território pertencente à jurisdição de Córdoba pela costas do río Cuarto em direção do Morro (jurisdição atual de San Luis) passando por o arroio Achiras¹⁵

O testemunho de um fazendeiro andino, Dom José Videla, confirma este fato no processo começado em novembro de 1707 pelo Mestre de Campo da Estância de Río Cuarto, dom José de Cabrera e Velazco, contra os índios pampas pelo assassinato de

¹² Na declaração do cura de Río Tercero respeito à fronteira de leste, diz que até agosto de 1731 só uma vez tinha sido invadida mas que se repetiu em 1732, 1733 e em 1744 o que foi causa que “*se despoblase en el todo mas de veinte leguas, haciendo fuga de temor del enemigo, ciento treinta familias que fueron para la Punta del reino de Chile a la ciudad de Buenos Aires y otras al Río Cuarto de esta jurisdicción*” (Declaração do Maestro Antonio Suarez de Cabrera ao Cabildo de Córdoba. En Caceres, 1881: 95)

¹³ Barrionuevo Imposti fala de colonização, talvez o termo mais apropriado seja de ocupação (1986: 34)

¹⁴ Barrionuevo Imposti (1986: 40)

¹⁵ Fassi (1947)

Antônio Garay e nove peões em outubro daquele ano nas serras de Tandil (jurisdição de Buenos Aires), enquanto eles apanhavam gado selvagem.

“...mediante la sujeción en que Su Merced del dicho Teniente General ha tenido a los indios Pampas, así Serranos como sujetos a los españoles, se ha podido continuar la traficación y comercio de las Provincias del Paraguay, Tucumán y Río de la Plata, Reino de Chile y Provincia de Cuyo, unos con otros y aun de la hacienda que viene de los Reinos de España por Buenos Aires; porque a no tenerlos tan oprimidos, no duda este testigo que ya se habría cerrado todo comercio y comunicación por ser dicho camino la garganta por donde precisamente han de pasar y no haber otro descubierto, y ser imposible descubrir otro, por la mucha serranía y asperosidad de la tierra...”¹⁶

Neste caminho próximo às margens do rio Cuarto, assentou-se um Registro de Alfândegas o que estaria indicando um certo fluxo comercial inter-regional na área sul de Córdoba. Este registro funcionou entre 1740 a 1745 no lugar chamado “Paragem de San José” para a cobrança do imposto de Sisa tanto para a erva mate como sobre outros produtos que eram remetidos para o Reino de Chile. É conhecido pelo livro de “Razão e Conta”, do arrecadador Maior Vicente Funes, que passava uma tropa semanalmente para Mendoza. Cada tropa levava ao redor de 10 carros e carretões carregados com bolsas de erva e em quantidades menores tabaco, troncos, telas, sebo e outras mercadorias. Estas tropas regressavam com vasilhas, vinhateiras e frutos do país. A arrecadação da mesma era para despesas de manutenção da fronteira, com 50 partidários, da estrada¹⁷.

Por Real Cédula este imposto foi suprimido em 1757 pelos prejuízos e extorsões que realizavam os guardas aos que comerciavam das cidades de San Juan e Mendoza para Santa Fe e Buenos Aires dado que estes pareciam se comportar *“como absolutos en el distrito eram los únicos juezes que exigiam segun su arvitrio la sisa, disponiendo de ello a su voluntad”*¹⁸.

¹⁶ A.H.P.C. Tribunal Sección procesal, 1707 citado por Cabrera (1927: 58-59). Por ser documento da época e espanhol mais antigo preferiu-se manter sem tradução.

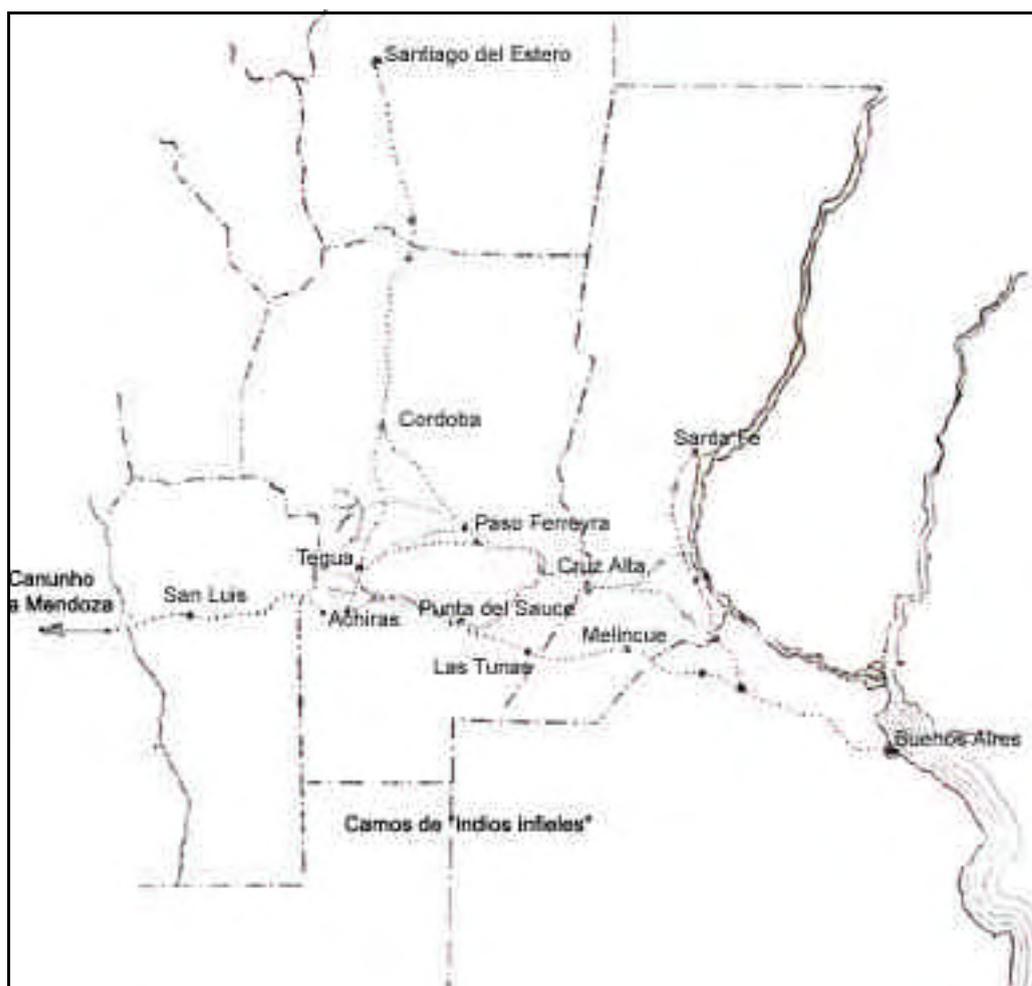
¹⁷ Paragem de San José. Libro de la razón y cuenta del Impuesto de la sissa a la yerba, llevada por el Sgto My Vicente de Funes (Folios 1 a 20). A.H.C.R.C. (Archivo Histórico de la Catedral de Río Cuarto) Caja 1. Leg. 1 Nro. 1745. Reproducido por Fassi (1947)

¹⁸ Expediente sobre el derecho de Sisa, en la Provincia del Tucumán para su defensa y formación de Pueblos, mala adm.n de los gobernadores y otros puntos que tienen alguna conexión con los expedientes. A.G.I. (Archivo General de Indias) Asignatura: Audiencia de Buenos Aires: 468)

Outro elemento primordial à comunicação das regiões é o tráfico de correspondência. Em 1769 tinha-se disposto que o correio desde Buenos Aires para o Chile passaria pelo caminho das pampas, mas anos depois, para maior segurança, considerou-se que se passaria por um caminho mais ao norte.

Os viajantes que vieram de Buenos Aires tinham várias alternativas para cruzar para o Chile: por exemplo eles poderiam ir pelo caminho de Las Pampas que passava por Melincué, (jurisdição de Santa Fe), por Las Tunas, Punta del Sauce, aí cruzar à margem norte da costa do rio Cuarto até chegar a Achiras, (jurisdição de Córdoba). Menos arriscado era continuar por Melincué até Cruz Alta, de lá descer para Punta del Sauce continuando pela a margem norte do rio Cuarto (Ver mapa Fig. 4).

Fig. 4: Croqui dos caminhos Coloniais



Fonte: Elaboração própria com base nas jurisdições provinciais atuais

A partir de 1777 decidiu-se modificar o itinerário aparentemente por roubo às tropas na estrada. Assim em 1779, para ir a Mendoza desde o Saladillo, os “arrieiros” e tropeiros deveriam continuar para a margem do rio Tercero até chegar a Paso Ferreyra e no caso de se separar, do chamado caminho da costa do rio Tercero, estes seriam castigados severamente¹⁹.

Em 1786, tropeiros mendocinos solicitam a reabilitação do caminho do Saladillo, por meio de uma petição, que apresentara José Francisco Amigorena ante o Governador Sobre Monte. A resposta foi negativa, argumentando-se que no momento as guarnições dos fortins eram insuficientes para assegurar o trânsito dessa estrada.

Não obstante, a fundação da vilas de *Nuestra Señora de la Concepción* e de *La Carlota* faz pensar na possibilidade de reabilitar aquela estrada, considerando a localização destas aldeias na rota mencionada. Nesse sentido, os cabildantes da vila de *Nuestra Señora de la Concepción* tentaram convencer ao governo da utilidade de ter um posto no caminho que deveria passar por estas duas vilas, por onde antigamente tinha seu curso, o que se foi mudado pelas invasões contínuas do inimigo²⁰. O Conselho da vila insiste mais tarde, novamente, sobre a necessidade que o caminho de Postas de Buenos Aires para Mendoza e comercio com Chile, passem pelas vilas, solicitações que não prosperaram²¹.

A partir da criação do Vice-reino (1776), a região de Cuyo (Mendoza, San Juan e San Luis), que dependia da Capitania Geral de Chile passou ao Vice-reinado do Rio da Prata. Motivou isto maior atenção por parte das autoridades espanholas sobre as estradas entre Buenos Aires e Mendoza. Posteriormente o Comandante da Fronteira e das Armas do Partido de Cuyo, Dn Joseph Francisco de Amingorena, dizia:

“...los caminos por donde en el día se transita desde la Ciudad de Buenos Ayres á la de Mendoza, y relación esacta de todos los Parages en que hay Población o Casas, con las leguas de distancia de unos a otros Poblados distinción de parage donde hay Posta, Rio de buena o mala agua, Pozos, arroyos, Lagunas etc. Explicación de los Parages donde se separan y reunen los Caminos con un computo de número de vecinos que habita en ellos, y sus

¹⁹ Ordem do Vice-rei do 16.5.1779 em Barrionuevo Imposti (1986: 97)

²⁰ Ac. Cap. 101. Em Actas capitulares de la Villa de la Concepción del Río Cuarto. Años 1789 a 1812.

²¹ Actas Capitulares do Cabildo

*inmediaciones, quiales viven de la cria de Ganado, y cuales de las Sementeras, con otras noticias que contribuyen a formar una idea cabal de la actual estado de los Países comprendidos entre el Río de la Plata y la Cordillera de Chile*²²

A descrição dos lugares permite reconhecer parte das atividades produtivas da região que nos interessa. Menciona que no Posto da Estancia, a uma distância de 6 léguas de Cañada no caminho das Postas entre Buenos Aires y Chile:

*“Hay buena Majada de Ovejas: mucho Ganado Bacuno, Cavallada, Yeguada, y Mulada que venden para el Perú. Poco más al Sur sobre el mismo Arroyo está la Estancia de Cabral, tiene más de 16 personas de familia y gran porción de Ganado Bacuno, Cavallada y Mulada de que hace sus ventas para Salta y Mendoza. El Mro de Posta que es un Hacendado rico de estos Pagos tiene su casa sobre el rio 3ro. y aquí solo mantiene unos criados que sirven de Postillones y despachan a los correos. En esta Estancia hay gran número de Animales, como Bacas, Cavallos, yeguas, y Mulas de que hacen comercio para el Perú”*²³

Cruzando o arroio de Tegua e chegando ao Posto de Dn Bazquez. (quem) tem muita porção de gado especialmente vacum, chegando ao Posto de Tegua diz

*“Cuatro o cinco Ranchos se encuentran sobre el Arroyo á diferentes distancias: todos habitados de gente pobre, que serían más de 20 personas, y se mantiene con sus Bacas Lecheras, algunas Ovejas, Yeguas y Cavallos. En el parage llamado Tegua además de la Posta que tiene su estacada ay otras 10 entre casas y Ranchos, desviados dos o tres cuadras unos de otros con más de 100 havitantes que se mantienen de la Cria de Animales de la especies referidas aunque no pasa su numero del preciso para poder subsistir: también siembran trigo, Maiz y Zapallos. Las mugeres de todos estos Lugares, como todas las demás de las estancias de Córdoba que siguen al Norte de todo lo largo del Camino se aplican a hilar, y teger Ponchos etc...”*²⁴

Estas fontes oferecem uma visão global do cenário regional e elas permitem reconhecer as estradas terrestres de conexão com outros territórios. Esta particularidade regional tem uma influência importante na forma da ocupação do espaço da região de Río Cuarto. Esta seria favorecida, então, pelo tráfico comercial de oeste a leste e o inverso. O

²² Documento 1787. Em Fernandez Mónica, Cuadernos de Historia Regional, 1988.

²³ Ibidem

²⁴ Ibidem

território, não obstante, apenas seria escassamente povoado na época e teria peso limitado no contexto econômico se comparado com outras regiões.

1.3 PROBLEMAS DE CONTROLE ESPACIAL E RELAÇÕES DE FRONTEIRA

Nestas terras, durante o século XVII, multiplicou-se o gado selvagem. Nem os espanhóis nem os índios estavam interessados na exploração deles. Embora a primeira caça de gado registrada pelos espanhóis fosse por volta de 1602 em Córdoba e 1608 em Buenos Aires, elas foram sujeitas à autorização do Cabildo que as denominou *acciones de vaqueria*²⁵. Era de maior interesse a procriação e venda de mulas para o mercado potosino que assegurava a fortuna dos fazendeiros de Córdoba durante aquele período. A demanda era tal que da região do noroeste estendia-se para os vales. O chamado *pedemonte* da montanha de Córdoba, por estar ao pé da serras, transformou-se em uma área de criação incorporando gradualmente estas terras a produção mular.²⁶ Também, no alto de pedemonte da serra ao longo dos rios que a cortaram (Rio Primero, Segundo Tercero e Cuarto), povoaram-se as primeiras estâncias de gado. O fazendeiro geralmente era funcionário do exército ou comerciante da cidade de Córdoba ao que por sua ação tinha adquirido a propriedades de terra.

A partir de então, um lento processo de valorização do espaço começa (lembre-se que a pampa era um imenso território que aterrorizou os espanhóis por sua uniformidade aparente), porém, a imensidão e a incapacidade de reduzir à população indígena foi demorando a ocupação. Deste modo, embora houvesse interesse pelo usufruto do gado que havia-se reproduzido indiscriminadamente, o risco desencorajou a tarefa.

Os índios pampas de alguma maneira haviam-se retraído para o sul depois das primeiras confrontações com os espanhóis. Mas, ao término do século XVII e principalmente no XVIII, reaparecem outras etnias que vinham da zona cordilherana e entram em conflito com os pampas. Assim, os pampas, pressionaram sobre a estreita franja do território sob domínio espanhol. Aparentemente, tanto espanhóis e nativos

²⁵ Gainard, 1987.

²⁶ Assadourian: 1983, Arcondo, 1993.

disputavam o gado selvagem: os comerciantes “indígenas” para vender no Chile²⁷, enquanto os espanhóis para conduzi-lo para Córdoba.

As fricções entre indígenas e hispanos-crioulos indicavam uma luta pela apropriação dos recursos daquele espaço. Estas começariam então com o esgotamento do gado selvagem bovino pelas *vaquerias* realizadas a cabo pelos espanhóis e pelas “correrias” feitas pelos nativos nesta franja fronteiriça.

Durante as últimas décadas do Século XVII, houve um declínio importante do estoque de gado em Mendoza, fundamentalmente, por efeito da destruição das Estâncias pelas incursões indígenas. Houvera uma recuperação mais tarde, a partir das primeiras décadas do século XVIII, para as transações levadas a cabo com gado que vem do leste, quer dizer, Santa Fé, Córdoba e San Luis. É notado, naquele caso, que é gado selvagem e só em uma oportunidade faz-se referência a uma fazenda de hibernação que vem de San Luis. Também existe, na época, operações de exportação de Mendoza para o Chile onde explicita-se que a origem é de Santa Fé ou de Córdoba. No Vale de Uco (Mendoza), também, havia um campo de engorde de grande importância, tanto para o consumo interno, como prover para a fabricação incipiente de sabão para exportar a Chile²⁸.

Também transitavam pelas estradas à margem do rio Cuarto para Mendoza escravos, erva mate e outros produtos do Prata e de Paraguai. O comércio inter-regional era completado com vinho e aguardente de Mendoza que era levado para o Buenos Aires e Santa Fé. Deste modo, esta região adquire importância como tráfico e provisão de gado (Ver menção prévia para do Imposto de Sisa na estrada).

Na região sob estudo, o espaço gradualmente transforma-se em um laço de articulação e circulação de mercadorias. Tanto para os produtos do Paraguai, do Litoral ou da capital de Córdoba que passavam pelo chamado caminho da fronteira sul. Naquela

²⁷ Ver Causa seguida por o Cap. Dom Jose de Cabrera y Velasco contra os índios Pampas por ataques e ameaças a sua integridade física, por roubos reiterados e por ajudas aos índios que faziam a guerra em Chile. Na mesma se diz “*Cada año, los pampas daban a los indios chilenos muchos millares de vacas y gran cantidad de caballos y yeguas, a cambio de muchachos y chinas esclavos y de armas*”. A.H.P.C. Editado pela Revista del Archivo Histórico de Córdoba. Año 1, N° 1. 1944. Reproducido por Barrionuevo Imposti (1986:29.)

²⁸ Coria, 1988.

pretensão de ocupação do espaço na região sul de Córdoba por parte da sociedade Cristã, a região começou a ser valorizada em função de manter a circulação das mercadorias dentro do comércio inter-regional colonial. Foi então quando começaram os ataques na fronteira pela procura do gado apreciado²⁹. Mas isto completou-se também com os saques das tropas de carretas e arreas que circulavam no caminho de Buenos Aires a Cuyo e Chile³⁰ desde meados do século XVIII.

2. O REFORMISMO DE FRONTEIRA

A implementação do reformismo Bourbonico³¹ -expressão do absolutismo ilustrado do século XVIII europeu- coloca uma nova relação entre metrópole e colônia e afeta de

²⁹ Em 1766, os índios Pampas segundo o Comandante de Armas, Coronel D. José Benito de Acosta, “*hicieron estragos en el Partido del Saladillo –cruce de caminos al Alto Perú y Reino de Chile-, arreándose todas las haciendas, con muerte de algunos que hallaron en el campo*”. Em 1767, uma invasão em Punta del Sauce arrasou com a residência do Comandante Arrascaeta e seus 37 partidários que perderam a vida, levando-se numerosa fazenda (A.H.P.C. Tribunales, Escribanía 3, legajo 25 expediente 8). Em 1771 se deu uma invasão em no Paragem de Santa Catalina mais de 200 índios assaltaram “*llevándose los ganados y demás bienes que encontraron*” (Reunión extraordinaria de Cabildo de Córdoba para tratar invasão mensal da nação Pampa sobre a fronteira sul nomeada o Río Cuarto e Punta del Sauce 3-2-1772, Em Caceres, L. Arbitrage sobre limites interprovinciales, 1881:113-117). Em agosto desse ano José Benito Acosta diz que na Fronteira de Río Cuarto e Arroio de Santa Catalina se arrearam 14.000 cabeças de animais, com perda de 11 pessoas entre mortos e cativos (Tribunales, Escribanía 3, Leg. 25 f. 8) Um novo ataque em 1775, em Punta del Sauce e em San Bernardo, 16 cristãs perderam a vida inclusive o Comandante Silverio Bengolea e sua esposa, 57 mulheres foram levadas em cativo. Tragédia à que se soma a perda causada pelo saqueio e pelo arreo das fazendas roubadas, o que levou ao desânimo e despovoamento da zona. (A.H.P.C. Trib. Escribanía 3, Leg 25 exp. 8, citado por Barrionuevo Imposti, 1986: 45). Ramón Medina, vizinho da fronteira declara o dia 16 de Novembro de 1775 “*el día 1 de setiembre invadieron los indios infieles dicha Frontera del Río 4º haciendo destrozo considerable, hasta aquí nunca experimentado, pues mataron de 17 a 18 personas, cautivaron a mas de 50 entre hombres y mujeres y niños de todas las edades y además de eso han desolado gran parte de aquel río, llevando crecido número de hacienda, cuyo número se ignora*”, más adiante agrega “*los indios maloqueron emplearon todo el día en pasar de esta banda del Río 4º a la otra el botín de gente y ganado; que a 800 llegaban las ovejas llevadas* (A.H.P.C. Tribunaleles. Escribanía 1. Legajo 382, exp. 10) En Grenón (1924: 57-58)

³⁰ Em 1749 os índios assaltaram o lugarejo fronteiro Las Tunas a uma tropa que conduzia desde Mendoza crescidos caudais e mercadoria em direção a Buenos Aires com 30 homens, dos quais somente quatro escaparam com vida. (Barrionuevo Imposti, 1986: 41). Em 1764 os pampas “*hicieron estragos... en las derezeras del Sauce, en la tropa de Garamuño, Cevino de San Juan que conducía varios mercados con crecidos intereses que todos se perdieron con las vidas, sin escapar ni aún la peonada*”. (A.H.P.C. Escribanía 3, Legado 25 folio 4). En Grenón (1924:45).

³¹ A partir da incorporação da dinastia Bourbonica em Espanha, a inícios do século XVIII, foram adotando-se algumas características da monarquia francesa fundamentalmente no se que refere, no dizer de John Lynch, maior eficiência baseada em princípios de centralização de funções que caracterizava a França. Nesse sentido o reinado de Carlos III (1759-1788) reforçou tal orientação.

forma direta o espaço, como em outras regiões marginais até então do império, dentro do marco que Lucena Giraldo (1996) tem denominando “reformismo de fronteira”³².

Em princípio, o reformismo Bourbonico implicou, nas possessões americanas, mudanças orientadas a melhorar o controle político e administrativo e a aumentar os recursos que se poderiam obter das mesmas, pelo que se tem considerado como um intento de promover o ressurgimento econômico de Espanha, o que implicava uma “reconquista” de América³³. Também pretendia reforçar o poder do Estado sem alterar os interesses das classes privilegiadas.³⁴

A procura de dar uma nova funcionalidade econômica, o espaço adquire relevância pela aparição de uma “consciência geográfica territorialista”³⁵; isto é, no dizer de Lucena Giraldo, a aceitação de que a ocupação física do continente americano e seu controle estatal direto deviam ser parte substancial de qualquer programa de reforma³⁶.

Por isso, seguindo a este mesmo autor, considera-se que desde meados do século XVIII o Estado apoia-se num forte dispositivo militar e científico que se implanta nas áreas marginais e intenta articular um efetivo controle social e político nesses espaços. Daí coloca-se a necessidade de pôr funcionários de acordo à nova lógica de organização territorial para que implementem programas de fortificações e povoamento nas áreas marginais dos confins americanos.

³² Lucena Giraldo entende “reformismo de fronteira” ao conjunto de políticas desenvolvidas na área tropical de América do Sul em aplicação dos Tratados de Madrid (1750) e San Idelfonso (1777)” (1996: 266) fazendo referência fundamentalmente a fronteiras- limites, aqui se faz extensivo o termo para o estudo da fronteiras interiores como o caso da região de Río Cuarto o que permitirá compreender a aplicação do Reformismo Bourbonico neste espaço.

³³ Entre os trabalhos mais significativos dentro desta linha de abordagem para as colônias, podem-se considerar os de John Lynch (1991) e D. A. Brading (1990); para o vice-reino do Rio de La Plata a Carlos S. Assadouriam (1972); para a jurisdição de Córdoba a Inés Punta (1997). Estes autores compartilham a idéia de uma “reconquista econômica de América”. Do ponto de vista de revisão historiográfica e de novos temas que se colocam a pesquisar é importante a compilação de Agustín Guimerá (1996)

³⁴ Lynch (1996).

³⁵ Idéia tomada de Peter Shalins. Para este autor a palavra “frontier” data do momento em que uma nova insistência no território real deu à fronteira uma significância política, fiscal y militar por parte do Estado. Ver Sahlins (1999)

³⁶ O reformismo conclui com a fase missional de avançada e o Estado procura, através de seus funcionários, assumir o controle direto. Sem dúvida a instituição mais sobressalente nas terras fronteiriças foram as missões religiosas, fundamentalmente as ordens jesuíticas como as franciscanas. Estas serviam à estratégia de expansão imperial, fundamentalmente nos espaços fronteiriços: na fronteira “interna” para a cristianização dos índios e nas fronteiras-limites para controlar ao avance de outras nações. Os espanhóis conceberam a

Na região de Río Cuarto, podem-se observar como interagem distintos elementos que faziam em que a mesma fosse adquirindo importância em função da ocupação do espaço que se traduz numa política defensiva e colonizadora que implicava uma razão estratégica de apropriação de espaço, a concentração de população e a conformação de uma sociedade fronteiriça.

2.1. RAZÃO ESTRATÉGICA DA REFORMA BOURBÔNICA: APROPRIAÇÃO E DEFESA DO ESPAÇO

O Programa Bourbônico no continente Americano intervém na organização territorial seja por uma questão estratégica seja por uma questão econômica e isto redefine as regiões do espaço do Rio da Prata. Do ponto de vista político-administrativo a criação do Vice-reino do Rio da Prata (1776) e a instalação do Sistema Intendencial (1787) significaram para Córdoba que deixara de depender do Vice-reino do Peru para estar vinculada ao Rio da Prata³⁷.

Do ponto de vista econômico, o Regulamento do Livre Comércio da Espanha e Índia (1778) abriu à internação de produtos estrangeiros e à saída de produção regional. Na metade da década dos sessenta, Córdoba capital teve um papel mais ativo no comércio com o porto de Buenos Aires, seja tanto na importação de produtos de Castela como na exportação de produtos da terra, o que facilitou maiores ingressos nos setores dominantes locais. Também houve um aumento das arrecadações fiscais dos recursos que vinham de impostos sobre a produção e circulação, o que foi acompanhado por um incremento significativo das despesas do governo especialmente dos salários pagos a civis e militares desde a instalação da Intendência. Isto foi assim, dado que as Reformas Bourbônicas beneficiaram amplamente aos cordobeses e não somente no econômico³⁸.

conversão religiosa na América como um amplo processo civilizador e, na fronteira seu objetivo era uma reorientação social e cultural da vida índia. (Ver Gibson, Capítulo 9: Las Tierras Fronterizas, 1976).

³⁷ Desde a conquista o atual território argentino dependia da jurisdição do Vice-reino do Peru com o centro em Lima. A partir de 1782 o vice-reino estruturou-se em 8 intendências e quatro províncias, uma destas é Córdoba del Tucumán que inclui a região de Cuyo que antes dependia de Chile, sob a jurisdição de Córdoba.

³⁸ Punta (1995: 182, 183). Por outra parte, o desenvolvimento da economia do vice-reino requeria medidas eficazes que possibilitassem um caminho livre das depredações dos índios, o que levou a elaborar um plano de colonização que propunha concentrar aos habitantes dos povoados estáveis com uma disponibilidade imediata de milicianos e reforçar o sistema defensivo dos fortins.

Junto à preocupação com o controle das estradas de comunicação, aparece a necessidade de defesa da Fronteira de Sul. Assim, no ano 1752³⁹, é construído o Forte de *Punta del Sauce* e Presídio nas margens norte do rio Cuarto no caminho das Pampas e isso favoreceu o povoamento junto à paróquia da antiga Estância dos Cabrera⁴⁰. Provavelmente devido à instabilidade da população hispano-crioula pelos ataques sucessivos dos índios⁴¹, o temor ao despovoamento da região levou às autoridades de Córdoba a considerarem a possibilidade de proteger a linha de fronteira, e levar a cabo expedições punitivas contra os nativos⁴², recomendando aos habitantes da região que se agrupem para se defender⁴³.

As políticas de controle na região, além de procurar a estabilização das fronteiras com os índios do sul e criar um sistema defensivo que permitisse ampliar o território ocupado pelos hispanos-crioulos⁴⁴, conformava um corredor que dividia o espaço através de uma franja imaginária que cruzava o continente de leste a oeste, desde Buenos Aires até Chile, desde o Atlântico ao Pacífico. Uma demarcação que, em realidade, separava duas formas diferenciadas de ordenar o espaço geográfico-social.

³⁹ Um médico que percorria o caminho de Buenos Aires a Chile acompanhado de um contingente de escravos, dizia que ninguém estava seguro até chegar ao forte da *Punta del Sauce*, onde havia uma guarnição capaz de cuidar essa fronteira de Córdoba. Durante dois dias que permaneceu no forte, soube a triste sorte dos cativos. Médico da English South Sea Company, “Viaje al Río de la Plata y Chile (1752-1756) versão espanhola de A. B. González Garaño. Anuario 1940. Da Sociedad de Historia Argentina. Em Barrionuevo Imposti (1986: 41)

⁴⁰ Informe del Maestre de Campo Miguel de Arrascaeta, comandante da Fronteira de Punta del Sauce. 1762. Na mesma dizia que a fronteira havia tido aumento de população. A.H.P.C. Informe de Méritos. Tribunales. Escribanía 2. Leg. 31. Exp. 10 (citado por Punta, 2000)

⁴¹ ver cita 24 e 25.

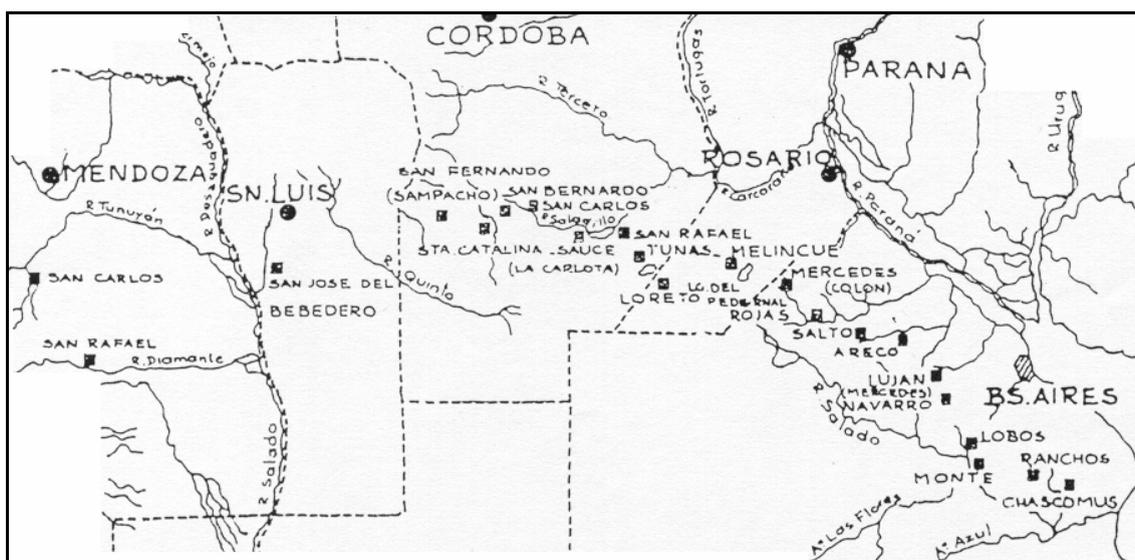
⁴² No ano 1774 o Comandante de Armas, Coronel Dom José Benito de Acosta, em vista das “invasões índias” fez uma entrada em terra índia (A.H.P.C. Tribunal. Escribanía Nº 3. Indios de Río Cuarto. Causa: invasión. Ano 1775, Leg. 25. Ex. 8 (Também citado em Barrionuevo Imposti, 1986: 44) . Em 1776 os Maestres de Campo Dom Ventura Montoya e José Benito Acosta realizaram uma nova entrada (A.M.C. Acta Capitular Tomo 35 del 19-IX-1776 e respeito à expedição ver “Descripción de la Colonia del Sacramento y puertos del Río de la Plata al norte y sud de Buenos Aires, seguida de un plan para la conquista y población del Cabo de hornos y sus pampas, por don Felipe de Haedo. Año 1778. Tomo III. Buenos Aires. 1872: Revista del Río de la Plata. No ano 1779 efetuou-se uma expedição desde o lugarejo de Saladillo para o sul e em 1780 o governador de Córdoba realiza uma expedição militar Ver también Della Mattia, Carlos (1998)

⁴³ Em 1775 o Cabildo de Córdoba recomendou ao coronel Acosta que cuidasse para que não fosse desalojado aquele rio por seus vizinhos. Também se ordenou que “las gentes que habitan en aquel rio hagan fuertes para o resguardo de sus familias” (A.H.P.C. Tribunales, Escribanía 3. Año 1775, Leg. 25. Exp. 8 (Em Barrionuevo Imposti, 1986: 45)

⁴⁴ Mayol Laferrère (1977) descreveu detalhadamente a situação os fortes e fortins que conformaram a linha fronteira da jurisdição de Córdoba .

Assim, para a jurisdição Buenos Aires foi o rio Salado a linha de fronteira, para Córdoba foi o rio Cuarto, onde a sociedade hispano-crioula estabelecida deveria proteger o tráfico entre uma e outra cidade colonial, como assim também a produção da campanha.

Fig. 5: linha de *fortes* e *fortins* sobre a base da divisão atual



Fonte: Charamonti J. (1972) Em História Argentina, V. E. Paidós. Bs. As. p. 301

2.2. A CONSTRUÇÃO DA FRONTEIRA SUL SOB O OLHAR DO PODER

Pelo expressado até aqui, pode-se dizer que desde a instalação dos espanhóis, recém em fins do século XVIII a região de rio Cuarto, por sua particular posição geográfica, começa a adquirir relativa importância no contexto inter-regional. É, então, uma zona periférica da campanha cordobesa que se transforma paulatinamente num espaço estratégico necessário de controlar. O marquês de Sobre Monte, -um dos funcionários representantes do absolutismo Ilustrado na América- em sus informes⁴⁵ dará conta da importância de dominar a região pela necessidade de ser integrada ao *mundo conhecido* colonial.

⁴⁵ A maioria dos informes relatados pelo Governador- Intendente que foram consultados para este capítulo encontram-se editados como documento de época. Anexa-se ao final do mesmo uma lista dos informes relatados por Sobre Monte.

Desde a chegada de Sobre Monte ao Governo da Intendência, iniciou as visitas que estava obrigado a efetuar anualmente, de acordo com o artigo 21 da Ordenança de Intendentes. Em 1785 através de uma extensa informação que levava a vice-rei Loreto, faz uma descrição detalhada do território a seu mando, a respeito dos quatro ramos gerais da Ordenança de Intendentes, propondo por sua vez uma série de medidas governamentais, que depois foram desenvolvendo-se no transcurso de sua atuação. Seus informes falam da valorização do espaço da região de Río Cuarto ou fronteira sul e do modo em que o poder constrói a região⁴⁶.

Por meio dessa documentação, pode-se obter uma visão do conjunto da região, obviamente um olhar do “novo poder” vinculado ao “Reformismo Bourbônico” instalado que procurava controlar os confins do domínio colonial espanhol. A seguir, então, se tratará de expor como vai-se conformando este espaço a partir dos conceitos básicos **fronteira e povoamento**⁴⁷ e desde a visão de quem exerce o poder em uma determinada área de ação. Isto considerando que o poder não é só uma ação repressiva, senão também construtiva⁴⁸. Por isso entendera-se ao poder como uma prática que se construi historicamente; e neste caso, o poder de construir um espaço social determinado: “a fronteira sul” para domínio e controle do Estado Absolutista.

Na descrição pelo controle de um espaço, no que se diz, no que se insiste, e também no que não se expressa, está latente o plano da reforma colonial e a preocupação pelo domínio do território. É um olhar que disputa o controle de um espaço. É uma fronteira aberta, “*cuyas poblaciones se ven abandonadas con las incursiones repetidas de los infieles*”. Es una fronteira movível, um espaço complexo em intercâmbio permanente, “*fronteira dilatada*” como o próprio Sobre Monte a prefere denominar.

Fronteira onde é preciso “*fomentar la población formal*”. Espaço em litígio, que para dominar, tem que povoar, pois o “*estado de las Fronteras exige remedio para libertar*

⁴⁶ No dizer de Steven Lukes (1993), o poder, em seu significado mais genérico, tem capacidade de produzir e de contribuir para determinados resultados que afetam significativamente a outros. Sobre Monte é o mediador entre a Coroa e o espaço social que se pretende construir.

⁴⁷ Para Alvaro Jara não se pode conceber a fronteira sem uma base de sustentação, as que são dadas pela ocupação do solo e por o povoamento (1973: 3)

⁴⁸ Esta idéia foi tomada de Roberto Machado na introdução da *Por uma genealogía do poder* (1986) de M. Foucault.

a estos vasallos de las incursiones tan reiteradas de los Yndios,” . Embora seja, sobretudo, um espaço de circulação muito apreciado, no mesmo deve-se “*poner a cubierto los caminos del Perú y Chile por donde en el dia se hace el mayor Comercio,..*”.⁴⁹

Estas preocupações do governador-intendente vão ao encontro do projeto Bourbônico na colônia que, desde uma perspectiva global, tem como objetivo estabelecer uma “nova funcionalidade econômica imperial”⁵⁰ e para isto a atenção especial sobre os confins da colônia espanhola.

A região de Río Cuarto em fins do século XVIII era uma fronteira interior, aberta, sem marcas definidas. Sobre a mesma pretendia-se avançar sob uma política de intervenção espacial para controlar o território. Daqui surge o projeto de ordenação territorial.

Assim, na organização do território, como uma prática cultural espanhola herdada, esta região marginal passa a se converter num domínio de grande valor estratégico, com uma linha de assentamentos espanhóis que intentavam reproduzir um espaço social semelhante ao conhecido, quer dizer, criar um espaço ocidentalizado. Sobre Monte não utiliza a palavra limite, fronteira é a palavra más precisa.

*“... tocando en los principales Fuertes de la Frontera más expuestos a los enemigos Pampas, reconocí su estado para procurar los medios de resguardar dha Frontera, cuyas Poblaciones del Rio Quarto se ven lastimosamente abandonadas con las incursiones repetidas de estos ynfieles...”*⁵¹ .

Em seu discurso fica tácito o reconhecimento de um limite imposto pelos “*enemigos Pampas*” embora não fixo. É, também, uma linha de vaivéns entre “*inbaciones indígenas*”

⁴⁹ El Gov.^{or} Yntend.^{te} de Córdoba instruye, é informa delo obserbado en la Visita de la Prov^a de su cargo, con inclusion de los principales oficios conque há dado cuenta de ella al Virrey del distrito, é Yntend.^{te} Gral à efecto de que S.M. se digne resolver, lo que fuere de su R.^l agrado en los particulares q^c contiene, y del que especialm.^{te} trata del Colegio R.^l .Convictorio de Monserrat, y demás establecimientos dela naturaleza de este que está bajo la R.^l proteccion. . (06/12/1785)

⁵⁰ Tal como diz Lucena Giraldo (1996: 267)

⁵¹ El Gobernador Yntend.^{te} de la Provincia de Cordova, dá cuenta desu llegada a la Capital de ella, examen que empie za à hacer para su fomento y medios para su logro, con el fin de desempeñar la ogligazⁿ en que le constituye la confianza que ha devido a la Real piedad ofreciendo exponer q.^{to} resulte desu Visita que vá a continuar pasada la Rigorosa estacion de las Aguas. (06/06/1785). Em *El Marqués de Sobre Monte ...* p. LXXXVII.

e “*excursiones españolas*”, zona paradoxal em torno da qual os valores mudam porque a realidade muda.

Traçar, marcar ou reforçar a fronteira, é então, um ato eminente do poder que transforma esse pedaço de terra num espaço regulamentado, fazendo a distinção entre o integrado e o excluído, em este caso entre o civilizado e o “bárbaro”. Fronteira ao descoberto, fronteira aberta, espaço em que

“...los Yndios ... tienen casi en todas ocasiones y tiempos proporción de hacer entradas en estos Campos. Los intermedios que hay de Fuerte a Fuerte les ofrecen caminos abiertos para introducirse y como el principal objeto que los conduce, es el Robo, sin oposición lo ejecutan,...” e nas internações o *“...las expediciones a sus Tolderías, no prometen remedio a los desmedidos males que nos infieren, ni los efectos, aun quando se cumpliese la esperanza de atacarlos de sorpresa...”*.⁵²

Fronteira, então, como espaço de fluxo e refluxo, com estratégias de ambos grupos, mas que se apresenta no discurso de Sobre Monte como espaço ameaçado. Porque a instabilidade fronteiriça produz conseqüências como:

*“...perjuicio de la Población; el atraso del Comercio; el desamparo de la Agricultura por las continuas fatigas del Servicio; los Robos que experimentan sus Haciendas; el decaimiento de sus intereses por faltar a sus indispensables trabajos, y laboras y finalmente el ningun logro que se ha sacado de las pasadas entradas...”*⁵³

Assim, a fronteira pode ter um limite mas não é permanente, é somente uma parada frente à resistência de outro movimento em sentido contrário. Pode ser de avanço se as condições são favoráveis nesse sentido, ou de retrocesso se o movimento dá-se em direção contrária. Por isso, a mobilidade e a instabilidade são de um caráter intrínseco da fronteira. Sobre Monte pretendia reforçar a linha de fortes e fortins que serviam de avançada na região contra os ataques e incursões dos índios para

“...“proporcionar alibios á esta comun dolencia, he consultado los medios de repararla ... y tratar de mejorar de suerte por medio del proyecto de

⁵² Oficio Del gobernador-intendente de Córdoba, Marqués de Sobre Monte, al virrey Marqués de Loreto (06/11/1785)

⁵³ Ibid.

*acordonar las Fronteras con la Construcción de Fortines...a moderadas distancias... los cuales reducidos unicamente a puestos capaces de contener solo el numero preciso de individuos a correr el Campo, y tener un Cañon de abiso, pueden evitar estas sorpresas y aun dar tiempo para lograr algunas veces su escarmiento...*⁵⁴.

Mas a fronteira não somente separava, muitas vezes entrelaçava, vinculava ambos mundos⁵⁵. Questão que escapava ao olhar do poder ou em todo caso não ficava explícito porque era necessário dar ênfases às diferenças para manter uma visão homogênea e integrada da sociedade hispano-crioula frente à indígena.

2.3. POVOAMENTO:

À instalação do primeiro Forte, *Punta del Sauce* (1752), sucederam-se na jurisdição de Córdoba a construção do Forte de *Santa Catalina* (1778), o de *Las Tunas* (1779) e os fortins *San Rafael de Loboy* (1785) e *San Carlos* (1785). Estes fortins, possuíam com uma pequena dotação militar, tinham a função de proteger à precária sociedade cristã e apoiar com milícias, (gente recrutada voluntariamente entre os mesmos vizinhos) a defesa da fronteira. Deste modo, concebia-se um plano integral consistente na formação de um cordão populacional que foi de grande importância para manter a circulação das mercadorias da economia colonial, com a fundação do povo de *La Concepción* (1786) e povos agregados, *San Bernardo* e *San Fernando*, *Santa Catalina* e *La Carlota* à par do Forte *Punta del Sauce*.

Assim, junto à necessidade de proteger as populações fronteiriças, procura-se também a manutenção da comunicação com o Chile, para ter garantias para a introdução de produtos no interior. Por isto, então, a necessidade de uma colonização militar. No dizer de Chiaramonti, na época da criação do vice-reino do Rio da Prata, este território não era outra coisa que um deserto extenso com as ilhas de população disseminadas em torno de

⁵⁴ Ibid.

⁵⁵ Nas histórias particulares das *cautivas* na fronteira evidenciam esta intercâmbio. Exemplo, Francisca de Bengolea raptada no *malón* de Punta del Sauce em 1775, foi casada com o filho do Cacique com quem teve filhos, colaborou com o Governador Intendente Sobre Monte como intérprete no tratado de paz. No ano 1804 solicita o resgate de seus filhos que lhe foi negado. (A.H.P.C. Tribunales, Escribanía 4. ano 1805 Leg. 25 exp. 19) (ver capítulo I, página 53). Também Leonarda Espíndola, residente da La Carlota, foi resgatada em

diversos centros produtivos ou defensivos unidos por caravanas de carros que mobilizavam o comércio, além de estar rodeado por *malones* indígenas que praticavam o roubo do gado⁵⁶. Na realidade, Sobre Monte acompanhava a política que tinha implementado o vice-rei Vertiz para outras regiões do Vice-reino.

Vertiz também tinha convocado em 1778 os comandantes da fronteira sul a uma junta na qual se decidiu mudar a estratégia nas relações com os índios. Em vez de “uma entrada geral ao deserto” como se tinha praticado até então aconselhava-se a “*fundación de pueblos al amparo de sus fuegos*”. No início do ano seguinte o Vice-rei escreve ao governador do Tucumán “*es urgentísima para contener las hostilidades de los indios infieles.... y es tanto más importante hoy, cuando franqueado el comercio deben renovarse cualquiera impedimento que perturben su libertad*”⁵⁷

No ano 1786, quando o governador intendente percorreu a fronteira, chegou ao lugarejo da paróquia da virgem de La Concepción⁵⁸, onde considerou que reunia os requisitos para se fundar um povo. O espanhóis retomavam assim a prática de colonização, através da fundação de cidades que já vinham desenvolvendo⁵⁹, o que foi de importância decisiva a política de ocupação efetiva na região. De tal modo que começaram as gestões para elevar a categoria de vila a os povoados de La Concepción e de La Carlota⁶⁰.

Para apoderar-se desse espaço -que enlaçava mundo diferentes-, para conseguir intervir e dominá-lo, devia-se ocupá-lo efetivamente. Na fronteira, o projeto de povoar é uma estratégia de afirmação na região. Quase é como um imperativo porque no dizer do

1799 das *tolderías* depois de morar vinte anos entre os índios (A.G.N. Sección Gobierno, Intendencia de Córdoba, 1798-1799 IX-5-10-5).

⁵⁶ Charamonti (1991: 29).

⁵⁷ A.H.P.C. 1779.Série Governo, Tomo 6 leg. 57.

⁵⁸ No transcurso do século XVIII, nos meios rurais, a igreja e as estâncias eram germens de fundações. As paróquias e oratórios disseminados pelo campo, localizados nos cascos das estâncias transformavam-se em lugares privilegiados dado que cumpriam a função de concentrar a população dispersa. A maior densidade de população rural em regiões determinadas provocou a localização de vilas. Este processo que explica Guarda para o caso chileno, também pode-se observar aqui. (Guarda, 1968: 16).

⁵⁹ A diferença da colonização portuguesa, a espanhola teve no Novo Mundo um caráter profundamente urbano. Socolow (1992) afirma que no decorrer dos três séculos da Colônia -desde os primórdios do século XVI, passando pela grandiosidade do barroco do XVII até o classicismo mais moderado do século XVIII-, o mundo espanhol na América, concentrou-se nas cidades

⁶⁰ Existia desde 1755 na jurisdição de Buenos Aires, a Vila Nuestra Señora de Luján na fronteira do rio Salado e em 1783 fundaram-se nas fronteiras com os portugueses as vilas de Gualeguay, Concepción del Uruguay e San José de Gualeguaychú na atual província de Entre Ríos. Isto exemplifica a preocupação de ocupação destes espaços

funcionário, deve-se “... *acrecentar, y fomentar la Población formal de que se carece, la cual considero sería utilísima en las propias Fronteras que es en la realidad tenerlas en los Caminos del Perú y Chile*”⁶¹

A política de povoamento de Sobre Monte identifica-se basicamente com uma prática urbana. A urbanidade representa não somente o progresso -o avanço, o positivo, o legal em contraposição a o rural que se apresenta como sinônimo do atraso, de descontrolo junto à existência da vagabundagem⁶², do negativo, do ilegal-, senão que a concentração urbana permite um melhor controle sobre a população “dispersa”⁶³.

“En las observaciones que he hecho al Visitar esta provincia a mi Cargo, he hallado que el mal general en ella, es la falta de Pueblos formales, acostumbrados los havitantes de la Campaña a vibir separados unos de otros, son pocos los que procuran reunirse á formar Villas, ya sea por el deseo de subsistir en la libertad con que se crearon, ya por huir de la Visita de los vesinos para conservarlas, de la de los jueces que los perseguirian mejor en sus Robos de Ganados...”

A vida rural é equivalente a uma “*vida Rústica*”[*que*] *les hace conserbar aquellas malas costumbres que produce la libertad, y separación de los que deven corregirlas*” em oposição à vida urbana em que

*“la Civilidad que se encuentra en las Poblaciones, donde vnos contienen a los otros, donde los Jueces exercen con mas facilidad su Jurisdicção, y donde los Parrochos pueden mejor atender al Pasto Espiritual, y asistencia de sus feligreses...”*⁶⁴

⁶¹ *El Gov.ºr Yntend.ºe de Córdoba instruye, é informa delo obserbado....Ibid.*

⁶² Dora Celton que estudo a população de Córdoba a partir do censo de 1778 diz que a marginalização social e econômica de que eram objeto as *castas*, as convertiam no elemento de desordem. A carência de policia de campanha, a ineficiência de juizes de distritos menores ou curas rurais para atender na jurisdição, a população estendida e dispersa, as poucas possibilidades de trabalho devido à pouca demanda de mão-de-obra que gerava a atividade pecuária própria do lugar e as facilidades de acesso ao gado selvagem cruzasse seu caminho, coadjuvaram para que a população pobre fosse identificada como *vagos* e *malentretenidos*, denominação espanhola que aludia a seu negativa de servir, anexado aos defeitos de ladrão, *cuatrero*, *pendenciero* (1996: 118). Problemática que também se apresenta na campanha bonaerense (Fanelli e Viguera: 1983)

⁶³ Esta prática já tinha começado com o primeiro Vice-rei do Vice-reinado do Río da Prata, Juan José Vertiz. Pela necessidade de proteger os povoados fronteiriços com os índios e defender a rota de Buenos Aires a Chile tinha levado um plano de defesa e de povoamento “*Se trataba de convertir los fortines en centros poblados, sobre la base de los blandengues -especie de milicia rural de caballería- y sus familias, los campesinos de cada regio que se hallasen asentados lejos de las defensas y los vagabundos de la campaña*” (Chiaramonti, 1972 : 301)

Assim fronteira e povoamento complementam-se em uma visão estratégica modernizante de domínio e controle.

En toda esta Provincia[...] hay[parajes] muy a proposito para formar estas Villas pero singularmente donde las encuentro comvenir es en los Caminos Reales de Buenos Ayres, y Mendoza por ser los más frequeintados para el Perú, y Chile, y no solo para la comodidad de los havitantes, sino también para la mayor seguridad de ellos, y de la misma Fronteira por los Rios tercero, y quarto, por cuyos sitios auno es mas perjudicial la dispersión, assi por la dificultad de juntarse para oponerse alas incursiones de los Yndios Ynfieles como para estar más expuestos a sus Correrias, estos Caminos frecuentados ofrecen a los Vesinos de ellas mas ytilidad por la mayor facilidad de extender sus frutos y sus Ganados”⁶⁵.

A política de povoamento de unir às famílias dispersas perto das fortificações -forte e fortins- teve como objetivo manter à população no lugar e dar maior segurança completando o sistema defensivo. Também, a criação de povoados fronteiriços protegia os lugarejos e curatos que ficavam detrás da linha fronteira.

Através do estabelecimento de “*poblaciones formales*” com o reparto de terras para seu assentamento, reforça-se a autoridade espanhola na região e submete esse espaço a seus leis e a seus sistema de valores, ampliando o espaço colonial de domínio efetivo. A fundação de cidades foi um instrumento de dominação muito claro entre os conquistadores espanhóis, como diz Buarque de Holanda⁶⁶. Representou o meio específico de criação de órgãos locais de poder. Neste caso a elevação a categoria de Vila dá-lhe prestígio e poder no âmbito rural da fronteira.

Programadas em princípio na beira do caminho entre Buenos Aires e Chile e fundadas sob uma razão estratégica, a Vila de *La Concepción* tem sua origem na existência de um pequeno fortim e a Vila de “La Carlota” no Forte *Punta del Sauce*. Como outros povoados mediterrâneos tem a marca da fortificação contra os índios. Em geral, eram

⁶⁴ Oficio del gobernador Ibid. p. CVII

⁶⁵ Op. Cit. p. CVIII.

⁶⁶ Sérgio Buarque de Holanda no clássico livro *Raízes do Brasil* (1936) tem um capítulo “O semeador e o Ladrilhador” em que faz uma comparação entre o estilo de expansão portuguesa e espanhola. Considera que a colonização espanhola caracterizou-se pelo que faltou à portuguesa, “a aplicação insistente em assegurar o predomínio militar, econômico e político da metrópole sobre as terras conquistadas, mediante a criação de grandes núcleos de povoação estáveis e bem ordenados. Um zelo minucioso e previdente dirigiu a fundação das cidades espanholas na América”. (1936: 62)

frágeis em relação aos centros urbanos marítimos. Mas, em ambos casos influem na sua localização e posteriormente no desenvolvimento o traçado urbano, a concepção espacial e o ritmo da vida.

As vilas deviam-se fundar segundo as disposições gerais das leis de Índias que eram aplicadas, sob um ritual político, em cada ato fundacional⁶⁷. Primeiro escolhia-se o sítio onde localizava-se o centro: a praça central ou praça maior. Esta transformava-se no núcleo da cidade na qual aplicava-se uma geometrização do lugar. A traça urbana devia ser reticular chamada de *damero* com *manzanas* quadradas ou retangulares⁶⁸. Ao redor da praça, no centro da quadrícula projetada, assinalavam-se terrenos para a construção do *Cabildo*, para a casa do alcaide e para o cárcere de um lado; e do outro lado, era destinado para a construção da Igreja e a casa paroquial. O resto dividia-se em lotes regulares. A repartição de “solares” entre os vizinhos fazia-se segundo a categoria dos mesmos: os de maior prestígio, ou primeiros povoadores, recebiam os mais contíguos à praça. Previam-se certas precauções em relação ao crescimento futuro da vila, estipulava-se a provisão da água, o padrão de povoadores, a construção do *Cabildo* e dos funcionários públicos. O delineamento do traçado urbano era entregue a um comissionado⁶⁹.

“... y lo que resta es atraer familias para formalizar en ellos una Villa de treinta o quarenta Vesinos y para esto darle hecha vna casa de ocho varas de largo y quatro y media de ancho con su dibción para

⁶⁷ As leis de Índias foram ordenadas por Carlos II quem promulgou em 1680 a *Recopilación de leyes de los Reinos de Índias*. Os quatro tomos compõem-se de nove livros subdivididos em títulos e leis. Os dispositivos das leis das Índias exibem um senso burocrático, nas mesmas tudo está previsto de antemão. A procura do lugar, as possibilidades de crescimento, a construção da própria cidade, e tudo o que compete ao governo da mesma, tanto seja para cidades ou para vilas. Segundo a Lei 14, Título, do Libro IV estabelecia que “*separen y hagan suerte con las tierras de labor y de regadio y se dejen tierras propias y para ejido, dehesa y pasto*”

⁶⁸ “O plano regular, como diz Sérgio Buarque de Holanda, foi um triunfo da aspiração de ordenar e dominar o mundo conquistado” (1936: 62) Richard M. Morse diz que o ideal urbano hispânico tinha surgido de uma fusão de fontes clássicas e cristãs: 1) conceito grego de *polis*, comunidade agrourbana baseada numa entidade política de grupos integrados funcionalmente, 2) a noção imperial romana de município (*civitas*) como instrumento de “civilização das gentes vinculadas ao âmbito rural e das *civitates* como parte constituintes do império 3) o conceito cristão da *Civita Dei* oposto ao cidade terrena e 4) a quimérica visão de uma cidade dourada o paraíso terrenal, que devia ser descoberta em terras distantes” (1990: 18)

⁶⁹ Respeito às características gerais do processo fundacional tem-se consultado o clássico trabalho de José Luis Romero (1976) quem explica o ciclo de fundações. Para a época colonial, este autor identifica as cidades fidalgas vinculada à mentalidade conquistadora e medieval, e as cidades crioulas, surgidas a fins do século XVIII sob uma nova fisionomia, relacionadas a mentalidade mercantil e ao surgimento da burguesia crioula, no entanto mantém o mesmo rito fundacional. Outro autor consultado, Gabriel Guarda (1968) que estudou o processo de urbanização no século XVIII no Chile, mostra certas características que se podem aplicar à região de estudo.

*Alcoba, ... y repartirles su Solar, Chacras y exidos con arreglo a las Leyes de estos Reynos...”*⁷⁰

Em termos gerais tem-se considerado que o modelo de colonização espanhola foi basicamente urbano em contraste com a portuguesa. Entretanto os espanhóis procuravam concentrar-se, quando era possível, em densas populações urbanas. A dispersão de pequenos núcleos pela amplitude da terra foi uma solução característica da colonização portuguesa, mas em ambos casos a cidade se manda a fundar para atender os interesses da metrópole. Como diz Omegna a cultura européia só funciona em clima urbano. Impõe-se plantar a cidade⁷¹. O caso das vilas de fronteiras, nas margens, como da região de Río Cuarto, assemelha-se mais à explicação de pequenos povoados rurais dispersos na extensão do território que se formavam ao longo dos caminhos de penetração que às ricas e densamente povoadas vilas do império espanhol⁷².

2.4. A CONSTRUÇÃO DA ORDEM URBANA

No projeto de estabilizar a fronteira frente aos índios do sul e reforçar a linha defensiva, as fundações de pequenos núcleos urbanos, como a vila Nossa Senhora da Concepción e a Vila La Carlota com seus respectivos cabildos, mudariam a paisagem da região. Não foram agrupamentos espontâneos, senão construídos. Estas, são urbes pioneiras plantadas como baluarte em zona fronteiriça⁷³, condensadas pelo avizinhamiento dos moradores proprietários rurais, que se sustentam com os produtos rurais.

Estas vilas, núcleos expansivos de um sistema colonizador de caráter eminentemente urbano, serviriam de defesa contra o índio, assim como centro político,

⁷⁰ Real Cédula de Carlos IV expedida em Arajuez o dia 12/04/1797 confirmando a fundação de Concepción del Río Cuarto e conferindo-lhe categoria de Vila. A.H.P.C. Gobierno. Caja 20. Año 1798

⁷¹ Nelson Omegna (1962) tem estudado as características da cidade colonial brasileira em sua contribuição para formação da econômica social. A diferença de autores que estudam a cidade colonial hispano-americana onde ha grande concentração de riqueza, detém-se este autor ao estudo de pequenas urbes no interior do Brasil que no caso aproxima-se mais à explicação de estas vilas fronteiriças. Tem que se lembrar que parte do território do Rio de La Plata, fundamentalmente os de a planície, apenas tinha-se povoada por escassas cidades de relativa importância. Eram, no dizer de Vitulo, “*villas oscuras*” (1947: 11).

⁷² Na ocasião de se solicitar ao cabildo um deputado para incorporar à Junta de Buenos Aires em 1810 se deixa constância em ata “*la pobreza de su Vecindario*” de não poder enviar deputado e por tanto ficar sem representar os direitos da vila (Ata dia 1 de outubro, 1811. Em Actas del Cabildo, 1947: 400)

social, econômico e religioso e escala nas comunicações do mercado inter-regional⁷⁴. Nela começariam a residir os proprietários das terras próximas que se transformaria nos funcionários civis, políticos e militares da localidade. Os funcionários militares, fundamentalmente para o controle fronteiriço e os sacerdotes para manter o culto religioso entre os moradores. Os “vizinhos” -primeiros povoadores-, pequenos representantes dos poderes civil, militar e religioso, eram de uma ou outra maneira aqueles que presidiam a incipiente colonização nesta região e representavam um bastião da nova ordem espanhola que se insinua lenta e pacientemente sobre um território que procurava ser dominado⁷⁵.

Para la formación de dos Villas de estas cada año conceptuo necesario de seis mil quinientos a siete mil pesos contando las gratificaciones que debe darse a los Comisionados para dirijirlas, Construcción de Yglesia donde no la hubiere, compra de algun Ganado para Racion de los Trabajadores y otros menudos gastos...

Decerto, no dizer de Omegna, que alguns critérios tinham que ser preponderantes na eleição do sitio. Primeiro, que o lugar deveria facilitar os contatos com outras cidades, quer dizer, outros centros de civilização, tinham que ter certo controle sobre o espaço rural, uma vasta área ou jurisdição que não entrasse em conflito com outra e, também, tinham que ter um certo número de moradores.

2.5. A VILA DE LA CONCEPCIÓN

Sobre o curso do rio Cuarto, para povoar os “fértiles terrenos”, em 1786 Sobre Monte chegou ao lugarejo de *La Concepción* identificando

“ser el Terreno de este Sitio uno de los mejores para Población formal, por la proporción en que se halla de Agua, Leña y Pasto y que puede ser bien defendido con el Fuerte de la Concepción... Teniendo asimismo presente quanto conviene reunir a poblacion las [treinta]

⁷³ Tal como o explica Nelson Omegna para as cidades coloniais do Brasil (1962: 28)

⁷⁴ Zorraquín Becu tem ilustrado respeito à função das cidades na época colonial. Para este autor os conquistadores fundaram cidades e eles se estabeleceram nelas adotando o mesmo sistema usado na península para repovoar as regiões que foram ocupando frente aos mouros. A cidade era simultaneamente núcleos expansivos, fortaleza e mercado, sede de governo e militar de onde partiam para as expedições contra o índio (1967: 309).

⁷⁵ No próximo capítulo se desenvolverá mais detalhadamente este itens.

*familias dispersas para su utilidad y seguridad ...”*⁷⁶. Y así *“juntó en menos de un año cuarenta y seis vecinos”*⁷⁷.

Condições naturais e condições estratégicas fizeram de um espaço geográfico um espaço social, transformando a paisagem natural em uma paisagem humanizada. Desse modo, a fundação do povoado de La Concepción foi o resultado de um ato político e de poder. Um ato político com o desígnio de ocupar a terra e afirmar o direito espanhol sobre a mesma. Decisões racionalmente planificadas sobre uma periferia em estado de ameaça. A arquitetura dessa nova paisagem suporta-se em uma prática urbanística moderna⁷⁸. Isto expressa-se na ordenação e distribuição do terreno entre os futuros habitantes dos povoados⁷⁹.

No traçado urbano em forma de *damero* com uma praça no centro continua como elemento unificador a tradicional instituição cristã: a igreja em uma frente e na outra, a nova instituição da vida política, o *cabildo* da Vila. Também nesse quadro expressa-se o privilégio dado aos *“vecinos mas antiguos”*, na distribuição do pequeno espaço delineado. Estes “vizinhos” conformariam a futura elite local. Assim, sobre um sítio determinado, Sobre Monte arquiteta um paisagem humano que reproduz o imaginário social de uma estrutura colonial modernizadora. A distribuição dos espaços é reflexo das hierarquias sociais da época.

Fundar cidades em que todos os habitantes fossem iguais, diz Susan Ramires (1992), nunca foi um ideal ibérico. De fato, a desigualdade institucional e filosófica era básica na hierarquia da sociedade latinoamericana colonial. Havia uma distinção entre vizinhos e residentes. Os Vizinhos eram os proprietários das terras, geralmente herdadas dos primeiros conquistadores ou que tinham adquirido a meados do século XVIII. Os outros eram habitantes da região geralmente trabalhadores rurais, que se instalaram para morar na cidade e procurar a obtenção de um solar.

⁷⁶ Decreto de Fundación del Marqués de Sobre Monte, Concepción del Río Cuarto. AHC Reproduzido em Historia de Río Cuarto de V. Barrionuevo Imposti. Tomo I. TIPENC. Bs. As. 1986 p. 61, 62

⁷⁷ Relação de las medidas dictadas por el marqués de Sobre Monte. Gobernador intendente de la provincia de Córdoba 1785-1788. Em La Revista de Buenos Aires Tomo IX. Año III Nro. 33. Enero 1866.

⁷⁸ Isto pode-se vincular ao carácter modernizador tanto no administrativo, militar, fiscal, econômico e social do reformismo borbónico. (Ver Agustín Guimerá, 1996)

Sobre Monte dispôs o traçado urbano em nove quadras, mandou que ao término de dois meses, as trinta e uma famílias dispersas por ambas margens do rio construíssem suas casas sobre a praça e ruas contíguas à praça pelo qual o vizinho dom Alberto Soria deveu dar-lhes possessão.

O propósito foi logrado quando vários proprietários, interessados na construção da vila, doaram os terrenos necessários para a vila a fim de que seu estabelecimento fosse firme e estável, cessão que protocolizou-se ante escrivão público em presença do governador em 1794⁸⁰. Sobre Monte comissionou ao vizinho dom Ventura de Echeverria para a distribuição dos terrenos conforme o novo traçado da vila, assim também um recenseamento dos habitantes, o que resultou de 68 famílias com um total de 438 habitantes, sendo 9 % de população escrava. Também foi feita uma lista de 17 famílias que iriam posteriormente povoar a vila.

Entre os anos 1795 e 1797 se leva à consulta do *Cabildo* de Córdoba primeiro e dali a consideração do Rei Carlos IV (1788-1808) os atos praticados e solicitação que se expedisse o título de Vila ao novo povo com o nome de *Concepción*, com declaração de privilégios para os primeiros povoadores e também sobre a construção do ajuntamento. O Rei aprova o atuado e declara o povo La Concepción, vila com seus respectivos privilégios. A inícios de 1798 começam as sessões do *Cabildo* escolhendo dentro os primeiros povoadores os mais idôneos. Inicia-se também o formalismo protocolar que ficara registrado nas Atas do *Cabildo*⁸¹

2.6. A VILA DE LA CARLOTA

Também sobre o curso do rio Cuarto no Forte “Punta del Sauce”, habitado por soldados veteranos, em fevereiro de 1789, o marquês de Sobre Monte se faz presente.

⁷⁹ Decreto de Fundación del Marqués de Sobre Monte, Concepción del Río Cuarto. AHC Reproduzido em Historia de Río Cuarto de V. Barrionuevo Imposti. (1986: 61, 62)

⁸⁰ A diferença da liberdade que tinham os conquistadores do século XVI, a disposição de sítios no XVIII para a fundação de uma vila era mais difícil pelo que se devia dispor da doação de proprietários para tal efeito.

⁸¹ Actas Capitulares de la Villa de Concepción del Río Cuarto. Años 1798 a 1812. As leituras destas atas, fazem lembrar o que Nelson Omegna diz respeito à Senado de Câmara no Brasil. Cabildantes lavram e assinam atas cujo objetivo aparente è registrar, vezes inúmeras, de forma solene atividades cotidianas relativa à vila. À preocupação pelo traçado urbana, solicitações de sítios por novos residentes seguem-lhe a de construção dos edifícios públicos: a casa do Cabildo e a capela e formas de custear todo o atinente à vida

“...reconociendo ... los perjuicios que causaba la población dispersa en la basta extensión de la Provincia, especialmente hacia la frontera sur...comenzó a reunir la población ... fundando una villa... teniendo en consideración que este sitio es el centro de la frontera, la residencia del comandante, el depósito de las mayores fuerzas para hacer las salidas, a donde requiera la urgencia y proteger los demás fuertes, el camino y paso preciso de Buenos Aires para Mendoza y el Reyno de Chile y que su ventajosa situación proporciona salida a los frutos de sus fertilísimos campos y abundantes pastos intitulandola La Carlota ”⁸²

Sobre a composição do traçado urbana também se vai definindo a paisagem planificada e Sobre Monte *“dio[...] providencias para que las calles fuesen rectas, anchas y llanas, las casas construidas en línea y todo el pueblo circunvalado de foso”⁸³.*

Em relação ao reparto dos sítios, estes foram concedendo-se na medida que eram solicitados por aqueles que pretendiam morar na vila, outorgando-lhes a posse. Embora estas terras fossem consideradas vazias, chama-se por cartéis públicos para o quem tivesse título legítimo de pertença e apresentasse para examinar seu direito para o pagamento de uma indenização⁸⁴.

Em 1789 encarrega-se ao então, Comandante de Fronteira, Dom Manuel Ignacio Conti, a formação da vila, exercendo ao mesmo tempo a comissão de Juiz Pedáneo naquele distrito da fronteira. A inícios de 1794, Simón Gorordo, o novo Comandante de Fronteira, informava que haviam-se radicado novos povoadores e pede que se lhe outorgue seguridade sobre os títulos dos solares. Remete um padrão de povoadores que leva 66 famílias totalizando 731 pessoas.

Entre os anos 1794 e 1797 continuam-se os trâmites referentes à conformação real da vila. Apresenta-se o expediente ao *Cabildo* de Córdoba, que expressa sua recomendação: dado que *“es mui combeniente al bien de esta comarca, a la seguridad de*

pública. Como expressa Omenga ha “um propósito de respeitar a formalidade, o fetiche da burocracia. Tal fato atesta ainda a existência de uma alta e sólida vontade de conjeturar a cidade” (1971: 15)

⁸² Consulta 1^a. Sobre la fundación de los pueblos intitulado La Carlota y Lusiana. Consejo de Indias 01/12/1796. A.G.I. Sección V. Audiencia de Buenos Aires: 50.

⁸³ Ibid.

⁸⁴ Testimonio del expediente mandado firmar por el sr. Brigadir Marquez de Sobre Monte Gov. Or. Intendente de esta Provincia de Cordova para la fundación de la villa de la Carlota. A.G.I. Buenos Aires, 282.

esta Frontera del Sur la mas imbadida de los Indios enemigos y al tráfico y prosperidad de sus pobladores ⁸⁵. Posteriormente envia-se a Espanha, onde se conforma por Real Cédula a Vila “La Carlota”. A inícios de 1798 citam-se as “*cabezas de familias españolas*” para a eleição das autoridades do Cabildo⁸⁶

Na memória de Sobre Monte de 1797 diz em *La Carlota ... consta de novecientas veinte y seis personas: tiene algunas calles arregladas y corre dinero con motivo de estar alli la mayor parte de la campaña partidaria y proveer de boyadas a las tropas de Mendoza*⁸⁷

2.7. APROPRIAÇÃO DA NATUREZA E INTERCÂMBIOS

Reconhecer o espaço geográfico, as possibilidades de aproveitamento de seus recursos naturais é outra das preocupações:

“*Los terrenos de la jurisdiccion de Córdoba que caen a Sur, son llanos y de buenos pastos, pero escasos de madera, pues no se hallan otras que el chañar, el algarrobo y el espinillo*”. Estos recursos que proporciona a natureza são transformados para seu uso da cultura material.

*El chañar lo dedican para postes o cercos y alguno para eje; el albarrobo para rayos y ruedas de carretas, platos, fuentes, norias (máquina para elevar agua) y vigas. El espinillo solo para cercos por ser mas pequeño y débil y espinoso. En la costa de los rios Segundo, Tercero y Cuarto se dan sauces que dedican para techumbres, puertas varazón, se encuentran en ellos buenos pastos, aguadas y potreros escelentes y generalmente son de lomadas altas y tierras bastantes fragosas, especialmente en las que están al SO O y E. se dan mejores maderas de quebracho, espinillo, coronilla, molle y el algarrobo es de mejor calidad. El quebracho es aplicable a camas de rueda, masas, rayos y ejes ; el espinillo, coronilla a postes, umbrales uñas de arado,*⁸⁸

⁸⁵ Ibidem.

⁸⁶ Abecasis (1997) tem detalhado passo a passo o processo fundacional desta vila.

⁸⁷ Memoria del Marqués de Sobre Monte escrita para su sucesor don José González. Em Apéndice Crónica de Córdoba. 1898 de Ignacio Garzón.

⁸⁸ Notícias sobre a Intendencia de Córdoba em 1788. Documento escrito pelo Marquês de Sobre Monte. Em La revista de Buenos Aires. Año II, Tomo VI. 1861. Nro. 24.

Preocupa-se, Sobre Monte, por mostrar como esse grupo humano construía seu espaço de vida, que técnicas aplicava ou criava para sacar desse pedaço de natureza os elementos indispensáveis para sua própria sobrevivência e nela observa-se a organização da produção, da vida social e do espaço. A casa donde residia o comandante do Fortim Concepción, don Alberto Soria -a quem lhe ordenaram a distribuição das parcelas do novo traçado urbana- era de *“paredes de adobe, techo de varas de sauce, cumbrera de sauce, tirante de sauce, toda la madera de mucho uso, su puerta de tablas de algarrobo de dos varas de largo, sin cerradura, en buen uso”*.⁸⁹

Por outra parte, para Sobre Monte, na jurisdição de Córdoba se produzia o básico para a vida de seus habitantes, introduzindo-se unicamente erva mate e açúcar

*“En la provincia de Córdoba ..., hay todo lo necesario a la vida y usos comunes de sus habitantes sin que tengan que estar precarios de otros, porque si es el pan, vino, aguardiente, frutas, carnes, maderas, menestras, tejidos para el comun vestido de la jente pobre, como son ponchos, frazadas, bayetas que tiñen... todo se encuentra en la jurisdicción, pues aunque alguna carece o escasee de una especie, la encuentra en la ciudad inmediata....”*⁹⁰

Assim, observando e descrevendo as condições do meio geográfico e a transformação de recursos naturais em cultura material, mostra o controle adquirido sobre a região que acompanha com a procura de domínio uma vez que a foi modelando segundo seus referenciais conhecidos.

3. A REGIÃO

A região, como realidade empírica, como espaço concreto, não contem limites nem fronteiras. Estes são impostos por uma necessidade de domínio, controle, ou para se diferenciar de outras regiões ou áreas, transformando-se logo em um espaço social que,

⁸⁹ A.H.P.C. Tribunales. Escribanía 2. Año 1788 Leg. 70, Exp. 21; año 1789 Leg. 72 Exp. 15. Citado por Barrionuevo Imposti, (1986: 63.)

⁹⁰ Relación de las medidas dictadas por el marqués de Sobre Monte... En Relación que manifiesta el estado actual de los negocios correspondientes a esta provincia de Córdoba del Tucumán en las cuatro causas de Justicia, Policía, Hacienda y Guerra, con las comisiones y encargos anexos a estos ramos, que forma el Brigadier Marqués de Sobre Monte para entregar a su sucesor el señor don José González, Ingeniero en Jefe.

produto de sua historicidade, é singular mas a sua vez possibilita refletir sobre a generalidade.

A região é, então, produto de um processo de construção histórica em que o homem -a sociedade- tem um papel principal na organização do espaço, partindo do reconhecimento do mesmo: serras, vales, rios, vegetação etc. Em história, o espaço não é um cenário sobre o qual os homens e mulheres atuam. Os grupos humanos são fazedores do espaço, decidem morar em determinados lugares que lhe permitam sua sobrevivência e reprodução. Constroem comunicações entre os mesmos a partir das possibilidades da natureza e se trasladam de acordo com seus interesses e possibilidades de melhorias. Assim, a paisagem natural transforma-se em paisagem social.

Como resultado de um processo histórico, limites espaciais variam ao ritmo dos câmbios que se dão no tempo. Nesse sentido, a demarcação é necessária, para cada período a estudar, dado que para cada época existem problemáticas diferentes, e portanto delimitações diferentes que a acompanham.⁹¹

Para a época colonial, a fronteira interior era o que formava a região de Río Cuarto e em torno da mesma giravam suas preocupações e seus limites. Quando a fronteira deixou de ser um problema a resolver, mudará o centro de análise sobre a região e outras temáticas passarão a ser estudadas.

Desse modo, se reconhece que a região não é um cenário geográfico delimitado *a priori*. Contem sua própria dinâmica temporal e, por sua vez, está incluída numa temporalidade global cujos ritmos a afetam, a contaminam, a ignoram ou a valorizam e, nessa tensão, reconhece-se à região, explorando sua especificidade -sua localização e seus

⁹¹ Não existe um só enfoque sobre região, a explicação histórica varia dependendo do que se pretende mostrar: se a ênfase é dada no fator geográfico, tipo de clima, vegetação, solo, etc, a região se explica por suas condições naturais *a priori*, independente das transformações realizadas pelo homem ao longo do tempo. Se prioriza o elemento humano, os fatores naturais somente atuam como possibilidades onde os grupos humanos são construtores no decorrer dos anos da própria paisagem. Caso se ponha ênfase na produção, na relação com o mercado, no crescimento regional, nos pólos de desenvolvimento etc. a variável explicativa por excelência é a economia. Caso se insista no conflito, tanto seja econômico-social, político ou cultural, se persistirá na apropriação dos recursos naturais e culturais e distribuição desigual da região tanto intra como inter-regional. Portanto, no estudo histórico de uma região, depende do que se pretende mostrar e como, se apresentam as explicações. Por outra parte, os limites da mesma variarão assim também como suas argumentações. Para uma interpretação teórica da região. Ver Carbonari (1991).

recursos materiais- e conjugando-as com as conjunturas temporais que atravessa. É aí onde a articulação espaço e tempo deixam de ser meras categorias e adquirem concretude e sentido explicativo.

A região da “fronteira sul” da jurisdição do Tucumán dentro do Vice-reino do Peru primeiro (1573-1783) e da Intendência de Córdoba do Tucumán depois (1783-1810), apresenta-se como uma fronteira em cuja construção não tem tanto que ver as condições geográficas do espaço quanto as condições dos grupos sociais que a habitavam anteriormente. A conformação de fronteira, então, será o estigma da região que a identificará até fins do século XIX.

Mas é basicamente com o projeto de Sobre Monte -apoiado em uma prática político-cultural de tradição espanhola e fortalecida pelo enfoque do reformismo ilustrado- que começa a valorização do espaço fronteiriço. Nesse marco é que o representante do *rei* (o poder) em sua ação de *reger* -governar, mandar, controlar- constitui uma *região* (espaço): a região de Río Cuarto, “a fronteira sul”.

A região se constitui quando há um discurso que diz algo sobre esta, pois há um problema a resolver : No caso de Río Cuarto este era dar garantia ao trânsito de mercadorias por esse espaço.

El principal medio para facilitar mas la conveniencia del tráfico con la provincia de Buenos Aires, ciudades de Santa Fe y Córdoba, es la seguridad de las fronteras, pues desde el paraje que llaman el Morro, donde se une la jurisdicción de Córdoba con la de San Luis empieza el riesgo de enemigos hasta Luján... En la jurisdicción de Córdoba aún es mayor por lo dilatado de su frontera que pasa de 70 leguas y aunque se halla aumentada de cuatro fortines intermedios de ellos tres principales, deja aun espacios bastantes para introducirse los infieles, y falta de guarnición en los fuertes para defenderla⁹².

3.1. AS VILAS DE FRONTEIRA, ENGRENAGEM DE COMUNICAÇÕES.

A fins do século XVIII, então, a criação de vilas de fronteira respondia a um intento de manter a reprodução social da sociedade cristã com limites inseguros mas necessários. A estas vilas, como centros urbanos, correspondia-lhes o controle de uma determinada superfície rural que ficara estabelecido nas atas de fundação e que foi a base de divisões administrativas posteriores. “Toda a civilização, no dizer de Omegna, viria da cidade. Os homens que representam a nova cultura e vão triunfar sobre os aborígenes, são a expressão do poder, do domínio, do prestígio” (1962: 29)

Desse modo, para formalizar a fundação da vila de Concepción o síndico procurador geral do Cabildo da Cidade de Córdoba sustentou “*como testemunho ocular e práctico desses lugares*” que não se poderia ter escolhido lugar mais apropriado para esta fundação. E ele agregava a importância do lugar estratégico que se localizava, reforçando deste modo a necessidade de manter uma população mais estável para reconhecer o território ocupado pela sociedade “cristã”⁹³.

Anos depois foi fundada Vila de La Carlota com o objetivo de apoiar a defesa da fronteira. Assim, a fundação de aldeias era deste modo uma razão estratégica na nova política espanhola. Estas duas aldeias contaram, também, com a instalação de cabildos que trabalharam até metade da década de 20 do século XIX. Deste modo, o alcance da hierarquia de vila para estes lugares concedeu uma importância considerável a região. No dizer de Imaz, nasceu a sociedade política da vila.

Fourcade (1991) que estudou a população da Vila de La Concepción de Río Cuarto na primeira a metade do século XIX sustenta que a mesta é um exemplo de um núcleo urbano fronteiriço, reconhecendo sua posição socio-econômica através do tempo seja por ser eixo comercial no tráfico de Buenos Aires para Cuyo, como sede do Comando de Fronteira (a partir de 1825) e (...) como cabeceira de Curato” (para sua ação de evangelizadora). Também sustenta que a ocupação destas terras foi seguida por interesses

⁹² Noticias sobre la Intendencia de Córdoba en 1788... Ibid. p. 578

⁹³ Esta oferecia segurança para os habitantes e para as tropas de carretas e arreas que passavam pelo caminho de Chile e era propicia para prover frutos e gado da terra para os passageiros e para estabelecer o comercio. Informe de Miguel G. Arguello. A.H.P.C. Gobierno. Caja 20, ano 1798. Em Barrionuevo Imposti (1986:67)

unidos a variáveis econômicas, religiosa, civilizadora nestes confins e político-militar. Instalação de uma linha flexível embora divisora de duas culturas que se enfrentaram⁹⁴.

A cidade além de ter a faculdade de expansão porque acumula energia econômica e demográfica – acumula homens e riqueza -, também, no dizer de Omenga corrige o ímpeto aventureiro das correntes migratórias e instáveis. A própria natureza e estrutura da cidade capacitam-na para funcionar como órgão racionalizador do comportamento dos vizinhos. Ela existe justamente para inter-relacionar os homens e as famílias, os grupos étnicos e os profissionais, a administração e o trabalho. Isto estava implícito no programa do Reformismo Bourbonico e estas vilas fronteiriças cumpriram essa função .

3.2. A CONSTRUÇÃO DE PACTOS

À política Bourbonica, também lhe corresponde uma nova relação com os “outros”: a população índia não dominada. Situação esta que se reflete nos tratados de paz efetuados e no início de uma nova política de calma em tensão mútua. Presentes e intercâmbios de bens mantêm as relações fronteiriças até a primeira década do século XIX.

Até então, a proteção contra os nativos não sujeitos era questão de numerosas iniciativas, expedições e organizações de exército⁹⁵. Mas a nova política implicaria uma mudança na estratégia de relação com a população índia porque o que interessava particularmente era o povoamento fronteiriço. Em 1797 Sobre Monte em suas memórias explica que “*se presentaron los indios del Sur de la Nación Ranquelche, que jamás habían hecho paz con esta Frontera á celebrar su tratado y entrar en él hasta veinte y un Cacique de la propia Nación*”⁹⁶

⁹⁴ (1991:10)

⁹⁵ Em cumprimento com uma política geral de proteção aos caminhos e controle das incursões indígenas, se reforçou Forte de Punta del Sauce ao que secundaram-lhe por ambos flancos, o forte Santa Catalina (1778) y o de Las Tunas (1779). Além disso, o governador Andrés Mestre, desde Córdoba junto ao Comandante Amingorena, desde Mendoza, empreendiam uma entrada punitiva. Também 1780 se realizaram fortificações em Saladillo, San Bernardo e Concepción del Río Cuarto.

⁹⁶ *Memoria del Marques de Sobre Monte escrita para su sucesor el coronel de Ingenieros don José Gonzalez Em Garzón* (1898: 376)

O confronto contra o índio daria lugar ao parlamento, a tratados, a trocas, permuta de prisioneiros, reféns, cativos e resgates⁹⁷. Assim, a fins do século XVIII marca o trânsito da guerra a uma relativa paz e à expansão de cidades. Particularmente efetivas foram as disposições adotadas pelo Vice-rei Vertiz⁹⁸ e pelo Intendente Sobre Monte⁹⁹ para estabilizar as fronteiras com os índios do sul.

De tal perspectiva poder-se-ia reconhecer, então, que o controle da região por parte do domínio espanhol foi motivado: a) por um desenvolvimento econômico da mesma através da incipiente atividade de produção de gado; e principalmente b) por uma necessidade de proteger a comunicação entre Buenos Aires, Córdoba, Mendoza e Chile, o que implicava uma particular política de povoamento. Embora as vias terrestres de conexão com outros territórios tivessem uma influência importante no padrão de ocupação espacial -dado que a região estava favorecida pelo tráfico comercial de oeste para leste e vice-versa-, este espaço apenas foi um território escassamente povoado ao se comparar com a população de outras regiões coloniais.

3. 3. SOCIEDADE FRONTEIRIÇA

A política de povoamento na fronteira foi acompanhada pelo controle da força de trabalho e o regulamento da mão-de-obra. Os "vagabundos" ou ociosos foram forçados a deixar as áreas povoadas e estavam condenados a viver geralmente vagando no meio rural,

⁹⁷ A manutenção de regalias implicava gastos para o Estado mas era necessário para evitar maiores confrontos sobretudo a partir do período das lutas da independência que levaram a desgarnecer as fronteiras (ver Lobos, 1979)

⁹⁸ O primeiro Vice-rei provisional, Pedro de Cevallos (anos 1776-1777), pretendia levar adiante uma "entrada geral" com uma "estratégia de aniquilamento" –como diz Martínez Sarasola. (1992: 137). O plano de Cevallos foi prontamente rejeitado por seu sucesor reconhecendo a desigualdade de condições para a época. Como parte de uma nova política o Vice-rei Juan Vertiz (período 1777-1784) se interessou por um fortalecimento progressivo na fronteira com a instalação de fortes e fortins com tropas forçadas e conduzidas por um comandante. A estratégia de Vertiz também incluía a fundação de povoados promovendo assim uma política de fronteira e o estabelecimento de negociações pacíficas com o índio. Assim a partir de 1780 no sul de Santa Fe, Córdoba, San Luis e Mendoza a luta na fronteira é um jogo de alianças e confrontos. Os espanhóis esforçam-se por ocupar o território e os índios procuram não abandonar o espaço. Em 1782 o vice-rei firma um tratado de paz com grupos tehuelches na região bonaerense. Desde Mendoza o comandante Francisco Amingorena realiza distintas campanhas até lograr submeter as comunidades índias e lograr tratados de paz.

⁹⁹ Assim também como parte dessa nova administração, o primeiro Governador-Intendente de Córdoba de Tucumán (período 1783-1797) leva a ratificar a paz na fronteira da jurisdição de Córdoba. Em 1796, há 10 anos da entrada realizada conjuntamente desde Córdoba e Mendoza, Sobre Monte formaliza um tratado com o cacique Treclen dos índios ranqueles. No mesmo participa o Cacique Carripilum, que era considerado uma das figura mais respeitáveis e temíveis (Barrionuevo Imposti, 1986: 88; Bischoff, 1997: 38)

se alimentando do que a natureza ou as pessoas proviam. Porém, ao término do século XVIII há uma reavaliação dos espaços rurais o que manifesta a inadequação da presença de setores marginais; na ocasião isso exige uma ocupação de força de trabalho maior para essas atividades. Situação que procura ser resolvida usando a mesma população que previamente tinha sido excluída. Os "vagabundos" foram forçados a trabalhar, (“*conchavarse*”), deveriam levar o vale que creditava sua relação. Os beneficiários deste controle serão principalmente os fazendeiros, quer dizer, “pessoas de comportamento honrado e de suficientes bens...”¹⁰⁰.

Enfim, a área fronteira da região de Río Cuarto pode ser entendida como uma área complexa onde inter-atuavam fatores diferentes que tornaram possível a ocupação e povoamento¹⁰¹. Para povoar a fronteira também deram-se traslados compulsivos¹⁰². Por isso, para à fronteira enviavam-se criminosos, mas, ao mesmo tempo, outros refugiaram-se pela especial para o povoamento.

Esta fronteira podia ser "área de refúgio" para fugitivos do mundo colonial, sejam estes espanhóis, negros, mulatos ou mestiços. Mas também moravam na fronteira milícias, lavradores, fazendeiros e peões rurais, integrados à sociedade colonial. Nesse sentido, pode-se considerar a fronteira como um mundo permeável ao extremo. Espaço onde o confronto social não só estava colocado entre “*christianos*” e “*bárbaros*” senão estava implícito no conjunto da própria sociedade colonial.

A urbanidade do espaço remete ao crescimento urbano da era Bourbônica. Este acompanhou esse processo mais qualitativo em relação à velha política de concentração urbana, no dizer de Morse (1990:45) especialmente para a colonização e a defesa das

¹⁰⁰ Marcela González de Martínez diz que não existe mudança na mentalidade do grupo dirigente a respeito de tempos anteriores na asseveração de que o mal da sociedade procede da ociosidade, mas no século XVIII se tem um re-descobrimiento do território no que leva aparelhado uma revalorização do espaço rural – especificamente o de gado –. Isso manifesta a inconveniência da presença de grupos marginais mais ao mesmo tempo demanda maior ocupação de mão-de-obra para tais atividades (1994: 1).

¹⁰¹ Tal como afirma Rolando Mellafe, a fronteira como espaço geográfico no qual os processos de produção, estruturação institucional e social não se hão integrado ainda num contínuo normal, embora estejam em caminho formação.

¹⁰² Punta faz referência aos traslados forçados de famílias que se fizeram quando se funda a Vila La Carlota considerando que “*este era el más perjudicial a todo el vecindario por estar lleno de ociosos, forajidos y ladrones que se mantienen ellos y sus familias sin mas ejercicio que el robo y el juego*” (I.E.A. Dcto. 6.045-citado por Punta: 222, 223)

fronteiras. De fato, as medidas Bourbônicas favoreceram a descentralização geográfica dos grandes centros urbanos de poder na colônia.

Assim, a criação de novos centros povoados, seguindo a este autor, no decorrer do século XVIII, teve um duplo efeito: a proleferação urbana e a descentralização. Estas medidas equivaliam a um “ressurgimento da conquista e da colonização”. Na concepção dos reformistas, os centros locais incrementavam sua autoridade na tomada de decisões cotidianas, porém, tratava-se de uma política que procurava dissolver as hierarquias emergentes do Novo Mundo e submetendo-as ao controle metropolitano¹⁰³.

Como em outros espaços coloniais a “reconquista” do Reformismo Bourbônico realizava-se mediante uma colonização defensiva, através da instalação da linha de fronteira e de fundação de cidades e, no confronto indígena, reconhecia-se assim a impossibilidade de se impor sobre a população índia não dominada.

E assim, de um contexto marcado pelo reformismo de fronteira e já pelo período de luta pela afirmação da ordem independente, levanta-se o recenseamento de 1813 que aportará novos dados para continuar compreendendo a história de uma sociedade rural e fronteiriça entre fins do século XVIII e inícios do XIX.

¹⁰³ Num estudo realizado sobre os origens das fundações de outras vilas na jurisdição de Córdoba, mostra-se a política diferenciada e que adota o *Cabildo* de Córdoba. Ser elevada à categoria de vila implicava gozar de certas prerrogativas, como nomear autoridades (alcalde, regidor etc.), conceder os territórios que tinham os curatos e perceber os impostos. Isto fazia perder capacidade econômica do *Cabildo* da cidade de Córdoba. A possibilidade de transformar o povoado de Tulumba, localizado na zona norte de Córdoba e rico em sua produção fez que os cabildantes de Córdoba se apoiassem e, ao contrário, apoiarem a formação de vilas na fronteira, zona pobre e despovoada como foram La Concepción e La Carlota (Cavilmonte, 1997).

QUARTO CAPÍTULO

POPULAÇÃO, ATIVIDADES ECONÔMICAS E FAMÍLIAS

No decorrer do período colonial, o interior havia-se organizado suas economias para atender os requerimentos de Potosí. Buenos Aires, uma “aldeia miserável” - no dizer de Halperín Donghi-, era um centro clandestino da prata potosina. Esta estrutura demográfica e econômica entrava em crise no século XVIII tanto pelas mudanças ocorridas na Europa como pela nova pressão exercida pelo Reformismo Bourbonico que implicaram uma conjuntura favorável ao Litoral (Buenos Aires, Santa Fé) em detrimento das regiões do Interior. Nesse sentido, a gradual abertura para o livre comércio contribuiu à expansão econômica de Buenos Aires que se projetou ao interior, implicando o abandono imposto por um sistema de monopólio que estabelecia uma relação subordinada entre zonas marginais e zonas privilegiadas, como foi a situação dependente de Buenos Aires frente a Lima.

Assim, ao amparo do livre comércio formaliza-se uma considerável afluência de mercadoria têxtil que lentamente ia a ameaçar o artesanato do interior, uma vez que o comércio de couro bovino promovia o ascenso dos fazendeiros.

Por outro lado, as repercussões das guerras européias de fins do século XVIII mostraram a debilidade das estruturas da metrópole espanhola e a crise do governo imperial incidira na ruptura do pacto colonial. Assim, Buenos Aires, liderando as províncias do Río de La Plata, começou um novo percurso em procura da construção da ordem independente. Embora, as mudanças no regime político conduziram à ruptura da ordem colonial, não iriam afetar, de forma imediata e direta os espaços econômicos regionais.

Neste capítulo, então, tratam-se do contexto revolucionário e das mudanças provocadas na economia da jurisdição cordobesa. A seguir, analisa-se a população da região, suas características demográficas segundo o recenseamento de 1813 e a relação com o de 1778. Complementa-se este estudo com a menção das atividades econômicas reconhecidas como mais importantes.

Estes dados, junto a outros estudos e outras fontes consultadas, possibilitaram entrar em uma análise mais qualitativa. Mostra-se assim, a radiografia de uma sociedade rural e fronteira; identificam-se as principais famílias que vieram morar neste espaço e, através de fontes avulsas e dispersas, fragmentos de vida de outras famílias

1. A NOVA TRAJETÓRIA

No início do século XIX, as comoções causadas pelo movimento revolucionário aceleraram a desarticulação do espaço econômico com centro em Potosí. Esta conjuntura provocou uma importante alteração na estrutura econômica e social fundamentalmente na região andina. Uma das primeiras conseqüências foi a paralisação ou retração do comércio com o norte. Para Córdoba, o fechamento da rota ao Alto Peru devido as guerras trouxe a diminuição da circulação dos meios de pagamento metálico e o desaparecimento do mercado consumidor da produção cordobesa. Esta situação provocou a queda da produção muar e mantiveram-se as atividade que tinham saída para outras regiões do interior e de Chile, como era o gado bovino e a produção têxtil¹.

Em geral, toda a zona mercantil que tinha crescido sobre o Caminho Real de Buenos Aires ao Alto Peru sofreu o impacto. A perda do mercado altoperuano significava a perda do metálico circulante com o qual pagavam-se os efeitos ultramarinos pelo porto riopratense. A contração comercial influiu nos cofres públicos que diminuam pelas lutas em distintas frentes. O governo revolucionário começou a recorrer aos bens particulares

¹ Assadourian, a partir de sua pesquisa sobre as exportações cordobesas na primeira metade do século XVIII conclui: “*Dentro del sistema colonial la dinámica de nuestra economía regional resultaba de su integración al eje dominante Buenos Aires-Alto Perú, tanto porque era los dos principales mercados de su producción mercantil (mulas y tejidos) como por la función de distribuidora de importaciones que asumía el mercado paraguayo (tejidos) y el circuito Cuyo-Chile (vacunos) que tenían un carácter secundario. Las fracturas, político-militares, surgidas a consecuencia de la guerra de Independencia transforman profundamente este nivel de relaciones*” (1983: 273-274).

mas também aumentava os encargos fiscais sobre a população em geral e empréstimo compulsivo aos comerciantes. As distintas regiões ficaram sumidas numa economia de guerra. Frente às exigências do governo central, somavam-se as das autoridades locais de cada jurisdição².

Nessa conjuntura, viu-se a necessidade de um recenseamento cujo objetivo era conhecer a população que habitava o território do antigo Vice-reinado³. A Assembléia Geral Constituinte de 1813⁴ decretou o recenseamento nas Províncias Unidas do Rio da Prata “*con toda la especificación posible de clases, estados, procedencias, edades y sexos*”⁵. Córdoba foi uma das poucas províncias que cumpriu com o solicitado, daí a impossibilidade de comparar com o resto do que se chamou “Províncias Unidas”, que tinham surgido do desmembramento do vice-reino do Rio da Prata. Segundo Gutiérrez os propósitos eram, principalmente, militares, mas não somente procurava contar com informação precisa da quantidade de homens aptos para integrar os exércitos mas também ter um conhecimento cabal dos produtos que podiam proporcionar à população para abastecimento militar⁶.

2. A POPULAÇÃO DE RIO CUARTO. CARACTERÍSTICAS DEMOGRÁFICAS E ATIVIDADES ECONÔMICAS

Foi dentro do ordenamento jurisdicional das vilas que se levantou o censo em 1813, numa época caracterizada pela mobilidade social e geográfica ocasionada pela desestruturação da ordem colonial, seja pelo traslado de pessoas recrutadas para integrar os exércitos, como por aquelas outras que pretendiam escapar ao mesmo, o que seguramente afetou o recenseamento.

² Em Córdoba, os comerciantes espanhóis foram os que sofreram maior encargo. Ver Felix Converso (1993)

³ Arcondo (1995)

⁴ Foi uma das medidas solicitadas pelo novo governo: a Assembléia do Ano XIII, ou Assembléia General Constituinte das Províncias Unidas em 1813. Apesar das diferenças entre os representantes provinciais, declara-se soberana e aprova um Estatuto que regeria até a sanção da Constituição. Na mesma ditaram-se 170 leis e decretos. (Abad de Santillan, 1966. Capítulo 14). Apesar das distintos grupos deram-se uma série de medidas que eram totalmente revolucionárias para a época como: suprimiram-se os títulos de nobreza, outorgou-se a liberdade dos filhos dos escravos, extinguiu-se a inquisição e ordenaram-se a queima em praças públicas dos instrumentos de tortura. No dizer de Romero “era o triunfo do progresso e das luzes” (Romero, 1978: 64)

⁵ A.G.N. Governo de Córdoba. Sala X. C.5 A.2 N° 4. Em Arcondo (1995) Documento N° 9. p 97.

⁶Gutiérrez (1995: 676).

A seguir apresentam-se as características demográficas obtidas do censo de 1813 fazendo algumas relações com o de 1778, e aproveitando outros dados que a própria fonte brinda, como por exemplo, as atividades econômicas.

O censo foi realizado sobre um recorte diferente do de 1778. Córdoba foi agrupada em 27 jurisdições as quais foram classificadas em quartéis, curatos, o forte de Santa Catalina e as vilas. Resultando 11 quartéis para a cidade e 14 curatos. Para poder cotejar este recenseamento com o realizado em 1778, procedeu-se ao agrupamento dos curatos ou partidos do governo da intendência nas zonas noroeste, central e sudeste, mantendo o mesmo critério de distribuição na medida que permitirá logo realizar alguns comentários a respeito da população deste período. Para isso deve-se ter em consideração que vários dos curatos existentes em 1778 foram subdivididos como o de Traslasierra: em Pocho e San Javier; Punilla em Punilla e Soto; Río Segundo: em Río de Córdoba (o Santa Rosa do Río Primero) e Río Segundo, e o curato de Río Tercero em Tercero Arriba e Tercero Abajo, uma vez que o Curato de Río Cuarto foi integrado pela Vila da Concepción, Vila La Carlota e Forte de Santa Catalina.

Tabela N° 13: Distribuição da população de Córdoba segundo o Censo de 1813

Região	Curato	Total	Porcentagem
NOROESTE E CENTRAL	Pocho	5.304	7
	San Javier	6.626	9,2
	Punilla	2.354	3,3
	Soto	4.449	6,2
	Río Seco	4.936	6,9
	Tulumba	5.087	7,1
	Ischilín	4.002	5,6
	Córdoba	8.538	11,9
	Anejos	3.457	4,8
	Sub-total	44.753	62,4
SUDESTE	Río de Córdoba	4.530	6,3
	Río Segundo	5.660	7,9
	Tercero Arriba	2.446	3,4
	Tercero Abajo	3.532	4,9
	Calamuchita	4.679	6,6
	Río Cuarto	6.087	8,5
	Sub-total	26.934	37,6
TOTAL	71.691	100	

Fonte: Elaboração própria com base nos dados proporcionados por Arcondo (1995)

A região mais povoada continuou sendo a de noroeste e central. A população de Córdoba de acordo com o informe enviado pelo Governador Viana ao Governo de Buenos Aires compreendia 72.043 pessoas das quais 33640 eram homens e 28.403 mulheres. Na compilação realizada por Anibal Arcondo consigna um total de 71.637 habitantes, dos quais 33.113 correspondiam ao sexo masculino e 38.470 ao feminino e 54 casos em que não se especifica o sexo⁷.

Este recenseamento foi realizado com base de una planilha previamente elaborada. Na mesma consignou-se em colunas: Sobrenome e nome das pessoas, “pátria” ou procedência dos recenseados, (segundo lugar de nascimento, não de residência); idade; estado civil; profissão; classe e condição de livre ou escravo. Não se estabeleceram delimitações geográficas por lugarejos. Por isso, no padrão aparecem consignados em forma contínua todos os habitantes. O único critério geográfico foi a delimitação das jurisdições.

É importante considerar que o levantamento realizou-se num momento caracterizado pela mobilidade social e geográfica ocasionada pela desestruturação da ordem colonial. Isto, seguramente, afetou o recenseamento, mais precisamente, a diferença entre homens e mulheres. Embora o desequilíbrio entre sexos, para Anibal Arcondo, não é unicamente imputável à mobilização de homens para as guerras da independência, à deserção e a resistência às convocações militares das guerras da independência, mais também ao fenômeno de migração masculina que se dava na região de Córdoba, desde a segunda metade do século XVIII em direção ao litoral.⁸

2.1. ESTRUTURA POPULACIONAL

A planilha correspondente ao Censo de 1813 foi ordenada em uma base de dados⁹. A população total computada especificamente na região de Río Cuarto foi de 6.114 habitantes. Distribuída a população por sexo e setores geográficos, os dados ficaram da seguinte maneira:

⁷ Arcondo, 1995:32.

⁸ Arcondo, 1995: 32.

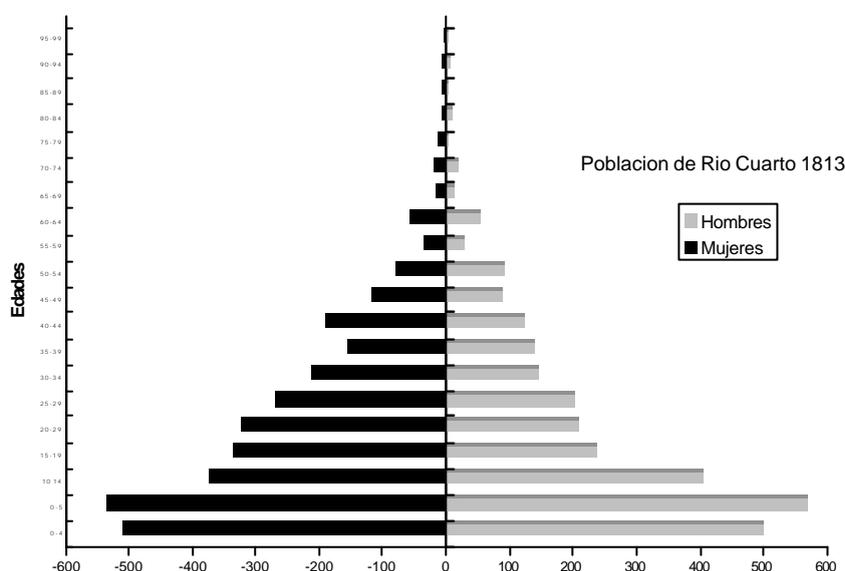
⁹ Como a dos registros de 1778, as planilhas correspondentes ao censo de 1813 foram carregadas no Programa Excel. Trabalho realizado por Eugenia Gozarino e Rosana Magoia. Os dados finais obtidos diferem

Tabela N ° 14 : Distribuição da população segundo sexo e jurisdições

Jurisdição	Sexo		Total	Distribuição por sexo		Distribuição Geográfica
	H	M		H	M	
Vila de La Concepción	2.127	2.345	4.472	47.6 %	52.4 %	73.1%
Vila de La Carlota	644	840	1.484	46.9 %	54.1 %	24.3 %
Fte. Santa Catalina	72	86	158	43.4 %	56.6 %	2.6 %
Total	2.843	3.271	6.114	46.3 %	53.7 %	100 %

Fonte: elaboração própria em base dos dados do padrão censal de 1813

Gráfico N ° 5: Pirâmide populacional correspondente ao censo 1813



A distribuição da população por grupo de idades observa-se na figura anterior. É uma pirâmide de população jovem que tem certa regularidade. Apresenta um déficit na base (0-4), continua com uma ampliação significativa no grupo de idade (5-9), sendo más extensa na coluna dos homens. Continua com um ajustamento importante nas próximas coortes, sendo mais evidente na coluna dos homens a partir dos 15 anos sobre as mulheres. A média de idade era de 20,64 anos. Para os homens era de 19,74 anos e para as mulheres 21,36 anos. A idade máxima registrada entre os homens foi de 96 anos e entre as mulheres registra-se um caso de 98 anos.

levemente dos dados extraídos a partir da base de dados elaborada por Arcondo (1995). Segundo este autor a região sob estudo contava com 6.087 habitantes em 1813.

O déficit na base também pode ser explicado pelos próprios erros de sua confecção, ou pelo fato de muitas crianças não serem registradas, mas também poderia indicar uma população de recente povoamento. De fato, há uma falta de homens na idade economicamente ativa dos 15 anos até os 50, o que pode indicar que estes estavam ausentes dos seus lares a procura de trabalho ou tinham sido afetados pelas levas, característica própria de uma região fronteiriça.

2.2. ESPAÇO E POPULAÇÃO

No que tange à distribuição por espaço geográfico, isto é, serra e planície, a comparação entre os dois censos é difícil, dado que o segundo recenseamento não identifica os lugares recenseados dentro da jurisdição da Vila de La Concepción. Enquanto que o censo de 1778 tinha uma distribuição geográfica em quatro setores (Tegua, Río Arriba, Río Abajo e Río Cuarto), o de 1813 estava ordenado pela jurisdição que correspondia aos centros urbanos da Vila La Concepción da Vila La Carlota¹⁰.

O que se observa para 1778 é que a população da serra correspondia a 53,3 % frente à planície com um 46,7 %, embora tivesse maior superfície. La Concepción, computava em 1813 uma população de 4.630 habitantes, incluindo o Forte *Santa Catalina*. *La Carlota* -que correspondia ao setor da fronteira de Río Cuarto incluindo o Forte Punta del Sauce- registrava só 1484 habitantes. Isto significou, no entanto, um aumento relativo maior na jurisdição da vila de La Carlota já que a sua população aumentou num 76,87 %; enquanto na outra jurisdição o incremento foi de 61,15 %. Esse aumento poderia vincular-se à política de povoamento na fronteira da que se detalhou no capítulo anterior.

¹⁰ Os lugarejos que se incluíram na Vila da Concepción eram, seguindo uma ordem alfabética, os seguintes: Achiras, Albas, Ambollo, Anizacate, Barranca, Barrial, Cerro, Cerrito Aspero, Chaján, Chilpas, Chugul, Dormida, Estanzuela, Galarza, Imbernada, Intiguasi, Jesús María, La Cruz, León, Los Pozos, Los Ríos, Minas, Morro, Pampa, Pantanillo, Punta, Puestos, Quebracho, Quillinso, Reducción, Renca, Río de la Cruz, Río Primero, Rodeo, Sampacho, San Agustín, San Antonio, San Bartolo, San Bernardo, San Fernando, San Francisco, San Lorenzo, Santa Catalina (Fuerte), Saucito, Sierras, Tala, Tapa, Tapia, Tegua, Tincunaco, Valle, Piedra Blanca, Río Cuarto, Laxas, Peñas. Los pagos que se incluyen en la Villa de la Carlota son: Algarrobo, Arroyo, Carnerillo, Del Cano, Gandacol, Pampa, Reducción, Salto, Santa Bárbara, Tambo, Terceras, Tunas. Carlota. Censo de población de la ciudad de Córdoba y su campaña. Año 1813. (1963)

Tabela N ° 15: Correspondência de setores de 1778 com as jurisdições de 1813 e quantidade de habitantes.

1778		1813	
Setor	População	Jurisdição	População
Tegua	637	Villa La Concepción	4.472
Río arriba	1.341		
Río abajo	897	Fuerte Sta. Catalina	158
Sub-total	2.873	Sub-toral	4.630
Río Cuarto (Punta del Sauce)	839	Villa de la Carlota	1484
Total	3.714	Total	6.114

Fonte: Elaboração própria sobre a base dos padrões do censo de 1778 e 1813

2.3. CONDIÇÃO ÉTNICA

Quanto à condição étnica da população para 1813, praticamente mantêm-se os mesmos índices percentuais com um leve aumento das chamadas *castas*. Cerca de 44 % de população espanhola, 53 % de *castas* e diminuindo consideravelmente a população ignorada a 3 %. Em 1778, havia quase 40 % de população espanhola 50 % de população das “castas” e 10 % do qual ignora-se a sua condição¹¹.

Tabela N ° 16: Características étnicas da população da região de Río Cuarto segundo o censo de 1813

Jurisdição	Total	Espanhola				de “castas”				Ignorada			
		H	M	T	%	H	M	T	%	H	M	T	%
La Concepción	4472	950	990	1940	56.6	1176	1354	2530	43.4	1	1	2	0
Sta. Catalina	158	-	-	-	-	-	-	-	-	72	86	158	100
La Carlota	1484	363	422	785	2.7	280	412	692	46.6	4	7	11	0.7
Total	6114	1313	1412	2725	44.6	1456	1766	3222	52.7	77	93	170	2.7

Fonte: Padrão do recenseamento de 1813. H = homens; M = mulheres; T= Totais.

Em relação à jurisdição de Córdoba, comparando os censos de 1778 e 1813, para a cidade a percentagem entre espanhóis e *castas* não variam, o que mostra que a hierarquização social estava ali mais acentuada¹². No entanto, para 1813 na campanha

¹¹. Ver capítulo II

¹² Endrek (1966: 18) identifica um aumento de 2.9 % (de 37, 1% em 1778 a 40% em 1813) .

(onde faz parte a região de Río Cuarto) tem se produzido uma mudança ainda que a população de *castas* tenha reduzido em relação à espanhola¹³.

Tabela N° 17: Comparação da porcentagem entre os censos de 1778 e 1813

Grupo étnico	1778		1813	
	Jurisdicção Córdoba	Reg. Río Cuarto	Jurisdicção Córdoba	Reg. Río Cuarto
Espanhóis	39,4	38,3	57,4	44,6
Castas	60,6	51,1	44,6	52,7
Ignorados	-	10,6	-	2,7

Fonte: elaboração própria em base aos recenseamentos de 1778 e 1813 e dados proporcionados por Endrek (1967). Reg. =Região

Na região de Río Cuarto nota-se um incremento de população recenseada como espanhola para 1813 (6,3 %), e um leve aumento de castas (1,6 %) acompanhado disso com uma diminuição significativa dos ignorados (7.9 %). Pode-se notar, então, que praticamente não ha muita variação nas porcentagens entre espanhóis e castas 30 anos depois do primeiro registro censal. Uma explicação possível para o leve “branqueamento” é que na campanha muitas famílias “pardas” procuravam passar por espanholas¹⁴.

Discriminando a população por grupo étnico, não obstante, podem-se encontrar algumas diferenças. Por exemplo, em 1778 Punta del Sauce tinha 22 residentes pretos, 15 eram escravos, e com a conformação da Vila de La Carlota duplicou-se passando a ter 48 - deles 30 eram escravos-; Na jurisdição Vila da Concepción, no entanto, de 70 habitantes pretos existentes para 1778 -48 escravos- diminuiu consideravelmente para 56, embora a maioria conservasse a condição de escravo. Isto pode se relacionar com a própria atividade que tem a fronteira, particularmente em La Carlota, onde as atividades de tráfico eram mais comum. Em relação aos distintos grupos étnicos, observa-se uma maioria registrada como “pardos”: 48 % se registra nessa condição. Por outra parte, chama a atenção o registro de índios. Para 1778 registra-se na Concepción 593 índios, mas em 1813 houve somente um. Já em La Carlota, identificam-se em 1778 103 índios mantendo-se em

¹³ Para Emiliano Endrek que estudou o mestiçagem em Córdoba considerando os censos de 1778 e 1813 a população branca tem aumentado em más de 20 % em detrimento das distintas *castas* que passaram de 60,6 % a 39,6 % (1966: 18).

¹⁴ Comentário este tomado de Endrek (1966: 19). Cabe aclarar que se utiliza categorias da época, como “pardo” e “casta”, a fim de se aproximar da leitura que a própria sociedade fazia de si naquele momento histórico.

100 para 1813. Isto é compreensível, dado que há muitas diferenças entre os próprios encarregados de fazer o recenseamento, embora possa se inferir uma tendência em aglutinar os diferentes grupos étnicos dentro da categoria de pardos e também demonstra que havia na sociedade uma maior mistura.

2.4. CONDIÇÃO JURÍDICA

Em relação à condição jurídica de livre e escravo, estima-se que a escravatura na região representava cerca de 8 %. Embora em 1813 tenha duplicado o número da população escrava, manteve-se proporcionalmente a porcentagem sobre a população total. Em comparação com o censo de 1778 o porcentagem de escravos aumentou em termos absolutos de 293 a 482, porém em términos relativos mantém-se em 7,9 %.

Tabela N ° 18: Relação entre população livre e escrava segundo o censo de 1813 para cada jurisdição

Jurisdição	População absoluta						Porcentagem					
	Livres			Escravos			Livres			Escravos		
	Total	Sexo		Total	Sexo		Total	Sexo		Total	Sexo	
		H	M		H	M		H	M		H	M
La Concepción	4105	1947	2158	367	180	187	91.8	43.6	48.2	8.2	4.1	4.1
Fte. Sta. Catalina	153	70	83	4	2	2	97.6	44.7	52.9	2.4	1.2	1.2
La Carlota	1374	600	774	111	44	67	92.5	40.4	52.1	7.5	3	4.5
Total	5632	2617	3015	482	226	256	92.1	42.8	49.3	7.9	3.7	4.2

Fonte: Padrão censal 1813

A tabela seguinte mostra a distribuição da população segundo sua condição jurídica em 1778 e 1813, respectivamente.

Tabela N ° 19: População livre e escrava segundo os censos de 1778 e de 1813

Censo	Espaço	População	Livre	Escrava	%	%
1778	Tegua Río Arriba Río Abajo Punta del Sauce	3714	3416	298	92 %	8 %
1813	La Concepción La Carlota	6114	5632	482	91.1 %	7.9 %

Fonte: Elaboração própria sobre a base dos padrões do censo de 1778 e de 1813

Na ocasião de incrementar efetivos ao Exército nacional, firmou-se um decreto pelo qual ordenava-se uma leva de toda a escravatura pertencente aos espanhóis europeus¹⁵. A Vila de La Concepción despachava 9 libertos e La Carlota dois, embora um deles fosse excluído por pertencer a uma “filha do país”. No entanto, três escravos fugiram aparentemente com o consentimento de seus amos espanhóis que não aderiam à causa patriótica. A contribuição da região foi de 10 dos 89 libertos aptos para o serviço militar expropriados aos espanhóis europeus¹⁶.

2.5. INCREMENTO POPULACIONAL

A Taxa de Crescimento Médio Anual no período inter-censo -1778-1813- foi de 13,8 por mil. A densidade populacional em 1778 era de 0,1 habitante por quilômetro quadrado –considerando a superfície em quilômetros quadrados dos atuais departamento de Río Cuarto (18.394 km²) e Juárez Celman (8.902 km²) que constituíam o antigo curato de Río Cuarto-. A densidade populacional em 1813 era de 0,2 habitante por quilômetro quadrado. O incremento populacional relativo foi de 61 % e o incremento absoluto de 1778 a 1813 foi de 2.400 habitantes.

Diferente do recenseamento de 1778 que permitiu obter dados acerca das composições familiares por unidades habitacionais nos distintos lugarejos rurais, no censo de 1813 esta possibilidade fica diluída. Este censo teve como objetivo “*el hacer un padrón de hombres entre 15 y 50 años aptos para los ejércitos revolucionarios, es decir, su finalidad fue netamente militar*”¹⁷. Por isso, no mesmo sucedem-se os nomes dos habitantes de toda a jurisdição, sem estabelecer delimitações de lugares, embora a fonte tenha a característica de brindar um panorama relacionado às profissões da população.

A política de povoamento, quer dizer, do estabelecimento de “*poblaciones formales*” na planície, levou a um desenvolvimento demográfico significativo no espaço fronteiriço. Da mesma maneira, com o incentivo à colonização destas terras reforça-se o domínio sobre a região da sociedade hispano-crioula. Por isso, a Jurisdição da Vila de La

¹⁵ Os espanhóis foram identificado, logo da independência, de espanhóis europeus e espanhóis americanos.

¹⁶ *La movilización de los Esclavos en Córdoba*, por Félix Torres

¹⁷ Fourcade, Adriana (1991)

Carlota em 1813 conta com um considerável aumento de população em relação ao mesmo espaço para 1778 (de 839 a 1484 habitantes).

Em relação a toda a jurisdição cordobesa, os espaços geográficos mais povoados continuaram sendo os do noroeste. Na planície, por sua parte, registrou-se um sensível aumento. Em relação à origem da população somente pode-se inferir, dado que sob a categoria “patria” anotou-se indistintamente procedencia e residencia. Considera-se, então, que o crescimento interno da população num quase 10 % deve-se ao aporte de outras regiões de Córdoba. Destes, mais de uma centena veio da própria capital e outro tanto dos curatos lindeiros: Calamuchita e em menor proporção de Río Tercero. Também há aportes de outras regiões coloniais como Cuyo (San Luis, San Juan, Mendoza e La Rioja), assim também como casos isolados de Tucumán e Salta. Somente 12 vieram de Buenos Aires, sendo espanhóis com exceção de um índio e um pardo .

2.6. AS ATIVIDADES ECONÔMICAS NOS FINAIS DO SÉCULO XVIII E INÍCIOS DO SÉCULO XIX

No relativo às atividades econômicas em toda a jurisdição de Córdoba para 1813 tem-se considerado que esta fonte reflete a ampla diversidade de atividades, sendo que

“las más importantes eran las tareas rurales de la agricultura y la ganadería. Le seguían la elaboración de tejidos de lana y otras artesanías destinadas al consumo local e interregional. Asimismo el comercio era uno de los sectores mas importantes de la economía cordobesa el cual se extendía fuera de la región”.¹⁸

As jurisdições das vilas da região de Río Cuarto correspondem em geral a este quadro. O censo de 1778, analisado no capítulo II, só tinha registrado dados esporádicos como casos de peões “conchavados”, “vagabundos” (que poderiam ser migrantes livres, errantes, sem ocupação estável em relação de dependência) e faz-se referência somente em dois casos a comerciantes. Também nomeia aos que atendiam ao serviço religioso, assim como as ocupações vinculadas às atividades militares de fronteira. Já o de 1813 permite obter as denominadas “profissões” proporcionando un quadro, embora estático, das

atividades econômicas. Este quadro complementa e enriquece o estudo da região de Río Cuarto.

Pelos trabalhos realizados com base em fontes cartoriais, pode se dizer que a fins do século XVIII nas zonas serranas do Río Cuarto a exploração de gado era uma atividade significativa¹⁹. As estâncias da região dedicavam-se à produção ovina e bovina, embora em menor proporção a gado cavalari, muar e caprino, o que mostra também uma diversificação do estoque de gado. Grande parte desta produção orientou-se em direção a Córdoba e Alto Peru assim como a Cuyo, mas também à própria região. A vinculação de Río Cuarto à cadeia produtiva e de comercialização, cujo destino era o Alto Peru, se fazia através do vínculo entre comerciantes cordobeses e fazendeiros da região²⁰. Embora seja preciso reconhecer que a crise da economia colonial tinha repercutido na região. Sobre Monte quando pretende atrair famílias à região para repovoar a região diz no ano 1785 que nos férteis terrenos do Río Cuarto *“en lo antiguo criaban sobre seis mil mulas p^a el Comercio del Perú y hoy solo se hierran como mil quatrocientas por donde se conoce su decadencia...”*²¹

Nos primeiros anos do século XIX, um comerciante italiano, chegando desde Buenos Aires, Cayetano Proni, percorria todos os lugarejos tanto da planície (río Abajo) como da serra (río Arriba) na jurisdição da Vila da Concepción. Este chegava as vezes até o outro lado da serra, isto é, a Traslasierra, vendendo produtos de Castela²² e comprava também os tecidos que se produziam na região que logo empacotava e transferia para Buenos Aires e Cuyo²³. Realizava suas operações principalmente nos lugarejos da

¹⁸ Gutierrez, Susana: 1997.

¹⁹ Dados extraídos mediante o análise de 16 inventários, taxaço e repartição de bens pertencentes a distintos “fazendeiros” da região entre os anos 1799 e 1813 com os documentos que se encontram no Archivo Histórico Municipal de Río Cuarto, período colonial (Wagner, 1997).

²⁰ Para Wagner (1997:79), o trajeto dos comerciantes haveria começado na região do Río Cuarto onde se compravam mulas novas que logo invernavam nos poteiros do norte de Córdoba para os trasladar a Salta, embora para o século XVIII a produção não era como em épocas anteriores (Confrontar com Assadourian, 1983)

²¹ Oficio Del gobernador-intendente de Córdoba, Marqués de Sobre Monte, al virrey Marqués de Loreto (06/11/1785) Em Torre Revello (1946: C)

²² Alguns destes registrados oficialmente através das Guias de Saídas expedida pela Real Aduana em 1805 (A.G.N.: División Colonia - Notas de Aduana 1805- Sala XIII 40-10-3) y 1809 (A.G.N.: División Colonia- Notas de Aduana. Sala XIII- 41-2-3)

²³ Através da documentação existente no Archivo Municipal de Río Cuarto (“Libro de Cuentas y Haberes”) tem-se investigado as transações desenvolvidas por este mercador de campanha e seu raio de ação. Centrado este trabalho basicamente nos circuitos comerciais do mundo hispano-americano e na documentação específica sobre o tema comércio, deixa linhas abertas a serem analisadas enquanto à relativa importância

jurisdição da vila da Concepción más mantinha algumas vendas em lugarejos da jurisdição da vila da Carlota como também em San Luis, como por exemplo Renca. Tal vez este comerciante integrava no dizer de Garavaglia

*“el aceitado sistema de comercialización forzosa de la fuerza de trabajo de las mujeres campesinas a través de la correa de transmisión del capital mercantil; grupo de mercaderes itinerantes recorren la campaña intercambiando efectos de Castilla y otros productos por ponchos y otras piezas textiles futuras”.*²⁴

Um dos produtos que mais vendia na região era um tecido de algodão de baixa qualidade e preço, pelo que faz supor que comerciava mais com as unidades familiares de escassos recursos, embora também comerciava com proprietários fazendeiros²⁵. Por outra parte, como meio de pagamento os residentes da região usam sua própria produção, quer dizer tecidos e gado. Dado que a maioria dos compradores eram mulheres, pode se supor que em realidade eram estas as que tinham a seu cargo a produção têxtil.

A anterior apreciação pode se confirmar com o censo de 1813, pois para a região de Río Cuarto as atividades mais consignadas estavam relacionadas com tarefas rurais para os homens e o artesanato têxtil para as mulheres²⁶.

Quanto ao trabalho feminino, em fins do século XVIII Sobre Monte, no informe sobre a Intendência de Córdoba del Tucumán, já fazia menção a esta atividade das mulheres:

*“El ganado lanar de Córdoba es el principal alivio de la jente pobre ... la emplean en frazadas, bayetas, ponchos, pellones, alfombras y jergas de que hace considerable comercio a Buenos Aires, Mendoza, Chile, Salta y aún hasta el Perú, y las mujeres de la campaña se dedican casi todas a estas obras... De los cueros de las ovejas y cabras hacen muy buenos tapetados y cordovanes que tienen el propio jiro”*²⁷

que vai adquirindo a região do Río Cuarto a fins do período colonial e início do período independente. (Bonet y Larrea: 1991)

²⁴ Garavaglia y Wentzel (1989: 218)

²⁵ Dados obtidos da pesquisa de Bonet y Larrea (1991: 77)

²⁶ Aqui para a região de Río Cuarto abrange-se tanto à Jurisdição da Concepción - onde registraram quase todas as atividades econômicas -, a Jurisdição de La Carlota – onde há omissões - e o Forte de Santa Catalina, em que não incluíram-se as profissões. É necessário aclarar que no censo quase 45 % da população não declara a profissão. Ainda é importante aclarar que há variações na elaboração dos censos. Enquanto que na Concepción registraram-se quase todas as profissões ou atividades econômicas, em La Carlota houve omissões e na totalidade dos habitantes do Forte de Santa Catalina não foram incluídas as profissões (158).

²⁷ Sobre Monte, R. *Sobre la Intendencia de Córdoba del Tucumán*.(1788)

Também, o comandante da fronteira Amingorena em seu trajeto de Buenos Aires a Mendoza deixava registrado a importância da produção têxtil no sul de Córdoba. Referindo-se a Tegua dizia:

*“Las mugeres de todos estos Lugares ... se aplican a **hilar y tejer Ponchos**”, e afirma o mesmo para rio Arriba. Sobre Achiras comentava “las mugeres se ocupan en su(s) **ilados de que tejen Ponchos, Gergas, etc**”. e para Posta del Morro: “En todos los Ranchos hay sus **Majaditas de Ovejas... las mugeres se ocupan de Ilados; pero todas estas gentes son bien pobres sin que se halle un Hacendado de consecuencia.**”²⁸*

A análise do recenseamento de 1813 proporciona dados que correspondem a este panorama. Sobre a totalidade da população consignada (6.114) considera-se como economicamente ativa os maiores de 10 anos (é a partir dessa idade que se observa seu registro na maioria²⁹). Esta registra um total de 4.002 casos, quer dizer, o 65 % do total. Destes, 1.773 casos correspondem a homens (44,3 %) e 2.229 a mulheres (55,7 %).

As ocupações majoritariamente masculinas relacionavam-se com a produção no campo: lavradores (661), peões (463), e fazendeiros (251, se bem que 49 eram mulheres). Também mencionam-se outras atividades vinculadas a tarefas rurais (2 quinteiros, 1 capataz, 1 mordomo, 2 de profissão domar e 5 campeiros).

Tabela N ° 20: Atividades majoritárias masculinas

Jurisdicção	Fazendeiros	Lavradores	Peões
Concepción	198	339	441
La Carlota	53	322	22
Total	251	661	463

Fonte: Elaboração própria sobre a base do recenseamento de 1813

O fomento da agricultura e a cria de gado na região levou à identificação social dos lavradores e dos fazendeiros. Os fazendeiros, dedicados mais à cria de gado e muitos deles proprietários, com uma média de 38 anos de idade. Tinham sua procedência na própria região (Concepción, La Carlota, Tegua, El Saucecito), embora também chegassem de outros lugares: San Luis, Córdoba, e de outras regiões serranas cordobesas. A maioria era

²⁸ El comandante Francisco Amingorena descreveu o itinerário de Lujan a Mendoza que permite identificar algumas características da região.

²⁹ Apenas há casos isolados de crianças entre 6 e 9 anos que se anota sua atividade (5 fiandeiras, 2 costureiras e 3 estudantes masculinos).

descendente de espanhóis (86 %) mas também registraram-se, em proporção ínfima, outros grupos (30 pardos e 2 índios).

Os lavradores, vinculados à agricultura, com uma média de 34 anos de idade, também tinham sua procedência na mesma região de sua residência (117 de La Concepción, 130 em La Carlota), e, em menor proporção, localizam-se em lugarejos como Achiras, Piedra Blanca, Las Barrancas, Rodeo, Tegua, El Saucito, San Bernardo e Reducción. Tinham vindo a este espaço, ainda em proporções ínfimas, gente de Cuyo, fundamentalmente de San Luis, de outras regiões de Córdoba (Calamuchita, Río Segundo e Río Tercero) e também de Buenos Aires. Moravam neste espaço, três ex prisioneiros ingleses que se tinham integrado à sociedade riocuartense³⁰. 53 % registram-se como espanhóis ou brancos e 36 % como *pardos*, o resto repartem-se entre índios, mestiços, pretos e mulatos.

Com relação aos peões, a maioria estava na própria jurisdição de La Concepción, (170) embora residiam mais de vinte em Tegua, e outros tantos em Saucito. Trabalhavam de peões, migrantes de outras regiões cordobesas como Calamuchita, Río Tercero, Río Segundo e Córdoba. Igualmente tinham chegado de Cuyo, sobretudo de San Luis. Somente sete peões registram-se com pátria em La Carlota. A idade média dos peões era de 25 anos. Identificam-se como pardos 72 % e como espanhóis 24 %.

Pode-se reconhecer que o grupo de fazendeiros reúne os de idade mais avançada, sendo a maioria espanhol. Continuam-se, em idade média os lavradores que em mais do 50 % eram espanhóis. Por último, nos peões que tinham uma menor média em idade, a relação inverte-se identificando-se mais pardos que espanhóis. Estes dados dariam uma aproximação à estrutura social da época, o que revela uma maior diferenciação em La Concepción onde localizam-se mais fazendeiros e peões, e menor na fronteira de La Carlota com maioria de lavradores.

³⁰ Em 1807 prisioneiros ingleses ficaram confinados na vila baixo a custódia do comandante da fronteira. Posteriormente casaram-se formando lares na villa (dado obtido por Mayol Laferrère que consultou o Libro parroquial da Vila da Carlota e a Fronteira Sul. Em *La Carlota colonial vista a través de su primer Libro parroquial* (1997).

Também, aprecia-se que acompanham às atividades de gado e agricultura as ocupações econômicas majoritariamente desempenhadas pelas mulheres. Estas relacionavam-se com a produção têxtil: fiandeiras (de 929, só 4 eram homens-), tecedoras (359) e costureiras (338). Atividades que se desenvolvem em ambas jurisdições mas que proporcionalmente foram maiores na Concepción. Sobre as outras tarefas relacionadas com a têxtil, mencionam-se a 6 bordadeiras.

Tabela N ° 21 : Atividades majoritárias femininas

Jurisdição	Fiandeiras	Tecedoras	Costureiras	Bordadeiras
Concepción	758	316	300	6
La Carlota	171	43	38	-
Total	929	359	338	6

Fonte: Elaboração própria sobre a base do padrão do censo de 1813

A maioria das fiandeiras eram identificadas como pardas (57 %), seguiam-se as espanholas (38 %) e em mínimas proporções estavam as pretas, mestiças e índias. A média de idade para o grupo é de 30 anos, mas registraram-se desde crianças (10 anos) até idosas. Os casos localizavam-se sobretudo em Río Cuarto (262) que em La Carlota (92 fiandeiras). Mas praticamente em todos os lugarejos da região registram-se fiandeiras. Outras regiões como Calamuchita, Córdoba, Río Segundo, Río Tercero, Tulumba e San Luis aportam casos ao grupo.

No tocante às tecedoras, sua idade média era de 32 anos. A maioria estava identificada como parda (72 %), seguiam-se as espanholas (24 %), e no resto registrava-se uma proporção embora ínfima de pretas e índias. Este grupo também localizava-se na sua maioria em Río Cuarto, e distribuía-se, em menor proporção, em toda a jurisdição, recebendo gente procedente de Córdoba e de San Luis.

As costureiras, com uma média de 25 anos de idade, eram em sua maioria espanholas (73 %), seguiam-se as pardas (24 %). Estas, eram residentes das vilas embora se repartissem pela campanha da jurisdição fundamentalmente de La Concepción. No grupo também identificam-se aportes de outras regiões de Córdoba, já mencionado nos casos anteriores. As 6 bordadeiras localizam-se na Vila La Concepción, das quais uma é parda e o restante espanhola. Destas uma chegava de San Luis e outra de La Cruz.

As atividades de costureiras e as poucas de bordadeiras eram desempenhadas em sua maioria por espanholas: muitas eram esposas de fazendeiros. Fiar e tecer eram profissões das pardas.

Na relação entre etnia e atividades desenvolvidas na população, observa-se que do total da população feminina economicamente ativa 48,5 % registra-se como parda (1.082 casos), 43,3% como espanhola (966 registros), 2,15 % como negra (48 casos) e 1,48 mestiça (33 casos). Em todas as etnias a maioria das mulheres eram fiandeiras, isto é trabalhavam na atividade mais desenvolvida na região. Por outro lado, entanto as pardas eram maioria nas atividades de fiar e de tecer, as espanholas eram maioria em costurar. O status das atividades, nesse caso, explica possivelmente essa distribuição.

Integra o quadro de atividades econômicas para a região o comércio, que está em mãos dos espanhóis e de outros estrangeiros. Os mesmos representam 0,8 % da população total, com uma idade média de 31 anos. Na Concepción moravam 11 e na Carlota, 7. Na campanha localizaram-se 3 (1 em Las Peñas, 1 em San Bernardo e 1 em San Bartolo). De outras regiões de Córdoba chegaram 2 de Calamuchita, 8 de Córdoba, 2 de Ischilín e 2 de Río Tercero. De procedência fora de Córdoba identificaram-se 1 de San Luis, 1 de Buenos Aires, 1 de San Juan e 3 de Mendoza. Ademais havia um chileno. Estrangeiros que se dedicavam ao comércio reconheceram-se 10, entre os que se encontram 2 de Cádiz e 3 de Galicia.

Na Vila da Concepción, por ter uma estrutura econômica mais diferenciada, surgiram outras atividades que vão além de uma economia de subsistência a saber a produção do artesanato que contempla distintos ramos. Na confecção de telas, por exemplo, havia 2 sombreireiros, 10 alfaiates e um tapeceiro. Com relação à elaboração em couro, contavam-se com 27 sapateiros, 1 petaqueiro, 3 curtidores e 2 limoeiros. Para a fabricação sobre madeira havia 5 carpinteiros. Quanto às atividades vinculadas à produção de farinha, somente mencionam-se 2 padeiros e um moageiro. Diferente de La Carlota onde havia um alfaiate, 5 sapateiros, 5 carpinteiros e um moageiro.

No ramo da construção, a região contava com 8 pedreiros, 5 tapeadores e um poceiro. Em fabricação de olaria, um oleiro e três fabricantes em artesanato de prata. E outros fabricantes, um de pentes e 2 relojoeiros.

Em atividades de fronteira encontraram-se 33 soldados e dois categorizados em cargo militares. O serviço religioso era coberto por um cura, um tenente cura e dois particulares da Igreja. Um médico menciona-se na região e 12 estudantes habitavam a jurisdição da Vila da Concepción de idade entre 6 e 19 anos³¹. Vinte-e-quatro povoadores tinham diferentes deficiências: entre os que se menciona: louco, cego e inválido entre outros. A atividade vinculada ao transporte era realizada por 7 mestres de postas e 18 postilhões. Completando o registro da população inscrevem-se como vagos 43 casos, o que supõe unicamente 1 % do total relevado.

Em síntese, tarefas rurais e produção têxtil eram as atividades econômicas mais significativas na região, o que reforça que se está na presença de uma economia de auto-suficiência. A estrutura econômica que resulta provavelmente tenha sua origem no mesmo processo de povoamento da região sem que haja sofrido modificações substanciais até o início do século XIX. Isto confirma a idéia de Garavaglia e Wentzel (1989) quando ao estudar a população de Renca, lugarejo de San Luis segundo o censo de 1813, perguntam-se se esta aldeia era uma exceção, suspeitando que o curato de Río Cuarto como outros de Córdoba poderiam apresentar “um panorama muito semelhante”³²

Em 1818, um viajante inglês, Alexander Caldclough, em sua passagem por San Bernardo relatava: “*El maestro estaba fuera de la casa, pero dos mujeres fueron amables y atentas... Una de ellas estaba tejiendo un poncho en un telar rústico, la otra estaba hilando...*”³³ e em 1821 no Posto Las Barracas a 6 léguas de Fraile Muerto comentava-se:

³¹ Eram varões pertencentes a 7 famílias da região: 4 filhos de fazendeiros, 2 de comerciantes e uma de lavrador. A exceção de um dos estudantes filho de comerciante localizado na Vila da Concepción, e de outro fazendeiro proprietário de uma Estancia na planície, o resto dos casos localizava-se nas serras. Isto confirma a anterior suposição que estabelecia uma maior diferenciação social na região serrana, na medida que se interprete que a educação era uma atividade própria dos grupos melhores posicionados em a estrutura social.

³² Garavaglia e Wenzel (1989)

³³ Miers, John, Viaje al Plata (1819-1824). Em *Córdoba, cidade e província (Século XVI e XX)* segundo relatos de viajantes e outros testemunho. Seleção realizada por Carlos Segreti (1973: 255)

“las mujeres de esta posta, como la de las últimas que habíamos pasado, hacían trabajo de hilandería³⁴

Assadourian completa o quadro quando diz que em Córdoba *“las relaciones sociales que se dan al rededor de la producción de mulas y tejidos implican al conjunto de la sociedad regional”*. Os fazendeiros enviavam entre 10 e 15 partidas de 500 e 1500 mulas cada uma ao mando de seus capatazes, em direção aos potreros de Salta. Mas, aclara Assadourian

“esta exportación reposaba sobre la producción a pequeña escala de cientos de campesinos que criaban entre 5 e 30 animales al año (inclusive en las “estancias” mayores los capataces y agregados podían tener en propiedades una manada de yegua y algún burro “hechor”) una parte de esos pequeños criadores eran también invernadores cuando así lo permitía el tamaño de sus tierras”. (Assadourian, 1989: 148-49)

Aprecia-se assim a hierarquização da sociedade na região de Río Cuarto através das jurisdições da vila La Concepción e da vila La Carlota. Na primeira, no vértice localizavam-se os proprietários da terra, geralmente espanhóis fazendeiros, muitos deles tem certa trajetória de linhagem vinculado algum antepassado conquistador, e espanhóis comerciantes. A eles estavam reservados os cargos políticos e militares. Também existiam espanhóis mais pobres que se dedicavam a serem lavradores ou fazendeiros sem terra.

Este quadro complementa-se com o cruzamento dos grupo étnicos e as profissões. Em termos gerais, os *pardos* ocupam-se na vila as atividades manuais, que como em outras regiões do vice-reinado eram desprezadas pelos espanhóis³⁵.

3. UMA SOCIEDADE RURAL E FRONTEIRIÇA

Nesta seção mostra-se a hierarquização da sociedade identificando as principais famílias povoadoras e moradoras da região e aquelas que acompanharam o processo de colonização do espaço. Das primeiras tem-se mais registros, das outras so se obteve partes de um “quebra-cabeça” fragmentado.

³⁴ Caldcrough, Alexander, Viajes por América del Sur. También em Segreti (1973: 274)

3.1 AS FAMÍLIAS DA ELITE REGIONAL

Tanto o recenseamento de 1778 como o de 1813, ademais de mostrar a relação entre espaço e população, também, permite conhecer os que habitavam a região de Río Cuarto. Isto permitiu identificar as famílias da elite regional, formadas, em sua maioria, por descendentes dos conquistadores (século XVI) e primeiros povoadores (século XVII e XVIII). Estas famílias vinculavam-se em diversos graus ao sistema sócio-econômico e político do mundo colonial, fundamentalmente cordobés.

Para este estudo, tem-se entendido como a elite da época colonial o grupo que concentrou “prestígio, poder e riqueza”³⁶. Porém, salvando as distâncias do que eram as grandes elites coloniais, aqui, num espaço marginal, temos um grupo de relativa autonomia para tomar decisões por si mesmo. Por isso, para a região, este conceito deve ser tomado de forma ampla e flexível.

Neste trabalho a maioria das famílias analisadas possuíam prestígio, por ter escudo de armas. Mantinham, também, o uso do significativo “Dom” que somente podiam utilizarlo aqueles que o tinham por herança familiar. Algumas tinham, no entanto, certo poder militar, e todas eram proprietárias de terras e escravos; mas, sobretudo, procuravam-se afiançar economicamente num novo espaço que começava a ter importância no contexto inter-regional de fins do século XVIII.

Desta maneira pode-se observar como um reduzido grupo de famílias gerou estratégias coletivas de sobrevivência construindo redes de parentesco com vínculos intra-regionales e extra-regionales.

A maioria destas famílias eram proprietárias da riqueza básica do período colonial: terras e mão de obra, fundamentalmente escrava para este período. Algumas mantinham a terra porque continuavam com uma parte da “merced” ou doações de terras que haviam obtido seus antecessores por reconhecimentos de “méritos e serviços”. Outras, a haviam

³⁵ Ver La Organización de los Gremios en Córdoba. Sociedad Artesanal y Producción Artesanal. 1810-1820 de Moyano (1986)

³⁶ Esta explicação do termo, tomado de Peter Burke. *Veneçia y Amsterdam, Estudios sobre la élites del siglo XVII* (1996: 32) é o que utilizou para outros trabalhos que estudam as relações de parentesco em fins do século XVIII. Ver por exemplo Cristina del Valle (1997) e Griselda Tarragó (1999), entre outros.

adquirido seja por compra ou por vínculos de parentesco continuando assim com a posse³⁷. Algumas delas tiveram em certo momento poder econômico e político de importância.

Tinham em comum o haver nascido nestas terras, quer dizer, eram crioulas que mantinham a linhagem ibérica, mas também no século XVIII podem-se identificar alguns espanhóis, fundamentalmente oriundos da região da Vascongada que se integraram às famílias crioulas através de alianças matrimoniais.

Estas famílias podem ser agrupadas segundo a sua procedência em: a) Descendentes de espanhóis conquistadores de fins do século XVI, e b) Descendentes de espanhóis que chegaram a Córdoba em fins do século XVII. A seguir, um quadro identifica os sobrenomes segundo sua procedência e setores que ocuparam.³⁸

Tabela N ° 22 : Relação entre Famílias da elite e setores na região de Río Cuarto a fins do século XVIII

Famílias/ Setores	Tegua-Las Peñas (serra)	Río Arriba (serra)	Río Abajo (planície)	Punta del Sauce (planície)
Descendentes de Conquistadores Espanhóis	Molina Navarrete Fernández Montiel Argüello	Cabrera Arias de Cabrera Garay	Cabrera Arias de Cabrera Fernández Montiel Soria Argüello	
Descendentes de Famílias espanholas que chegaram Desde fins do século XVII	Acosta Berrotarán Irusta Bengolea	Echenique Irusta Acosta Freytes	Irusta Freytes	Bengolea Echeverría

Fonte: Elaboração própria (ver Mapa Região de Río Cuarto, pág. 74.)

Todavia, faz-se difícil obter algum tipo de porcentagem destas famílias em relação a toda a população. No censo de 1778 identificam-se as unidades por fogos mas vários destes poderiam corresponder ao descendentes de um só tronco comum.

³⁷ Nesta região, a terra tinha pouco valor econômico, entre outras razões, pela escassez de índio submetidos ao regime de *encomienda* na serra e pela impossibilidade em submeter a população índia da planície para servir de mão-de-obra.

³⁸ O quadro foi elaborado com os dados proporcionados pelos estudos genealógicos citados na bibliografia (Moyano Aliaga, 2000; Lascano Colodrero, 1936; entre outros) e a identificação destes sobrenomes nos censos de 1778 e 1813.

No entanto, algumas trajetórias destas famílias, em relação à propriedade de terras, posse de escravos, assim como suas estratégias familiares, mostram as redes de vinculações que embora sejam nas margens do império atuavam para domínio do espaço.

3.1.1 FAMÍLIAS DESCENDENTES DE CONQUISTADORES

Dentro desta categoria identificam-se aqueles grupos familiares que descendem do grupo expedicionário fundador de Córdoba, como os Cabrera, primeiros proprietários destas terras por reconhecimento de “méritos e serviços”, e os Molina Navarrete, que ascedem à propriedade da terra em Tegua por vínculo matrimonial. Também estavam os que sendo descendentes de conquistadores chegaram desde outras regiões coloniais, como o caso dos Fernández Montiel, que provenientes de Santa Fe afincaram-se na região a fins do século XVII.

O principal sobrenome da região corresponde aos herdeiros do fundador de Córdoba em 1573, dom Jerónimo Luis de **Cabrera**. Estes estabeleceram-se na área de doação feita a seu filho dom Gonzalo Martel de Cabrera em fins do século XVI (Ver Anexo I). Este território alcançou sua máxima extensão a fins do século XVII³⁹. Posteriormente, as estâncias, assim como outros domínios sobre a região, começaram a ser vendidas (Tegua), herdadas entre os descendentes (Río Arriba) ou hipotecadas (Río Abajo) em função de obter novas conquistas de territórios, o que levaria aos herdeiros a uma situação de ruína.

Ainda que alguns herdeiros dos Cabrera (5^a. geração), caso de María Rosa Cabrera, María Francisca e Antonia Herrera e Cabrera através de alianças matrimoniais com espanhóis (bazcos) lograssem manter prestígio na sociedade colonial, outros herdeiros sofreram um declive econômico embora não a perda de prestígio social. No primeiro caso, dona María Rosa de Cabrera e Velazco tinha herdado de seu pai as Estâncias de San Lorenzo Licsin (atual Río de los Sauces), Calamuchita, San Bartolomé, La Tapia y Piedra Blanca (Curato de Río Cuarto) e contraiu matrimônio em 1689 com o comerciante bazco dom Juan de Echenique e Echenique. Este tinha-se instalado em Córdoba a meados do

século XVII, desempenhando importantes cargos políticos e realizando atividades econômicas como ser freteador de mulas. Este vínculo permitiu-lhe aos Echenique consolidar seu prestígio social ao ingressar ao círculo mais tradicional de Córdoba. Ao se dedicar à atividade agropecuária, seus herdeiros transformam-se em importantes fazendeiros da região, Aqui observa-se, como em outros casos de América, a riqueza – geralmente de origem mercantil- permitia o acesso ao prestígio e sua perpetuação dado que esta definia a posição⁴⁰.

Em princípios do século XVIII, a situação econômica dos Cabrera vai decaindo, ao ponto que em momentos de contrair matrimônio dona Antonia de Herrera e Cabrera (filha de dom Pedro de Herrera e Velazco e de dona Isabel de Cabrera e Velazco) seu pai diz estar impossibilitado de lhe dar dote *“por no estar juntos los pocos vienes que le prometí a dicha mi hija para la carga del matrimonio abiendo reservado cuando estuviesen todos juntos”*⁴¹. Esta situação econômica não lhe afetaria demasiado, pois em 1726 dona Antonia casa-se com Miguel de Sopeña, espanhol, personagem com importantes vinculações comerciais com Buenos Aires⁴².

Por sua parte, dona María Francisca de Cabrera e Solórzano (filha de dom Fernando de Cabrera e Velazco e neta do General Jerónimo Luis de Cabrera III) que recebe em herança as estâncias de Las Lajas, Achiras e La Punilla⁴³, casa-se com Pedro de Larramendi, oriundo de Santa Fé se radicando na mesma. As terras herdadas foram logo vendidas ao clérigo dom José Rosa de Córdoba que imediatamente desprende-se das mesmas vendendo-as a distintos compradores entre os quais se encontra a Dom Narciso de Bengolea⁴⁴, Joseph Cabrera⁴⁵ e Ignacio Soria e Medrano⁴⁶

³⁹ Ver capítulo 2

⁴⁰ Para Córdoba ver Punta (1997, cap. 8) e para América a compilação de Hoberman e Susan M. Socolow (1993).

⁴¹ A.H.P.C. Registro Notarial N° 1. Inventario 114. Año 1726-28. Folio 67.

⁴² Assim o menciona Arcondo em seu estudo (1993: 247)

⁴³ As Terras de Las Lajas, Achiras e La Punilla que recebera dom Francisco de Cabrera em herança encontravam-se hipotecadas (desde 1698) e seu irmão dom Fernando de Cabrera as adquire e levanta a hipoteca que recaia sobre as mesmas em 1701.

⁴⁴ A.H.P.C. Registro Notarial N° 1. Inventario N° 152. Año 1769. Folio 334-337 e seguintes.

⁴⁵ Citado por Miguel Angel Gutiérrez em Achiras Histórica. Cap. 3. (1996)

⁴⁶ A.H.P.C. Registro Notarial N° 1. Inventario 152. Año 1779. Folio 462 a 466.

O destino de dona Isabel de Cabrera e Velazco foi diferente dos casos anteriores, dado que não pode manter o patrimônio econômico herdado de seu pai⁴⁷. Vende escravos para subsistir e posteriormente seu filho desliga-se das terras de Río Cuarto pela impossibilidade de afrontar o pagamento das dívidas herdadas⁴⁸.

Nas terras do Río Cuarto que desde a metade do século XVIII ficaram para o Convento de Santa Catalina, acederam, primeiro por arrendamento e depois por compra, distintos compradores, alguns mantiveram uma pequena exploração de uma “*suerte de tierra*” de extensão reduzida e que conformaram famílias campestres proprietárias e outras que, como os Bengolea e os Soria, formaram parte de grupos hegemônicos que se constituíram no lugar. Tanto umas como as outras foram os sobrenomes que figuraram os primeiros povoadores da vila.

Estes dados confirmam o comportamento das famílias poderosas de outros espaços coloniais. Susan Ramírez diz que os membros da família constituíam numa importante reserva de influência e recursos dado que o parentesco político era tão forte e vinculativo como o consanguíneo. Para os proprietários de terra os matrimônios eram movimentos estratégicos que ampliariam seus contatos. Além de ligar pessoas, o casamento convertia a todos os parentes de um cônjuge em parente de outro. Os casamentos entre famílias era muito frequente (1993: 37)⁴⁹. Situação que num espaço mais reduzido faz com que os vínculos tornem-se muito mais fortes.

Para fins do período colonial, não havia descendentes sob o sobrenome Cabrera na região que ainda mantivesse a posse destas terras. Para 1778, registraram-se indivíduos de sobrenome Cabrera entre índios e mulatos, fundamentalmente na região da serra. Dos espanhóis que se localizaram um somente tinha escravo, pelo que é possível considerar sua decadência em fins do século XVIII. No censo de 1813 o sobrenome Cabrera é registrado majoritariamente entre os pardos.

⁴⁷ Doña Isabel de Cabrera era filha de don José de Cabrera y Velazco, que recebeu do mesmo as Estancias Tambo, Río Cuarto y San Bernardo, hipotecadas a favor do Convento de Santa Catalina.

⁴⁸ A.H.P.C. Registro Notarial N° 1. Inventario Nro. 133 Año 1750. Folio 79-80.

⁴⁹ É muito interessante os aportes que brinda Socolow neste aspecto na introdução da recopilação realizada junto a Louisa Hoberman, (1993)

Os **Arias de Cabrera** (também 5ª geração de descendência direta do conquistador) transformaram-se em uma família significativa econômica e socialmente na região. Este sobrenome origina-se em uma descendência fora do vínculo matrimonial do General Jerónimo Luis de Cabrera (III) com dona Esperança de Tovar. Seu filho dom Juan Arias de Cabrera obteve por herança a propriedade da Estancia de San Francisco de “El Cano” (1686), entre outras⁵⁰.

A família Arias de Cabrera ocupou um espaço intra-regional dado que ficaram nas serras de comechingones sul: tanto em Calamuchita (Estancia de El Cano)⁵¹ como em Yacanto (Estância San Javier), ocupando e povoando um espaço preferentemente serrano⁵². Logo deu-se um deslocamento de dita família em direção ao sul. Muitos deles nasceram na Estância de San Javier, embora mais tarde instalaram-se no Partido de Río Cuarto. Tal é o caso de Esteban Rosa Arias de Cabrera e Ceballos, nascido em San Javier e proprietário da referida Estância que aparece registrada em 1778 em Río Abajo, junto a sua esposa e um escravo⁵³. Aí dedicou-se a tarefas rurais e políticas dado que no ano 1801 foi eleito Regedor Defensor de Pobres do Cabildo da Vila da Concepción de Río Cuarto. Fazer parte do governo era um dos interesses da elite colonial, dado que isto proporcionava uma superioridade adicional como diz Susan Ramirez.

A ocupação de cargos religiosos transformou-se também em outro indicador para afirmar a importância social da família. Tal foi o caso do Cura Vicário dom Santiago Arias de Cabrera e Montenegro que desde 1767 e até 1805 esteve a cargo de *Partido* de Río Cuarto⁵⁴. Em 1772 trasladada a sede paroquial ao oratório de “La Esquina”, e ali foi recenseado em 1778⁵⁵. Este lar, cotejado com os demais de Río Arriba, era uma das casas mais significativas, dado que contava com vários escravos e dependentes.

⁵⁰ Barrinuevo Imposti (1986: 33)

⁵¹ A.H.P.C. Registro Notarial N° 1. Año: 1759 copia em Seminario Mayor. Cajas Padre Fassi.

⁵² Estes eram espaços do Curato de Río Cuarto limítrofes do Curato de Calamuchita.

⁵³ Censo 1778. Casa N° 69.

⁵⁴ Santiago Arias de Cabrera e Montenegro (1740-1805) filho de Juan Luis Arias de Cabrera e Gutiérrez e de Bernardina Montenegro, era tataraneto do General Jerónimo Luis de Cabrera III. Estudou no Colégio de Nossa Senhora de Monserrat e na Universidade de San Carlos, onde recebeu-se o título de Dr. em Teologia em 1764. Ordenado Sacerdote seu primeiro destino foi o Curato de Traslasierra como Tenente Cura entre os anos 1765-1766. No ano seguinte, encontrou-se em Río Cuarto de Cura Ajudante, até que em 1769 ocupou o cargo de Cura Vicário do Partido de Río Cuarto. (Mayol Laferrère, 1980: 23)

⁵⁵ Censo 1778. Casa N° 220. Tinha a seu cargo um notário, natural de Chile, seis escravos, cinco índios e uma família agregada com cinco membros. Isto mostra o tipo de unidade doméstica na que havia vários escravos e dependentes no mesmo fogo.

Antônio Bricio Arias de Cabrera e Caceres, outro bisneto de Juan Arias de Cabrera, (ou 8 geração na descendência direta do fundador) era originário do lugarejo de Río dos Sauces e vincula-se por matrimônio com María Catalina de Acosta e Sosa de reconhecida família do espaço de Calamuchita. Depois da fundação do povo da Concepción, traslada-se a Río Cuarto, doou terrenos onde edificaram a vila e foi incluído entre os primeiros povoadores⁵⁶. Desempenhou-se na administração pública, como Juiz o Alcalde Pedáneo entre 1795 a 1797 antes da ereção do Cabildo. Como militar atuou como Capitão de Urbanos nas Milícias da Concepción desde 1794 a 1811 Foi Procurador em 1808 e também foi em 1810 designado Regedor Defensor de Menores. Era proprietário da Estância “El Espinillo” na banda sul do río Cuarto, próximo ao lugarejo de San José⁵⁷. No censo de 1813, entando, Catalina Acosta encontra-se viúva junto a seus filhos e demais dependentes.

Neste registro, também, localizam-se outros fazendeiros como Estaban Arias e na jurisdição de La Carlota, Cosme Arias, oriundo de El Cano e Juan Antonio Arias de Cabrera originário de Córdoba. Com este sobrenome figuram também famílias de pardos que baixam das serras.

Os Arias de Cabrera, como o resto das famílias hegemônicas da zona, utilizaram ao matrimônio como uma estratégia para estabelecer alianças familiares que lhe permitiram manter o controle econômico e social na região. No caso específico desta família encontra-se vinculados aos Molina Navarrete, Acosta, Echeverría, Sosa, Arias Montiel, e os Echenique, entre outros⁵⁸. Conformam-se assim uma rede parental que gera mecanismos solidários entre os mesmos.

Como diz Gonzalbo e Rabel (1994), muitas famílias na América Latina e na Espanha do antigo regime fundamentaram sua prosperidade material sobre os laços familiares. No obstante *“aos crioulos americanos de primeira e segunda geração faltou-lhes capacidade para o mando, flexibilidade para se acomodar a diferentes situações e habilidade para triunfar como empresários”* (1994: 31). Tal foi o caso particular da região

⁵⁶ A.H.P.C. 1797.Expediente sobre a fundação de Río Cuarto. A.H.P.C. Tribunales. Escribanía Nº 1. Leg. 53. Exp. 7. Outorgam-se-lhe três sítios, para se radicar com sua mulher, três filhos, um escravo e seis agregados, com um capital de 200 cabeças de gado

⁵⁷ Mayol Laferrère (1980: 19 y 20)

⁵⁸ No Censo de 1813 localizara-se em San Bartolomé, María del Rosario Arias de Cabrera já viúva com seus filhos e demais dependente de sobrenome Echenique.

de Río Cuarto. Embriagado pelo móvel da conquista e da expectativa de recuperação rápida do capital invertido, Jerónimo Luis de Cabrera II⁵⁹ (3^a. Geração do Conquistador) solicitou um empréstimo, hipotecando as terras da região o que levaria à ruína de seus herdeiros.

No período colonial tardio, explica Susan Ramírez (1993:53), a mística que rodeava os principais fazendeiros em certas regiões ocultava a realidade da declinação de suas fortunas e trasladava constantemente suas dívidas para seus herdeiros o que levaria à bancarrota da família. Situação que se comprova no trabalho de Barrionuevo Imposti para a região

*“...a costa de un fuerte endeudamiento, apenas superado por su inmensa ilusión aprontó gente, bestias, armas, enseres y vituallas al por mayor para el descubrimiento poblazón y conquista de la Provincia de los Césares. Tres años le llevó preparar aquella expedición en la que dispendió su opulenta fortuna”.*⁶⁰.

Como em outras regiões coloniais, no século XVII há uma decadência das linhagens espanholas, participantes na conquista, pelo que a afluência de novos migrantes tanto de linha feminina ou masculina continuavam ostentando o prestígio ou avoengo herdado dos antepassados conquistadores. Em todo caso a permanência o a extinção dos linhagens fundadores pode-se relacionar com as estratégias familiares utilizadas para a manutenção e transmissão do patrimônio logrado.

Outra família que se constituiu partindo da comitiva fundadora que acompanhara Cabrera foi os **Molina Navarrete**. A importância da mesma esteve desde o começo ao ocupar dom Juan de Molina Navarrete distintos cargos políticos no Cabildo de Córdoba. Seus descendentes seguiram mantendo um lugar destacado no governo colonial, não somente como cabildantes, senão também como militares. Os fazendeiros também incorporaram-se à milícia, porque o prestígio militar também era um importante signo de

⁵⁹ Jerónimo Luis de Cabrera II (3^a geração do conquistador) realizou a expedição dos Césares em 1622, participou na guerra contra os grupos índios Calchaquíes em 1631-33, foi Governador do Río da Prata em 1641 e Governador do Tucumán em 1660. Esgotando seus recursos próprios solicitou um empréstimo ao Mosteiro de Santa Catalina de Siena em Córdoba e hipotecou em 1641 suas propriedades de La Lagunilla, Costasacate, San Bartolomé e Río Cuarto (Ver Capítulo II).

⁶⁰ (1986: 17)

pertença à elite local. Era, mais que meio de defesa, uma oportunidade de mostrar superioridade.

Como Capitão, Francisco de Molina Navarrete e Garay transformou-se num ator social importante pela sua aliança matrimonial em meados do século XVIII com os Fernández Montiel ou Arias Montiel, família oriunda de Santa Fé que havia-se estabelecido em Tegua desde o século XVII. Este enlace permitiu aos Molina transformarem-se, desde então, em um dos principais fazendeiros da zona. Os Montiel tinham comprado as terras do Tala onde povoou uma estância dedicando-se a criar gado, e utilizando como aguada os pequenos arroios e a vertente natural denominada Ojo de agua de Tegua⁶¹. Dos nove filhos de Francisco de Molina Navarrete e Garay com Doña Vicenta Arias Montiel e Sosa, identificaram-se no censo de 1778 a José Luis de Molina, José Marcos Molina e sua irmã Francisca Vicenta Molina⁶².

Dom José Marcos Molina Navarrete recebeu em herança por ser filho menor a estância e capela do Rosário de Tegua, a qual vende a seu irmão maior José Luis Molina no ano 1786⁶³. Embora figure integrando a lista dos primeiros povoadores da vila da Concepción de Río Cuarto, não solicitou terras para se radicar⁶⁴. Contou em 1801, porém, com o cargo de Alcaide da Santa Hermandad do Cabildo de Córdoba⁶⁵

Também chegaram a este espaço famílias crioulas oriundas de outros espaços coloniais no transcurso do século XVII e XVIII que se dedicaram a atividades agropecuárias. Muitas das mesmas formaram grupos familiares de importância, cujos membros vincularam-se ao poder colonial tanto na ordem política como econômica e religiosa.

⁶¹ Mayol Laferrère. *Historia Antigua de la Capilla de Tegua. Siglos XVII y XVIII.* (1976).

⁶² Mayol Laferrère *Linajes Pobladores del Valle de Tegua: Los Molina Navarrete.* (s/f) Trabalho inédito. O fogo de dom José Luis estava constituído por sua esposa dona Liboria Alvarez e quatro filhos. Também registraram-se na mesma casa seu irmão José Marcos Molina. Integravam a vivenda ademais oito escravos mais 15 dependentes e uma família agregada composta por quatro membros. Censo 1778: Casa Nro 35.

⁶³ Mayol Laferrère, *idem*

⁶⁴ Barrionuevo *Imposti* (1986: 82). Não encontra-se registrado no Expediente sobre a fundação de Río Cuarto. A.H.P.C. Tribunales. Escribanía 1. Leg. 53. Exp. 7. Ano 1797.

⁶⁵ Moyano Aliaga, Alejandro, *Don Jerónimo Luis de Cabrera y sus descendientes (Siglos XVI-XVIII).* Córdoba, marzo de 2000. Trabajo Inédito.

Em fins do século XVII, o alferes Miguel **Fernández Montiel**, que declara vir de Santa Fé, compra ao General dom Jerónimo Luis de Cabrera (III) terras no lugarejo de El Tala (Tegua) e ali se estabelece⁶⁶. Desconhece-se os motivos pelo qual o alferes (filho do Sargento Mayor Ignacio Fernández Montiel e de doña Josefa de Quiñones) desloca-se desde o espaço colonial santafesino ao cordobés.⁶⁷

No ano de 1689, no inventario dos bens do General de dom Jerónimo Luis de Cabrera III indica-se que o mesmo havia vendido a Fernández Montiel um pedaço de terras no lugarejo de “El Tala” (Tegua). Por vontade testamental de seu pai Miguel Fernández Montiel edifica uma capela em honra a Nuestra Señora del Rosario⁶⁸. Seus descendentes, com o tempo, deram grande prosperidade à estância do Rosário, lugar de cria mular. E alguns deles deslocaram-se para a Vila da Concepción, logo após sua fundação, e atuaram no *Cabildo*.

Em 1778 localizam-se três casas de sobrenome Montiel, só uma proprietária de escravos. A propriedade da Estancia já tinha sido traspassado à família dos Molina. Para 1813, encontram-se 9 famílias de fazendeiros na região com o sobrenome Montiel, mas somente Domingo Montiel casado com Transita Argüello era proprietário de escravos. Por outro lado, a Estancia do Rosário de Tegua tinha sido traspassada aos Molina.

A família **Argüello** encontra-se estabelecida desde fins do século XVI na cidade de Córdoba se integrando aos principais cargos cabildantes da época e às ocupações religiosas. Os Argüellos estabeleceram-se na região do Río Cuarto desde o século XVII, mas somente adquiriram propriedade da Estância de Las Peñas em 1730, quando pagou-se o censo (hipoteca) ao convento de San Francisco de Córdoba.⁶⁹ O adquirente foi dom Juan

⁶⁶ El alferes Miguel Fernández Montiel nasceu em Santa Fe da Veracruz na primeira metade do século XVII. De linhagem de conquistadores presume-se, no dizer de Mayol Laferrère, filho natural do Sgto My. Inácio Fernández Montiel e de dona Isabel Arias da Parra (1976) Mayol Laferrère (1976), Baggini (1999)

⁶⁷ Em sua cidade natal conheceu a Dom Jerónimo Luis de Cabrera y Saavedra (III) proprietário que era da região pois de seus maiores tinha recebido “as chácaras de Santa Fé e fazenda do Paraná” (A.H.P.C. Protocolos Notariales, Registro N° 1. 1698-91, f. 116).

⁶⁸ Esta capela foi importante no decorrer do século XVIII e XIX já que se transformou num foco de evangelização ao ter o grau de Vice-paroquia do Curato de Río Cuarto. A atual capela foi uma segunda construção realizada pelo Sargento Major José Arias Montiel (neto do alferes) a meados do século XVIII, com modificações realizadas pelos padres franciscanos durante o século XIX.

⁶⁹ A *merced* de Las Peñas, que apesar de ter sido outorgada a Jerónimo Luis de Cabrera já em 1620, estava em posse da Família Argüello. Em 1669, a *merced* passa a mãos de Francisco de Cabrera e Velazco, o que impõe uma hipoteca a favor do Convento de San Francisco, e ao não poder pagar seus interesses perde a

de Arguello e Baigorri, o qual teve uma destacada atuação como militar na fronteira do Leste, como Governador de Armas dos Presídios e Fronteira de “El Tío”. A partir de 1750, dom Juan recebe o poder das monjas Catalinas para fazer-se cargo das vendas das terras do Río Cuarto, mais precisamente entre El Tambo e Reducción, por ser “*persona muy práctica de aquellos lugares*”⁷⁰. Pode-se supor que esta medida deveu-se a que a família estava vinculada ao Clero regular: seu irmão era sacerdote e reitor do Colégio Real de Córdoba. No entanto sua posição social consolidou-se ao se casar com dona María Sinfrosa de Tejada e Ledesma, descendente do conquistador Tristán de Tejada, o qual tinha também participado na expedição fundadora⁷¹.

No recenseamento de 1778 na unidade doméstica do Capitão dom Manuel de Argüello, filho do Capitão dom Juan de Argüello, morava junto a sua mulher María Rosa Molina, seus sete filhos, 7 escravos e outros 25 dependentes. Ele tinha herdado a Estancia de Las peñas. Na casa de seu irmão, o Mestre de Campo dom Andrés de Argüello junto a sua mulher Teresa Mendez, habitavam um total de 52 pessoas, sendo proprietário de 19 escravos, o que mais possuía em toda a região. Em 1813, como descendente de esta família, localiza-se Juan de Arguello, fazendeiro espanhol, solteiro de 30 anos de idade.

Os **Soria Medrano** radicaram-se nas terras de Río Cuarto em meados do século XVIII. Ignacio de Soria e Medrano, vizinho morador da cidade de Córdoba, Sargento Mayor, estabeleceu-se no lugarejo da Capela da Estância Río Cuarto, primeiro como arrendatário e logo como proprietário adquirindo a Estancia de La Lagunilla na banda sul e a estância Sampacha⁷². Tinha a cargo a custódia da fronteira de Río Cuarto e participou em várias entradas a terras indígenas.

propriedade passando à ordem religiosa. Logo, a ordem a transfere ao Capitão Clemente de Otañez. A sua morte e não podendo se pagar o “censo” passa novamente ao convento e fica definitivamente em mãos dos Arguello em 1730. La estância foi herdada por seu filho Manuel de Arguello. (Antelme, 1997: 105-106)

⁷⁰ A.H.P.C. Registro Notarial N° 1. Inventario 134. Año 1751. Folio 152-156

⁷¹ A filha maior de Tristan de Tejada, de sete irmãos, Leonor de Tejada, contraiu matrimônio com Manuel de Fonseca Contreras, rico fazendeiro e encomendero de Calamuchita aportando um dote considerável ao matrimônio. Não tiveram filhos e no testamento de doña Leonor doou sua fortuna para fundar um convento de mulheres para descargo sua consciência fundamentalmente para “*doncellas huérfanas, hijas de conquistadores*” que não tinham dote para se casar ou que não podiam fazer senão era “conforme a seu rango. Surgiu assim o Convento de Santa Catalina de Siena a inícios do século XVII. Este convento ficou em posseção as terras do Río Cuarto, logo foram arrendadas e a meados do século XVIII as venderam (ver Leonor de Tejada, En Lucía Galvez: 1990: 181 a 209)

⁷² A.H.P.C. Registro Notarial N° 1. Inventario 152. Año 1779. Folios 462-466.

Para 1778 localizou-se a casa da viúva de Ignacio de Soria, Juana Correa de Lemos junto a seu filho Guadalberto Soria, 5 escravos e outros cinco dependentes. Limitando à mesma localiza-se o lar de seu filho Juan Jph Soria, junto a sua mulher Gregoria Bracamonte, um filho e um escravo. Continua a casa do Capitão Francisco Guerra casada com María de Soria, junto a 8 filhos, 3 escravos e 2 agregados. E casa do meio a viúva do primogênito dos Soria já também falecido Baltazar de Soria Medrano, Eugenia Bracamonte, 4 filhos e um escravo.

Quando foi fundado o povo da Concepción (1786) o governador-Intendente Sobre Monte dispôs que a casa de Juan Gualberto Soria, filho do Sargento e de Juana Correa, fosse a sede do forte designando-o a este como seu Comandante e comissionando-o para a formação do povo. Em 1794, Juana Correa, juntamente com seus filhos Juan José, María e sua nora Pascuala Ojeda viúva de Juan Gualberto Soria (1778) doaram terrenos para a fundação da Vila da Concepción, onde assinalaram seis sítios⁷³. Os integrantes da família Soria tinham certa fortuna. Dona Juana Correa, viúva de Ignacio de Soria tinha em 1794, 4 escravos e 500 cabeças de gado. Sua filha, María de Soria Medrano, viúva do Capitão Francisco Guerra tinha assinalado seis sítios para si e seus filhos (4 varões e 6 mulheres), 5 escravos e 700 cabeças de gado. Seu irmão dom Juan José Soria era o que menos capital tinha dado que contava com quatro sítios, dois escravos e quatrocentas cabeças de gado. Os membros desta família apesar de serem os protagonistas principais no processo fundacional da Vila, não possuíram um forte poder político no Cabildo⁷⁴.

Para 1813, localizam-se nas terras de Río Cuarto José Luis de Soria e Bracamonte como fazendeiro junto a sua mulher e 5 de seus 6 filhos. E também os filhos de Juan Guadalberto de Soria e Medrano, Juan Luis de Soria e Ojeda, solteiro, de profissão fazendeiro e Marcelino de los Santos Soria e Ojeda com sua mulher María Florencia Díaz da Torre e Acosta, junto a seus três filhos.

O sobrenome **Garay**, que tem sua origem no conquistador de Santa Fe -Juan de Garay-, faz-se presente na região desde o início da Conquista. O Governador Jerónimo

⁷³ A.H.P.C. Expediente sobre a Fundação de Río Cuarto. (1797).

⁷⁴ Somente encontramos a Marcelino Soria, filho de Juan Gualberto Soria, desempenhando-se como Regidor Defensor de Pobres em 1810 e Regidor Defensor de Menores em 1819 e a Juan Luis Soria Regidor Decano

Luis de Cabrera II (2da geração) tinha-se casado com sua prima Isabel de Garay e Arias de Saavedra o que significou no dizer de Anibal Montes, a “*fusão das dos más poderosas famílias da conquista espanhola em esta parte de América*”⁷⁵.

Isto mostra uma vez mais a prática de outras regiões, dado que o casamento entre descendentes de conquistadores foi considerado como uma regra geral (Gozalbo Aispuru, 1994: 330). Assim, os Garay encontram-se na região no século XVIII como dom Pedro José Garay que foi o recenseador no setor de Río Arriba, com título de Ministro Cuadrillero de la Santa Hermandad, ocupando logo um cargo militar: Comandante do fortim de San Bernardo. Seu primo, Inocencio Garay, foi soldado partidário em Punta del Sauce e na guarnição do forte de Santa Catalina. Os dois afincaram-se na Vila da Concepción recebendo os benefícios acordados aos primeiros povoadores⁷⁶. Também uma descendente dos Garay, dona Petrona Isabel de Garay, casou-se com Narciso Bengolea. No censo de 1813, Isabel Garay figura como viúva de profissão fazendeira.

3.1.2. DESCENDENTES DE ESPANHÓIS QUE CHEGARAM A CÓRDOBA NO SÉCULO XVII E PRINCÍPIOS DO XVIII

Desde o final do século XVII e princípio do XVIII, famílias espanholas, fundamentalmente bascas, que chegaram à jurisdição de Córdoba tiveram uma rápida ascensão social ao se dedicar às atividades comerciais e ingressar nos grupos de poder nesse momento. Estes novos vizinhos integraram-se às famílias da elite tradicional cordobesa chegando até ocupar cargos políticos. Desde essa posição estas famílias implementaram medidas que favoreceram suas atividades econômicas, mas foram reticentes ao participar em ajudas econômicas ou militares requeridas pelas autoridades superiores.⁷⁷

em 1817. Barrionuevo Imposti (1986: 170). Actas del Cabildo de la Villa de la Concepción del Río Cuarto 1798-1812.

⁷⁵ Montes (1953: 8)

⁷⁶ Barrionuevo Imposti (1986: 72 a 80)

⁷⁷ Sobre as relações destes novos grupos com a elite tradicional cordobesa pode-se consultar a Punta (1997: 251 a 258)

La família **Echenique** originária de Bidasoa foi de grande prestígio na Espanha, segundo expressam os genealogistas consultados⁷⁸. O ramo argentino chegou a Córdoba por via do Peru e começou a intervir nos sucessos da época. Por aliança matrimonial adquirem parte das terras da merced dos Cabrera. Seus descendentes ocuparam postos políticos importantes no Cabildo cordobés como também cargos religiosos e militares.

Embora estabelecidos na região de Río Cuarto, a família Echenique continuou mantendo vínculos em Córdoba onde atuou na vida política do momento. Os personagens mais importantes foram don Juan Agustín de Echenique e Cabrera o qual desempenhou-se como Mestre de Campo, Regidor e Depositario Geral; Dom José Gerónimo Santiago de Echenique e Cabrera, Mestre de Campo, Regidor Proprietário e do Santo Ofício, Dom Jerónimo Luis de Echenique e Cabrera, Mestre de Campo, Alcalde Major Provincial da Santa Irmandade, Familiar e Alguacil Major do Santo Ofício e Gregorio Silvestre de Echenique e Cabrera, Maestre de Campo; todos filhos da aliança Cabrera e Echenique, os quais monopolizaram as atividades comerciais de Córdoba e as complementaram com suas práticas pecuárias. Também estiveram intimamente vinculados à Igreja, dado que foram prestamistas da instituição, exercendo também importantes cargos eclesiásticos⁷⁹.

O prestígio desta família reconhece-se através das distintas alianças matrimoniais celebradas entre eles e outros grupos de poder tanto de nível intra-regional como inter-regional. No primeiro caso, os Echenique e Cabrera vincularam-se com os Molina Navarrete, os Arias de Cabrera, os Garay, os Acosta. No segundo caso, os casamentos que se mantiveram com membros da elite cordobesa como a família Isasi, Noble Canelas, a elite catamarqueña como os Villafañe e a elite santiagueña como os Uturbey⁸⁰. Neste caso, pode-se colocar com certa precisão, que se esta frente a uma família de elite colonial (ver Anexo I e II).

⁷⁸ Lascano Colodrero (1969: 199)

⁷⁹ Dom Gregorio Silvestre de Echenique e Cabrera foi no decorrer da primeira metade do século XVIII um importante prestamista, cujo raio de ação era sumamente amplo, intervindo com transações comerciais tanto em Salta como no porto de Buenos Aires. A.H.P.C. Registro Notarial N° 1. Inventários vários

⁸⁰ Por exemplo, a aliança intra-regional entre os Echenique e Cabrera e os Molina Navarrete origina-se com o matrimônio entre Juan Agustín de Echenique e Cabrera e dona María Josefa de Molina Navarrete em 1716; a aliança entre José Jerónimo Santiago de Echenique e Cabrera com Bartolina de Garay; o casamento inter-regional entre Juana María Luisa de Echenique e Molina com Juan Bautista de Isasi em 1752; Por sua parte Catalina de Echenique e Cabrera casa-se com dom Manuel Nobles Canelas em 1716; Gregorio Silvestre de Echenique e Cabrera contrai núpcias com Margarita de Villafañes, originária de Catamarca; Jerónimo Luis de Echenique e Cabrera casa-se com Josefa Uturbey, de Santiago del Estero (Lascano Colodrero: 1936)

Outras famílias que chegaram desde fins do século XVII e fundamentalmente no XVIII, procuraram estabelecer vínculos com os descendentes de conquistadores. Aquelas pretendiam possuir terras, em parte pelo prestígio que lhes conferia mas também procuravam dar novos impulsos às fazendas para obter novos ganhos.

Na região de Río Cuarto, estas famílias dedicaram-se a uma das atividades econômicas mais importantes como foi a produção e o comércio mular na zona serrana, fundamentalmente nas estâncias que receberam por herança como foram as de San Bartolomé, Piedra Blanca, Las Tapias e Rodeo Viejo⁸¹.

Para 1778 foram localizados formando uma pequena unidade doméstica: José Gabriel de Echenique e Molina junto a seu filho José Urbano de Echenique e de Las Casas. Urbano de Echenique casado com María del Rosario Arias ficou proprietário da Estância de San Bartolomé. Em 1800 contava com um escravo, uma casa na cidade de Córdoba, dinheiro efetivo, cabeças de gado bovino e ovino e também gado menor⁸². No recenseamento de 1813 localiza-se unicamente a viúva de Urbano Echenique como fazendeira com seus 2 filhos sendo um lavrador e o outro comerciante, uma filha, seguido de três escravos e nove dependentes em San Bartolome. Também registrou-se seu primo Santiago de Echenique com sua mulher Petrona Becerra e seus filhos em Las Tapias.

Outra família importante na região foram os **Irusta**. Domingo Irusta, oriundo de Vizcaya, estabeleceu-se em Córdoba a fins do século XVII servindo nas milícias de Córdoba. Ele deu origem à família-tronco dos Irusta. Seus descendentes deslocam-se para a região de Calamuchita, e posteriormente estabelecem laços parentais com os Montiel e avizinham-se no setor de Tegua. José Asencio de Irusta e Tello, quem participa no reconhecimento do Quinto em 1773, afina-se no Saucesito, teve filhos (2ª geração) que se encontram distribuídos nos distintos setores de Río Cuarto segundo o registro de 1778. No Saucesito, localizaram-se as casas de José Domingo Irusta e Montiel, o qual tinha comprado terras ao Mosteiro de Santa Catalina na banda norte do arroio de La Lagunilla. A família Irusta era proprietária de terras e uma pequena proporção de escravos que se

⁸¹ A.H.P.C. Registro Notarial Nro 1. Inventários vários.

⁸² Archivo Histórico Municipal Río Cuarto. (A.H.M.R.C.) Documentos del Extinguido Cabildo, Serie Juzgado, Echenique, Urbano. Inventario, tasación y partición de sus bienes. Caja 6. Exp. 9. Año 1800. Por

assentaram na zona de Tegua, e posteriormente distribuíram-se por distintos setores da região. Tinham certo status e riqueza, mas não se vincularam com o poder político.

Um descendente desta família casa-se com Catalina Freytes. Da família **Freytes**, não se tem podido estabelecer sua procedência. No entanto, sabe-se que o Capitão Freytes e Mendoza adquire a estancia do Tambo ao Mosteiro de Santa Catalina⁸³. No registro de 1778 há 14 unidades domésticas sob o sobrenome Freytes, a maioria pertence a mulheres, quatro na planície e os restantes na serra. Quase todos destes lares possuíam escravos embora em número reduzido, até três. Foi Casimiro Freytes, neto do Capitán Joseph Freytes, quem herdou as terras no lugarejo La Esquina. Ele figura entre os primeiros povoadores da vila⁸⁴. Por outro lado, também ocuparam cargos no cabildo da Vila. (Ver Anexo III)

No que tange à família Acosta, Andrés Francisco **Acosta**, natural de Cádiz, chegou a Córdoba e comprou terras no Sauce. Este avizinha-se com sua família no vale de Calamuchita, *partido* vizinho de Río Cuarto. Nomeado Capitão resguarda as fronteiras de Río Cuarto e realiza entradas pela fronteira do leste. Entre seus descendentes situam-se parentes que chegaram a possuir importantes cargos religiosos, civis e militares.

Esta família foi incluída entre as que foram povoar a Vila da Concepción e adquiriram terras no río Cuarto, ocupando postos chaves no Cabildo da vila. A pesar de não se encontrar no registro de 1778, já em 1784 o Sargento Mayor dom José Vicente Acosta e seu irmão Andrés Angel (3 geração) figuram na lista das novas famílias que projetaram se instalar no povo a se formar. Em função disso, foram incluídos entre os primeiros povoadores.

Este é o caso de uma família que se traslada da serra talvez em procura de maior riqueza e de prestígio. Andrés Angel Acosta encontra-se adquirindo terras no arroio de Santa Catalina. Sob o título de Juiz ou Alcalde de Pedáneo, junto ao Comandante de Milícias, Ventura de Echeverría praticou a repartição e distribuição de solares na Vila.

este documento pode-se observar que tanto o gado como a mão-de-obra escrava era muito mais importante que a propriedade da terra.

⁸³ Mayol Laferrère (1981: 3) e Barrionuevo Imposti (1986: 74).

Também participou na confecção do novo recenseamento dos povoadores. Nestes documentos estão assentados os nomes dos primeiros povoadores “espanhóis” ou descendentes dos mesmos do centro urbano. Em tal recenseamento encontra-se primeiro na lista com sua mulher 9 filhos, 5 escravos, 17 agregados e com um capital de 300 cabeças de gado. Tinha-se casado com Josefa Arias Cabrera (descendente do linhagem do fundador de Córdoba). A ele foram-lhe outorgados 8 sítios, a única quantidade maior dada. Dom Andrés Angel Acosta ocupou cargos políticos na Vila, foi Regidor Decano em 1798 e em 1802 Alcalde Ordinário⁸⁵.

El Sargento Mayor José Vicente de Acosta, irmão do anterior, o qual estava a frente das milícias calamuchitanas que acudiam a defender a fronteira de Río Cuarto, também foi incluído na lista dos povoadores da vila. Comprou uma extensão de terra em 1801. Seu filho maior José da Presentación Acosta e Sosa, oriundo de Córdoba, contraiu matrimônio com dona Pascuala Ojeda, oriunda de San Luis, viúva de Juan Gualberto de Soria Medrano, que tinha falecido em 1788. Gozava de uma sólida posição econômica e social pelos bens aportados por sua esposa ao matrimônio⁸⁶. Em 1798, foi Aguacil maior do Cabildo da Concepción e no 1800, Alcalde Ordinário. Em 1807, desempenhou-se como Regidor Fiel Ejecutor e interinamente como Procurador e Alcalde Ordinario. Também em 1810 exerceu o ofício de Regidor Decano⁸⁷

A família **Bengolea**, originária da região basca, estabeleceu-se em Córdoba no começo do século XVIII, desenvolvendo um importante trabalho militar político e religioso. A linha dos Bengolea estabelecida em Río Cuarto corresponde aos descendentes de dom Silverio de Arrenga e Bengolea e de dona Catalina de Argüello. Seus filhos localizaram-se nos distintos setores de Río Cuarto. No caso de dom Francisco de Bengolea e Argüello assenta-se em Punta del Sauce desempenhando atividades militares. Teve o

⁸⁴ Em 1797 aceitou dois sítios da vila, tinha três filhos, três escravos, dois agregados e contava com 500 cabeças de gado.

⁸⁵ A.H.P.C. Tribunales, Escribanía 3. 1797 Leg. 52. Exp.7.

⁸⁶ Idem. El registro levantado em 1794 figura convivendo com sua esposa, três filhos, quatro escravos, dez agregados e dois mil cabeças de gados. O maior caudal de bens de todos os povoadores. No reparto obteve seis sítios.

⁸⁷ Em 1804 envia carta ao Governador solicitando que se lhe outorgara algum salário para continuar com o serviço que lhe ocasionava os gastos de hospedagem e alimentação dos índios que entravam na Concepción com fins de comércio. O Cabildo lhe concede mais terrenos ao ano seguinte. No dizer de Mayol Laferrère, “*sus ambiciones de propietario no parecen colmarse nunca. En efecto, contemporáneamente, litiga con doña*

cargo de Tenente e Capitão no Partido de Calamuchita com anterioridade a 1770 e a partir dessa data figura como Mestre de Campo de Reformados na zona onde se estabelece. Também desempenha atividades vinculadas à pecuária agro, dado que em 1750 compra terras ao convento de Santa Catalina de Siena e reordena a estância de San Bernardo que tinha pertencido a dona Isabel de Cabrera e Velazco⁸⁸. Neste lugarejo conhece-se a existência da Capela de San José que serviu como núcleo espiritual para a “evangelização”.

Dentro de seus descendentes, o mais importante para a região foi dom Narciso de Bengolea e González Carriazo, que teve uma destacada atuação em várias entradas ao território dos indígenas. Também, este personagem compra terras no setor Teguas-Las Peñas. Casou-se com Isabel de Garay, deu origem a uma nutrida família (teve 11 filhos) se transformando em um dos donos de terras mais importantes na região da década do 80 do século XVIII⁸⁹. Seu irmão, Silverio de Bengolea, foi morto pelos índios numa invasão que fizeram ao Río Cuarto, oportunidade em que se levaram a três filhos em *cautiverio*, mataram a um de poucos meses e arrasaram com toda a fazenda que encontraram⁹⁰.

No registro de 1778 localizam-se sua filha Maria Isabel Bengolea de Garay casada com dom Juan José Abaca, com dois filhos, 7 escravos e dois mulatos livres. Desempenhou importantes cargos políticos e militares nos Cabildos da Vila da Concepción e da Vila de La Carlota. Foi Regidor Decano no Cabildo da vila de La Carlota antes de ser designado em 1815 Comandante do Forte de Santa Catalina.

Apesar de estarem instalados desde princípios do século XVIII na cidade de Córdoba, os **Berrotarán** não chegaram a ocupar um rol importante na região até que dom Juan Domingo de Berrotarán e Carricaburu casa-se com María Mercedes de Allende e Villamonte, instalando-se em Las Peñas a partir de 1754. Este matrimônio com um das famílias mais tradicionais de Las Peñas, permitiu aos Berrotarán deter um poder econômico importante que será complementado com os cargos políticos que ocuparam no Cabildo da Vila da Concepción a começos do século XIX.

Juana Correa de Lemos (madre de Juan Gualberto Soria) por los derechos que se le atribuye a los terrenos continuos al fuerte (1975: 23 y 24).

⁸⁸ A.H.P.C. Registro Notarial N° 1: Inventário 149, ano 1750. Folio 115.

⁸⁹ Lascano Colodrero (1936-1969)

⁹⁰ A história de Francisca de Bengolea, uma dos filhos de Silverio Bengolea, foi relatada no capítulo 1, página 53

Dentro desta família, destaca-se dom Gregorio Manuel de Berrotarán e Allende (filho de dom Juan Domingo de Berrotarán e Carricaburu e de María Mercedes de Allende e Arguello), que recebe de sua mãe em 1798, por disposição testamentária, a estância de Las Peñas. De profissão fazendeiro –segundo o censo de 1813- ocupou no Cabildo e na Vila da Concepción distintos cargos. Em 1801 foi Alcalde Ordinário, em 1812 Regidor Fiel Ejecutor e em 1817 Alcalde Ordinário.

Diferentemente das outras famílias cujos ancestrais provinham do “espaço peruano” estabelecendo-se na jurisdição de Córdoba del Tucumán, os **Echeverría** chegaram da região *bonaerense*.

O Mestre de Campo dom Ventura de Echeverría oriundo de Buenos Aires em 1718 passou a meados do século XVIII à cidade de Córdoba, na qualidade de “mercador tratante” (termo aplicado aos que traficavam com gêneros)⁹¹. É provável que se haja vinculado rapidamente com a estrutura de poder de Córdoba. Em 1761 foi nomeado Juiz Sub-delegado na divisão de terras do Cano, Calamuchita, e desde 1765 encontrava-se atuando em atividades militares no Presídio de *Punta del Sauce*, primeiro substituindo a dom Miguel de Arrascaeta e posteriormente a Ventura de Montoya.

A partir de 1776 e até 1791 foi comandante da Fronteira do Sauce desde onde realizou uma série de incursões aos índios ranqueles. Posteriormente avizinhou-se na Vila da Concepción e tomou o cargo de comandante de Milícias da Concepción e San Bernardo, motivo pelo qual gozava de direitos e prerrogativas ao ser designado pelo Governador Intendente de Córdoba del Tucumán, Marqués de Sobre Monte, como encarregado de repartir os solares para o estabelecimento das famílias que iam a povoar a vila, concedendo-se 4 sítios no reparto⁹². Sua vida política concluiu em 1799 quando desempenhou o cargo de Síndico Procurador do Cabildo de la Villa de la Concepción. Sua posição social consolida-se ao contrair matrimônio com dona Antonia Arias de Cabrera e

⁹¹ Mayol Laferrère, 1981

⁹² A.H.P.C. Tribunales, Escribania 1, leg. 52, Exp. 7. Año 1797

Cáseres, descendente de uma das famílias mais representativas nos vínculos sociais da colônia⁹³.

Esta descrição realizada permite considerar que na região de Río Cuarto, como em outros espaços coloniais, mantinha-se no limite do império, a hierarquia própria da época⁹⁴. Os donos de propriedades no século XVIII eram geralmente de ascendência espanhola e a eles estavam reservados os cargos públicos, proibidos aos demais grupos por legislação. As pessoas racialmente mistas, isto é, as chamadas *castas*, estavam sujeitas à incapacidade legal, embora os indivíduos de pele mais clara podiam superar os impedimentos legais obtendo postos baixos no *cabildo*. Estes, por sua vez, tinham um status social mais elevado que mulatos e zambos.

Como em outras regiões da América, os espanhóis além de serem os proprietários da terra, e de possuir cargos públicos, tinham cargos nas corporações privilegiadas da época, como na igreja e no exército, o que lhes permitia aumentar seu prestígio.

Eram os fazendeiros que controlavam os recursos produtivos nas regiões em que estavam localizadas suas propriedades. Conformavam assim a elite que ao concentrar prestígio, riqueza e poder na região, tomavam decisões políticas sobre a mesma.

Esta elite assumiu posições de mando na milícia da fronteira e foi integrante do *Cabildo* das vilas fronteiriças. O cargo militar que se reservava, como em outros espaços americanos, era o de Sargento Maior para acima. O título militar dava posição na hierarquia e aumentava o prestígio da pessoa na comunidade.

Do mesmo modo que em outros espaços americanos, foi estabelecendo-se um estreito vínculo entre os espanhóis proprietários da região. Aqui também o matrimônio entre primos era uma estratégia para consolidar patrimônios, preservar a riqueza e manter ou elevar a condição social da família, pelo que os distintos ramos integravam-se a partir do parentesco e consideravam-se parte da mesma família. Também o matrimônio era útil

⁹³ De seus sucessores o mais importante foi, sem dúvida, seu neto dom Juan Gualberto Echeverría e Ferreyra, militar Comandante General da Fronteira Sul em 1821. Envolveu-se nas Guerras Cívicas em princípios do século XIX, situação que o levaria ao seu fuzilamento em 1831.

para alianças entre fazendeiros e comerciantes enriquecidos, vínculo que favorecia ambas as partes. Estes aportavam capital, enquanto as famílias distinguidas, as descendentes diretas dos conquistadores da zona, aportavam o prestígio e a tradição. Os primeiros ingressavam no círculo da elite colonial e os segundos recuperavam riqueza.

Os que não puderam estabelecer nenhuma aliança ou ficariam menos favorecidos no reparto, perderam a terra seja por venda ou hipoteca. Isto, junto à reestruturação econômica, possibilitou que alguns migrantes e alguns nativos adquirissem propriedades.

Por outra parte, a reestruturação política do “reformismo de fronteira” permitiu que a planície fosse ocupada cada vez mais por personagens vinculados a cargos militares com suas famílias, alguns descendendo da serra da mesma jurisdição, outros chegando de outros espaços coloniais. Mas estes novos proprietários, vinculados fortemente a cargos militares, fundiam-se às velhas famílias.

Aqui, os novos proprietários -tal como diz Ramírez, para toda América-, chegaram a superar em número às velhas famílias no exército, embora nunca as igualaram em prestígio. Os novos fazendeiros imitaram os velhos, participaram no governo da vila, no exército, representavam a igreja e procuravam casamentos endogâmicos. Embora os sobrenomes e faces tenham mudado, permaneceram a mesma modalidade de poder que se manteve inalterada até entrar o século XIX.

Diferente dos conquistadores, de fins do século XVI, que pressagiavam que a posse da terra e a obtenção de mão-de-obra daria a riqueza, e que não imaginavam os obstáculos na fronteira, estes novos colonizadores militares sabiam que ocupavam espaços vácuos, era uma nova estratégia de se abrir para um futuro já que a velha economia colonial entrava em crise.

3.2. AS OUTRAS FAMÍLIAS

Junto às famílias espanholas que formavam a elite, antes descrita e fácil de reconhecer pelos estudos genealógicos e pelos próprios documentos de registro da época

⁹⁴ Tem-se tomado as considerações gerais que têm desenvolvido Susan Ramirez no que se observa certas similitudes para Latinoamérica Colonial (1993:29-65).

(testamentos, registros de compra e venda de propriedade, participação no *Cabildo*), tem-se outras famílias onde só se identifica o nome, o grupo étnico e demais dados das fontes estáticas como o recenseamento. Muitas destas famílias eram espanholas pobres mas a maioria conformava as castas que completava mais da metade da população (51% em 1778 e 52% em 1813).

Na região, quando deu-se o processo de fracionamento de terras que facilitou seu povoamento na metade do século XVIII, de 22 escrituras, somente 7 correspondiam a indivíduos que não levavam a partícula de dom⁹⁵. Assim, detrás das escrituras havia famílias comuns que adquiriam uma porção de terreno num momento em que estas terras não tinham tanto valor.

Entre esses compradores encontra-se a Mateo Cabral “mulato”, residente de Río Segundo⁹⁶. Ele tinha comprado em 1758 terras (que haviam pertencido primeiro ao Convento de Santa Catalina de Sena) a Santiago Moreira em valor de 30 \$. Num censo eclesiástico levantado em 1773, Mateo Cabral figura com sua família integrada por 14 membros⁹⁷. Em 1778 é registrado como viúvo, com 5 filhos mais 5 agregados de sobrenomes Moyano e Flores, e a par de sua casa foi registrado seu filho Mariano⁹⁸. Posteriormente, Joseph Mariano Cabral e Joseph Antônio, figuram entre os proprietários que doam terrenos para a construção da vila de La Concepción⁹⁹. No reparto de solares Joseph Mariano adquiriu um sítio junto a sua mulher, 4 filhas e 4 filhos; Joseph Mateo é registrado como viúvo, com dois filhos e 70 cabeças de gado o que lhe permitiu adquirir dois sítios; e, Joseph Antonio, obtém um sítio, mas é registrado com uma filha, três

⁹⁵ A sutileza da falta, então, permite supor que estas pessoas careciam do trato que particularmente dava-se às famílias de elite e aos senhores de certo prestígio. Os dados apresentados correspondem-se ao estudo realizado por Mayol Laferrère (1981) que fez sobre um total de 26 escrituras de venda de terra entre o Tambo e Reducción. O autor pergunta-se sobre os que tiveram acesso à terra o que chama a primeira colonização do Río Cuarto.

⁹⁶ A.H.M.R.C. Período Colonial. Carpeta N° 1. (antes de 1798)

⁹⁷ Este censo é uma lista de indivíduos registrados com o número de sua famílias que faz parte do sumário mandado a levantar com motivo do traslado do cura pároco de Río Cuarto ao Tambo. Extraído da Colección Mons. Cabrera. Encontra-se uma cópia do mesmo no Archivo do Seminário Mayor Buen Pastor. Río Cuarto.

⁹⁸ Casa N° 111.

⁹⁹ Expediente sobre a Fundación de Río Cuarto. A.H.P.C. Tribunales 1, Legajo 52, expediente 7. 1797.

escravos e dois agregados (anexo IV). Um destes agregados, Bernardo Flores, em 1778 acede a um sítio¹⁰⁰.

Joseph Mateo encontra-se em 1813 registrado como “espanhol” fazendeiro, junto a dois filhos. Um como fazendeiro e o outro como peão. E Joseph Antonio trasladou-se a jurisdição de La Carlota, onde é identificado como lavrador mestiço, contando com 6 escravos.

A forte conotação de uma sociedade de *castas* discriminava com respeito a liberdades e privilégios que tinham os espanhóis diferentemente dos índios e dos demais grupos misturados. O aumento da população *parda* fez com que o governo tivesse logo uma nova política permitindo que “pardos” ricos comprassem licenças as chamadas “*Cedulas de gracias al sacar*”, que legalmente os convertia em brancos. Política, no entender de Mörner, ditada tanto pelas considerações financeiras da coroa como pelo desejo de equilibrar a uma elite cada vez mais poderosa¹⁰¹. Não foi esse o caso da família Cabral. Tinham terra e escravos e figuram como doadores de terrenos para a fundação da vila de La Concepción, pelo qual formam parte dos primeiros povoadores.

Embora os Cabral tenham adquirido propriedades, seus descendentes, não encontrou-se nenhum cargo político. Pode-se inferir que o preconceito da época também estava instalado neste espaço¹⁰². No entanto, aqui observa-se que, no âmbito rural, as diferenças entre os grupos poderia não ser tão notórias e a mistura não tinha as barreiras do controle social que se exercia nas cidades¹⁰³.

O que existia dentro da sociedade hispano-americana era um preconceito de natureza social que se confundia com o racial, dado que os espanhóis eram os proprietários brancos que ocupavam os cargos superiores. A fins do século XVIII a população crescia

¹⁰⁰ Existe também o Inventario tasación y partición de bienes de Bernardo Flores A.H.M.R.C. Fondo documental del Extinguido Cabildo de la Villa de la Concepción del Río Cuarto. 16-06 1800 . Caja 6 exp. 9 36 fojas.

¹⁰¹ Colección de documentos para la formación social de Hispanoamérica 1493-1810 F III: 2) Citado por Morner (1969: 52).

¹⁰² Alguns espanhóis pobres e “*pardos*” podiam ingressar a certas posições sociais, mas a outros eram discriminados e marginalizados pelos próprios espanhóis. Assim ingressavam ao mundo da vagabundagem. Segundo a legislação não podiam ocupar cargos públicos, portar armas, ter criados, nem receber educação. Endrek (1966: 29)

junto ao aumento dos grupos misturados, e isso estava também acompanhado pelo aumento do preconceito sócio-racial.

Na documentação trabalhada, o caso da família Cabral é o que se tem mais registrado, embora possa haver existido outros povoadores de famílias pardas livres que conseguiram serem proprietários de terras e de escravos.

Nesse marco, outra família mulata, de sobrenome de la Mar é registrada em 1778. Nesse ano encontram-se 5 casas próximas, duas correspondendo ao chefe do fogo, um deles com uma escrava¹⁰⁴. Em 1794 dois adquirem sítios na vila de La Concepción: Francisco de La Mar e Rudecinda de La Mar, mulher de Francisco Campero, e três foram recenseados no povo de San Bernardo: Agustina, Ignacia e Dionícia de La Mar acompanhando a seus maridos. Em 1813 os de la Mar foram registrados como “pardos” de profissão lavradores para os homens e tecedoras ou fiandeiras para as mulheres.

Também pode-se reconhecer a trajetória de duas gerações de outra família mulata de sobrenome Cabrera. Luis de Cabrera, “*pardo livre*”, compra terras em meados do século XVIII neste espaço. Em 1778, é identificado como “*mulato*” junto a seus sete filhos. Em 1794, o maior de seus filhos Joseph Isidoro foi recenseado junto a sua mulher e dois filhos em San Bernardo e em 1813 foi registrado como peão, e sua mulher como tecedora. Dos sete filhos de Joseph Isidro Cabrera, dois eram de profissão lavradores; uma de suas filhas foi registrada como tecedora e a outra como costureira. O resto era menor de 9 anos, sem profissão, e em todos os casos identificados como pardos livres.

Estas três grupos de famílias qualificadas como mulatas ou pardas que se não identificado, revelam que junto às famílias de espanhóis existiam as outras que também foram ocupando estas terras e que se dedicaram a tarefas rurais. Destas algumas alcançaram até ser proprietários de escravos.

A fronteira nutriu-se de todo tipos de povoadores. Nesse sentido, Garavaglia tem sustentado que em toda “América hispana desde meados do século XVII e com óbvias

¹⁰³ Como Endrek o comenta para toda a campanha cordobesa (1966)

¹⁰⁴ Casas Nros 162, 163, 170, 171 e 172.

variantes (...) é perceptível o lento surgimento de um campesinato fortemente mestiçado e juridicamente livre”, que é possível encontrar na região do Tucumán no século XVIII. Estes teriam surgido de “horizontes bastantes diversos”: famílias indígenas que teriam abandonado os povos índios; brancos empobrecidos cujo meio de subsistência é a roça de uma pequena parcela e o trabalho dos membros da família em diversas ocupações; mulatos e pardos livres aos que se lhes agregariam indivíduos migrantes de distintas regiões do espaço rio-platense (paraguaios, alto-peruanos, pampas em processo de araucanização, entre outros)¹⁰⁵.

Também é possível identificar estas variantes nos confins de região do Tucumán a fins do século XVIII. Na serra, por exemplo, é possível reconhecer famílias indígenas e mestiças, enquanto que na planície estar-se-ia em presença de famílias brancas pobres. Na fronteira, no entanto, encontram-se grupos de mulatos e pardos junto a um certo aporte migratório do norte e alguns “*infiel*” da pampa. A princípio do século XIX, também temos aportes de distintas regiões.

No recenseamento de 1778, e seguindo na região da serra registram-se em Río Arriba, a Casa de Lorenzo Balmaceda, índio, sua mulher Cathalina Acosta, também índia, dois filhos pequenos juntamente com seus irmãos Lorenzo Miguel, Juan, María e Juana. E agrega o censista “*thodos estos son una familia Los mas estrafalarios y Bagamundos que cubre el sol*”.¹⁰⁶

Mais adiante, na casa de Pascual Ribarola, também índio, foram identificadas 14 pessoas: do maior de 54 anos até o menor, uma criança de 8 meses, eram “*thodos Bagamundos Naturales de la Punta de San Luis*”.¹⁰⁷ Também em outras casas encontra-se a mesma lenda, quer dizer além de mencionar o grupo familiar, registram-se homens “*bagamundos*”¹⁰⁸. Em outra unidade censal estava registrado Damiam Lescano *Vagamundo Natural de Vuenos ayres*, sem identificar a etnia. Em um caso ao final do registro agrega-se *família Vagamunda*¹⁰⁹

¹⁰⁵ Para Garavaglia a jurisdição de Córdoba e de Tucumán no transcurso do século XVIII eram as áreas demográficas mais densas no que diz respeito ao campesinato juridicamente livre (1986: 58,59).

¹⁰⁶ Casa N° 234

¹⁰⁷ Casa N° 268

¹⁰⁸ Casa N° 297, 298 e 355

¹⁰⁹ Casa N° 375. *Casa de Ujenio, Esclavo de Patricio chenique.*, junto a su mujer, mulata e cuatro filios.

Na planície, por outra parte, encontra-se registrado a Nicolás Garnica com sua mulher e um filho, agregando-se o seguinte dato: *Bagamundo qe no tien más oficio que robar ni tienen casa, sino adonde les coxe la noche.*¹¹⁰ E no final do registro do Forte de Punta del Sauce anotam-se a 5 indivíduos *Vagamundos y de malas propiedades*¹¹¹.

O registro da existência destas famílias “*vagamundas*” pelas campanhas mostra, por uma parte, a mobilidade espacial das mesmas em procura de seu sustento e, por outra, a preocupação dos proprietários frente a uma ameaça latente.

A vagância na campanha prejudicava fundamentalmente aos fazendeiros, os roubos de gado eram considerados os delitos mais comuns e os fazendeiros reclamavam às autoridades a repressão deste mal. O quadro delituoso foi também uma preocupação do *Cabildo* da Vila de Concepción:

*“...poblándose de este modo los campo de salteadores y bandidos que son un peligro para los pasajeros y transeúntes y tienen la osadía de atropellar las causas desamparadas de los vecinos ... violentan mujeres teniéndolas por largo tiempo en los bosques, haciendo dificiilsima su captión”*¹¹².

Foi o fazendeiro Alexandro de Echenique vizinho e proprietário de Piedra Blanca, em San Bartolome (Rio Arriba), como Alcaida de la *Santa Hermandad*¹¹³, que propôs às autoridades um *régimen de los comercios de la campanha* para regulamentar os excessos e exterminar os ladrões gerando um expediente com a representação dos principais vizinhos¹¹⁴. Este documento proporciona em detalhe a forma de vida das famílias do âmbito rural excluídas do topo da hierarquia social e legal da época e suas estratégias de sobrevivência no meio.

Entre as propostas deste fazendeiro interessa particularmente as que permitem obter um panorama das famílias no meio rural: Pretendia que para reprimir os roubos da fazenda

¹¹⁰ Casa Nro 444

¹¹¹ Casa Nro 509

¹¹² (Ata capitular 6-1-1806) 1947: 183.

¹¹³ Durante o periodo Colonial a Justiça era exercida pelos Alcaldes de *La Santa Hermandad*, chamados também de *juízes de Pedáneos*. Eram vizinhos da jurisdição nomeados pelo Cabildo (Garavaglia, 1999b: 90).

¹¹⁴ Este fazendeiro tinha direito a Estância de Piedra Blanca por herança de sua mãe A.H.P.C. Testamento de Luis de Echenique y Cabrera. Registro Notarial N° 1. Tomo 141. f. 44-48. Foi Maestre de Campo, Alcailde Regidor do Cabildo de Córdoba.

que experimentam os vizinhos considerando os seguintes pontos: 1. que se proíba a “*gente sospechosa natural o española, agregada, esclavos*” comprar ou vender sem o consentimento dos amos; 2. que as entregas das fazendas de gado (muar, bovino ou equino) sejam feitas em feiras ou “*tabladas públicas*” calculando os postos controlados pelos fazendeiros desta jurisdição (Em *rio Quarto* seria nos Corrales del Capitán do Pedro López, em Tegua, casa de dom Luis Molina, Tapa, estancia de don Jossef Benito De Acosta); 3. que se proíba as corridas de fazendas (*vaquerias*) a os que não são donos criadores, 4. que toda gente “*libre ociosa y vagamunda que no tiene haciendas o bienes propios ... de donde poderse mantener sea consertado asalariado*”; 5. que não se habilitem mesas de jogo; e 6. que qualquer traficantes o comerciantes que se introduzam na jurisdição a comprar boiadas, charqueadas de reses em arriais solicitem um passe¹¹⁵.

Segundo a representação de distintos fazendeiros da campanha cordobesa, várias “*familias infelices*” moram nos bosques, quebradas e serras, vivem dos roubos de gado, roubam gado e fazem “*contrayerro*” ou desfiguram sus marcas¹¹⁶. Estes ladrões, pegam as fazendas de seu vizinhos para “*mantener una familia de muger, hijos y algunos parientes*”

Uns dos problemas da campanha era “*que siendo tan extensivas estas tierras que... viben muy dispersos sus moradores y por consiguiente no pueden tener dedicación a otra labor que a la cria de algun ganado y siembra de maiz, unicos alimentos de la multitud*”, era gente que não se dedicava à agricultura e lavra dos campos. Embora “*pueda aplicarse a los cultivos como no tienen salida sus frutos, por no reportar la benta los ... costos de su conducción por las distancias, omiten su execución y esta imposibilidad o inopia les acarrea el baxo pensamiento de pasar la vida en holgazanería con la facilidad de tener el campo abierto para su depravado pero necesario sustento*”¹¹⁷.

Sem residência fixa, reconhece-se uma grande mobilidade espacial, talvez procurando o sustento, talvez fugindo dos próprios controles coloniais, “*pasándose de unos (partidos) a otros sin ocuparse em ejercicio que sea util a la República*”. A vigilância destas famílias que se estabelecem em distintos lugares, era necessária para o poder hegemônico controlar as pessoas que se incorporam à região. De onde e porquê

¹¹⁵ A.G.N. 1789. Seção Colônia Tribunales. Leg 210. Exp. 5.

¹¹⁶ A.G.N. 1789. Seção Colônia Tribunales. Leg 210. Exp. 5. f. 21 verso e 53 verso e reverso

vinham? Qual era sua ocupação? E seu destino?, Eram indagações que preocupava à elite local visto que entre suas práticas parecera que eram “*fieles a (sus dueños) y los sirben como esclavos pero arruinan a los besinos*”¹¹⁸. Por isso, estes *agregados* “*son la polilla del vecindario mas cercano como no tienen que comer y su trabajo nada les produce porque los mas del año sirben a sus Patronos por el terreno em que biben*”¹¹⁹

Por tanto, os roubos se apresentam para os fazendeiros como um comportamento típico das famílias pobres: “*hasta los niños y mugeres roban ... en los chiqueros se lleban las obexas que de bacas ya no se ase juicio porque al fin andan em el campo*”, Geralmente vivem amancebados e ocupados na prática do jogo, tanto os “*hijos de familia, esclavos y peones*”¹²⁰

Mas también estavam associados a um comportamento ilícito na campanha. Mas esta não era uma atividade isolada dos pobres, visto que, observa-se nelas a cumplicidade de algum ou outro fazendeiro. Assim, estavam os que roubam fazenda (muar e equino principalmente) e trasladavam a outra jurisdição a vender; os que viviam roubando todo o ano para se manter; e, os que roubavam ocasionalmente aos transeuntes.

Mas havia fazendeiros que tinham em suas terras “*muchos inquilinos o agregados, a los que con tal que aellos les sirban em sus faenas les permitan y disimulan que vivan robando a los vecinos*” e que tinham também escravos permitindo-lhes que “*vivan del hurto y con eso se aorran ellos de mantenerlos*”. Completa o panorama, dos ditos males da campanha: os traficantes que tinham “*su comercio en tropas de mulas y al caminar con ellas van agregando muchos de las que pasan cercanas del camino*”, e os carreteros “*que hacen sus traficos manteniendo sus peones a costa de las haziendas de los vecinos por donde transitan*”¹²¹.

Dentro dos casos de registro delitivo, por exemplo, o mulato Bacilio, natural de Río Arriba, recenseado em 1778 na casa de Juana Rosa Freytes junto a três escravos. Ele é

¹¹⁷ A.G.N. 1789. Seção Colônia Tribunales. Leg 210. Exp. 5. f. 27 v.

¹¹⁸ A.G.N. 1789. Seção Colônia Tribunales. Leg 210. Exp. 5. f. 29 r.

¹¹⁹ A.G.N. 1789. Seção Colônia Tribunales. Leg 210. Exp. 5. f. 21 v.

¹²⁰ A.G.N. 1789. Seção Colônia Tribunales. Leg 210. Exp. 5. f. 30 v.

¹²¹ A.G.N. 1789. Seção Colônia. Tribunales. Leg. 210 Exp. 5 38 r. e 39 v.

registrado com sua mulher, Josepha Bustos, índia livre, três filhas e sua sogra¹²². Sua história registrada no sumário levantado pelo comandante de Fronteira ilustra com certas nuances a vida de um escravo na fronteira de Río cuarto¹²³. Ele pertencia a Juana Rosa Freytes, posteriormente passou para o Capitão dom Joseph Freytes¹²⁴. Mas –segundo o Coronel Acosta- acostumado ao *“libertinaje que había gozado ... años en poder de una pobre señora sola le hizo fuga inmediatamente al nuevo amo llendo a refugiarse procurando o amparo de dom Patricio Echenique*¹²⁵.

Para 1786, o escravo mulato Bacilio era o capataz da estância La Tapia propriedade de Patricio de Echenique. Em 17 de julho de 1786, o Comandante de Fronteras, Coronel dom Joseph Benito Acosta, apresenta uma denúncia contra o escravo Bacilio pelos excessos de roubo e perda de respeito. Por ser –segundo o próprio Coronel- *mulato dañino y jerjudisial en las hacienda de Campo de aquel besindario del Tambo donde fue criado*”, dedicado a vender *“quanto animal ajeno se le proporsionaba robar del campo”*, situação da qual seu amo tinha conhecimento embora *“dandole facultades a correr enlsar y matar ganados en el campo como lo está practicando de tres años a esta parte con el pretexto de tener ganado cimarrón”*. Ao parecer dom Patricio de Echenique tinha deixado ao mulato Bacilio na Estância Las Tapias, embora ele mesmo fosse vítima de roubos que o próprio Bacilio cometera. Por três anos e para se manter, segundo proporciona o testemunho Pedro Joseph Garay, *“le dejaba una majada de ovejas y todo el ganado alzado y simarron que tenia en la Cierra”*

A estância de Juan Patricio Echenique limitava com a do coronel Acosta pelo que este considerava que o mulato fazia as corridas no campo *“sin reparar que siempre habido ganado de mi marca intripulado con el sullo y que para hazaer semejante correrias avia ser com asistencia de mi mayordomo o capatazes y no pribadamente”*

Bacilio é remetido ao cárcere, e após 5 meses recupera a liberdade. O coronel levantou a querela e dom Patricio compromete-se a traslado do mulato à Estância dos

¹²² Censo 1778. Casa N° 235.

¹²³ A.H. P.C: Crímen. 1786. Leg. 43. Exp..

¹²⁴ 9 Sobrinho da citada . O capitão o compra no serviço de “sacar mulas de la Jurisdiccion de Bs. As.”, mas no caminho foge e pede refugio a Patricio Echenique

¹²⁵ A.H.P.C.: Crímen. 1786. Leg. 43. Exp. 9

Molinos no río Segundo. Observa-se, neste caso, então, um conflito entre fazendeiros pelo controle do gado *cimarrón*, mas também uma certa liberdade do escravo na campanha.

Existe toda uma literatura que vincula a categoria social do pardo com as restrições legais e sociais que o marginalizavam e fizeram dele um “vago”, “mal entretenido”, ladrão, “cuatrero” e “pendenciero”. Também tem-se considerado o meio rural como o espaço ideal para que os privados de acesso a privilégios e sem direitos por legislação, se dedicassem a vagabundagem com as conseqüências que isso implicava em termos de atividades consideradas fora da lei¹²⁶.

Em fins do século XVIII, o aumento de população das castas e o esgotamento de possibilidades de acesso às diferentes atividades necessárias para se manter os privilégios reservados aos de prosápia, levou os próprios espanhóis a propor estratégias de descompressão com o traslado destes grupos sociais considerados indesejáveis. Já em 1775, nas Atas do Cabildo da cidade de Córdoba registra-se

*“a muchos ociosos y malévolos que asisten por los yermos y despoblados se retiren de ellos y se conduzcan a la frontera del Sauce con auxilio de los militares considerando que muchos ociosos que viven en los yermos y despoblados con familias crecidas y agregados sin tener con que mantenerse huyendo del trabajo y de concertarse inaveriguable los robos y demas daños que hacen en las haciendas”*¹²⁷.

Sobre Monte propôs controlar a população, assegurar a fronteira e ordenar a mão-de-obra. Mandou, então, vigiar a campanha regulamentando que ninguém podia ficar sem ocupação e portanto deviam ter papel de conchavo. Em 1785, uma proclama dada por ele diz *Que ningun vagante viva sin ocupación procurando que precisamente se conchave ..., com aquellas personas que efectivamente los pueden mantener para el cuidado de sus haciendas, fomento de sus labores y demás tareas que ejerciten*¹²⁸.

¹²⁶ Endrek comenta que a campanha era o sítio ideal para que o mestiço despregara seu anelo de liberdade (1966: 28)

¹²⁷ A.M.C. Ac. Cap., Libro 35 (3-II- 1775). Em Punta (1997: 216)

¹²⁸ Fondo Documental del Instituto de Estudios Americanistas Documento Nro 4032. Publicado por González de Martínez (1994: 13-16)

Acompanhado pelas proclamas de “*bom governo*” que regulavam as penas daqueles sujeitos que se encontravam sem o papel de resguardo, Sobre Monte insistiu sobre o controle da população, assim também no que tange aos castigos ¹²⁹.

Assim, em Córdoba como no resto do vice-reinado, intentou-se reprimir aos “vagamundos” e ociosos que considerava responsáveis de roubo de gado, amancebamento, inclinação a jogos ilícitos, problema que se dava tanto nas cidades importantes como nas zonas marginais¹³⁰. Entre os castigos para delitos relacionados com a vagabundagem encontrava-se o desterro à fronteira.

O Governador-Intendente, Marques de Sobre Monte, começou a atuar no meio rural aumentando o número de Juízes de *Pedáneo* no ano 1785 dado que considerava a vagabundagem como o principal mal no meio rural de Córdoba¹³¹. Para Sobre Monte, na campanha dominava o jogo e o roubo das fazendas do campo, por isso estabeleceu medidas para pôr fim à ociosidade e à falta de peões que necessitavam os fazendeiros¹³².

Em seu afã de controlar a vagância, o governador intendente levou a trasladar um pequeno povoado de gente “*malentretida, vaga e perjudicial*” do Partido do vale de Punilla, norte da jurisdição de Córdoba. Em 1789, Sobre Monte nomeou dois comissionados a fim que se expulsassem os que foram considerados ociosos, foragidos e ladrões já que se mantêm e suas famílias a traves do roubo e do jogo. Foram trasladadas no total para a Carlota na Fronteira Sul 34 pessoas¹³³

Na época, uma das soluções procuradas para terminar com a vagância no campo e os contínuos roubos, foi que “*recojan los vagamundos y sospechosos ... providenciando la formación de Pueblos formales como se a verificado con los de la Concepción y San*

¹²⁹ Bando del Gobernador Intendente Marques de Sobremonte. A.H.P.C. Ano 1790 (Gobierno Caja 11, Carpeta 4 folio 364) e ano 1792 (Gobierno. Tomo 13. carpeta 4, folio 321 e seguintes e folio 336). Publicado por González de Martínez (1994) Ver também Endrek, 1966: 32.

¹³⁰ O governador de Salta Joaquín de Espinosa em 1759 tinha expressado: *A todos los españoles, mestizos, indios, negros e zambos que por su pobreza e calidad no pueden por mantenerse ... que se conchaven dentro de 15 días*. Citado por Punta, 1997: 214

¹³¹ Documento 4.032 do Instituto de Estudos Americanistas (I.E.A.) Universidade Nacional de Córdoba. Citado também por Endrek, 1966: 31.

¹³² Relación de Sobre Monte, al entregar el gobierno a su sucesor Don José González, 1797.

¹³³ Estes dados foram extraídos de Endrek, (1966: 32) e Punta (1997: 223) ambos citam documentação extraída do Documento do Instituto Estudios Americanistas. (Documento Nro 7280 e Dcto: Nro 6.45).

Rafael del Saladillo y se esta al presente estableciendo el de La Carlota en el Sauze¹³⁴. Dentro desta política, então, foi possível reduzir à vizinhança para que se dedicassem ao cuidado das sementeiras¹³⁵. Por isso,

*“todos aquellos que no se sabe como se mantienen o que viven separados por bosques y serranias sin tener la hacienda de campo suficiente para sustentarse o cultivar la agricultura de modo que puedan mantenerse ... se lleven con sus familias a aumentar las poblaciones de villas que Vseñoria há fundado en las fronteras o a poblar otras que resolbiese.... Y que el comandante de la Villa o frontera haga que todos juntos siembren de toda especie de mieses cada año de suerte que sus familias se puedan mantener. [A vantagem do cultivo de sementeiras lograria que] se evitará la ociosidad de los fronterizos y de que se pasen (como lo he vista repedidas vezes em tiempos pasados) los mas de los días sentados em una misma mesa promiscuamente, hombres mugeres, padres e hijos jugando, el juego es um vicio capital origen de otros muchos”*¹³⁶

Para Sobre Monte convinha que

*“toda las familias que no se les conocen vienes suficientes para mantenerse ni mas hacienda de campo que unas bacas lecheras y cortisimo numero de obejas no teniendo tierras, utiles y suficientes en propiedad se les obligue a hacer su población en forma a la inmediación de la capilla o Parroquia especialmente a las que estan en los caminos reales del Perú por el Río tercero lo mismo por el de Mendoza ... em terrenos fértiles saludables y abundantes de agua, y leña siendo los terrenos realengos o bien conviniendo sus poseedores legitimos como que hay varios que se prestan a la Población formal em sus terminos”*¹³⁷

Embora fosse preciso reconhecer que na fronteira os controles eram mais frouxos a respeito das possibilidades de sobrevivência das ditas castas não privilegiadas, em 1785, por exemplo, os vizinhos de Punta del Sauze queixam-se pela nomeação de Juan Bautista Merlos para o cargo de arrecadador de imposto, já que este tinha sido escravo de Santa Fé e depois liberto. Esta nomeação significava *notable agravio a muchos vecinos de esta Frontera que tienen las circunstancias necesarias para semejantes empleos, que por todo derecho excluyen a un plebeyo y de tan bajo linaje que pisa la última línea civil*¹³⁸

¹³⁴ A.G.N. Seção Colônia Tribunales. Leg 210. Exp. 5 23 v.

¹³⁵ A.G.N. 1789. Seção Colônia Tribunales. Leg 210. Exp. 5 20 v

¹³⁶ A.G.N. 1789. Seção Colônia Tribunales. Leg 210. Exp. 5 46 r 47 v

¹³⁷ A.G.N. 1789. Seção Colônia Tribunales. Leg 210. Exp. 5: 54 v e r. Expressões de Sobre Monte vertidas no mesmo expediente e datada o dia 6 de fevereiro de 1790.

¹³⁸ Grenón, Pedro. Documentos Históricos. Sección Episódica: 52, 53. Citado por Endrek (1966: 43)

A justiça, também atuava na vila pelos controles fronteiriços. A título de exemplo, expõem-se alguns casos tratados.

Dentro do Partido de Achiras, o Juiz de *Pedáneo* Dom José Tomás Gigena apresenta uma acusação contra Florentino Gaitan¹³⁹ por denuncia verbal do vizinho Ceferino Balmaceda por roubos e “*por sospechas que este tenía de la perdición de sus hijas*”. Florentino Gaitan ou Florentin Gaetan encontra-se no recenseamento de 1778 como Florentin Gaetan, índio, provavelmente sobrinho de Ramon Gaetan, também índio de 62 anos que mora com sua mulher Juana Barroso, índia de 46 anos. Todos e vizinhos do cerro Intihuasi¹⁴⁰. Desconhece-se o fim do litígio, isto é a sentença, mas mostra a atuação perante o caso.

Em outro exemplo, a princípio do século XIX, o mulato Timoteo¹⁴¹ escravo de dom Valerio Alba¹⁴² descobriu nas maletas de três viajantes para Mendoza valores e prendas pessoais que subtraiu. Seu amo chamou ao juiz do partido e entregou o escravo para que pesquisara o fato e a existência de outros comprometidos¹⁴³. Segundo o testemunho de Laureano Zapata¹⁴⁴, Anselmo Paez solicitou a ele a casa para fazer uma *minga*¹⁴⁵. Ao finalizar o trabalho, o escravo de dom Valerio Alba, Timoteo, entregou à filha de Paez um atado de prata num lenço que guardou numa *petaca*¹⁴⁶ e a Anselmo deu-lhe três pesos. Ao que parece Anselmo não avisou a dom Valerio Alba “*porque había sido ganada en juego*”, e viaja “*ocho días por Renca y suponía que llevo bastante plata de la que le dio el mulato*”.

¹³⁹A designação dos juizes esteve, pelo geral, em famílias tradicionais, que lhes tinha permitido ter certa formação em conhecimentos de legais. Neste caso, Jose Tomás Gigena era oriundo de Sococho, Calamuchita, (Gutierrez, 1999:41) foi em 1799, Juez Comisionado do Partido de Las Achiras, em 1801, Regidor Decano del Cabildo de la Concepción, em 1802: Maestro de Posta de Las Achiras e em 1818 chegou a ser Alcalde Ordinario del Cabildo de la Concepción. A.H.M.R.C. Fondo documental del Extinguido Cabildo de la Villa de la Concepción del Río Cuarto. Seferino Balmaceda c/Florentino Gaitán por sospechas de robos. Caja 5, exp. 4, 5 fojas.

¹⁴⁰Casa Nro 301. Em 1778 tinha 7 anos. Registrado na casa de Ramón Gaetan, índio de 62 anos que morava com sua mulher Juana Barroso, também índia de 46 anos de quem era seu sobrinho. Considerados vizinhos de cerro Intihuasi. Florentin Gaitán falece em 1807 A.H.C.R.C. Registro de Defunciones.

¹⁴¹Timoteo Alba, provinente de Calamuchita Censo 1813: 1741

¹⁴²Espanhol, proveniente de San Luis maestre de Posta de Las Lajas (Río Arriba) Censo 1813: 1732

¹⁴³A.H.M.R.C. Fondo documental del Extinguido Cabildo de la Villa de la Concepción del Río Cuarto. Barranquita. Anselmo Paez y Timoteo, esclavo, por robar. Caja 14 exp. 8, 10 fojas.

¹⁴⁴Vizinho de La Barranquita. Censo 1813: 1752.

¹⁴⁵Reunião de amigos para fazer um trabalho em comum, remunerado com comida.

¹⁴⁶Estojo de couro ou metal que serve para levar cigarros, tabaco ou bebida.

Na declaração, Timoteo expõe que enquanto puxava o carro com três passageiros para Mendoza, recebeu ordem destes para vigiar a equipagem atirada por uma besta de carga, por esta não estar bem assegurada despreendeu-se e caiu no chão parte da equipagem na que encontravam-se prendas mas também um relógio e dinheiro “*Las prendas las acomodó entre las caronas, pero al reloj y al dinero los escondió en unos poleos del camino y al volver los recogió para ocultarlos en el arroyo próximo a la casa de su amo*”. O dia seguinte entregou-lhe parte do dinheiro a Anselmo Paez e parte à mulher dele junto ao relógio¹⁴⁷.

Vinte dias depois Anselmo Paez foi alojado na *Real Carcel de La Concepción*. A pedido de dom Valerio Alba, estabelece-se multa de seus bens e esta certamente mostra uma economia de gado de pequena escala do referido Anselmo camponês da região:

*31 vacas grandes entrando en ellas dos yuntas de bueyes
9 terneros que van a dos años
21 terneros chicos del presente año
26 caballos mansos con madrinas, dos de ellas con cencerro
19 yeguarizos mas, entre potritos, redomoncitos, potrillos y potro
25 cabras y 10 chivatos machos
62 ovejas y 12 ordenos*

Passados 5 meses Anselmo Paez recuperou a liberdade e dom Valerio Alba fez nulidade do boleto de compra do escravo porque tinha deficiências legais. Assim, seu antigo dono devia assumir os encargos e a responsabilidade do escravo Timoteo. Este expediente mostra, então, a existência de certo convívio do escravo com o outro grupo familiar; os acordos e as cumplicidades e as relações entre vizinhos.

Estes são alguns dos exemplos dos 239 expedientes de juízo de *Cabildo* da vila de La Concepción existentes sobre o período 1798 a 1824 sobre a vida nesta região. Um rápido percorrido dos mesmos mostra conflitos menores, sendo o mais mencionado os

¹⁴⁷ Na indagatória a Anselmo Páez, ele diz que *mientras hacía una minga en casa de mi compadre Laureano Zapata, se presentó el mulato Timoteo y en la cocina, en presencia de varios, me entregó cuatro pesos que guardé en el bolsillo. Después la mujer de mi compadre me contó que el mulato le había dado un atado de plata a mi mujer, que contados resultaron treinta y un pesos. Al cabo de algunos días, mi mujer dio parte de estos a D. Valerio, entregándole trece pesos y dos reales, diciéndole que lo que faltaba había sido usado por mi*”. A.H.M.R.C. Fondo documental del Extinguido Cabildo de la Villa de la Concepción del Río Cuarto. Barranquita. Anselmo Paez y Timoteo, esclavo, por robar. Caja 14 exp. 8, 10 fojas.

delitos contra a propriedade que incluíam roubos de gado, embora em proporções menores¹⁴⁸.

Em síntese, procurar reconhecer os povoadores da região, e identificar melhor os agrupamentos domésticos de 1778, levou a fazer um acompanhamento nominal. Isto foi possível quanto os nomes apareciam tanto em outras fontes como em estudos genealógicos permitindo observar as conexões entre as famílias que deixaram seus próprios registros. Nesse sentido, resgataram-se algumas famílias, com seus vínculos de consangüinidade e alianças, que tinham certa importância na região. Estas famílias, a maioria proprietária de terras, como em outras partes do mundo colonial, estavam integradas por gente que morava num mesmo teto, sob uma autoridade independente da relação de parentesco que incluía agregados, peões conchavados e escravos, sendo que muitos destes tomavam o sobrenome do chefe do grupo familiar.

No entanto, faz-se mais difícil identificar, ou fazer um acompanhamento nominal das famílias não proprietárias, dado que não tem deixado registro que o próprio nome no censo. Mas outras fontes, como os processos da justiça, permite mostrar a existência de outros grupos sociais que moravam no meio rural. Estas eram famílias camponesas que tinham estratégias de sobrevivência. É cabível identificá-las através dos relatos de autoridades que procuravam o controle social no campo.

Nesse sentido, a pesquisa foi orientada pela historiografia bonaerense que procura descrever as famílias do meio rural, compostas não somente de fazendeiros mas também de camponeses e pequenos produtores independentes, como elementos estruturantes da vida rural da campanha durante o século XVIII e princípios do século XIX.

Enquanto o censo de 1778 permitiu identificar a população da região de Río Cuarto integrada a um marco familiar, o censo de 1813 possibilitou reconhecer as principais atividades econômicas dos povoadores. Estes registros, embora estáticos de dois momentos determinados, deram um mapeamento geral da relação entre espaço e população. A pesquisa foi completada, então, com um acompanhamento nominal das famílias, quando outras fontes assim o permitiram.

¹⁴⁸ Temática esta trabalhada por María Ester Bordese (2000)

O conceito de família colonial, entendida como o senhor e sua mulher e demais dependentes a seu mando -filhos, criados e escravos-, ajudou a identificar, sobretudo, às famílias de elite. Aquelas que haviam adquirido propriedade, possuíam cargos e tinham dependentes. Nesse sentido família confunde-se com família de elite porque estas eram as que podiam mostrar as relações de parentesco consangüíneo e outras alianças através de construções de identidade próprias, como as árvores genealógicas. Na região a maioria destas foram identificadas como famílias de fazendeiros.

No entanto, foi difícil reconhecer nos dependentes, peões conchavados e escravos, vinculados às famílias da elite, suas relações de parentesco e suas próprias alianças pois estas ficam diluídas no próprio grupo familiar colonial. Somente, através de outras fontes, pode-se obter -ainda que escassos- alguns dados.

Existiam, também, famílias de camponeses que tinham obtido propriedades em terras fronteiriças e tinham-se dedicado a uma economia de subsistência em colaboração familiar. Os homens lavravam a terra enquanto as mulheres dedicavam-se às atividades de tecido. Algumas tinham dependentes, agregados e até escravos, outras somente possuíam a própria força do trabalho familiar.

Mas também transitavam pelo meio rural, em procura da sobrevivência do grupo, famílias consideradas *vagamundas*”, *“ociosas y maentretenidas”* e *“en amancebamento”* que faziam parte de uma população marginalizada pela própria ordem colonial; mais ainda pelas mudanças econômicas produzidas pelo reajuste do Reformismo Bourbonico, fundamentalmente no que faz à valorização do território para a produção pecuária. Isto levou aos próprios fazendeiros, e ao poder local colonial, a procurar o controle social da população fundamentalmente no campo. Desta maneira, obriga-se a transformar as famílias livres, que vagavam onde os meios de subsistência ainda eram de livre disposição, em dependentes: a *“conchavarse”*, a se *“reducir a vida cristiana”*, enfim, a integrar-se na ordem colonial.

CONCLUSÕES

Como assinali na introdução, esta pesquisa transformou-se em um grande desafio pelo período escolhido e pela falta de antecedentes de produção acadêmica. Embora, na medida que avançava na leitura historiográfica, percebia a importância do estudo tanto para a própria região como para a contribuição ao debate historiográfico sobre o mundo rural do período colonial tardio.

Nesse sentido, intentei primeiro reconstruir, de maneira o mais fiável possível, os dados quantitativos proporcionados pelas fontes. Assim, o estudo da população segundo o censo de 1778 me permitiu reconhecer os grupos familiares e identificar quatro setores diferentes na região de Río Cuarto: dois na serra e dois na planície.

Estes setores estavam articulados mas, por sua vez, diferenciados: O da serra Comechingones Sul e serra Las Peñas -de povoamento mais antigo-, integrado ao espaço cordobés e conectado à economia potosina; e o da planície, caminho de comunicação entre Buenos Aires, Cuyo e Chile, por tanto articulado diretamente com o Atlântico (embora desde meados do século XVIII fosse momentaneamente abandonado por um mais seguro -devido aos confrontos com as *parcialidades* índias-). Nesse marco foi que a região do Río Cuarto constituiu-se como franja de articulação entre dois ecossistemas diferenciados (serra e planície), sendo que na primeira desenvolveu-se maior vinculação ao mundo colonial e na segunda onde constituiu-se uma larga vida fronteiriça.

Também, ao identificar setores diferentes mas articulados entre si, permitiu-me mostrar que a planície *pampeana*, marginal à economia colonial, adquiriu relevância por seu valor estratégico para o Reformismo Bourbonico. Daí a importância de povoar a região e exercer uma política de negociação com os grupos do outro lado da fronteira. O que refletia, por um lado, as idéias duma política modernizadora e por outro, evidenciava a

incapacidade do governo de impor, ao menos momentaneamente, seu domínio além da região.

Em um sentido geral, para uma melhor compreensão das conexões inter-regionais, reconheci o espaço regional do sul de Córdoba, no final do século XVIII, estruturado sobre uma borda fronteira. Esta fronteira -base de um triângulo cujo vértice superior estava em Córdoba- era suporte extremo do funcionamento da economia e sociedade hispano-crioula: mundo rural salpicado de *fortes* e *fortins* junto a dois pequenos núcleos urbanos recentemente criados. Condicionada pelos fatores da natureza, serra e rios, essa sociedade estava conectada com os centros urbanos de Buenos Aires, Mendoza, San Juan, Chile e Córdoba. O **caminho das carretas** ou **das pampas**, ou também chamado carril chileno, linha de defesa e base de um triângulo, era o trajeto que unia Buenos Aires a Mendoza; o **Caminho Real** era o que avançava desde Buenos Aires em direção a Córdoba e o **caminho da Costa** ou *pé de monte*, desde Córdoba baixava em direção ao sul costeando as serras comechingones até o ponto mais baixo das mesmas para poder cruzar a Mendoza. A geografia da paisagem fundindo-se com a geografia do “perigo” impunham o traçado de determinados caminhos. Estes, embora nem sempre fossem os mesmos, funcionavam como eixos articuladores de uma sociedade colonial regional.

Com o percorrido historiográfico sobre a noção de fronteira procurei explicar que a perspectiva econômica relacionada com o avanço de terras novas, “idéia força” em muitos trabalhos, não se ajusta para explicar a fronteira de Río Cuarto. Esta não respondia a uma pressão demográfica ou de colonização de áreas vazias da visão *turneriana*; pelo contrario, foram decisões políticas dos grupos governantes representantes do reformismo de fronteira o que imprimiu a sua particularidade.

No houve aqui um movimento populacional que empurrasse a fronteira a terra adentro. Pelo contrario, foi uma decisão de política defensiva. Por isso, uma leitura sobre a revalorização do espaço, vinculado ao re-descobrimiento do território, resultou mais apropriada para explicar a construção da fronteira de Río Cuarto.

Assim, considerei que a região da fronteira sul -a região do Río Cuarto- foi-se conformando como um espaço político por seu valor estratégico de comunicação inter-

regional e pela necessidade de expandir o Estado Bourbonico. Este Estado construiu uma fronteira onde uma minoria hispano-crioula ficava sob o controle do lugar e construía suas próprias relações de poder, inclusive a margem do poder central. E, como em outros espaços coloniais, a “reconquista” do Reformismo Bourbonico realizava-se mediante uma colonização defensiva através da instalação da linha de fronteira e de fundação de cidades reconhecendo a impossibilidade de avançar além desse espaço. Mas também à fronteira enviavam como castigo àqueles que transgrediam a norma pautada, e exercia, em outros, atração para o povoamento. Nesse sentido, o olhar antropológico permitiu-me estudar a fronteira, não como uma separação cortante senão como um área distendida, de vida social de intercâmbio permanente de distintos horizontes culturais.

Creio ter mostrado, no decorrer destas páginas, que neste espaço regional interatuavam distintos fatores que fizeram possível sua ocupação e povoamento por parte de grupos hispano-crioulos. A concentração de população dispersa com a fundação de povoados elevados a categorias de vilas reforçam a idéia da valorização do espaço. Estos foram construídos reproduzindo na escala menor a legislação urbana da época e deixaram a marca do *damero* na construção do traçado urbano.

A análise dos censos levantados -tanto em 1778 como em 1813- me permitiram mostrar uma população jovem e em crescimento interno, com aporte de outras regiões de Córdoba, quer dizer de migração de curta distância: Calamuchita, Río III, Río II, Córdoba, Tulumba; embora também de Cuyo e do Norte.

O registro de 1813 me possibilitou identificar as atividades econômicas ao começar o século XIX, sendo as principais o artesanato têxtil, por parte das mulheres, e as atividades agrícolas e de gado, por parte dos homens.

O estudo realizado me permitiu mostrar que ao margem dos fazendeiros – uma minoria proprietária de terras e de mão-de-obra escrava - que orientavam sua produção ao norte e que estavam mais localizados na serra, existia uma economia familiar de subsistência, onde havia uma conjunção entre a força de trabalho feminino -dedicada a fiar e a tecer- e as restantes tarefas do grupo doméstico campesino sendo o chefe da família o lavrador ou o peão rural.

Num estudo realizado por Garavaglia y Wentzel (1989), há mais de uma década, dizia-se que não foi precisamente o Regulamento de 1778 que destruiu o artesanato do interior. A pesquisa que realizei pode confirmá-lo. Para a data do registro de 1813 somente contam-se 53 comerciantes (0.8 %), um número insignificante que não atingia ainda a romper o equilíbrio de uma economia rural familiar de subsistência no limiar do século XIX.

Por outra parte, a partir do registro nominal tanto de 1778 como de 1813 identifique as famílias que deixaram assentadas suas trajetórias através de árvores genealógicas. Os dados fornecidos por outras fontes me permitiu detectar que, apesar de ser este um espaço fronteiriço, instável e demograficamente débil, comparado com outros, esta região estava vinculada à ordem colonial. E embora fosse um espaço geográfico periférico, existia nele uma sociedade diferenciada que reproduzia os mecanismos próprios de uma sociedade estamental.

Entre os distintos setores do espaço regional, os da serra e a planície, existia uma fluida rede de parentescos. Dos descendentes do conquistador e principais proprietários da serra, alguns iam-se empobrecendo, embora outros por alianças conservaram e até aumentaram seu patrimônio.

O principal “feudatário” da região, General Jerónimo Luis de Cabrera III, traspassou sua propriedade a novos protagonistas, tanto seja por herança, por venda ou por perda da hipoteca que tinha sobre parte destas terras. Ao final do século XVIII, observei que entre aqueles que herdaram estas terras, fundamentalmente na serra Comechingones - os Echenique, os Cabrera e os Arias de Cabrera-, puderam continuar com a posse das mesmas através da produção, fundamentalmente a partir da criação, mantendo vínculos com a economia cordobesa. Aqueles que compraram terras na serras das Peñas -os Molina Navarrete, os Montiel, os Argüello e os Irusta-, apesar de terem propriedades de menor extensão, conseguiram manter a produção, o que lhes permitiu certas riquezas e conservar o prestígio econômico - social.

No entanto, os que herdaram as terras hipotecadas localizadas na planície encontraram-se impossibilitados de saldar as dívidas. A perda das terras implicou um

desmembramento ainda maior, o que contribuiu para que em meados do século XVIII chegassem a este espaço alguns personagens vinculados com as atividades militares que adquiriram propriedades de terras e passaram a ser os principais protagonistas no processo fundacional da *Villa da Concepción*.

Proteger a fronteira, em síntese, era o objetivo do Reformismo Bourbonônico, e uma estratégia era povoando-a. Nela espanhóis de prosápia, mas economicamente empobrecidos, arriscam suas vidas para manter seu “prestígio”. E também nela famílias pobres arriscam suas vidas, simplesmente para sobreviver, embora seja –nessa instância– no espaço dos “outros” .

Também, considere como a política e a justiça acompanhavam, então, à necessidade de controle da população e o povoamento de fronteira. Já que junto à instalação de indivíduos que se afincaram, conformaram família e ocuparam cargos militares de importância, precisava-se de maior povoamento e de uma colonização efetiva na região que tinha adquirido importância relativa no contexto inter-regional. Por isso, na formação desse cordão fronteiro controlou-se também o comércio e defendeu-se o espaço frente à população indígena não submetida, com uma nova consciência de territorialidade.

Nesse marco, pude mostrar como na fronteira confluem estratégias familiares e estratégias da política estatal. Assim, as principais famílias, ou famílias distinguidas, foram aquelas que deixaram explícita sua prosápia e que se identificariam com a hierarquia social da colônia.

Entre estas, algumas mantinham a linhagem herdada dos conquistadores e os vínculos com a velha economia colonial. Controlavam a serra, espaço mais valorizado da época, e estavam em vinculação com as redes familiares da colônia (Por exemplo Echenique, Arguello). Outras, que chegaram de outros espaços coloniais, obtiveram junto ao acesso à terra cargos militares (Freytes), assentando-se nas proximidades da serra. Para estas optar por morar na fronteira era um risco (Bengolea, por exemplo, foi morto pelos índios), mas era uma decisão consciente de traslado da família que teria sua compensação, pois transformavam-se em figuras prestigiosas na região (Soria, Acosta).

Outros povoadores, não espanhóis, que mais tinham conseguido um excedente econômico, puderam comprar terras em espaços em que as mesmas tinham pouco valor, embora ficassem excluídos do próprio sistema sócio-legal colonial (Cabral, de La Mar). Junto a estas também estava a população índia, descendente quiçá dos índios reduzidos pelos conquistadores. Assim, pelo censo de 1778 observei que alguns mantêm certa autonomia ao serem registrados como famílias com seus próprios chefes do *fogo* ou como *famílias vagamundas*. Outros moram misturados com distintos grupos étnicos, como agregados e conchavados das famílias principais. Mas também estavam os que transitavam o mundo colonial tratando de sobreviver em um sistema econômico e social que estava em crise, dado que o aumento desta população e as restrições para as mesmas praticamente os levaria a conviver num mundo considerado ilegal e cada vez mais fechado e sem alternativas. Nesse contexto, algumas famílias puderam optar pela fronteira como meio de vida, mas outras seriam arrastadas pela estratégia da política estatal que as retira de suas próprias moradas e as translada em forma compulsiva; isto é, foram desterradas para morar na fronteira.

O leque de possibilidades de morar na fronteira foi muito diversificado. Construir um pedaço de cada uma destas vidas foi uma via de entrada a um mundo distante de nosso tempo. Neste espaço, por sua condição de fronteira, as famílias distinguidas confundem-se com os cargos militares, e estas começaram a atuar e se perpetuar neste mundo revolucionário. As outras famílias, quiçá, no entanto, continuaram com suas estratégias de sobrevivência.

Em termos gerais, o realizado até aqui nos permite abrir um campo de possibilidades novas a serem indagadas, apresentar novos interrogantes, dar pistas a serem aprofundadas, buscar outros suportes documentais que permitam avançar e reforçar o estudo das famílias no meio rural e, sobretudo, contribuir para uma História Social Regional. Perguntas como: Que estratégias tiveram frente à crise da ordem colonial os grupos da elite? Ficaram atrelados e vinculados a Córdoba ou procuraram novas alianças, esta vez com grupos familiares de Buenos Aires? Que novas famílias povoaram a planície? De onde elas vinham? Qual foi o comportamento frente às distintas fações das guerras civis do século XIX?. A existência de um período prolongado de fronteira transformou esta sociedade artesanal em uma sociedade militarizada?

Perguntas, estas, que excedem ao propósito desta pesquisa. Embora abrem ao debate historiográfico sobre uma história construída fundamentalmente desde a Capital e servem de estímulo para novos estudos sobre um espaço que estava ao margem da produção acadêmica.

Por último, creio necessário ressaltar que a região do Río Cuarto constituiu-se como franja de articulação entre dois ecossistemas diferenciados (serra e planície), sendo na primeira onde desenvolveu-se sua vinculação ao mundo colonial e a segunda onde desenvolveu-se uma longa vida fronteiriça. Esta planície, *la pampa*, começa a ter relevância na economia quando é articulada ao mundo agro-exportador.

Por isso, a história colonial da área rural *pampeana* deve dar conta que a modernização não se construiu a fins do século XIX sobre uma Argentina deserta e vazia com o aporte imigratório europeu, senão que existia *a priori* uma história de *longa duração* de famílias crioulas migrantes do interior que tinham povoado este espaço.

Assim, se a “larga espera”, como diz Halperín Donghi, da primeira metade do século XIX caracterizou-se por um período de indefinições, reconhecer as estratégias dos grupos de poder da região de Río Cuarto permitirá identificar o comportamento econômico da região e sua inserção á economia agro-exportadora -junto à imigração ultramarina, ao avanço fronteiriço e a eliminação de população índia e o traçado de linhas férreas- esquecendo o “largo passado colonial”, o que explica o abandono da serra por uma planície prometedora para a “era do progresso”.

Já para finalizar, preciso ressaltar que no transcurso da pesquisa me identifiquei com uma concepção de história regional que procura manter uma relação complementar entre o general e o particular, onde o micro e o macro estão imbricados em um intercâmbio contínuo, entre o contexto que contem e o texto que o explica e da sentido.

BIBLIOGRAFÍA

- ABAD DE SANTILLAN, Diego. *Historia Institucional argentina*. Buenos Aires. TEA 1966. 600 p.
- ABECASIS, Alberto. II Siglos de la elevación del Pueblo de la Punta del Sauce a la categoría de Villa Real. In *Quarto Rio*. Revista de la Junta Municipal de Historia Año 2 N° 2. 1997. 5-22 pp.
- ACTAS CAPITULARES de la *Villa de la Concepción*. Anos 1789-1812. Buenos Aires Academia Nacional de la Historia. 1947. 477 p.
- ALBARRACIN, Santiago J. *Bosquejo histórico, político y económico de la provincia de Córdoba*. Buenos Aires. Edición Oficial. 1889. 411 p.
- AMARAL, Samuel. Trabajo y trabajadores rurales en Buenos Aires a fines del siglo XVIII. *Anuarios I.E.H.S.* Tandil. Universidad Nacional del Centro. v 2. 1987. pp. 33-41.
- AMINGORENA, Joseph. Descripción de los Caminos por donde em el dia se transita desde la ciudad de Buenos Aires à la de Mendoza, y Relación exacta de todos los Parages em que hay Población o Casas.... In *Cuadernos de Historia Regional*. Vol IV Abril 1998. Nro 11. pp. 5-29.
- ANDERSON, Michael. *Aproximaciones a la historia de la familia occidental 1500-1914..* México, Siglo XXI. 1998. 113 p.
- ARCONDO, Anibal. Los precios en una Economía en Transición. *Revista de Economía y Estadística* Año XVI, N° 1, 2, 3 y 4. Córdoba Dirección General de Publicaciones. Universidad Nacional de Córdoba. 1973. 32 p.
- _____. *El ocaso de una sociedad estamental*. Córdoba entre 1700 y 1760. Córdoba, Universidad Nacional de Córdoba, 1993. 315 p.
- _____. *La población de Córdoba en 1813*. Córdoba Instituto de Economía y Finanzas. Facultad de Ciencias Económicas, Universidad Nacional de Córdoba, 1995. 163 p.
- _____. *La Población de Córdoba según el Empadronamiento de 1778*. Serie Estudios Instituto de Economía y Finanzas. Facultad de Ciencias Económicas, Universidad Nacional de Córdoba , Córdoba. 1998. 40 p.

ASSADOURIAN, Carlos S.; BEATO, Guillermo; CHIARAMONTI, José. *Historia Argentina. La Conquista. De la conquista a la Independencia. V. 2* Buenos Aires. Paidós. 1972. 382 p.

ASSADOURIAN, Carlos S. Potosí y el crecimiento económico de Córdoba en los siglos XVI y XVII. *Homenaje al Doctor Ceferino Garzón Maceda*, Córdoba. Instituto de Estudios Americanistas, Facultad de Filosofía y Humanidades, Universidad Nacional de Córdoba. 1973 pp.: 169-183.

_____. *Sistema de la economía colonial. Mercado Interno, regiones y espacio económico* México. Nueva Imágen. 1983.

_____ et al. *Modos de producción en América Latina*. Ed. Siglo XXI. 1989. 242 p.

BAGGINI, Iván. Ocupación y poblamiento del espacio Sur de Córdoba (Siglo XVIII), *Revista Voces* N° 18. Universidad Nacional de Río Cuarto. Río Cuarto. 1997. pp. VI VII.

_____. Poblar la Frontera un estudio sobre la apropiación del espacio rural del río Cuarto durante el siglo XVIII. *Primeras Jornadas de Investigación Departamento de Historia*. Río Cuarto. Facultad de Ciencias Humanas. Universidad Nacional de Río Cuarto . 1999. pp.57- 66.

BANDIERI, Susana. Historia y Planificación Regional: un encuentro posible. SIAP. *Revista Interamericana de Planificación*. Edic. SIAP. Vol. XXVI, N° 101, 102. Guatemala, enero-junio. 1993 pp. 78-94.

_____. Acerca del concepto de región y la historia regional: la especificidad de la Norpatagonia. *Revista de Historia* Nro 5. Universidad Nacional del Comahue. 1995.

_____. *Entre lo micro y lo macro: la historia regional*. Entrepasados. Buenos Aires. Año VI. Número 11. 1996 pp. 71-100.

BANZATO, Guillermo y Quinteros Guillermo. La ocupación de la tierra en la frontera bonaerense. El caso de Chascomús 1779-1821. *Estudios de Historia Rural II*. N° 11. Universidad Nacional de La Pampa. 1992

BARBA, Enrique. *Frontera Ganadera. Guerra con el indio*. La Plata. Editorial de la Universidad Nacional de La Plata. 1997.155 p.

BARRIONUEVO IMPOSTI. Víctor. *Historia de Río Cuarto*. 1° Tomo. Buenos Aires. TIPENC. 1986. 190 p.

BEVERINA, Juan. *El virreinato de las provincias del Río de la Plata. Su organización Militar* . Buenos Aires. Círculo Militar. Biblioteca oficial. 1992. 478 p.

BISCHOFF, Efrain. *Historia de Córdoba*. Buenos Aires. Plus Ultra. 1979. 726 p.

- _____. Entre Carripilón y Emiguán. In *Quarto Río*. Revista de la Junta Municipal de Historia de Río Cuarto. Año 2 N° 3 – Diciembre de 1997 pp. 38-46.
- BELTRAMINI, Alicia E. Un estudio sobre la población indígena cordobesa en el siglo XVIII. *Revista de la Junta Provincial de Historia de Córdoba*. N° 7. Córdoba. 1978. 19 p.
- BONET DE SAINO, Olga; LARREA, Zulma. *Actividad de un mercader de campaña a comienzos del siglo XIX*, Trabajo Final de Licenciatura en Historia. Río Cuarto. Universidad Nacional de Río Cuarto, Río Cuarto. 1991. 121 p.
- BORDESE, María Ester. Las conductas delictivas en la “jurisdicción” de la Villa de la Concepción según las actas de Cabildo. In *XVI Encuentro de Historia de los pueblos del sur de Córdoba*. Las Higueras. Río Cuarto. Junta de Historia de Río Cuarto. 30 de abril de 2000. 15 p.
- BRADING, D. A. La España de los Borbones y el imperio americano. Leslie Bethell, *Historia de América Latina*. Tomo II. América Latina colonial: Europa y América en los siglos XVI, XVI y XVIII . Ed.. Crítica, Barcelona. 1990. pp. 85-126.
- BUSCÁ-SUST FIGUEROA. Linajes pobladores de la Villa de la Concepción del Río Cuarto. Irusta. En *Boletín del Instituto de Estudios Históricos*. Lorenzo Suárez de Figueroa. Huanchilla. N° 2. 1976. pp. 15-21
- CABRERA, Pablo. *Tesoros del Pasado Argentino. Tiempos y campos heróicos*. 1° Parte. Córdoba. 1927.
- CACERES, Santiago. *Arbitrage sobre Límites interprovinciales*. Esposicion del Comisionado del Gobierno de Córdoba seguida de los documentos presentados. Buenos. Aires. Imprenta de Pablo E. Coni. 1881. 289 p.
- CALVIMONTE, Luis Q. Orígenes de las fundaciones de las villas de Tulumba, La Carlota, La Concepción (Río IV), del Rosario, de San Francisco del Chañar y de Maria del Río Seco. *Sexto Congreso Nacional y Regional de Historia Argentina*. Buenos Aires. Academia Nacional de la Historia. 1997. Separata. pp. 217-230.
- CARBONARI, María Rosa. Algumas Considerações sobre o conceito de História Regional. Um enfoque teórico-metodológico. *Veritas*. Porto Alegre. Revista da PUC do Rio Granda do Sul. V. 36 Nro. 142. 1991 pp. 269-294.
- _____. Población y Espacio en el Río Cuarto. Fines del siglo XVIII. *Cronia*, Universidad Nacional de Río Cuarto. Río Cuarto. Vol 2 N° 2: 1998. p. 170-185.
- _____. De quien es ese espacio? La construcción de la frontera sur *Revista Memoria atinoamericana* N° 2, Río Cuarto, Universidad Nacional de Río Cuarto. 1998. p. 29-49.

- CARDOSO, Ciro F. *Historia económica de América Latina*. Tomo 1. 2º edic. Barcelona. Crítica. 1981. 232 p.
- CARDOSO, Ciro Flamarión; BRIGNOLI, Héctor. *Los métodos de la Historia*. 5 edic. Barcelona. Crítica. 1984. 329 p.
- CELTON, Dora; ENDREK, Emilio. Pueblos, capillas y lugares de la Antigua Provincia de Córdoba del Tucumán según el censo de 1778. *Cuadernos de Historia* Nro. XL. I. E. A. Córdoba. 1984 p. 97- 129.
- CELTON, Dora E. La situación social y económica de la población de la provincia de Córdoba durante el gobierno del marqués de Sobremonte. *Cuadernos de Historia* Nro. 12. Córdoba. 1992. 34 p.
- _____. *La población de la provincia de Córdoba a fines del siglo XVIII*. En Academia Nacional de la Historia. Bs. As. 1993.
- _____. *Ciudad y campaña en la Córdoba Colonial*. Córdoba. Junta Provincial de Historia de Córdoba. 1996. 128 p.
- CERDA PINCHEIRA, Patricia. La frontera en Chile : un análisis comparativo. *Nueva Historia*. Revista de Historia de Chile. 1988-1989 pp. 47-56.
- CHAYANOV, Alexander. *Organización económica de la unidad campesina*. Ediciones Nueva Visión. Buenos Aires. 1974.
- CHEVALIER, F. *La formación de los latifundios en México* : F.C.E. México. 1974.
- CHIARAMONTE, Juan Carlos. *Formas de economía y sociedad en Hispanoamérica*. Grijalbo. México 1983. 279 p.
- CLEMENTI, Hebe. *F. J. Turner*. Buenos Aires. CEAL. 1968. 119 p.
- _____. *La frontera en América. Una clave interpretativa de la historia americana*. Buenos Aires. Leviatán. v. 1. 1987. 203 p.
- COMADRÁN RUIZ, Jorge. *Evolución Demográfica Argentina durante el período hispano (1535-1810)*. Buenos Aires. Eudeba. 1969. 120 p.
- CONCOLORCORVO. *EL Lazarillo de ciegos caminantes*. Madrid. Editora Nacional. 1980 430 p.
- CONI, Emilio. *Historia de las Vaquerías de Río de la Plata. (1555-1750)*. Madrid. Tipografía de Archivos. 1930. 63 p.
- CONVERSO, Félix. Los Créditos compulsivos deterioraron económicamente a los mercaderes españoles? Nueva información para el caso de Córdoba (1806-1830). *Anuarios de Estudios Americanos*, Tomo L, Nro. 2 1993. pp.163-189.

- CORIA, Luis Alberto. *Evolución económica de Mendoza en la época Colonial*. Universidad Nacional de Cuyo. 1988. 344 p.
- CORREIA DE ANDRADE, Manuel *Geografia. Ciência da Sociedade. Uma introdução à Análise do pensamento geográfico*. Atlas. São Paulo 1987. 143 p.
- CORREIA DE ANDRADE, Manuel. A geografia e a sociedade. *Natureza e sociedade de hoje. Uma leitura geográfica* de María A De Souza (org.). HUCITEC-ANPUR. São Paulo. 1994.
- CUBRIA, Alberto. *Río Cuarto, Resumen Histórico de la ciudad y de su región*. Ed. Cubría y Tamaro. 1991 23 p.
- DI STEFANO, Roberto. El mundo rural rioplatense colonial. Una cuestión abierta. In *Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana "Dr E. Ravignani"*. Tercera Serie, N° 2 2 semestre de 1991. pp. 117-128
- DALLA MATIA, Carlos; MALLO, Norberto. Entrada Española en el Sur de Córdoba XIV Encuentro de los Pueblos del Sur de Córdoba. Huanchilla. 1998.
- D'ANDREA, Ulises. Los primeros españoles en territorio puntano y en el sur de Córdoba. Origen de la Trapalanda. In *Quarto Río* Revista de la Junta Municipal de Historia. Río Cuarto. Año 3 N° 4. 1998. pp. 80-86.
- D'ANDREA, Ulises; NORES, Beatriz. *Alpa Corral, sus orígenes y su historia*. Talleres Gráficos Copiar. Córdoba. 1996. 84 p.
- DICCIONÁRIO DE CIÊNCIAS SOCIAIS. (1986). Fundação Getulio Vargas. Rio de Janeiro.
- DONGHI, Tulio Halperín. *Revolución y Guerra*. Buenos Aires. Siglo XXI. 1972. 419 p.
- ECO, Umberto. A linha e o laberinto: as estruturas do pensamento latino *A Civilização Latina*. Georges Duby (Direção) Publicações dom Quixote. 1989
- ENCICLOPÉDIA EINAUDI. Dir. Ruggiero Romano. *Região*. Volume 8. Imprensa Nacional. Porto. Casa da Moeda. 1986. 546 p.
- ENDREK, Emilio. El mestizaje en Córdoba. Siglo XVIII y principios del XIX, *Cuadernos de Historia* N° XXXIII, Instituto de Estudios Americanistas, Córdoba. 1966. 151 p.
- _____. El mestizaje en el Tucumán. Siglo XVIII. Demografía comparada. *Cuadernos de Historia* N° XXXV. Córdoba. I.E.A. UNC. 1967. 22 p.
- FANELLI, Jorge, VIGUERA, Anibal. Aproximaciones a los "vagos y malentretidos" de la campaña rioplatense a fines del siglo XVIII. *Primeras Jornadas de Historia Argentina-Americana*. Tandil. Buenos Aires. 1983. 7 p.

- FARBERMAN, J. Los que van y los que se quedan Familia y migraciones en Santiago del Estero a fines del período colonial. *Revista Quinto Sol*. N°1. La Pampa Instituto de Historia Regional, Universidad Nacional de La Pampa. 1997. pp. 7-40.
- FARIA, Sheila Castro. História da Família e Demografia Histórica. *Domínios da História*. Ciro F. Cardoso e Ronaldo Vainfas (org). Rio de Janeiro. Campus. R.J. 1997. pp. 241-258.
- FASSI, Juan. Noticias históricas sobre Reducción. *El Heraldo de Reducción* Año 7. N° 7. Reducción, Córdoba. 1931. pp. 37-54.
- FASSI, Juan B. El antiguo Curato de Río Cuarto y la Nueva Diócesis. *El Heraldo de Reducción*. Año IX. N° 11 Reducción . Córdoba. 1935. pp. 16-45
- FASSI, Juan B.. Camino real de Buenos Aires a Mendoza y Reino de Chile, *El Heraldo de Reducción* N° 23. Reducción (Córdoba). 1947. pp. 11-33.
- FERNANDEZ, Mónica. Comentario a “Descripción de caminos, pueblos, lugares, que hay desde la ciudad de Buenos Aires a la de Mendoza, en el mismo reino de José Francisco Amigorena. *Cuadernos de Historia Regional*. Vol IV. Nro. 11. Lujan. 1988. pp. 3-33.
- FERRARI RUEDA, Rodolfo. *Historia de Córdoba*. Córdoba Biffignandi. 1968. 225 p .
- FERRERO, Roberto A. 1999. *Breve Historia de Córdoba (1528-1995)*. Córdoba. Alción Editora. 189 p.
- FONTANA, Josep. Los campesinos en la Historia. Reflexiones sobre un concepto y unos prejuicios. *Revista Historia Social*. N° 28. Valencia. 1997 pp. 3-11.
- FOUCAULT. Michel. *Microfísica do Poder*. São Paulo. Graal. 1986.
- FOURCADE, Adriana. *Las fluctuaciones poblacionales de la Villa de la Concepción del Río Cuarto en relación con el momento histórico del país*. Río Cuarto Departamento de Historia, Facultad de Ciencias Humanas, Universidad Nacional de Río Cuarto. 1986. 114 p.
- _____. *Una Villa de Frontera. Estudio de la población de la Villa de la Concepción del Río Cuarto (1800 - 1850)*. Río Cuarto. Ed. Icala. 1991. 68 pp.
- FRADKIN, Raúl. La Historia agraria y los estudios de establecimientos productivos en Hispanoamérica colonial : una mirada desde el río de la Plata. *La historia agraria del río de la Plata Colonial los establecimientos productivos*. R. Fradkin (Compilación y estudio preliminar). Buenos Aires. C.E.A.L. 1993. pp. 7- 65
- GAIGNARD, Roman. *La Pampa Argentina*. Ed. Solar. Bs. As. 1989.
- GALVEZ, Lucia. *Mujeres de la conquista*. Planeta. 1990. 210 p.

GARAVAGLIA, Juan Carlos. Los textiles de la tierra en el contexto colonial rioplatense: ¿una revolución industrial fallida? *Anuarios IEHS* N°1. Tandil. Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires.1986. pp. 45-87.

_____. ¿Existieron los gauchos ? Em *Anuarios IEHS*. Nro 2. Tandil 1987. pp. 42-52.

_____. Ecosistema y tecnología agraria : elementos para una historia social de los ecosistemas agrarios rioplatenses (1700-1830. *Desarrollo Económico*, 28 (112), Buenos Aires. 1989. pp. 549-575.

_____. *Pastores y labradores de Buenos Aires. Una historia graria de la campaña bonaerense 1700-1830*. Buenos Aires. Ediciones de la Flor. 1999a. 408 p.

_____. Poder, conflicto y relaciones sociales. El Río de la Plata. XVIII – XIX. Rosario. HomoSapiens ediciones. 1999b. 212 p.

GARAVAGLIA, Juan Carlos; WENTZEL, Claudia. 1989 Un nuevo aporte a la historia del textil colonial : los ponchos frente al mercado porteño (1750/1850). *Anuario IEHS* N° 4. Tandil. 1989. pp. 211-239.

GARAVAGLIA, Juan Carlos; MORENO, José Luis (comp.). *Población, sociedad, familia y migraciones en el espacio rioplatense. Siglo XVIII y XIX*. Buenos Aires. Cántaro. 1993. 187 p.

GARAVAGLIA, Juan Carlos; FRADKIN, Raúl. *Hombres y Mujeres de la Colonia*. Buenos Aires. Sudamérica. 1994. 279 p.

GARCIA CONZÁLEZ, Francisco. La historia de la familia o la vitalidad de la historiografía española. *Historia a Debate*. (Carlos Barros org.). La Coruña, 1995. Tomo II.

GARZON, Ignacio.1898 *Crónica de Córdoba*. Tomo I. Ed. Alfonso Aveta, editor. Córdoba. 271 p.

GARZON MACEDA, Ceferino. Economía del Tucumán. Economía natural y economía monetaria. Siglo XVI XVII y XVIII. *Instituto de Estudios Americanistas*. Serie Histórica Nro XXXV. Córdoba Universidad Nacional de Córdoba. 1968.

GELMAN, Jorge. ¿Gauchos o campesinos ? *Anuarios IEHS*. Nro 2. Tandil. 1987 pp. 53-59

GELMAN, Jorge. Una región y una chacra en la campaña rioplatense : las condiciones de la producción triguera a fines de la época colonial *Desarrollo Económico*, 28 (112). Buenos Aires. 1989

GELMAN, Jorge. *Campesinos y estancieros*. Buenos Aires Ed. los Libros del Riel. 1998. 333 p.

- GIBSON, Charles. *España en América México*. Ed. Grijalbo. 1977. 368 p.
- GILBERTI, Horacio. *Historia económica de la ganadería argentina*. Buenos Aires. Hyspamérica 1974.
- GUIMERÁ, Agustín. (ed.) *El reformismo borbónico*. Madrid. Alianza. 1996. 295 p.
- GONZALEZ DE MARTINEZ, Marcela. *Control Social en Córdoba. La papeleta de Conchavo 1772-1892*. Centro de Estudios Históricos. Serie Documental. Córdoba. 1994.
- GRENON, Pedro. *Los pampas y la frontera del sur*. Córdoba. Imp. Liendo. 1924. 125 p.
- GUARDA, Gabriel. *La ciudad chilena del siglo XVIII*. Buenos Aires Centro Editor de América Latina.. 1968. 91 p.
- GONZALBO, Pilar y Cecilia Rabel (Comp.). *La familia en el mundo iberoamericano*. México. UNAM. 1994. 466 p.
- GUIERREZ, Miguel Angel. *Achiras Histórica*. Río Cuarto Imprenta Universidad Nacional de Río Cuarto. 1997. 407 p.
- GUTIERREZ, Susana. Ocupación y conformación espacial del sur de Córdoba. *Cuadernos de Historia* N° 25. Córdoba. Junta Provincial de Historia de Córdoba. 1993. 33 p.
- _____. La población económicamente activa de la ciudad de Río Cuarto durante el siglo XIX. *Fundamentos* Revista de la Facultad de Ciencias Económicas. Río Cuarto. Universidad Nacional de Río Cuarto. N° 1. Vo. 1 Agosto 1995. pp. 672-693.
- _____. Regiones y actividades económicas In: *II Jornadas Nacionales de Historia Regional*. Anales. Río Cuarto. 28 noviembre. 1997. 18 p.
- HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. 1936 Río de Janeiro. José Olympo Editora 5ª ed. 1989.
- HOBSBAWM, Eric, The Revival of Narrative : Somme Comments. *Past and Present*, N° 86. (tradução Luis Rodríguez) *Historia Oberta*, Debats° 4. 1980
- HURTADO, Eduardo. *Comercio y conflicto en la frontera sur de Córdoba. 1782/1831*. In VI Jornadas Interescuelas, Departamento de Historia. Universidad Nacional de la Pampa. La Pampa. 1997
- IMAZ, José Luis. *Estructura social de una ciudad pampeana*. Cuaderno de Sociología 1 y 2. Fac. de Humanidades de Ciencias de la Educación. Dep. de Filosofía. Instituto de Filosofía y Pensamiento Argentino. Buenos Aires. 1965. 169 p.

- JARA, Álvaro. Ocupación de la tierra, poblamiento y frontera (elementos de interpretación). In Florescano, Enrique et al. *Tierras nuevas. Expansión territorial y ocupación del suelo en América (Siglos XVI-XIX)* México. El Colegio de México. Centro de Estudios Históricos. 1973 pp. 1-10.
- JONG, Gerardo de. El análisis regional: consideraciones metodológicas. *Boletín Geográfico*. Dpto. Geografía. Fac. Humanas. Universidad Nacional del Comahue. N° 8, 1987
- KRAUS, Amalia T. et al. *Los ambientes naturales del sur de la Provincia de Córdoba*. Río Cuarto. Editorial de la Fundación Universidad Nacional de Río Cuarto. 112 p.
- KULA, W. *Teoría económica del sistema feudal*. Buenos. Aires. 1974
- LASCANO COLODRERO, Arturo Germán de. *Linajes de la Gobernación del Tucumán. Los de Córdoba*. Tomos 1, 2 y 3. Córdoba Edit. Biffignandi. 1936-1960..
- LASLETT, Peter. (1972) *La famille et le ménage : approches historiques*". *Annales Economies, Sociétés, Civilisations*, 45, pp 847-872. (Traducción Dr. Hernán Otero. Dpto. Historia. Fac. Filos. y Letras. Universidad de Buenos Aires. 1994.)
- LEITE LINHARES, Maria Yedda. Pecuária, Alimentos e Sistemas Agrários no Brasil (Séculos XVII e XVIII). In *Revista Tempo*. Departamento de Historia da Universidade Federal Fluminense. Niterói. Vol 1 N° 2. 1996. pp. 132-150.
- LEGUIZAMON, O. *Arbitraje sobre límites entre las provincias de San Luis y Córdoba*. Buenos Aires. Establecimiento Tipográfico de La Pampa. 1883. 365 p.
- LIRA, Luis Felipe. *Introducción al Estudio de la Familia y el Hogar*. San José. Costa Rica. Centro Latinoamericano de Demografía, 1976.
- LOBATO CORREA, Roberto. *Região e organização espacial*. São Paulo. Atica. 1986.
- LOBOS, Héctor (1976). *La frontera sur de Córdoba 1810-1820*. Córdoba. Córdoba. Junta Provincial de Córdoba, 1979. 123 p.
- LUCENA GIRALDO, Manuel. El reformismo de Frontera. *El Reformismo borbónico*. Guimerá (ed.) Madrid. Alianza Universidad. 1996. pp. 265-275.
- LUKES, Steven. *Poder*. Em *Dicionário do Pensamento Social do Século XX*. Rio de Janeiro Jorge Zahar Editor. 1996.
- LYNCH, John. El siglo XVIII. *Historia de España XII*. Barcelona. Crítica. 1991.
- LYNCH, John. El reformismo borbónico e Hispanoamérica. *El Reformismo borbónico* Guimerá (org.). Madrid Alianza Universidad. 1996. pp. 37-59.
- MAGOIA, Rosana Circulación y producción en la región del Río Cuarto período colonial tardío. Aproximación Historiográfica para su estudio. *Iras. Jornadas de Investigación*

- Científica del Departamento de Historia*, Universidad Nacional de Río Cuarto, Río Cuarto. 1999. pp. 79-89
- MANDRINI, Raúl. La agricultura indígena en la región pampeana y sus adyacencias (siglo XVIII y XIX). *Anuario del I.E.H.S.* N° 1. Tandil. 1986. pp. 11-42
- _____. *Desarrollo de una sociedad indígena pastoril en el área interserrana bonaerense.* *Anuario del I.E.H.S.* N° 2. Tandil. 1987. pp.71-98.
- MARTINEZ SARASOLA, Carlos. *Nuestros paisanos los indios.* Buenos Aires. Emecé. 1998. 659 p.
- MARRONI, Maria da gloria. La sociología rural y los campesinos: un siglo de convivencia y crisis compartidas *V Congreso Latinoamericano de Sociología Rural.* Chapingo México. 1998
- MATEO José. Migrar y volver a migrar. Los campesinos agricultores de la frontera bonaerense a principios del siglo XIX. GARAVAGLIA e Moreno (comp.) *Población, sociedad, familia y migraciones en el espacio rioplatense.* Buenos Aires. Cántaro. 1993. pp. 123-148.
- MORSE, Richard. El desarrollo urbano de la Hispanoamérica colonial. In Bethell, Leslie (Edit.) *Tomo 3. América Latina Colonial: economía.* Estructuras económicas y sociales: Hispanoamérica. Barcelona, Edit. Crítica, 1990. Pp.15-48.
- MAYO, Carlos. Sobre peones, vagos y malentretenidos: el dilema de la economía rural rioplatense durante la época colonial. *Anuarios IEHS.* Nro 2. Tandil. 1987. pp 25-40.
- MAYO, Carlos; LATROBESSE, Amalia. (1998) *Terratenientes soldados y cautivos. La frontera, 1736-1815.* Biblos. Bs. As. 2ª edic. corregida e aumentada. 1998. 126 p.
- MAYOL LAFERRÈRE, Carlos. Lorenzo Suárez de Figueroa y el descubrimiento de Río Cuarto.. Huanchilla. 1973.
- _____. Linajes fundadores de la Villa de la Concepción del Río Cuarto. Acosta. *Boletín del Instituto de Estudios Históricos. Lorenzo Suárez de Figueroa.* N° 1. Huanchilla. 1975. pp. 19-30.
- _____. Historia antigua de la Capilla de Tegua. Siglos XVII y XVIII. En *Boletín N° 2 del Instituto de Estudios históricos Lorenzo Suárez de Figueroa* . Río Cuarto. Huanchilla, Córdoba. 1976. pp. 28-35
- _____. Fuertes y Fortines de la Frontera Sur de Córdoba. *Boletín del Instituto de Estudios Históricos L. Suárez de Figueroa* N° 3. Huanchilla, Córdoba 1977. pp. 3-29
- _____. Linajes fundadores de la Villa de la Concepción del Río Cuarto: Soria. *Boletín del Instituto de Estudios Históricos. Lorenzo Suárez de Figueroa.* Huanchilla. Nro IV. 1978-9. pp. 45-52.

- _____. Noticias Histórico-Biográficas de los Primeros Pobladores de la Villa e la Concepción del Río Cuarto. *Boletín del Instituto de Estudios Históricos. Lorenzo Suárez de Figueroa*. Nº V. Huanchilla, Córdoba. 1980. pp. 18-42
- _____. La primera Colonización del Río Cuarto. Río Cuarto. *Diario Puntal*. 1-11-1981: pp. 2-3; 8-11-1981 pp. 2-3.
- _____. Juan Gualberto Echeverría. Noticias genealógicas. *Boletín del Instituto de Estudios Históricos. Lorenzo Suárez de Figueroa*. Nº VI. Huanchilla. Córdoba. 1981. pp. 7-17.
- _____. Linajes pobladores del Valle de Tegua: Los Molina Navarrete. (s/fecha) (inédito)
- MELLAFE, Rolando. *Frontera Agraria: el caso del Virreinato peruano en el siglo XVI. Tierras Nuevas. Expansión territorial y ocupación del suelo en América (Siglo XVI y XIX)* Colegio de México. 1968.
- MEDINA LORENTE. A. Edición preparada de Concolorcorvo. *El zararillo de ciegos caminantes*. Editora Nacional. Madrid. 1980
- MENDEZ, Ricardo y Fernando Molinero. *Geografía y Estado. Introducción a la Geografía Política*. Madrid. Cuadernos de Estudio 17. 1984.
- MORAES, Antonio Carlos Robert *Geografía. Pequena História Crítica*. São Paulo HUCITEC. 1986. 138 p.
- MORSE, Richard. El desarrollo urbano de la Hispanoamérica colonial. In BETHELL, Leslie (ed.) 3. *América Latina Colonial: Economía. Estructuras Económicas y Sociales: Hispanoamérica*. Barcelona. ed. Crítica. 1990. 15-48.
- METCALF, Alida. La familia y la sociedad rural en São Paulo: Santana de Panaíba, 1750-1850. *La familia en el mundo iberoamericano*. Pilar Gonzalbo Aizpuru y Cecilia Rabell, comp. Instituto de Investigaciones Sociales. Universidad Nacional Autónoma de México. 1994. pp.
- MONTES, Anibal. Historia Antigua de la ciudad de Río Cuarto. *Revista de la Universidad Nacional de Córdoba*. Año XL Nº 3. Córdoba 1953. 53 p.
- MORENO, José Luis. Población y sociedad en el Buenos Aires rural a fines del siglo XVIII. *Población, sociedad, familia y migraciones en el espacio rioplatense. Siglos XVIII y XIX*. Buenos Aires . Cántaro. 1993. pp. 105-122
- MORENO, José Luis; MATEO, J. Antonio. El “redescubrimiento” de la demografía histórica en la historia económica y social *Anuarios IEHS* Nº 12. Tandil. 1997. pp. 35-55

- MÖRNER, Magnus. *La mezcla de razas en la Historia de América Latina*. Buenos Aires. Paidós. 1969.
- MOYANO, Hugo. *La organización de los Gremios en Córdoba. Sociedad Artesanal y Producción Artesanal 1810-1820*. Córdoba. Centro de Estudios Históricos. 1986. 243 p.
- MOYANO ALIAGA, Alejandro. *Don Gerónimo Luis de Cabrera y sus descendientes (Siglos XVI-XVIII)*. Córdoba. Marzo de 2000 (inédito).
- NORES, Beatriz; D'ANDREA, Ulises. *Los Aborígenes de la región del Río Cuarto*. Editorial Nuevo Siglo. Córdoba 1996.
- OMEGNA, Nelson. *A cidade colonial*. Brasilia. EMBRASA-MEC. 2 ed. 1971. 344 p.
- PALOMEQUE, Silvia. *La circulación mercantil en las provincias del interior, 1800-1810 Em Anuarios IEHS N° 12*. Tandil. Universidad Nacional del Centro. 1989. pp.131-210
- PUNTA, Inés. *Córdoba Borbónica*. Córdoba. UNC. Dirección General de Publicaciones. 1997. 233 p.
- PUNTA, Inés. La frontera de la jurisdicción de Córdoba en el siglo XVIII. In *II Encuentro de Historia Regional Comparada*. Rosario. Mayo 2000.
- RAMIREZ, Susan. Grandes Terratenientes. In *Ciudades y Sociedad en Latinoamérica colonial*. Hoberman, Louisa e Susan M. Socolow (compiladoras) F.C.E. México. 1993. pp. 29-65.
- RATTO, Silvia. Relaciones inter-étnicas en el Sur bonaerense, 1810. Indígenas y criollos en la conformación del espacio fronterizo. VILLAR, Daniel. *Relaciones inter-étnicas en el sur bonaerense 1810-1830*. (org.) Bahía Blanca Departamento de Humanidades Universidad Nacional del Sur. I.E.H.S. 1998. pp. 21-26
- RAS, Norberto. *Crónica de la frontera sur*. Academia Nacional de Agronomía y Veterinaria. Buenos Aires. 1994. 626 p.
- REHER, D. *La familia en España, pasado y presente*. Madrid, Alianza. 1996
- ROMERO, José Luis. *Latinoamérica: las ciudades y las ideas*. Buenos Aires Siglo XXI. 1976. 396 p.
- _____. *Breve Historia de la Argentina*. Buenos Aires. Huemul. 1978. 226 p.
- SAHLINS, Peter Sahlins, "Rethinking Boundaries" In Seminario: *Fronteras, naciones e identidades*. Instituto de Desarrollo Económico y Social. Buenos Aires. 26-28 de mayo de 1999.

- SAIGNES, Thierry Entre “barbaros” y “cristianos” : el desafío mestizo en la frontera chiriguano. In *Anuarios. IEHS*, Tandil N° 4. 1989. pp. 13-51.
- SANCHEZ ALBORNOZ, Nicolás La población de América Latina. Desde los tiempos precolombinos al año 2000, Madrid. Alianza. 1973. 312 pp.
- _____. La población de la América Colonial española. Leslie Bethell, ed. *Historia de América Latina* Nro 4. América Latina Colonial: Población, sociedad y Cultura. . Barcelona. Editorial Crítica. 1990 pp. 15-55.
- SANTOS, Milton. *Espaço e Método*. São Paulo. Nobel. 1985 2 edic. 152 p.
- _____. *Por uma geografia nova*. São Paulo. 1986 3a ed. 236 p.
- SARGIOTTO, Elena. La historia de la familia. Perspectivas historiográficas recientes para Latinoamérica. *Centro de Estudios Históricos*. Cuaderno Nro 3. Córdoba. Año 1991
- SHANIN, Teodor. A definição de camponês : conceituações e desconceituações -o velho e o novo em uma discussão marxista. *Campesinato e politica agraria na América Latina*. Petrópolis. Editora Vozes. 1980.
- SEGRETI, Carlos. *Córdoba. Ciudad y provincia (siglos XVI – XX)* Según relatos de viajeros y otros testimonios. Junta Provincial de Historia de Córdoba. Córdoba. 1973.
- SERRANO, Antonio. *Los Comechingones*. Universidad Nacional de Córdoba. Córdoba. 1945. 372 p.
- SOCOLOW, Susan M. Los cautivos españoles en las sociedades indígenas : el contacto cultural a través de la frontera argentina. *Anuarios. IEHS*, Tandil. N° 2. 1987. pp. 99-111.
- SOCOLOW, Susan. Introducción. In *Ciudades y sociedad en Latinoamérica colonial* Luisa S. Hoberman e Susan M. Socolow (compiladoras). México. Fondo de Cultura Económica. 1993. pp.7-28.
- SPALDING, Karen. *De indio a campesino*. Lima. 1983
- STONE, Laurence. (1978) *The Revival of Narrative : Reflections on a New Old History*, en *Past and Present*, N° 85. Tradução de Luis Rodríguez *Historia Oberta*, Debats° 4. pp. 94-106.
- TARRAGO, Griselda. Parentesco y poder: el cabildo santafesino en el ocaso del orden colonial. In *VII Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia*. Neuquén Universidad Nacional del Comahue. 1999. 21 p.
- TODOROV, Tzventan. *La conquista de América. La cuestión del otro*. Siglo XXI. México. 1987

- TORRE REVELLO, José . *El Marqués de Sobre Monte*. Buenos Aires. Editorial Peuser. 1946. 288 p. Apéndice documental CLIII p.
- TURNER, Federik Jackson. El significado de la frontera en la historia americana. Hebe Clementi. *F.J. Turner*. Buenos Aires. CEAL 1968 pp. 76.
- VALLE, Laura Cristina del. Redes familiares y estructura capitular en Buenos Aires. 1776-1806. In *VI Jornadas interesuelas/Departamentos de Historia*. La Pampa. Universidad Nacional de La Pampa. 1997. 10 p.
- VAN YOUNG, Eric. Haciendo historia regional. Consideraciones metodológicas y teóricas. *Anuarios. IEHS*, Tandil. N° 2. 1987. pp. 255-281.
- VILAR, Iniciación al vocabulario del análisis histórico. Barcelona. Crítica. 4ta. ed. Crítica. 1982. 315 p.
- VILLAR, Daniel e Juan Francisco Jiménez Aindiados, indígenas y política en la frontera bonaerense (1827-1830) In *Quinto Sol* N°1. Revista del Instituto de Historia Regional. La Pampa. Universidad Nacional de La Pampa. 1997. pp. 103-140.
- VITULO, Alfredo. *Historia de Río Cuarto*. Río Cuarto. Talleres Gráfico Savino. 1947. 276 p.
- WAGNER, Daniela. El comercio de mulas en el sur de Córdoba a fines del siglo XVIII, *III Jornadas de Historia de Córdoba*, Córdoba. Junta de Provincial de Historia de Córdoba. 1997. pp. 123-138
- _____. *La región del Río Cuarto. Una frontera ganadera (fines del siglo XVIII y comienzos del XIX*, Trabajo Final de Licenciatura en Historia, Río Cuarto. Universidad Nacional de Río Cuarto. 1997. 130 p.
- _____. La frontera y sus hogares: el Río Cuarto a fines del siglo XVIII. In *Cronia*, Universidad Nacional de Río Cuarto, Año 2 Vol. 2 1998 pp. 252-268.
- WALTHER, Juan Carlos. La conquista del desierto. Círculo Militar. Buenos Aires. 1947.
- WOLF. Eric. *Sociedades Camponesas*. 2° ed. Río de Janeiro. Zahar Editores. 1976. 150 p.
- ZIENTARA, Benedikt. Frontera. *Enciclopedia Einaudi* N° 14. Imprensa Nacional Casa da Moeda. Porto. 1989
- ZORRAQUIN BECU. *La organización política argentina en el período hispanico*. Buenos Aires. Perrot. 1967. 408 p.

FONTES PRINCIPALES CONSULTADAS

Manuscritas

- A.H.P.C. Censo do Partido de Río Cuarto. 1778. Serie Gobierno. Caja 18. Carpeta 7.
 A.H.P.C. Censo 1813. Serie Gobierno. Ciudad y Campaña . Tomo I.
 A.H.M.R.C. Fondo Documental del Extinguido Cabildo de la Villa de la Concepción del Río Cuarto
 A.G.N. Sección Colonia. Tribunales. Leg. 210. Exp. 5.

Publicadas

1785. 6 de enero *El Gobernador Yntend^{te} de la Provincia de Cordova, dá cuenta desu llegada a la Capital de ella, examen que empieza á hacer para su fomento y medios para su logro, con el fin de desempeñar la obligazⁿ en que le constituye la confianza que ha debido a la Real piedad ofreciendo exponer q.^{to} resulte desu Visita que vá a continuar pasada la Rigorosa estacion de las Aguas.* (06/06/1785). Archivo General de Indias - Sevilla Sección V. Audiencia de Buenos Aires. Correspondencia con los Gobernadores de Tucuman - Anos 1783-1806. Est. 122. Caj. 5 leg. 3 Signatura moderna Buenos Aires legajo 50. . In *El Marqués de Sobre Monte* de José Torre Revello Apéndice documental. LXXXVII

1785 1 de febrero. *Bando del gobernador Intendente Marques de Sobre Monte.* Rubricado Lorenzo González. Escribano público y de real hacienda. Fondo documental del Instituto de Estudios Americanistas. Documento Nro. 4032. *En Control Social en Córdoba.* La papeleta de Conchabo. Documentos para su estudio de Marcela Gonzalez de Martinez. Centro de Estudios históricos. Serie Documental, Córdoba 1996.

1785: 12 de febrero. *Reglamento de Policía.* Firmada por el secretario José de Elias. En Apendice. *Crónica de Córdoba.* Tomo I. de Ignacio Garzón.

1785: 6 de noviembre de 1785: *Oficio del gobernador-Intendente de Córdoba, Marques de Sobre Monte, al virrey Marques de Loreto* Copia sin firma en Archivo General de la Nación, Buenos Aires. División Colonia, Sección Gobierno, Intendencia de Córdoba, 1784-1787, S. VI; C. VII, A. 8, N° 1.) Original em Archivo General de Indias - Sevilla Sección V Audiencia de Buenos Aires - Correspondencia con los Gobernadores de Tucumán años 1783-1806. Buenos Aires. Legajo 50. In *El Marqués de Sobre Monte* de José Torre Revello Apéndice documental.

1785. 6 de diciembre de 1785 *El Gov.^{or} Yntend.^{te} de Córdoba instruye, é informa delo obserbado en la Visita de la Prov^a de su cargo, con inclusion de los principales oficios conque há dado cuenta de ella al Virrey del distrito, é Yntend.^{te} Gral á efecto de que S.M. se digne resolver, lo que fuere de su R.^l agrado en los particulares q^e contiene, y del que especialm.^{te} trata del Colegio R.^l .Convictorio de Monserrat, y demás establecimientos dela naturaleza de este que está bajo la R.^l proteccion. .* (06/12/1785) *El Marqués de Sobre Monte* de José Torre Revello Apéndice documental. p LXXXIX

1788. *Sobre la Intendencia de Córdoba del Tucumán.* In *La Revista de Buenos Aires.* Año II. Bs. As. abril 1861. Nro. 24 Tomo VI

1788 Mendoza, 5 de agosto de 1788: *De las medidas dictadas por el marques de Sobre Monte Gobernador intendente de la provincia de Córdoba.1783-1788* Firmada por el secretario José de Elías. In *La Revista de Buenos Aires*. Buenos Aires, enero 1866 Tomo IX.

1789: 6 de noviembre: *Informe de Sobre Monte al virrey sobre la fundación de pueblos en la frontera* En Instituto de Estudios Americanista Dcto Nro. 8.809.

1792.:20 de marzo. *Bando de buen gobierno* (A.H.P.C, Gobierno Tomo 13,Carpeta 4, folio 321 e siguientes) In *Control Social en Córdoba*. La papeleta de Conchabo. Documentos para su estudio de Marcela Gonzalez de Martinez. Centro de Estudios históricos. Serie Documental, Córdoba 1996.

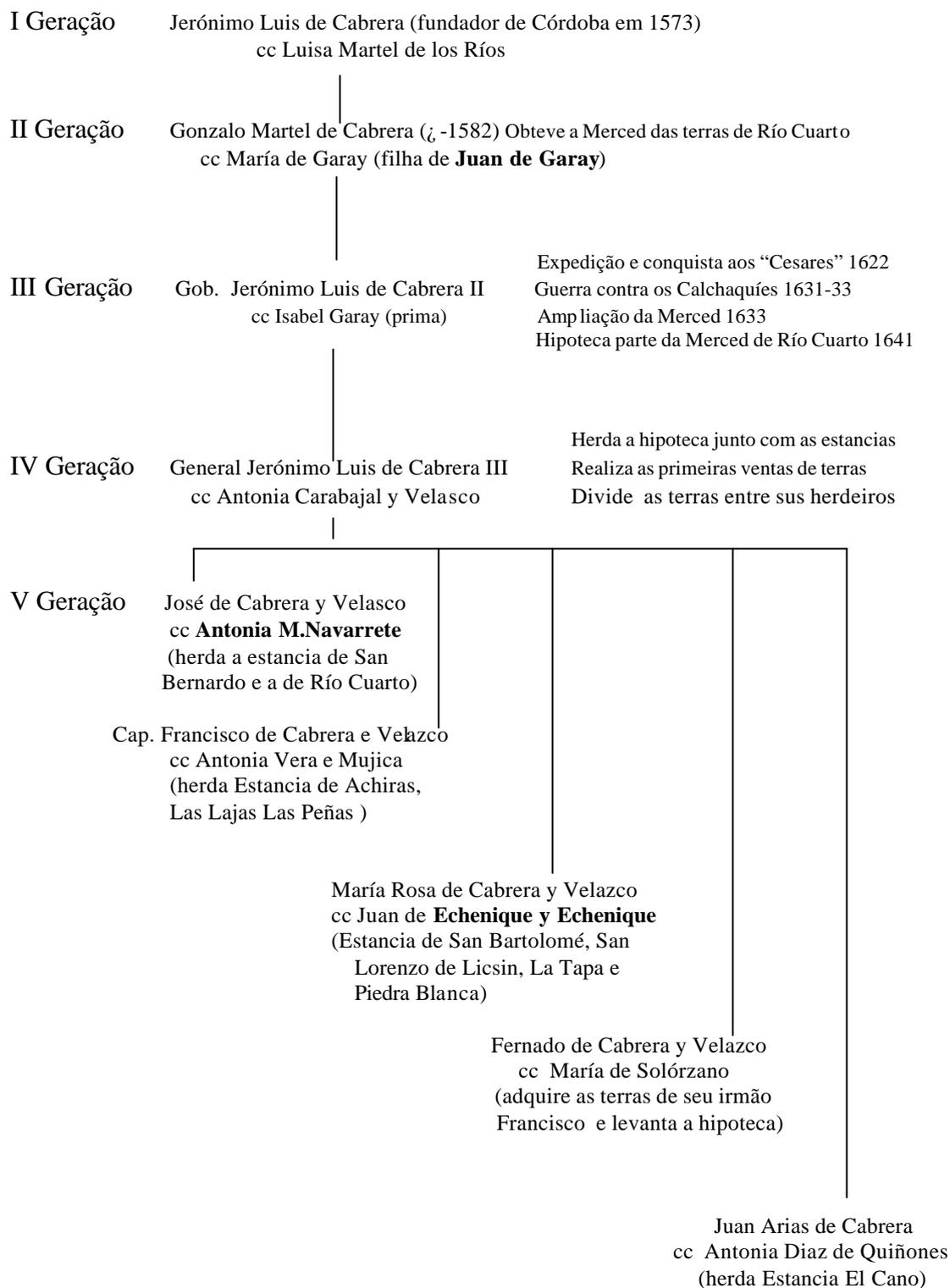
1792.:12 de mayo. *Bando de buen gobierno* (AHPC, Gobierno Caja 13, Carpeta 4, folio 336 Há traslado de este bando em AHPC, escribanía 1. Legajo 283, folio 36). In *Control Social en Córdoba*. La papeleta de Conchabo. Documentos para su estudio de Marcela Gonzalez de Martinez. Centro de Estudios históricos. Serie Documental, Córdoba 1996.

1793: 6 de mayo de 1793: *Bando de buen gobierno*. (A.H.P.C., Gobierno, caja 14, Expediente 10 f 132/138. In *Control Social en Córdoba*. La papeleta de Conchabo. Documentos para su estudio de Marcela Gonzalez de Martinez. Centro de Estudios históricos. Serie Documental, Córdoba 1996.

1797. *Relacion que manifiesta el estado actual de los negocios correspondiente a esta provincia de Córdoba del Tucuman en las cuatro causas de justicia, Policia, Hacienda y Guerra con las comisiones y encargos anexos a estos ramos que forma el Brigadier marques de Sobre Monte para entregar á su sucesor el señor don José González, Ingeniero en gefe*. In APENDICE. *Crónica de Córdoba*. Tomo I. de Ignacio Garzón.

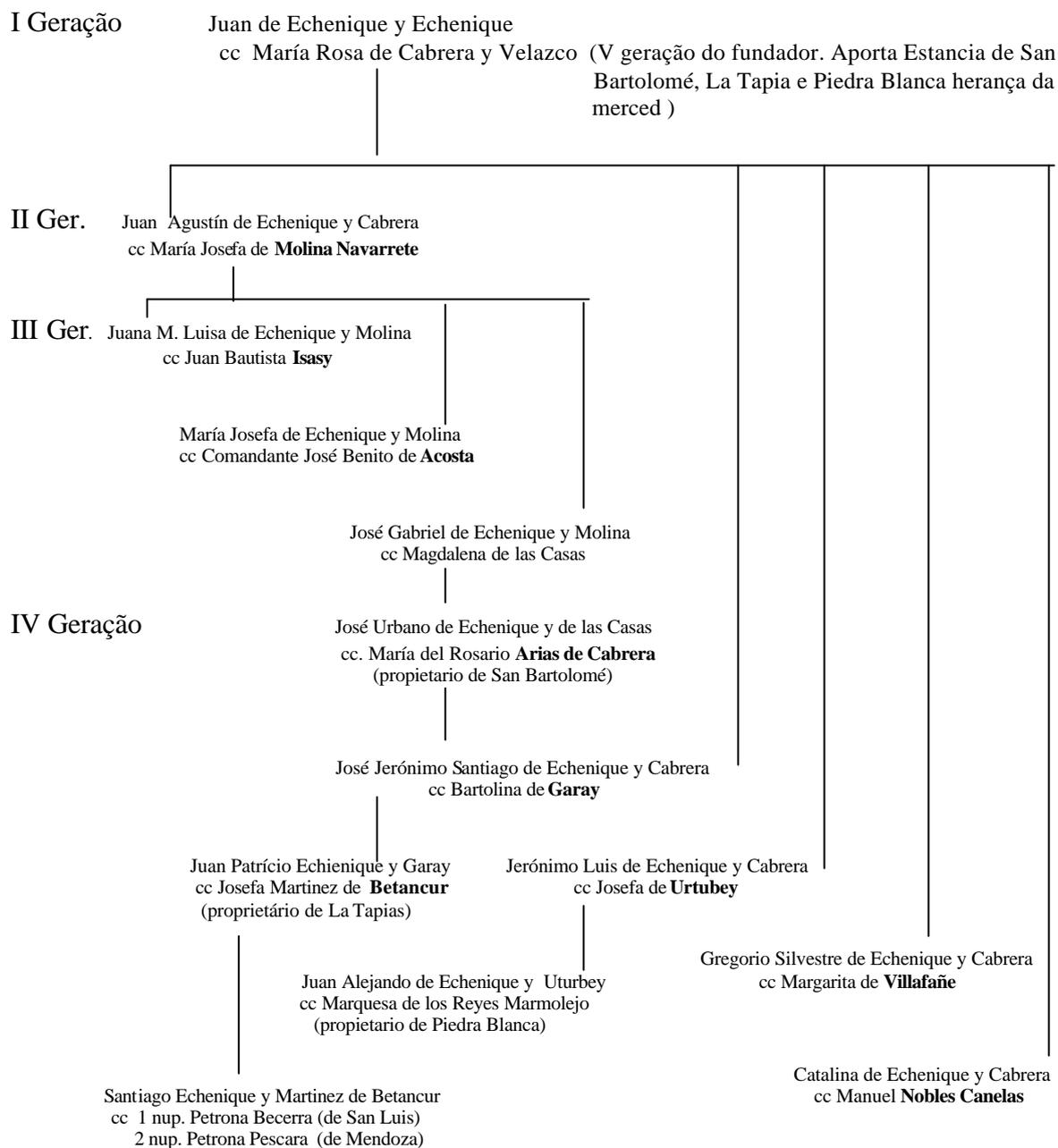
ANEXO I

FAMILIA CABRERA (Séculos XVI XVII e inícios do XVIII)



ANEXO II

FAMILIA ECHENIQUE (Século XVIII)

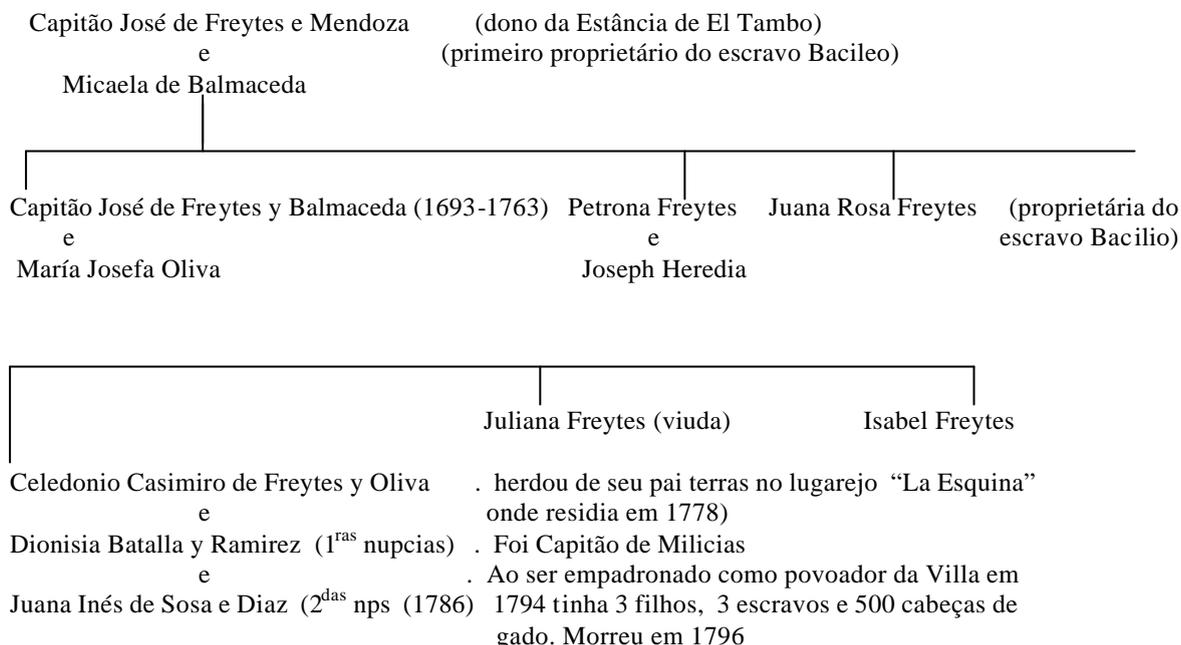


Nota: Nestes gráficos apresentam-se unicamente as alianças matrimoniais mais significativas para o contexto da região. Ger.= Geração; cc= casado/a com

José Gabriel (padre de Urbano), Juan Patricio e Juan Alejandro são os descendentes proprietários das terras herdadas da merced dos Cabrerias, primos entre eles.

ANEXO III

FAMILIA FREYTES



No Censo de 1778 registram-se os seguintes sobrenomes Freytes.

- Nº 62 Esmerejildo Freytes, esposa Victoria de los Dolores, 4 filhos, 2 escravos velhos e 3 novos
 Nº 67 Ana María Freytes, mulher de Fran^{co} Batalla, 5 filhos, 1 escravo, sua mulher índia 2 filhas e 1 agregado
 Nº 68 Francisca Freytes, mulher de Thomás Lopez, 7 filhos, 3 escravos 4 agregadas
 Nº 70 Pasqual Freytes, mulher Thomasina Sambrano, 1 filho, 1 escrava e 2 agregados
 Nº 213 Isabel Freytes (viúva) 5 filhos e proprietárias de 3 escravas e 3 conchavados
 Nº 219 Francisca Freytes, mulher de Norberto Alfonso, sem filhos convive com uma escrava e dois agregadas
 Nº 221 Tomasina Freites, mulher de Antonio Juarez, 5 filhos, 2 criadas índias e seus irmãos pequenos
 Nº 222 Catalina Freytes, mulher de Roque Irusta, un hijo, una agregada y tres esclavos: madre y dos hijos
 Nº 223 Seledonio Freytes (mulher ausente), 2 escravos, 2 agregados e sua irmã Juliana Freytes, viúva.
 Nº 235 Juana Rosa Freytes e sua irmã Josefa Freytes 4 escravos e 5 agregados.
 Nº 236 Petrona Freytes, mujer de Jphe Heredia, sem filhos, 2 criados e agregado e 1 escrava de Heredia com suas 3 filhos novos, outro escravo sua mulher e 4 filhos e 4 agregados.
 Nº 254 Domingo Freytes, mulato
 Nº 255 Jphe Freytes, sua mulher Mariana Batalla, 3 filhos, 2 escravos, uma preta livre e 4 agregados.
 Nº 280 Elena Freytes, viúva de Acosta, 2 filhos, dois criados, 1 escrava e uma índia

ANEXO IV

FAMILIA CABRAL (Fins século XVIII)

I Geração **Matheo Cabral** mulato residente de Río Segundo (compra um quarto de terras cc Lorenza Ortiz na banda norte do río Cuarto em 1758)

II Ger. **Joseph Mariano**

Cc Bernarda Miranda que tinha três filhos em primeiro casamento. Doou terrenos para a fundação da vila e obteve um sitio na quadra 20 para sua família composta de dois de 4 filhas e 4 filhos .

Em 1797 cc Teresa Rivarola
Não foi localizado em 1813

Joseph Mateo

Cc Juana Montiel Contreras (1789) Doou terrenos para a fundação da Vila e obteve dos sitios. Registrado como viúvo com 2 filhos mas 70 cabeças de gado.

Em 1813 é registrado como Espanhol fazendeiro junto a seu filho Pedro. Seu outro filho, Ramóm figura como peão e uma agregada parda É batizado em 1752. Padrinos Joseph Leon e Anastacia Funes)
Pedro Cabral encontra-se em 1822 em La Lagunilla junto a Estevam Montiel

Joseph Antonio

cc Gregoria Arias
Em 1797 tinha uma filha, três escravos e dois agregados
Em 1813 está em Reducción como lavrador de condição de pardo pardo livre em posse de 6 escravos

Bernarda (nao tem-se dados) Maria Joseph
Batizada 26 de julio de 1751 Em 1813 identifica-se como fiandeira.
Padrinhos Juan Pedernera y Tomasina Quiroga (solteira 80 anos em 1813)

Maria Jetrudes
(1822, 48 anos cc pardo Gabriel Córdoba
Andrés Cabral

III Ger. **Petronila Pabla Cabral**
Cc Pedro Pablo Lescano
María Francisca Cabral (batizada 3 febrero de 1780) Padrinos Antonio Cabral y Rafaela Fedres

Nota:

Em outros nomes Cabral não tem-se identificado as relações de parentesco: como Agustina Cabral, Bertolina Cabral, Domingo Cabral, María Cabral e Francisca Cabral.

Bernardo Flores que figura na casa de Mateo Cabral, em 1778 como agregado, talvez por um conchavo, também obteve um sitio na vila. Casou-se com Maria Candelaria Soria.

ANEXO VI**Planilhas de Codificação do Recenseamento de 1778****PLANILHA A: Estrutura da população: por sexo, idade, estado civil, condição jurídica e étnica e lugar de residência**

Para o processamento dos dados procedi a realizar uma transcrição paleográfica e a confeccionar uma base de dados (que se inclui no CD ROM adjunto) utilizando o programa Excel com seis tabelas para registrar a informação codificada a través de um número. Se fez muito difícil tabular, ordenar e classificar os dados, por quanto se devia entrar na lógica de cada censista. No entanto intentei obter um quadro geral a partir dos critérios que se descrevem.

Primeiramente nas seis colunas se anotaram : 1. Sexo, 2. Idade, 3. Etnia, 4. Estado civil, 5. Condição jurídica e 6. Lugar de Residência, outorgando os seguintes códigos :

Sexo

1. Homem
2. Mulher

Idade

Se ordena de 0 a 70

Etnia:

1. branco
2. índio
3. negro
4. pardo
5. ignorado
6. mulato
7. mestiço

Estado civil

1. casado
2. solteiro
3. viúvo
4. ignorado

Condição jurídica

1. livre
2. escravo

lugar:

1. Tegua
2. Río Abajo
3. Río Arriba
4. Río Cuarto (fronteira)

Crítérios adotados na ordenação dos dados

- A. **Sexo** : A identificação do sexo está dada pelo nome do habitante. Sua classificação no tem apresentado inconvenientes, salvo alguns nomes que poderia ser indistintamente homem o mulher. Por exemplo o nome “Ventura” o “Bentura”, foi registrado como masculino mas num lugar faz menção à condição feminina.
- B. **Idade** : Se têm registrado a quase totalidade das idades, aqui somente se tem apresentado alguns poucos casos ilegíveis (8 casos de 3.714, isto é 0,2 %).
- C. **Etnia** : É de aclarar que os quatro censistas no têm compartilhado igual critério de classificação destes grupos sócio-étnicos. Isto desprende-se da leitura da fonte. Embora se tenha mantido as nomeações dadas pelos próprios comissionados: espanhol (ou branco), índios, mestiço, mulato, pardo, negro, reconhece-se que os mesmos pareceram não ter um claro discernimento respeito ao que pode ter primado para qualificar e classificar a um sujeito de “mulato” ou “pardo”, por exemplo. Respeitando a subjetividade do critério de cada um dos censistas se têm tratado de completar este dado quando não menciona-se a etnia dos descendentes, quer dizer identificar a os filhos quando os padres identificam-se com etnias diferentes, considerando o seguinte agrupamento: filho de mestiço e mulato: pardo; mulato e pardo: pardo; índio e mulato: pardo; mestiço e espanhol: mestiço; mulato e espanhol: mulato; espanhol e mulata: mulato; índio e negro: pardo; pardo e índio: pardo; negro e mulata: mulato. Quando somente menciona-se a condição étnica de um dos pais, considera-se aos filhos da mesma condição étnica: isto é, pai mulato, mulher e filhos mulatos; pai espanhol, mulher e filhos espanhóis; pai pardo, mulher e filhos pardos. Isto desprende-se da leitura da fonte dado que se menciona muitas vezes só a condição étnica da cabeceira familiar e, a não ser que a mulher seja de condição étnica diferente, não aclara-se sua condição étnica. Em muitos casos não se têm identificado o grupo étnico, pelo qual ignora-se totalmente, por exemplo quando registram-se os órfãos ou criados. Dos escravos em muitos casos ignora-se sua condição étnica (embora a maioria devia ser mulato, negro ou pardo). Também quando o pai é desconhecido considerou-se etnia ignorada. Quando se os qualifica como “naturais”, se os localiza na categoria de índios. Na tabulação realizada no trabalho tomarei as etnias de forma agrupadas: identificando o espanhol ou branco, o negro e as “*castas*” ou também chamadas de “cor” agrupando aqui a índios, mestiços, mulatos e pardos.
- D. **Estado civil** : Estabeleci quatro categorias: casado, solteiro, viúvo e ignorado. O estado civil de casado ou solteiro raramente está explícito. O mesmo deve-se inferir a través da forma registrada na composição familiar. Geralmente menciona-se primeiramente o nome do pai, cabeceira da unidade familiar, seguido pelo su mulher, filhos e demais integrantes da vivenda (criados, parentes, agregados, domésticos e escravos). Os

anotados foram registrados estabelecendo-se o vínculo direto com o responsável da unidade habitacional. Em alguns casos, menciona-se primeiro a “seu genro” e logo à mulher dele que, em realidade, era a filha da cabeceira do fogo. A estes registram-se como casados. Estabelece-se como solteiros aos filhos que compartilham a mesma unidade habitacional sem estar acompanhados sexualmente nem contar com descendentes. Quando não se têm referencia ao cônjuge mas sim aos filhos considera-se o estado civil ignorado pois pode ser casado ou viúvo.

- E. Condição jurídica:** classificam-se em livres e escravos. O maior inconveniente foi no registro dos filhos dos escravos que a vezes não figuram com sua condição jurídica. Em tal caso teve-se em conta a legislação da época, dado que a condição de escrava determinava a prole e as crianças mulatas também convertiam-se em escravas. Assim em caso de pai escravo e madre livre, considerou-se aos filhos livres. No caso dos dois pais ser escravos, os filhos consideram-se escravos também embora o censista não tenha aclarado.
- F. Lugar:** São quatro os lugares percorridos por cada comissionado diferente: Tegua, Río Abajo, Río Arriba, Río Cuarto (fronteira)

PLANILHA B: Unidades do Censo.

Procedei a confeccionar uma planilha que permitira identificar dados quantitativos respeitos à composição dos fogos.

A. Lugares (identificados anteriormente) :

1. Tegua
2. Río Abajo
3. Río Arriba
4. Río Cuarto

B. Lugarejos:

Tegua :

1. Dormida
2. Lagunas
3. Peñas
4. Talas
5. Saucesito
6. Barrial
7. Tegua
8. Santa Barbara
9. San Javier

Río Abajo

10. Paróquia (inclui Presidio e Fuerte de Santa Catalina embora o censista não o registra assim)

Río Arriba:

11. La esquina
12. Tambo
13. La Esquina
14. El Sipion
15. Al Chaján al Norte

Río Cuarto:

16. Reducción de Las Pampas
17. Tierras de dicha Reducción
18. Charras
19. Vañado
20. Bañado Abaxo
21. Arroyo abajo
22. Chilcas
23. Corralito
24. San Juan
25. La Leona
26. Laguna Onda
27. Español Muerto
28. Algarrobo
29. Arbol solo
30. Algarrobo Norte
31. El Rincón
32. La Tapera
33. Chilcas
34. Fuerte y Presidio de Punta del Sauce

C. Etnia da cabeceira familiar

1. espanhol
2. índio
3. negro
4. pardo
5. ignorado
6. mulato
7. mestiço

D. Tipo de fogo

1. Fogo Simple
2. Fogo Extenso.
3. Fogo composto.

E. Habitantes

N.º total de habitantes em cada residência

F. Condição civil do chefe do fogo

1. Solteiro
2. Casado
3. Viúvo

G. Filhos

N.º de filhos por fogo

H. Parentes

N.º de parentes dependentes do fogo

I. Outros dependentes

N.º de outros dependentes do fogo

J. Escravo

N.º de escravos por fogo

K. Escravos por unidade habitacional

1. Com escravos
2. Sem escravos

L. Chefe do fogo

1. Homem
2. Mulher

CrITÉRIOS adotados na ordenação dos dados

A e B. Lugar de Residência e Lugarejos: No houve um critério uniforme na identificação dos lugarejos no percorrido de cada um dos censitas. Entanto que em Tegua identificam-se nove, em Río Abajo só se faz menção a Paróquia, quer dizer, à sede do Curato, embora inclua o Forte e Presidio de Santa Catalina. Para Río Arriba é mais fácil identificar o percorrido e no Río Cuarto é onde estão mais detalhados os dezenove povoados visitados pelo comissionado.

C. Etnia da cabeceira familiar : Na maioria dos casos têm-se a etnia da cabeceira familiar, no caso do setor que não inclui a etnia (como ser no Río Arriba), infere-se por ser precisamente o espanhol não registrado como tal e sim os demais grupos étnicos

D. Tipo de Fogo :

O fogo **simplex** inclui ao adulto responsável, chefe do fogo e companheira, o solitário ou viúva, mais os filhos solteiros (geralmente entendida como família *nuclear*);

O fogo **extenso** compreende a família nuclear e outros parentes, seja por laço de sangue ou por aliança;

O fogo **composto** integra a família nuclear, os parentes e outras pessoas que no têm vínculo de parentesco com o chefe da família mas sim relação de dependência, como são os criados e demais conchavados.

A classificação aqui proposta é independente da existência de escravo na unidade censal. Enquanto que no fogo simples reconhece-se ao grupo básico familiar, o extenso incorpora os parentes dependentes e, no composto, todos os dependentes do chefe do fogo, permitindo assim reconhecer, nesta última, os criados e demais dependentes da casa.

E. Habitantes : registram-se o número total dos habitantes por cada residência

F. Condição civil do chefe do fogo: Os casados desprendem-se da mesma composição familiar, quando anotam-se o chefe do fogo seguido de sua mulher, os viúvos e os solteiros registram-se como tais, salvo excepciones das que es fácil inferir sua condição civil.

G. Filhos

Registra-se o número de filhos que compõe cada fogo

H. Parentes

Registra-se o número de parentes consangüíneos (netos, sobrinhos,) que se tenham na casa no momento de se realizar o censo

I. Outros dependentes

Registra-se o número de outros dependentes do fogo que têm sido recenseados.

J. Escravo

Registra-se o número de escravos que conta cada fogo

K. Escravos por unidade habitacional

Registra-se a unidade habitacional conta ou não com escravos.

L. Chefe do fogo

Identifica-se se o chefe do fogo é homem ou mulher.

ANEXO VII

Planilha de Codificação do Recenseamento de 1813

O recenseamento de 1813 foi preenchido pelos censistas seguindo uma planilha previamente elaborada. No tratamento dos dados respeitei esse critério. Ao igual que o censo de 1778 os dados foram incorporados em uma base de dados que também se inclui no CD-ROM

Sexo:

1. Homem
2. Mulher

Se considera o sexo a partir do nome da pessoa

Pátria:

0. Sem Consignar
1. Río Cuarto
2. Calamuchita
3. San Luis
4. Córdoba
5. Chile
6. Africa/Africano
7. Buenos Aires
8. Ischilín
9. Río Segundo
10. Chucul
11. Río Tercero/Tercero
12. Renca
13. Islandes
14. San Juan
15. Inglaterra/Inglés
16. Europeo/Europa
17. Cadiz
18. Mendoza
19. Rioja
20. De Galicia
21. De Guínea
22. De Linca
23. Sauce/Río Sauces
24. Francia
25. Soconcho

26. Achiras
27. Nono
28. De la Barrancas/ Barrancas
29. Jesús María
30. Balle
31. Tegua
32. Peñas
33. San Bernardo
34. Sta. Catalina
35. Carlota
36. Sierra
37. San Javier
38. Lutti
39. Morro
40. Reducción
41. Anisacate
42. Altautina
43. Pampa
44. Punta
45. Ambollo
46. Quillinzo
47. Quebracho
48. Condores
49. Tunas
50. Chilcas
51. San Francisco
52. Minas
53. Tulumba
54. Tala/s
55. En la Cruz/Río de la Cruz
56. Pantanillo
57. Tucumán
58. Chaján
59. Selegua
60. Lajas
61. Intihuasi
62. S. Fernando
63. Piedra Blanca
64. En la Tapa/ Tapa
65. San Antonio
66. Galarza
67. San Bartolo
68. Invernada

69. Tapia
70. Zerrito Aspero
71. Los Pozos
72. Las Albacas
73. Tincunaco
74. Los Rios
75. Rodeo
76. Tambo
77. Cerro/Serro
78. Los Puestos
79. San Lorenzo
80. Punilla
81. Sampacho
82. Santa Rosa
83. Estanzuela
84. Barreal
85. Saucecito
86. Santa Bárbara
87. San Ignacio
88. Dormida
89. Laguna/s
90. San Agustín
91. Zulino
92. Leones
93. Del Cano
94. Salta
95. Catamarca
96. Del Salto
97. Esquilin
98. Salavina
100. Ternera/s
101. Algarrobos
102. Angola
103. Guandacol
104. Arroyo
105. Carnerillo
106. Santa Catalina

Idade

A que corresponda

Estado Civil

0. Sem Consignar
1. Casado
2. Solteiro
3. Viuvo
4. Eclesiástico/Religioso

Profissão:

0. Sem consignar
1. Fazendeiro
2. Coserdora / Costurera/Coser
3. Tecedora /Tecer
4. Lavrador/Lavrar
5. Fiandeira / Fiar
6. Comerciante/Comercio
7. Peão
8. Estudante/ ler
9. Molineiro
10. Cozinheira /o
11. Sapateiro
12. Lomiyero
13. Prateiro
14. Fabricador de Chapéu
15. Alfaiate
16. Carpinteiro
17. Tapiador
18. Quintero
19. Cego
20. Sirvente
21. Capataz
22. Ferreiro
23. Padeira/o
24. Cartório
25. Médico
26. Pedreiro
27. Lavanderia
28. Vago
29. Inválido

30. Fabricador de Tapete
31. Transador
32. Mestre de Posta
33. Postilhão
34. Bordadura
35. Part. de Igreja
36. Peineiro
37. Posuelero
38. Petaquero
39. Curtidor
40. Domar
41. Campero/Campear
42. Soldado
43. Louco
44. Oyero
45. Mordomo
46. Militar
47. Cantor
48. Tenente Cura/Cura
49. Relojeiro
50. Militar Retirado

Classe:

0. Sem Consignar
1. Espanhol/a
2. Pardo/a
3. Mulato/a
4. Negro/a
5. Zambo
6. Mestiço
7. Índio
8. Branco
9. Português
10. Francês
11. Europeio
12. Inglês

Condição

0. Sem Consignar

1. Livre
2. Escrava/o

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)